UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

Dissertação de Mestrado

Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá:

Religiões Afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS)

Isabel Soares Campos

Pelotas, 2015

Isabel Soares Campos

Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá:
Religiões Afro-brasileiras e Espaço Público em Pelotas (RS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientadora: Prof. Drª. Rosane Aparecida Rubert

Coorientador: Prof. Dr. Gianpaolo Knoller Adomilli

Pelotas, 2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C198p Campos, Isabel Soares

Os prazeres do balneário, sob as bênçãos de Yemanjá : religiões afro-brasileiras e espaço público em Pelotas (RS) / Isabel Soares Campos ; Rosane Aparecida Rubert, orientadora ; Gianpaolo Knoller Adomilli, coorientador. — Pelotas, 2015.

302 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Festa de Iemanjá. 2. Religiões afro-brasileiras. 3. Religião e espaço público. 4. Intolerância religiosa. 5. Etnografia. I. Rubert, Rosane Aparecida, orient. II. Adomilli, Gianpaolo Knoller, coorient. III. Título.

CDD : 301.09

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Isabel Soares Campos

Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá: Religiões Afro-brasileiras e espaço público em Pelotas (RS)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 30/06/2015

Banca examinadora:

Profª. Drª. Rosane Aparecida Rubert (Orientadora) Doutora em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Drª. Janaína Campos Lobo Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Analista INCRA)

Profª. Drª. Cláudia Turra Magni Doutora em Antropologia Social e Etnologia pela Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales.

Prof. Dr. Mário de Souza Maia Doutor em Música pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À minha família e à comunidade religiosa afro-brasileira da cidade de Pelotas.

AGRADECIMENTOS

Dedico essa dissertação, primeiramente, aos meus pais, Maria e Leonardo, que em nenhum momento se opuseram as minhas escolhas, pelo contrário, sempre me apoiaram e valorizaram o meu trabalho e hoje, faço questão de mostrar-lhes que o esforço não foi em vão, assim como o caminho escolhido, ao que tudo indica, parece ser o mais correto para mim. Mais uma vez, obrigado por todo o carinho, compreensão, paciência e, sobretudo, por acreditarem em mim e na Antropologia. Também agradeço aos meus irmãos, Gabriel e Rose, que sempre quando possível me chamavam a atenção em relação ao prazo de entrega da dissertação, representando os devidos papéis de irmãos mais velhos. Assim como, em especial, também agradeço ao meu companheiro, Mauro, que não apenas apoiou a etnografia, como fez parte de alguns momentos, me levando e me buscando em terreiras e acompanhando de perto, ao meu lado, o meu envolvimento com a comunidade afro-religiosa de Pelotas e com a Festa de Iemanjá.

Agradeço também a comunidade afro-religiosa que fez questão de participar do trabalho, tanto nas realizações de entrevistas como indicando caminhos em conversas informais que também orientaram o andamento da pesquisa. Assim, com todo apoio que recebi da comunidade não poderia deixar de citar algumas pessoas que foram extremamente importantes no processo de construção da pesquisa. Em especial, ao líder religioso e amigo, Juliano Silva, ao presidente da Federação Sul-Riograndense e Cultos Afro-brasileiros, Joabe Bonhs, ao presidente da União Riograndense da Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (URUCAB), Josué Martins, ao presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros, Umbanda e Quimbanda (FECAB), Marcos Abreu e ao umbandista Carlos Alberto Pereira, os quais gentilmente aceitaram serem entrevistados. Também não poderia esquecer das lideranças religiosas, Maria Ochoa e Joice Duarte, que abriram as portas de suas casas para concederem as entrevistas. Muito obrigado a todos, inclusive àqueles que não foram mencionados aqui. Este trabalho é fruto do esforço de vocês também. Assim como, agradeço especialmente também a minha orientadora que não só orientou a pesquisa, mas foi uma grande amiga nesse momento, dedicando uma boa parte de seu tempo ao trabalho. Obrigada pelos “puxões de orelha”, pelos ensinamentos que vou carregar comigo para sempre, pela sua dedicação incomparável, pelo seu carinho comigo, enfim, sou eternamente grata.

Oh Iemanjá, oh Iemanjá
Oh Iemanjá, vamos saravá
Oh Iemanjá!
Embarca na canoa, passarinho à voa
Quem manda lá no mar, é Iemanjá
Mas a rainha lá no mar, é Iemanjá Eu
vou jogar flores no mar, pra Iemanjá.

Resumo

Campos, Isabel Soares. **Os Prazeres do Balneário, sob as bênçãos de Yemanjá**: Religiões Afro-brasileiras e espaço público em Pelotas (RS). 2015. 300f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

A presente pesquisa aborda os impasses para a plena realização de uma festividade religiosa, popular de matriz africana, que ocorre há mais de cinquenta anos no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, localizado no bairro Laranjal, Pelotas (RS) – a Festa de Iemanjá. Esta festividade religiosa é celebrada no dia 2 de fevereiro, data comemorativa à Iemanjá e também à santa católica Nossa Senhora dos Navegantes, ocorrendo uma confluência entre as duas festas no fechamento de ambas. No entanto, há alguns anos surgiram diferentes formas de regramento da orla do Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, popularmente conhecido como Barro Duro, em razão de uma maior preocupação, por parte do poder executivo municipal e poder judiciário, com a situação ambiental no referido balneário, transformado recentemente em Área de Preservação Ambiental. Concomitantemente, observa-se que o bairro, tradicionalmente ocupado por afrodescendentes e classes populares, vem mudando o perfil dos moradores, tornando-se o local um espaço de expansão do setor imobiliário direcionado para a classe média. Nesse sentido, ao mesmo tempo que se observa um confronto entre distintos princípios jurídicos – direito ao patrimônio versus preservação ambiental – configurando um conflito socioambiental, há uma crescente intervenção do poder público no sentido de regrar os usos daquele espaço por parte das religiões afro-brasileiras, para que o mesmo se torne mais atrativo para os novos segmentos que o procuram para residência. A etnografia realizada contemplou a observação participante nas Festas de Iemanjá de 2014 e de 2015 e, em Audiências Públicas e reuniões. Realizou-se, ainda, entrevistas qualitativas com interlocutores que ocupam diferentes posições dentro da rede de atores sociais, articulada em torno dos impasses que cerceiam a realização da Festa (Comunidade Religiosa, Campo Ambiental e Esfera Política). A explicitação da problemática das manifestações das religiões afro-brasileiras no espaço público, nesse estudo de caso da Festa de Iemanjá, teve também como suporte a análise de documentos contemporâneos e históricos. Buscou-se, nesse sentido, mapear uma diversidade de posicionamentos a partir do contraste entre estas diferentes fontes, de forma a situar o objeto de pesquisa – a Festa de Iemanjá – na dinâmica sociocultural mais abrangente que perpassa a presença negra na sociedade pelotense.

Palavras-chave: Festa de Iemanjá, religiões afro-brasileiras, religião e espaço público, conflito socioambiental, intolerância religiosa, etnografia.

Abstract

CAMPOS, Isabel Soares. The Balneario pleasures, with the blessing of Yemanjá: Afro-Brazilian religions and public space of Pelotas (RS). 2015. 300f. Dissertation (Master's Degree in Anthropology) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

The present research addresses the impasses to the full realization of a popular religious festival of African origin that occurs for more than fifty years in the balneary "Nossa Senhora dos Prazeres", located in the "Laranjal" neighborhood, Pelotas (RS) – Iemanjá Party. This religious festival is celebrated on February 2, commemorative date of Iemanja and also the Catholic saint "Nossa Senhora dos Navegantes", causing a confluence in the both parties in their closing. However, in the last years were created different forms of regulation the edge of balneary "Nossa Senhora dos Prazeres", popularly named "Barro Duro", due to a greater concern on the municipal executive and judiciary with the environmental situation of the cited balneary, recently turned into Environmental Preservation Area. Concurrently, notes that the neighborhood, traditionally occupied by afro-descendants and popular classes, has been changing the profile of residents, becoming in a site of real estate expansion directed to the middle class. In this sense, while we observe a clash between different legal principles – property right versus environmental preservation – there is a socio-environmental conflict, with a growing intervention of government in the uses of that space, by the African-Brazilian religions, so that it becomes more attractive to new segments that seek to residence. The ethnography included participant observation in 2014 and 2015 Iemanjá Parties, Public Hearings and Meetings. It also carried qualitative interviews with persons occupying different positions within the network of social actors articulated around the impasses that curtail the party realization (religious community, environmental field and the political sphere). In this case study about the Iemanjá Party, the explanation of the problem in manifestations of African-Brazilian religions in the public space also was supported by the analysis of contemporary and historical documents. It searched, in this sense, from the contrast between these different sources, map a variety of positions and setting the search object – Iemanjá Party - in the broader sociocultural dynamics that permeates the negro presence in Pelotas society.

Key Words: Iemanjá Party, African-Brazilian religions, religion and public space, socio-environmental conflict, religious intolerance, ethnography.

Lista de Figuras

Figura 1: Mapa da orla do Balneário dos Prazeres 41
Figura 2: Sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros 119
Figura 3: Casa da Federação ao lado da Gruta no Barro Duro. 121
Figura 4: Festa de Iemanjá do ano de 1970. Ao centro da imagem, João Madail... 167
Figura 5: Placa de inauguração da Gruta de Iemanjá. 167
Figura 6: Festa de Iemanjá do ano de 1970. No canto direito, João Madail. 170
Figura 7: Gruta de Iemanjá..... 191
Figura 8: Espaço de calçamento em frente a Gruta. 191
Figura 9: Chegada da divindade na Festa de Iemanjá de 2014.. 192
Figura 10: Imagem do público presente na tenda montada para a estrutura da Festa. Balneário dos Prazeres, em 01 de fevereiro de 2014. 193
Figura 11: Público presente da Festa de Iemanjá de 2014. Balneário dos Prazeres, em 01 de fevereiro de 2014..... 194
Figura 12: Espaço da Gruta destinado a velas e outras oferendas. Balneário dos Prazeres, em 02 de fevereiro de 2014. 202
Figura 13: Imagem da Nossa Senhora dos Navegantes em uma das embarcações da Z3. 207
Figura 14: Imagem de Iemanjá no encontro nas águas. Balneário dos Prazeres, em Festa de Iemanjá de 2015. 208
Figura 15: Caminho na mata nativa antes do plano de Paisagismo do Alphaville. . 250
Figura 16: Plano de Paisagismo do Alphaville. 250
Figura 17: Plano de Paisagismo do Alphaville. 251
Figura 18: Plano de Paisagismo do Alphaville. 251
Figura 19: Entrada da Gruta, após o incidente. Balneário dos Prazeres, em 08 de abril de 2015. 279
Figura 20: Imagem de Iemanjá queimada. 279
Figura 21: Bandeira que representa a paz, mesa com a imagem de São Jorge e no chão algumas espadas de São Jorge, em frente ao prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015. 285
Figura 22: Banner propaganda da rádio “Umbanda é Luz”, também exposto em frente ao prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015.

.....285
Figura 23: Imagem de São Jorge e imagem carbonizada de Iemanjá expostas na frente do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015. 286
Figura 24: Momento de banho à imagem nas águas do Balneário dos Prazeres, em 1º de maio de 2015. 290
Figura 25: Lavagem de água de cheiro nas escadarias da Gruta, em 1º de maio de 2015. 290
Figura 26: Imagem sendo levada para a Gruta pelos representantes religiosos, em 1º de maio de 2015. Yaô Juliano Silva e Yalorixá Patrícia carregando a nova imagem para a Gruta. 291
Figura 27: A imagem de Iemanjá sendo reverenciada pelos respectivos presidentes, o da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul e o da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, em 1º de maio de 2015. 291

Lista de Siglas:

ABIOSUL - Associação dos Biólogos da Região Sul

ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade

APP – Área de Preservação Permanente

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CEAAB – Casa Espírita e Assistencial Afro-brasileira Caboclo Rompe Mato e Reino de Xangô e Oxalá

COMPAM – Conselho Municipal de Proteção Ambiental

CONPLAD – Conselho do Plano Diretor

DAT – Divisão de Assessoramento Técnico

DEFAP – Departamento de Florestas e Área Protegidas

DEM – Democratas

FECAB – Federação de Cultos Afro-Brasileiros, Umbanda e Quimbanda

FEPAM – Fundação Estadual de Proteção Ambiental

FUCARB – Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros

FURG – Universidade Federal de Rio Grande

IC – Inquérito Civil

IPHAE – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano

LIGA – Liga Estadual de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPE – Ministério Público Estadual

MPRS – Ministério Público do Rio Grande do Sul

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PEN – Partido Ecológico Nacional

PGM - Procuradoria-Geral do Município

PJE – Promotoria de Justiça Especializada

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PRP – Partido Republicano Progressista
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
PV – Partido Verde
RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde
SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas
SECULT – Secretaria Municipal de Cultura
SMGU – Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana
SQA – Secretaria de Qualidade Ambiental
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCA – Termo de Compromisso Ambiental
URUCAB – União Rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros
UUPS – União da Umbanda da Princesa do Sul

Sumário

Introdução.....16

Capítulo 1 – Percursos Etnográficos 26
1.1 Olhar, ouvir: a participação nas Audiências Públicas e reuniões.....29
1.1.1 As notificações sobre alvarás.....31
1.1.2 As reuniões da primeira quinzena de janeiro de 2014 34
1.1.3 A Audiência sobre a Festa de Iemanjá de 2014.....39
1.1.4 A continuidade das negociações pela realização da Festa.....42
1.1.5 A Audiência sobre os problemas ambientais do Balneário dos Prazeres 45
1.2 A participação na Festa de Iemanjá de 2014.....46
1.3 As situações de entrevistas.....47
1.3.1 Comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas.....48
1.3.2 Percorrendo espaços “laicos”.....56
1.4 Problematizando o acesso e o uso de documentos.....63
1.5 Apresentando os interlocutores.....69
1.5.1 Joabe Luis Bohns.....69
1.5.2 Josué Roldan Martins 70
1.5.3 Marcos Abreu.....73
1.5.4 Maria da Graça Ochoa Nogueira 75
1.5.5 Juliano Silva.....76
1.5.6 Joice Mara Chagas Duarte.....77
1.5.7 Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira.....78
1.5.8 Ricardo Santos.....79
1.5.9 Ademar Fernandes de Ornel.....81
1.5.10 Neiff Olavo Gomes Satte Alam 82
1.5.11 Ivan dos Santos Vaz 83

Capítulo 2 – Religiões afro-brasileiras e interfaces políticas.....85
2.1 Religiões afro-brasileiras ou de matriz africana: breve caracterização 85
2.2 Raciologia, sanitarismo e controle público das manifestações afro-brasileiras....91
2.3 Laicidade, Secularização: religião e política na sociedade contemporânea 96
2.4 Manifestações expressivas negras em Pelotas: processos de resistência e auto-
.....102
afirmação 102

Capítulo 3 – O campo religioso afro-brasileiro em Pelotas.....106
3.1 A representação política das religiões afro-brasileiras em Pelotas: unificações x
segmentações.....106
3.2 Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.....108
3.2.1 Os Espaços Físicos da União da Umbanda da Princesa do Sul e da Federação
.....117
Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.....117

3.2.2 Estrutura organizacional e abrangência da representação política 122
3.2.3 Sobre a dotação de recursos financeiros 128
3.2.4 As atividades sociais e rituais 131
3.2.5 Estratégias de legitimação 134
3.2.6 A interface entre o campo político e o campo religioso 142
3.2.7 Processos sucessórios e lógica segmentária 148
3.3 União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros – URUCAB 152
3.4 Federação dos Cultos Afro-brasileiros, Umbanda e Quimbanda – FECAB 154
3.5 As tensões entre unificação e segmentariedade 156

Capítulo 4 – Festa de Iemanjá e o Balneário dos Prazeres (ou, "Planeta dos Macacos") 160
4.1 O Balneário dos Prazeres acolhe Iemanjá 165
4.1.1 A Festa de Iemanjá nos idos de 1970: notas a partir do Livro de Atas 165
4.1.2 A ocupação lúdico-religiosa do Balneário dos Prazeres 178
4.2 Etnografando a Festa de Iemanjá 185
4.2.1 A estrutura dos acampamentos 198
4.2.2 Transitar, ouvir 201

Capítulo 5 – Despejo de Iemanjá?: O Balneário dos Prazeres e os conflitos socioambientais 210
5.1 Ambientalismo e regulação dos usos dos espaços públicos 210
5.2 A judicialização da ocupação do Balneário dos Prazeres 216
5.3 A reação dos filhos de umbanda ao despejo de Iemanjá 229
5.4 Identificando a problemática ambiental: os argumentos dos ambientalistas 245
5.4.1 Diferentes equacionamentos para os problemas ambientais da orla 249
5.4.2 Os contra-argumentos dos representantes religiosos 257

Capítulo 6 – A Festa de Iemanjá em 2015 267
6.1 A Festa de Iemanjá reconfigurada 275
6.2 Desdobramentos da Festa de Iemanjá de 2015 278

Conclusão 292

Referências 295

Introdução

Este trabalho foi impulsionado por um grande interesse pela antropologia jurídica, cuja origem deu-se durante a graduação de Bacharel em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o que me levou a realização da minha monografia de final de curso, a qual relacionou o campo jurídico e o campo religioso. Assim, foram acompanhados alguns processos de intolerância religiosa em relação às religiões afro-brasileiras no contexto sul do Rio Grande do Sul, mais especificamente na cidade de Pelotas. Nesse trabalho, seis casos de intolerância religiosa foram estudados, sendo que três destes perpassaram por processos jurídicos, os quais obtiveram resultados favoráveis aos praticantes destas religiões. Isso é um indicativo de que, apesar de todo um percurso histórico de criminalização, há espaços de reconhecimento sendo forjados junto ao Estado em relação às diversas práticas religiosas de matriz africana.

Um dos casos estudados que gerou muita polêmica na cidade foi a realização do ritual ao orixá Bará no Mercado Público da cidade em junho de 2012. O ritual foi organizado e realizado pela Mãe Gisa de Oxalá (CEAAB) e Mãe Joyce de Xangô (Sociedade Beneficente São Jerônimo) e seus respectivos seguidores religiosos. O polêmico acontecimento foi deflagrado com uma matéria publicada no jornal local Diário da Manhã no dia 28 de junho de 2012. No entanto, apenas uma Yalorixá e seus seguidores estavam sendo expostos na imagem do jornal, sem a prévia autorização dos mesmos. Sendo que, a família de Mãe Gisa, foi a única chamada pelo Ministério Público para prestar esclarecimentos, o que foi feito acompanhada pela Yalorixá Sandrali[1] e pelo teólogo Jayro de Jesus[2], os quais foram considerados satisfatórios pela Promotoria. O caso passou a ter um caráter de intolerância quando o Blog Amigos de Pelotas, por meio de reportagem assinada pelo jornalista Rubens Filho, na época também candidato a vereador pelo PCdoB caracterizou o ritual como uma "chinelagem da grossa". Esta reportagem foi seguida por vários comentários de leitores, em sua grande maioria concordando com o autor da mesma, cujos discursos

[1] Yalorixá Sandrali D'Oxum é Conselheira Representante do Povo de Terreiro no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul.

[2] Jayro Pereira de Jesus é teólogo e professor, bem como é Membro do Comitê Nacional da Diversidade Religiosa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

acentuavam os seguintes aspectos: o ritual causaria danos maléficos para toda a comunidade local; sendo o sacrifício de animais associado à barbárie e selvageria, caracterizando atraso cultural [3], crueldade com animais [4] e crime ambiental; a realização do ritual religioso em espaço público fere o princípio de laicidade do Estado. Os comentários citados considerando a prática afro-religiosa um atraso cultural, refletem que ainda está presente na sociedade pelotense as concepções raciológicas acerca da inferioridade da raça negra, as quais foram defendidas e propagas no Brasil, principalmente pelo médico e antropólogo Nina Rodrigues. Ele defendia que as religiões de matriz africana, por serem politeístas (acreditar em vários deuses) e animistas (conferir vida aos objetos inanimados), demonstravam inferioridade em relação a religião monoteísta cristã, compreendida como superior. Como reação à intolerância deflagrada, em julho de 2012, circulou nas redes sociais e na mídia um manifesto denominado “Manifesto contra a banalização e o desrespeito à religião de matriz africana e afro-umbandista em Pelotas”[5], o qual teve o apoio de intelectuais de diversas áreas e, de representantes religiosos de matriz africana, que apresentaram e fundamentaram uma justificativa de cunho histórico, cosmológico e antropológico para o ritual ter sido realizado no Mercado Público.

Segundo o manifesto, o assentamento do orixá Bará, o qual se traduz como “Aquele que sustenta a vida”, no Mercado central, teve como objetivo “fazer com que as coisas se dinamizem e produzam prosperidade para todos(as) comparado à força física” daqueles escravos africanos que edificaram a “economia fundante da hoje Pelotas”.

Assim, podemos considerar que este evento serviu para expressar o grau que existe de desconhecimento em relação às religiões afro-brasileiras na cidade de Pelotas, bem como a marcada repressão e discriminação sofrida historicamente pelo segmento negro e/ou qualquer manifestação de origem africana. Deste modo, a partir deste trabalho, tive conhecimento sobre impedimentos paulatinos para a plena

[3] Em um dos comentários consta: “O sacrifício de qualquer forma de vida é sintoma de atraso cultural. Como touradas, algo a lamentar”.

[4] Em outro comentário relacionado a crueldade com os animais, consta: “Como voluntária de uma conhecida ONG pelotense que luta pelos direitos dos animais, não consigo aceitar nem respeitar qualquer religião que defenda o sacrifício animal como algo "normal" e aceitável. Me gera repugnância. Definitivamente o ser humano é um projeto que fracassou”.

[5] Manifesto Contra a Banalização e o Desrespeito à Religião de Matriz Africana e Afro-Umbandista em Pelotas. Ver em: http://mantodeoxala.blogspot.com/2012/07/manifesto-contra-banalizacao-eo.html

realização de uma festividade religiosa popular de matriz africana que ocorre há mais de cinquenta anos na cidade: a Festa de Iemanjá.

A Festa de Iemanjá é celebrada no dia 2 de fevereiro há 58 anos no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, conhecido também como Barro Duro, o qual está localizado no bairro Laranjal, Pelotas (RS). O ápice da cerimônia religiosa inicia na noite do dia 1º de fevereiro e acaba no dia 2. O ritual, no entanto, era precedido, até o ano de 2013, por acampamentos de terreiras e centros de umbanda na área de mata próxima a orla, os quais eram instalados com meses ou semanas de antecedência. Assim, a festa durante a noite é constituída a partir da ocupação do espaço da orla da laguna com vários acampamentos religiosos, sendo que durante o dia as terreiras descansam e todos esperam pelo grande fechamento cerimonial: o encontro fluvial da orixá Iemanjá com a santa católica Nossa Senhora dos Navegantes, realizado em plena lagoa em barcos pequenos, mas ornados. Nossa Senhora dos Navegantes também é celebrada no dia 2 de fevereiro e seu cortejo parte da Colônia de Pescadores Z3, situada a 8,1 km do Balneário dos Prazeres. Como será visto no desenrolar do trabalho, a duração e o formato da Festa de Iemanjá sofreu várias alterações no decorrer da sua história.

A citada festividade conta com a participação da comunidade religiosa afro-brasileira, dos moradores do Barro Duro, dos adeptos destas religiões dentro e fora do município, dos adeptos do sincretismo religioso entre catolicismo e religiões de matriz africana e também há a participação de representantes políticos. Atualmente, a festividade é organizada pela Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, a qual a partir do fim de dezembro e início de janeiro começa os preparativos relativos à realização da cerimônia religiosa. No entanto, participam também da mobilização para a concretização da festividade outras organizações e lideranças representativas das religiões afro-brasileiras pelotenses, que não necessariamente possuem vínculos orgânicos com a Federação. Para efetivar a festividade, a Federação conta também com o apoio de secretarias da Prefeitura e com seus representantes no poder legislativo municipal, acarretando em uma estreita relação entre esta entidade organizativa com a arena política pelotense. Deste modo, nos últimos anos, a Festa de Iemanjá vem sendo alvo de discussão no interior de órgãos públicos locais em relação a sua realização, visto que a cerimônia religiosa é realizada em um espaço recentemente considerado pela Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) como Área de Preservação Permanente (APP). Cabe ressaltar que

o Balneário dos Prazeres é um dos poucos locais em que ainda há vegetação nativa no Laranjal, por isso uma pequena área verde situada na beira da praia do Barro Duro, está sendo fiscalizada pelo poder público.

Apesar da área relativa à mata nativa ser de pequena extensão, o entendimento da SQA é que toda a orla do Balneário dos Prazeres deve ser preservada, culminando em restrições sobre a estrutura da festa, que contempla historicamente acampamentos religiosos. O espaço relativo ao ápice da celebração de Iemanjá é na beira da praia, onde estão localizados dois pontos de referência religiosa, delimitadores da ocupação deste espaço por parte da comunidade umbandista e batuqueira: a Gruta de Iemanjá e, ao lado, uma pequena casa que pertence à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Assim, para a realização das Festas de Iemanjá ocorridas nos anos de 2014 e de 2015, as quais tive o privilégio de acompanhar, houve uma série de negociações e choques entre distintas visões de mundo, envolvendo atores situados em diferentes arenas: campo religioso, campo político, ambientalistas, juristas, etc. Estes confrontos foram explicitados em diferentes situações em que estive presente, tanto em Audiências Públicas realizadas na Câmara Municipal de Vereadores como em reuniões que ocorreram na sede da Federação[6] e em outros espaços do poder público municipal (Prefeitura e Secretaria de Qualidade Ambiental).

A partir do campo, mais especificamente referente ao início do ano de 2014, em razão da presença marcante do embate entre os acampamentos religiosos e os discursos ambientalistas envolvendo questões referentes a realização da Festa de Iemanjá (2014), problematizei de forma mais enfática o conflito socioambiental e a questão da intolerância religiosa. No entanto, no decorrer do ano, realizando o processo de sistematização dos dados e de efetivação de entrevistas, pude perceber que estas questões, principalmente no tocante a discussão sobre intolerância religiosa, estava diretamente atrelada a uma discussão mais abrangente sobre laicidade, secularização, isto é, sobre a relação entre religião e política.

Para problematizar este campo de relações, apresento uma breve discussão sobre o processo de separação entre o poder político e o poder religioso na constituição do Estado moderno, que instituído principalmente pela Revolução Francesa, significou uma forma de legitimação do exercício do poder assentado não

[6] Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

mais na vontade divina, mas sim, na soberania popular. Desta forma, a partir de vários autores (BLANCARTE, 2008; BURITY, 2008; MARIANO, 2011; ORO, 2008), exponho algumas perspectivas sobre o conceito de laicidade e secularização, assim como veremos que o processo histórico de formação do Estado laico/secular irá adquirir diferentes formatos em países diversos, não constituindo um processo fixo, nem definitivo.

Desta maneira, no Brasil, o processo histórico de constituição do Estado moderno ocorreu em estreita relação com as teorias raciológicas, as quais influenciaram na elaboração da identidade nacional logo após a proclamação da república, na conformação de dispositivos jurídicos relacionados aos projetos sanitaristas e higienistas, bem como na forma de repressão que incidia nas religiões afro-brasileiras. No trabalho, então, contextualizo brevemente o processo histórico de legitimação destas religiões desde a instauração do período republicano até a contemporaneidade no Brasil, para demonstrar a dificuldade de convivência destas religiões com os modelos culturais hegemônicos, os quais não reconheciam suas práticas religiosas como pertencentes a um estatuto de religião tal como o Estado e as classes intelectuais dominantes a concebiam. Assim, até meados da década de 1940, veremos que a ideia compartilhada sobre "religião" dizia respeito apenas ao padrão de religião católica, sendo que "o estatuto dessas outras práticas, que evidentemente não cabiam nesse modelo, foi objeto de controvérsias médico-legais que perduraram por mais de meio século" (MONTERO, 2009, p. 11).

A Constituição Brasileira promulgada em 1988 assegura o direito de liberdade a qualquer culto e/ou religião e proíbe, em seu Art. 19, inciso I, que o Estado estabeleça alianças ou relações de dependência com qualquer culto e que embarace o funcionamento de culto de qualquer natureza. Veremos que este contexto se insere numa intensa mobilização do movimento negro por reconhecimento das manifestações afro-brasileiras pelo Estado. Deste modo, segundo Burity (2008, p. 88), é interessante notar que a partir da "emergência da temática cultural como objeto de debate público e político" (discussão sobre multiculturalismo, políticas públicas, etc) há uma reconfiguração das relações entre política e religião, o que acarreta no retorno da religiosidade ao espaço público por meio de diferentes formas, inclusive, na participação de denominações religiosas em fóruns de discussão e deliberação (câmaras, conferências, Conselhos, etc). No entanto, Burity chama a atenção que a emergência deste pluralismo pode ocasionar processos de intolerância religiosa.

Atualmente, no Brasil, há uma forte preocupação em relação ao crescimento da intolerância religiosa por parte dos pentecostais em ascensão, relacionado principalmente ao processo de demonização das religiões afro-brasileiras. E nos últimos anos, esse grupo religioso vem se posicionando cada vez mais na arena política, inclusive, tomando posse de cargos públicos, o que está acarretando no acionamento de outros discursos, não mais apenas religiosos e, sim, políticos e até mesmo ambientais, no processo de perseguição as religiões de matriz africana. Nesse sentido, os discursos acionados estão gerando discussões e, até mesmo, a tentativa de restrições de ordem jurídica em relação as práticas religiosas afro-brasileiras tanto no que se refere ao espaço privado quanto ao espaço público.

Nesse sentido, percebendo que na atualidade há uma reconfiguração na relação entre religião e política, como podemos notar com a elucidação acima, compartilho com Burity quando este defende que a questão já não é mais se a religião deve ou não estar presente na esfera e nas instituições públicas, “mas como dar sentido a esta presença, como perceber suas diferentes modalidades, impactos e fontes e como avaliar as distintas implicações das relações entre esses atores religiosos e seus interlocutores e adversários não-religiosos” (BURITY, 2008, p. 93). Deste modo, em razão da configuração do campo etnográfico em que a Festa de Iemanjá surge, como um elo que relaciona de distintas maneiras os atores religiosos, atores políticos e seus “adversários não-religiosos”, pretendo perceber e apresentar aos leitores a presença de diferentes discursos e práticas nessa relação entre estes distintos atores e campos de ação, que tem a orla da lagoa como espaço de intervenção.

Sendo assim, cabe apresentar, de forme breve, o percurso etnográfico que me levou a perceber as problemáticas em torno das manifestações afro-religiosas no espaço público pelotense. Como já foi exposto acima, participei de Audiências Públicas ocorridas na Câmara de Vereadores de Pelotas, de 2013 a 2015. Apenas uma destas sessões dizia respeito a alvarás de regulamento das casas religiosas, em outras três sessões a discussão foi direcionada aos impasses quanto a realização da Festa de Iemanjá e os problemas ambientais na orla da lagoa. Também participei de reuniões, que ocorreram em diferentes espaços e trataram de diversos assuntos, as quais acompanhei durante o ano de 2014 e início de 2015, assim como acompanhei e participei das duas Festas à Iemanjá nos anos referidos. Além disso, realizei

entrevistas com uma rede de atores sociais de distintos meios: dois representantes políticos, seis representantes religiosos e dois representantes do meio ambiental.

Chamo a atenção que em relação às entrevistas realizadas com os representantes religiosos, houve uma pequena alteração que, na verdade, foi a adição de mais um interlocutor que não estava previsto na seleção feita previamente, totalizando-se no final sete entrevistados de representantes da comunidade religiosa. O processo desta entrevista será devidamente explicado no capítulo seguinte. Destaco também que a proposta inicial do trabalho era entrevistar um representante do poder judiciário, no entanto, não foi possível contatá-lo em razão da realização das entrevistas se aproximarem do final do ano de 2014 e início de 2015, período de festas e de recesso. E também por avaliar, em conjunto com minha orientadora, que o volume de informações já estava demasiadamente excessivo, o que dificultaria a sistematização e o processo interpretativo.

Assim como em outras situações etnográficas em que "o pesquisador se vê constantemente desafiado por limites e dilemas no seu fazer etnográfico" (ENNE, 2014, p. 85), também percebi certa dificuldade de colocar um ponto final na etnografia em razão da complexidade e deslizamento constante da problemática concernente às manifestações religiosas afro-brasileiras no espaço público de Pelotas. E essa questão do desfecho se agravou mais ainda com o incêndio ocorrido na Gruta de Iemanjá, na madrugada do dia 08 de abril de 2015, no Balneário dos Prazeres, o que acarretou na queima total da imagem da orixá e uma danificação parcial da parte interna da gruta. Esse trágico incidente gerou grande polêmica na cidade de Pelotas, mas principalmente na comunidade religiosa afro-brasileira. Contudo, paralelamente ao incidente, estava ocorrendo, no estado do Rio Grande do Sul, uma ampla discussão sobre a criação de um Projeto de Lei (PL – 21/2015) proposto pela Deputada Estadual Regina Becker Fortunati (PDT), o qual propunha a alteração do Código Estadual de Proteção aos Animais, de 2003, recolocando a proposta de proibição de sacrifício de animais nos rituais religiosos[7].

[7] Este confronto entre o universo de religiões afro-brasileiras e algumas tendências do ambientalismo já vem de longa data. E, está relacionado especialmente as acusações de que estas religiões causam maus tratos aos animais nos seus rituais e poluem o espaço público com suas oferendas. Um exemplo da força deste conflito foi a tentativa de imposição de um Código de Proteção aos Animais, em 2003, pela Assembleia Legislativa do RS, que teve como principais atores políticos evangélicos e com o apoio das sociedades protetoras dos animais, os quais obtiveram a aprovação da Lei 11.915. Porém, por pressão dos afro-religiosos, um parágrafo especifico do Código, que proibia sacrifício de animais em rituais religiosos, não foi aprovado.

Deste modo, essa discussão inseriu-se no contexto do incidente com a Gruta de Iemanjá localizada no Balneário dos Prazeres em Pelotas, levando a comunidade religiosa a se questionar sobre uma possível relação existente entre o incêndio da gruta e o projeto que estava em processo de discussão, o que levou a realização de várias reuniões, principalmente na Câmara de Vereadores. Portanto, não pude deixar passar despercebido o trágico acontecimento, mesmo este ocorrendo nas vésperas de entrega final da dissertação, pois vi a necessidade de manter o meu compromisso ético e político com a questão, o que me levou a retomar a etnografia.

Contudo, acreditando que o triste desfecho do meu trabalho seria o sinistro episódio com a Gruta de Iemanjá, ocorreu mais um acontecimento que para a minha felicidade alterou o final da etnografia: a instalação de uma nova imagem de Iemanjá na gruta. Em razão do forte impacto que o incidente provocou não só em Pelotas, mas em outras cidades do estado, foi doada uma imagem de Iemanjá pela Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul, com sede em Canoas[8], para ser colocada na gruta até que a imagem antiga esteja restaurada.

Deste modo, além da observação participante em eventos e realização de entrevistas, diários de campo, exponho que para a construção etnográfica, também utilizei como ferramenta a análise de diversos documentos. Entre eles, obtive acesso a documentos do Ministério Público Estadual (Inquérito Civil Público e outro relativo a pareceres técnicos da SQA sobre os impactos da Festa na orla), gravações de Audiências Públicas da Câmara de Vereadores, reportagens de jornais, fotografias e transcrição de um documento histórico relativo à constituição da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Tendo em vista que este trabalho aborda práticas que poderiam ser classificadas como de intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana, impetradas por dispositivos jurídicos e instâncias do Estado, esta pesquisa se justifica por demonstrar a importância da interface entre o conhecimento antropológico e o campo jurídico. O que está em jogo é a problemática da convivência da diversidade cultural no interior do Estado-Nação. Além disso, os diferentes grupos sociais (religiosos de matriz africana, religiosos de matriz cristã, ambientalistas, etc) vão buscar legitimar suas visões de mundo e lógicas de ação acionando dispositivos

[8] Canoas é um município localizado na região metropolitana do estado (RS) que fica a 270 km de Pelotas.

jurídicos que muitas vezes são contraditórios e, que, no entanto, constituem um mesmo ordenamento jurídico.

Sendo assim, aponto para outra contribuição da minha pesquisa: ao expor os problemas de convivência da diversidade no espaço urbano de Pelotas, cujos acontecimentos evidenciaram as difíceis relações existentes entre a comunidade das religiões afro-brasileiras e o poder público, demonstra-se que a sociedade pelotense reatualiza um passado histórico marcado por repressões e estigmas negativos em relação às manifestações culturais de origem africana. Visibiliza-se, portanto, a existência de práticas de intolerância religiosa e discriminação racial, fatos que são discutidos no movimento negro de Pelotas. Pensando na relevância deste trabalho para a sociedade local, acredito também que ao reconstituir parcialmente a formação do campo das religiões afro-brasileiras na cidade, a pesquisa aborda a força do legado destas na cultura regional.

Assim, no primeiro capítulo será apresentado todo o meu percurso etnográfico e, a partir de orientações metodológicas, exponho quais as maneiras que me levaram a participar de Audiências Públicas, reuniões e seus contextos, bem como as situações das entrevistas, a problematização dos documentos acessados e uma breve apresentação dos interlocutores participantes da pesquisa. No segundo capítulo, exponho, brevemente, a caracterização e a conformação das religiões afro-brasileiras, a forma como se deu historicamente a relação destas com os aparatos estatais e policias, apontando para uma breve discussão teórica sobre as relações entre religião e política, e, com isso, caracterizando a presença negra na cidade de Pelotas.

No terceiro capítulo, elucido a consolidação do campo das religiões afro-brasileiras na cidade e região, sublinhando o processo de legitimação destas em um período fortemente repressivo a suas práticas rituais e, a configuração atual das organizações representativas destas religiões em Pelotas. A partir dessa contextualização do campo religioso, exponho, finalmente, no quarto capítulo, o processo histórico da Festa de Iemanjá e a minha etnografia referente a festividade religiosa ocorrida no ano de 2014, onde se apresentam as questões polêmicas envolvendo a sua realização. Logo, no quinto capítulo, apresento as problemáticas ambientais que cerceiam a Festa de Iemanjá, trazendo para a elucidação as discussões apontadas em Audiências Públicas, nas reuniões, nas entrevistas e nos documentos do Ministério Público Estadual. E no último capítulo, exponho os encontros ocorridos em 2015 referentes a festividade religiosa do mesmo ano, alguns

apontamentos sobre a minha breve participação na cerimônia religiosa e os seus desdobramentos.

Capítulo 1 – Percursos Etnográficos

Neste capítulo, exponho os percursos etnográficos realizados para o estudo das manifestações de religiões afro-brasileiras no espaço público em Pelotas, tomando a Festa de Iemanjá como foco central do estudo. Nesse sentido, seguindo as orientações metodológicas de Clifford Geertz (1989, p. 316-317), considero a Festa e, toda a polêmica que a envolve, como um conjunto de textos a partir dos quais, talvez seja possível a compreensão de um contexto mais amplo. Este contexto mais amplo, pode dizer respeito tanto a maneira como a sociedade pelotense se relaciona, no transcorrer do tempo, com as formas religiosas e culturais afro-brasileiras, como com a presença negra, em si, na cidade.

Ao definir o método etnográfico, Clifford Geertz aponta que além dos procedimentos técnicos corriqueiros (buscar interlocutores, fazer uso do diário de campo e outras formas de coleta e sistematização de dados, etc.), este método se caracteriza pelo tipo de esforço intelectual que exige. Tal esforço implica em mapear e apreender o fluxo do discurso social, que no caso desta pesquisa, apresenta-se não apenas heterogêneo, mas também, contraditório e conflitivo. Visto que, estes discursos são enunciados por atores situados em diferentes lugares sociais, informados, em razão disso, pelas mais diferentes estruturas de significados, esquemas conceituais e interesses. Para tentar tornar inteligível a “multiplicidade de estruturas conceptuais complexas” (GEERTZ, 1989, p. 20), que foram passíveis de serem apreendidas durante a minha etnografia, busco na sequência apresentar os interlocutores e situá-los minimamente em uma arena formada em torno da Festa, a qual envolve representantes da comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas, perspectivas técnicas objetivadas em documentos, representantes do poder público do executivo e do legislativo local, representantes do campo ambiental, etc.

Deste modo, a etnografia realizada percorreu diferentes meios e situações que me levaram a acompanhar – considerando a observação participante e entrevistas – diversos atores sociais perpassando pelas mais diversificadas redes. A configuração do campo me fez buscar outras propostas etnográficas para subsidiar este percurso. Apresento, nesse sentido, o conceito trabalhado por George Marcus (1994) de “etnografia multissituada” ou “multifocada”, que trata de seguir uma determinada problemática nas suas diferentes manifestações e práticas, em diversos níveis de pertencimento (local, regional, nacional, transnacional). Segundo a antropóloga Carla

Teixeira, nesta proposta de etnografia multissituada o etnógrafo constrói seu universo/problema de pesquisa.

> (...) seguindo as pessoas e as coisas envolvidas nesse universo; rastreando as metáforas nos modos de pensar por meio de suas expressões discursivas cotidianas; acompanhando as partes envolvidas em um conflito ou disputa em esferas da vida cotidiana, instituições legais, mídia, internet e instâncias estatais; levantando histórias de vida e biografias para mapear as múltiplas localizações de um universo (TEIXEIRA, 2014, p. 35).

Ressalto que esta etnografia foi constituída percorrendo, observando, dialogando em diferentes espaços e situações, deparando-me, deste modo, com discursos, práticas, posicionamentos e perspectivas distintas sobre uma mesma problemática. Sendo assim, não é uma etnografia convencional que se dedica exclusivamente a um único grupo social, evocando a afirmação de Tereza Caldeira de que o antropólogo "não é mais aquele que reelabora uma experiência para explicitar a realidade de uma cultura, com uma abrangência e uma coerência impossível para aqueles que a vivem no cotidiano" (CALDEIRA, 1988, p. 142). O trabalho do etnógrafo consiste em experenciar, junto com os seus interlocutores, o problema em foco e apresentar no seu texto a pluralidade de vozes que são suscitadas por este problema, sendo ele também uma das vozes desse processo, e como tal, socialmente situada, e não mais a "autoridade monológica" ordenadora da realidade que observa.

> Da maneira que eu a vejo, a crítica pós-moderna à antropologia terá sentido se, ao questionar a autoridade monológica do antropólogo, ao quebrar a sua condição de única voz ou voz totalmente dominante, criar condições para que sua presença se transforme em uma outra coisa, mas sem desaparecer. E essa outra coisa é, a meu ver, uma presença crítica, que não se furte a considerar a sua relatividade, a sua existência entre outras, mas que também não se furte a entrar no jogo de forças em que a pesquisa antropológica se faz para fornecer uma interpretação que se define em termos críticos e políticos. (CALDEIRA, 1988, p. 151)

Gilberto Velho ao discutir a proposição de Da Matta de que o trabalho antropológico consiste em transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico, irá problematizar o conceito de distância implícito a esta proposição. Coloco isso porque me dediquei, nesta etnografia, ao estudo de formas culturais e seus emaranhados políticos na cidade onde eu nasci e cresci. No entanto, este universo de significados fisicamente próximo a mim está repleto de distanciamentos sociais e

simbólicos. Obviamente que sempre ouvi falar de umbanda e batuque, inclusive a partir do meu próprio ambiente familiar. Mas a etnografia, especialmente a observação participante da Festa de Iemanjá, implicou em me deslocar do meu universo de classe média branca para um universo em que há a presença marcante de classes populares, caracterizada por outros pertencimentos étnico-raciais.

A desnaturalização do meu lugar social foi vivida por meio de uma negociação intensa no seio familiar para que a etnografia fosse levada a termo. Isso se fez presente, por exemplo, nas ocasiões em que participei em reuniões na sede da Federação no turno da noite, por estar localizada em uma região da cidade – bairro Porto – classificada como perigosa, imprópria, portanto, a circulação de uma jovem mulher solteira. O distanciamento do meu universo social com situações e lugares considerados perigosos, por serem de predomínio das classes populares foi sentido, mais intensamente, quando comuniquei aos meus pais a minha intenção de participar da Festa de Iemanjá e, inclusive, pernoitar no lugar. O condicionamento colocado por meus pais, consistiu em aceitar a companhia deles para pernoitar no local, contudo só consegui negociar mediante a alternativa do acompanhamento de uma amiga e colega de graduação – Ariane. Mesmo assim, para amenizar o pânico de que poderia ser roubada, saí sem levar equipamentos de valor, como máquina fotográfica, o que limitou o meu registro imagético da Festa. Na observação da Festa de Iemanjá de 2015, sem a presença de amigas para me acompanhar, foi inegociável a participação de meus pais comigo, mesmo que não tivesse a proposta de pernoitar e da minha intenção de realizar apenas uma observação distanciada do evento religioso. Obviamente que isso ocasionou limites a minha circulação pelo evento, ao mesmo tempo que foi uma oportunidade para eles terem uma outra perspectiva sobre o lugar. Não desconheço, obviamente, os indicativos, dados inclusive por moradores do bairro e representantes religiosos de que o local é conhecido por índices de violência e contravenções. Mas as experiências relatadas apontam, sem dúvida, para o distanciamento das classes médias pelotenses em relação a esses universos periféricos e/ou situações que reúnem uma quantidade significativa de pessoas de classes populares, como é o caso da Festa de Iemanjá.

Tem, no mínimo, outros dois aspectos que impactaram a minha etnografia: o fato de eu ser jovem e mulher e o fato de me apresentar como estudante de Mestrado, representando, com isso, a presença da Universidade em situações que eram marcadas por embates envolvendo perspectivas técnicas.

Percebi nas minhas primeiras tentativas de dialogar, especialmente com integrantes do universo político, que era tratada com complacência, mas ao mesmo tempo sem ser levada muito a sério. É importante informar que nas diversas situações de audiências e reuniões em que participei, sempre houve uma predominância masculina. Com o intuito de ser levada mais a sério e ao mesmo tempo ser respeitada na minha condição de pesquisadora, acabei alterando formas cotidianas de vestimenta e de trato da aparência.

Na medida em que era assimilada a minha imagem de representante do universo acadêmico passou a ocorrer, por parte de diversos atores, tentativas de apropriação da minha presença ou do que ela poderia representar nestas situações conflitivas, em que estava em jogo questões sobre as quais a minha área de conhecimento possuía competência para tratar. Sobre isso estarei discorrendo na sequência do texto. E, nos pontos seguintes, será apresentado o percurso etnográfico realizado, especialmente no ano de 2014, para a pesquisa, em ordem cronológica dos acontecimentos em campo: inicialmente a minha participação em Audiência Públicas e reuniões, em seguida, a participação na Festa de Iemanjá de 2014, as situações de entrevistas, o uso de documentos e apresentação dos interlocutores.

1.1 Olhar, ouvir: a participação nas Audiências Públicas e reuniões

A etnografia para fins de elaboração dessa dissertação iniciou em 2013 com minha participação em uma Audiência Pública sobre a exigência de alvarás de funcionamento para as casas religiosas, por parte da Prefeitura. Esta Audiência ocorreu na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas. Além desta, participei de mais três sessões no plenário da Câmara Municipal de Vereadores, totalizando no trabalho etnográfico a participação em quatro Audiências Públicas, entre 2013 e 2015. Além do debate sobre os alvarás, estas Audiências tematizaram a Festa de Iemanjá e a degradação ambiental do Barro Duro.

O trabalho etnográfico também contou com minha observação participante em reuniões realizadas na sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros e em espaços do poder público local, as quais tratavam principalmente assuntos referentes aos preparativos da Festa de Iemanjá. Estas reuniões ocorreram no mês de janeiro de 2014, um mês antes da cerimônia religiosa, e tive o

conhecimento de todas elas através de Joabe, o qual entrava em contato comigo via rede social “Facebook”[9] ou pelo celular. Como minha inserção na arena de disputas, envolvendo a Festa de Iemanjá deu-se inicialmente via Federação, em razão do vínculo prévio já estabelecido com Joabe, por ocasião da minha pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso, essa fase da minha etnografia foi marcada por uma relação muito próxima com a Federação. Como descreverei adiante, ao mesmo tempo que esta relação me proporcionou o acesso a dados importantes, por outro lado gerou uma leitura por parte de outros futuros interlocutores. A de que meus presumidos posicionamentos políticos, sobre os temas em disputa estariam estreitamente alinhados com os de Joabe[10].

Certamente esta leitura foi potencializada pelas estratégias explícitas por parte do presidente da Federação em transformar a pesquisa também em uma arma política, obviamente ao seu favor, nas diversas disputas travadas.

Esta proximidade foi aos poucos se desconstruindo a partir de dois fatores: quando Joabe percebeu que minha pesquisa não seria uma simples reprodução (e legitimação) das perspectivas e posicionamentos da atual diretoria da Federação, embora sempre tenha tido o ensejo de respeitá-la, como todas as outras interlocuções; porque não consegui retribuir, no tempo esperado, as expectativas de aprofundar ou até mesmo auxiliar no encaminhamento de algum processo de patrimonialização da Gruta de Iemanjá ou até mesmo da Festa.

Apesar de já estar em um processo de elaboração da dissertação, em 2015 voltei a participar de reuniões e Audiência Públicas, que aconteceram em um número bem menor. Nestas ocasiões, o acesso a informação sobre tais ocorrências se deu por meio do vínculo com Juliano Silva, militante umbandista que não possui um vínculo orgânico com a Federação.

Abaixo exponho, em um eixo cronológico, minha participação nestes acontecimentos, buscando expor os dilemas metodológicos que isso acarretou e como ocorreu, paulatinamente, minha inserção nesta arena e construção de uma rede

[9] Somos “amigos” no Facebook desde o nosso primeiro encontro na realização da minha monografia em 2012, intitulada “*Religiões de Matriz Africana: Entre o Reconhecimento e a Intolerância Religiosa”*, sobre intolerância religiosa em relação as religiões afro-brasileiras na cidade de Pelotas.

[10] Como alerta Ana Lúcia Enne (2014, p.85), ao se envolver com universos de pesquisa que possuem fortes demandas por intervenções ou posicionamentos políticos e éticos, e que são caracterizados por uma diversidade de posicionamentos conflitantes, “...o antropólogo muitas vezes se vê envolvido em jogos de construção de identidades e alteridade sobre os quais tem pouco controle”.

de interlocutores. Ressalto que tanto as Audiências das quais participei foram gravadas pela TV Câmara e as gravações me foram cedidas, através de um pedido formal endereçado à Câmara de Vereadores. Já as reuniões foram registradas em caderno de anotações e transformados em diários de campo.

1.1.1 As notificações sobre alvarás

Tomei conhecimento da primeira Audiência por meio do colega de graduação e bàbálorixá Eurico Nunes, que havia sido meu interlocutor na realização do TCC. Esta Audiência aconteceu no dia 10 de julho de 2013, às 19 horas, na Câmara de Vereadores. Até aquela ocasião não tinha completa clareza sobre o problema de pesquisa que guiaria o projeto de mestrado. Apesar de não tratar diretamente da Festa de Iemanjá, esta experiência etnográfica foi extremamente importante como um primeiro exercício de mapeamento do caráter das relações, na atualidade, entre o poder executivo local (ou alguns setores dele), algumas instâncias do poder judiciário e o universo das religiões afro-brasileiras. Para tornar compreensível a importância desta Audiência, descrevo brevemente a problemática de que era objeto.

Na Audiência houve a participação de autoridades, representantes políticos e religiosos, os quais eram: o promotor do Ministério Público Estadual – Paulo Gentil Charqueiro; a secretária Municipal da Gestão e Mobilidade Urbana – Josiane Almeida; o presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos AfroBrasileiros, Joabe Bohns; o presidente da Federação de Cultos Afro-Brasileiros (FECAB), Marcos Abreu; o presidente da União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros (URUCAB), Josué Martins. Ainda estavam presentes, o assessor jurídico da FECAB – Álvaro Lobato e assessor de gestão pública da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros – Jonas Maia. Os vereadores presentes eram: o presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Fernandes de Ornel (DEM); o vereador Ricardo Santos (PDT); o vereador Marcos Ferreira, Marcola (PT), sendo estes os vereadores proponentes da Audiência Pública. A maioria destes atores seriam os protagonistas das inumeráveis situações etnográficas que passei a participar, desde então, sobre a Festa de Iemanjá. Nesse sentido, foi uma primeira ocasião para perceber os diferentes posicionamentos dentro desta arena. Já nesta primeira

observação participante, percebi a complexidade e dinâmica das relações entre política e religião no contexto local.

Cabe destacar que, além da intensa participação de autoridades e representantes religiosos, o auditório do plenário estava completamente lotado por outras lideranças e atores da comunidade afro-religiosa de Pelotas. Além disso, muitos estavam vestindo roupas características da religião, como: ojá[11] na cabeça na cor branca, camisetas e calças brancas, bem como saias coloridas e brancas.

Nesta Audiência Pública, discutiu-se, especialmente, a solicitação de alvará de funcionamento de templos religiosos por parte da Secretaria Municipal de Gestão e Mobilidade Urbana. Segundo as informações que circularam na Audiência, a Secretaria estava sendo pressionada pelo Ministério Público Estadual para tomar a iniciativa de regularizar qualquer pessoa jurídica que exercesse atividade, seja comercial, religiosa ou educacional. Levando-se em consideração que esta regularização teria a finalidade de controlar o uso e ocupação do solo, evitando-se a alocação de pessoas em locais incompatíveis e inconvenientes. Deste modo, todos os templos religiosos, incluindo os de religiões afro-brasileiras, passaram a ser notificados sobre os alvarás de funcionamento[12].

A Secretaria Municipal supracitada, a partir desta requisição do Ministério Público, emitiu notificações as casas religiosas para que regularizassem a sua situação, de acordo com a Lei nº 5.832 de 2011, relativa ao Código de Posturas de Pelotas[13]. Para a obtenção do alvará de localização e atividade é exigido pela mesma lei alguns documentos, como: Cópia da Carteira de Identidade do administrador, representante legal e dos sócios; Carta de Habitação (Habite-se) do estabelecimento e Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios. Este último, quando exigido pelos

[11] A cabeça é a parte do corpo mais importante na cosmologia afro-religiosa porque é a parte que guarda o axé e por isso deve ser coberta com um pano ou *Ojá,* como uma proteção ao axé.

[12] Segundo as palavras do promotor Paulo Charqueiro, a origem desta problemática é a seguinte: “Em julho de 2002, se recebeu uma denúncia de maus tratos aos animais numa determinada zona da cidade e aí se pediu para a Secretaria de Gestão Municipal e Urbana verificasse a procedência da denúncia. Agentes fiscais foram lá e constataram que não havia maus tratos, mas que havia atividade de templo religioso sem alvará para o funcionamento”. (Promotor Paulo Charqueiro, Audiência Pública do dia 10 de julho de 2013).

[13]Segundo esta Lei: “Todas as pessoas físicas ou jurídicas que explorem no território deste Município, a indústria, o comércio ou prestem serviço, em qualquer de suas modalidades, ainda que sem estabelecimento ou localização fixa, ou que, individualmente, exercem qualquer profissão, arte, ofício ou função, ficam obrigados a obterem o licenciamento municipal pertinente antes do início de sua atividade, respeitadas as legislações específicas”. (Lei nº 5832 do Código de Posturas do Município de Pelotas).

órgãos públicos, engloba a legislação do PPCI – Plano de Prevenção Contra Incêndio – criado pelo Corpo de Bombeiros para proporcionar maior segurança às pessoas.

Embora tanto o promotor quanto a secretária municipal, ali presentes, ressaltassem que não estavam notificando exclusivamente as casas religiosas afro-brasileiras, foi esta comunidade que se mobilizou intensamente, não havendo manifestações sobre notificações para centros religiosos de outras denominações (católicas ou pentecostais). Não vai ser possível expor aqui, toda a densidade dos diversos posicionamentos verbalizados nesta Audiência, até porque fugiria dos objetivos deste capitulo. Mas, penso ser relevante apontar como a comunidade religiosa ou seus representantes políticos se perceberam diante desta situação e a interpretaram.

Um dos estranhamentos em relação a esta exigência de alvarás é de caráter mais formal. O vereador Ademar Ornel, por exemplo, conhecido como um dos representantes da comunidade umbandista no legislativo local, argumentou que a aplicação da lei era equivocada, pois o Código de Posturas do Município se referia a estabelecimentos industrias e comerciais, o que não era o caso. Para além desta interpretação conflitiva dos dispositivos legais, reclamava-se ostensivamente do poder público municipal não ter constituído um fórum de debates sobre o tema antes de fazer as notificações, tomada como uma medida extrema, além da forma truculenta e arbitrária com que alguns agentes que procederam as notificações teriam atuado. Argumentava-se ainda sobre a especificidade dos locais de culto de umbanda e batuque: geralmente minúsculos, agregadores de um público pequeno e não necessariamente descolados dos próprios locais de residência dos seus sacerdotes. A carência material dos praticantes desta religião ecoou, no entanto, como um dos principais argumentos de que não se deveria “tratar os desiguais de forma igualitária”[14], sem contar a significativa função pública destas religiões que sob a égide da caridade, atendiam prioritariamente pessoas com problemas de saúde e desordens diversas, que não possuem condições de acessar outros tipos de serviços ou que tem um acesso precário aos serviços públicos. A forte queixa pela falta de reconhecimento de setores políticos e judiciários desta função social da religião foi acompanhada, no pronunciamento de diversos representantes políticos e da comunidade religiosa, pela denúncia de que a ação da Prefeitura caracterizava “uma perseguição com a nossa

[14] Vereador Ademar Ornel, Audiência Pública do dia 10 de julho de 2013.

religião”[15], fazendo-se uso, em vários pronunciamentos, da categoria ‘intolerância religiosa’.

Exponho, embora de forma sintetizada, posicionamentos que circularam por esta Audiência, porque deparei-me nela com algumas questões e aspectos que encontraria com regularidade no transcorrer da minha pesquisa: a tensão entre uma lógica fragmentária e uma lógica unificadora dentro do campo religioso afro-brasileiro. Com vários integrantes disputando a legitimidade da representação política, mas apresentando-se por meio de uma performance pública em que confrontavam um inimigo ou problema comum, de maneira unificada. Estas foram: a ausência de sensibilidade do poder público para com a particularidade tanto cultural quanto socioeconômica das religiões afro-brasileiras, caracterizada pela tomada de procedimentos apoiados estritamente em argumentos legais burocráticos, que não eram antecedidos pela constituição de fóruns de construção de consensos dialogados; a publicização de uma atitude de resistência a arbitrariedades, por parte da comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas, encontra-se intimamente dependente da representação que possuem no legislativo local na figura de vereadores específicos. A defesa da umbanda e do batuque, por parte de alguns representantes no legislativo municipal, tem como ônus a apropriação e transformação, por parte destes, das problemáticas da comunidade religiosa em recursos para alimentar disputas políticas ou por posições que não necessariamente dizem respeito aos interesses do campo religioso afro-brasileiro, estritamente falando.

1.1.2 As reuniões da primeira quinzena de janeiro de 2014

Após a Audiência sobre os alvarás, mantive um constante contato com Joabe pelo Facebook visando construir a minha entrada no campo, respeitando os representantes religiosos formalmente constituídos. Após a Audiência, ainda visando avalizar minha entrada em campo, tivemos uma reunião, eu e minha orientadora, na

[15] Joabe Bonhs, presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Audiência Pública do dia 10 de julho de 2013. Paulo de Xangô, outra liderança religiosa, fazia uma relação direta entre as possíveis consequências da exigência de alvará e as experiências de perseguição religiosa vividas no passado desde o período colonial: “vai invadir a polícia e vão prender os pais de santo e os caciques. Não quero mais que volte isso, a gente tem que ter consciência disso, de que isso vai nos levar a isso. Se passar essa lei é isso que vai acontecer conosco [aplausos]”. (Paulo de Xangô, Audiência Pública do dia 10 de julho de 2013).

sede da Federação com o seu presidente, buscando esclarecer os objetivos da pesquisa e o aval desta instância para que esta acontecesse.

Esta aproximação paulatina, gerou convites para a minha primeira participação nas reuniões da Federação envolvendo as polêmicas sobre a realização da Festa de Iemanjá no ano de 2014. A primeira delas ocorreu no dia 04 de janeiro, na qual Joabe fez questão de expor publicamente a minha pesquisa para os membros da diretoria e o público presente, e explicitar que a minha participação traria bons frutos para a Festa, o que não deixava de ser uma forma de me comprometer com a pauta em questão, tal como definida por ele. Cabe apontar que no dia da reunião estavam presentes, aproximadamente, 35 pessoas, entre elas, o presidente da Federação, Joabe Bohns, o vice-presidente, Oscar Fiss, e o presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Ornel. Na reunião, o vereador Ademar Ornel expôs a proposta da Prefeitura em relação a mudança do local de acampamento dos centros e terreiras na orla da lagoa durante a Festa de Iemanjá, o qual, de acordo com propostas do poder executivo, poderia ser na Praça Aratiba. O vereador também assinalou sobre o possível deslocamento do lugar original da Gruta de Iemanjá, localizada no calçadão da praia do Barro Duro, para a referida Praça. Estava-se no ápice das tensões entre o poder executivo municipal e a comunidade umbandista, mobilizada também por meio dos seus representantes no legislativo local, em razão da proibição dos acampamentos religiosos na APP da orla da laguna, conforme será explorado em capítulo subsequente.

Assim, no final da reunião, inesperadamente Joabe me chamou para que eu me apresentasse aos demais. Ao me pronunciar, esclareci rapidamente o meu interesse pela Festa como pesquisadora do curso de pós-graduação em Antropologia pela Universidade Federal de Pelotas. Insatisfeito com a minha breve apresentação, Joabe fez questão de ponderar, na presença de todos, que a pesquisa poderia auxiliar, de alguma forma, na realização da Festa. Exigindo-me uma garantia de auxílio à Festa, não consegui me posicionar de forma diferente, explicando que a minha contribuição, de forma imediata, poderia estar relacionada a questão referida pelo vereador sobre a possível mudança de localidade da Gruta de Iemanjá. Propus que informaria essa situação aos meus professores, os quais poderiam me orientar sobre uma possível abertura de processo de patrimonialização da Gruta, processo que poderia assegurar a sua permanência no local originário.

Sabendo do meu interesse de pesquisa pela Festa de Iemanjá, Joabe sempre deixava claro em nossos encontros, tanto formais quanto informais, que solicitava a minha participação no processo de preparação para a realização da Festa para auxiliar na pesquisa, bem como para a pesquisa amparar a efetivação da festividade. Isto é, esclarecendo que a sua intenção de estabelecer uma relação com a pesquisa conferia uma troca de favores. Estava diante do processo de construção de "moedas de troca", inerente a qualquer pesquisa etnográfica (BARROSO, 2014).

Um segundo convite para a participação em reuniões, que buscavam equacionar os problemas relativos a Festa daquele ano, me levou até a Câmara de Vereadores, acompanhando o presidente da Federação, no dia 08 de janeiro de 2014. Abaixo, um trecho do meu diário de campo:

> Na reunião estavam presentes: o presidente Ademar Ornel (DEM), os vereadores Rafael Amaral (PP), Ricardo Santos (PDT) e Marcos Ferreira – Marcola (PT). Também estava o superintendente da Secretaria de Qualidade Ambiental, o qual só chamaram de "Preto", no dia. Foi o "Preto" que explicou a situação imposta pela SQA, a qual solicitou ao Ministério Público para resolver a questão. Deste modo, ele explicou que o Promotor Paulo Roberto Gentil Charqueiro se posicionou contra o acampamento na orla da lagoa, a qual é uma APP (Área de Preservação Permanente), pois o acampamento realizado da mesma forma que nos anos anteriores durante a Festa pode danificar aquela área, uma vez que os acampamentos são considerados semelhantes as moradias pela SQA. Esta não reconhece o acampamento como parte do ritual religioso, logo o MP também não reconhece essa prática como integrando o próprio ritual, mas apenas como uma prática subsidiária a ele. (Diário de campo, 08 de janeiro de 2014).

Se na primeira reunião fui apresentada ao embate entre a comunidade religiosa e o poder público municipal, nesta, foi possível identificar melhor os atores envolvidos, como a Secretaria de Qualidade Ambiental e o Ministério Público Estadual, bem como a problemática de fundo que estaria impedindo a realização da Festa de Iemanjá como tradicionalmente ocorre: a presumida incompatibilidade dos acampamentos religiosos com o status de APP da área em que estes eram realizados. Do ponto de vista da minha inserção em campo, Joabe sugeriu, antes de chegar ao local, que eu me identificasse como sua secretária caso houvesse alguma indagação sobre a minha presença. Quando passei a ser notada a partir do uso do caderno de anotações, fui questionada pelo vereador Ricardo Santos se era jornalista, respondi então que sou antropóloga e que estava fazendo a minha pesquisa sobre a Festa de Iemanjá. Me inseria, deste modo, um pouco mais naquela rede de relações articulada em torno das polêmicas que cerceavam a Festa, criando, certamente, expectativas e leituras não

necessariamente consensuais sobre o lugar que deveria assumir dentro dela. Quanto mais aumentava a minha inserção dentro desta rede e, minha relação com pessoas situadas em posições diferentes, mais difícil se tornava o estabelecimento da tradicional “relação de empatia e compromisso” inerente a qualquer etnografia (ENNE, 2014, p. 87).

A reunião seguinte ocorreria no dia 11 de janeiro de 2014 na sede da Federação. Tão logo cheguei, fui encaminhada para a sala da presidência pelo senhor Joabe, onde me aguardavam o vereador Ricardo Santos e seu assessor. Ele queria conhecer mais detalhadamente a minha pesquisa, em razão de estar tramitando um Projeto de Lei de sua autoria referente a Festa de Iemanjá. Dialogamos rapidamente sobre a possibilidade de patrimonialização da Gruta de Iemanjá e da Festa, demanda que levaria posteriormente ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Ricardo Santos foi o único representante do legislativo nesta reunião, que teve aproximadamente 25 pessoas, representantes de centros e terreiras. Foi uma reunião de esclarecimento aos presentes sobre a problemática em foco, bem como de planejamento da Festa em si, para a qual o vereador presente se responsabilizou de disponibilizar um caminhão para transportar a imagem de Iemanjá, junto com os fiéis, para a orla no dia estipulado. Ricardo Santos se responsabilizou ainda pela sonorização e pela articulação, junto aos pescadores do empréstimo das embarcações que levariam a imagem, por meio da Laguna dos Patos, do Balneário Santo Antônio ao Barro Duro.

Afora os posicionamentos explicitados na Audiência sobre o tema em debate, os quais serão detalhados nos capítulos seguintes a partir de fontes diversas, dois fatores me chamaram a atenção na realização desta reunião. Um deles diz respeito à ritualização da relação entre o campo político e o campo religioso, por meio da homenagem realizada pelo presidente da Federação ao vereador presente, ao presenteá-lo publicamente com uma placa e com uma imagem do Caboclo Sete Encruzilhadas, como contradádiva ao apoio que este estava dando para a realização da Festa. Outro fator diz respeito à relação da Federação com as outras instâncias de representação das religiões afro-brasileiras de Pelotas. Se na Audiência Pública sobre os alvarás anteriormente descrita, realizada em um espaço externo ao campo religioso, havia um discurso de unificação, agora ressaltava-se as discrepâncias entre as mesmas, no pronunciamento do presidente da Federação:

> Ele [Joabe] falou que tinha convidado as outras Associações e nenhum representante estava presente, e disse que depois os outros (referindo-se as outras Associações e Federações de religião afro-brasileiro) querem aparecer só no dia da festa e não ajudam a fazer a Festa. Isso sobra só para a Federação. (Diário de campo, 11 de janeiro de 2014)

O percurso pelas reuniões teve prosseguimento no dia 17 de janeiro de 2014, data em que estava marcada uma Audiência Pública sobre a Festa, chamada pela Câmara de Vereadores e representantes das religiões afro-brasileiras. Algumas horas antes da Audiência, marcada para às 19 horas, a assessoria da vice-prefeita Paula Mascarenhas[16] chamou o presidente da Federação e outros representantes políticos para esclarecer o posicionamento da Prefeitura sobre a tradicional Festa de Iemanjá, assim como os preparativos para a mesma. Tornava-se claro, então, que a mobilização que a comunidade religiosa e seus representantes articulavam nas últimas semanas começava a repercutir socialmente e ter seu efeito no âmbito do executivo. Tão logo foi convocado para a reunião, Joabe me comunicou da mesma, convidando-me a participar.

Na reunião a vice-prefeita assinalou que, apesar da Prefeitura reconhecer a importância da cerimônia religiosa, considerando-a patrimônio histórico-cultural da cidade, o Ministério Público Estadual estava fiscalizando as ações da Prefeitura naquela área por ser uma APP, cobrando uma posição em razão da degradação ambiental que a orla da praia estava sofrendo. Por este motivo, a vice-prefeita, propôs na reunião uma mudança do local originário dos acampamentos para a Praça Aratiba, o que já havia sido explicitado em outras reuniões por representantes da SQA. No entanto, o local sugerido não foi aceito pelo presidente Joabe, nem pelo vereador Ricardo Santos que também estava presente na reunião, os quais propuseram que os acampamentos religiosos poderiam se fixar a partir das pedras em direção a voçoroca e a Gruta. Assim, o vereador tentou esclarecer aos representantes do executivo[17] que o acampamento é uma prática ritual que a Festa contempla, sendo essencial para as terreiras trabalharem a noite inteira. Portanto, a referida praça por ser distante do espaço onde acontece a Festa, não seria uma boa opção, visto que o povo de santo

[16] A reunião foi com a vice-prefeita Paula Mascarenhas, a qual estava tomando posse da Prefeitura momentaneamente em razão das férias do Prefeito Eduardo Leite.

[17] Representantes do poder executivo presentes na reunião: a vice-prefeita Paula Mascarenhas; o superintendente da Secretaria de Cultura (SECULT) – Francisco Manoel Pereira Rangel; o líder do governo – vereador Luiz Henrique Viana (PSDB), e também estava presente na reunião a secretária de qualidade ambiental – Bruna Alves, a qual estava substituindo momentaneamente o cargo do até então secretário (Neiff Satte Alam) em razão das férias do secretário.

necessitava de um lugar próximo à Gruta, aos elementos da natureza, para se alimentar, alimentar os orixás e descansar. Pode-se observar que o vereador busca traduzir para representantes do executivo, o significado da orla para comunidade religiosa de acordo com princípios da sua própria cosmologia, fazendo frente, nesse sentido, ao predomínio do discurso ambientalista[18].

Chamou-me atenção, ainda, no posicionamento da vice-prefeita, a sua referência a laicidade do Estado, o que impedia a Prefeitura de ter um posicionamento religioso (contra a Festa, no caso). Sendo uma das esferas do Estado, o entendimento era de que a Prefeitura deveria lutar pela liberdade religiosa, assegurada pela Constituição Federal de 1988. Deparava-me, então, pela primeira vez, com argumentos desta ordem. Assim como me chamava a atenção, o acionamento da categoria patrimônio por parte da representante do executivo[19]. Outro indicativo de que a Prefeitura adotou uma posição mais flexível diante das pressões políticas foi o aumento da verba para a realização da Festa de R$1.500,00 para R$5.000,00.

Avisada em cima da hora, tive acesso às dependências onde ocorreria a reunião apresentando-me como secretária do presidente da Federação, conforme sugestão deste. Nos momentos que antecederam à reunião propriamente, houve um diálogo relativamente tenso entre o advogado da Câmara de Vereadores, Joaquim Folha e o presidente da Federação, com o primeiro insistindo junto ao segundo que não poderia aceitar qualquer espaço para os acampamentos imposto pelo poder executivo. Nas conversas informais que se sucederam a reunião, também houve ocasião para afirmar a minha condição de mestranda na área de antropologia, com pesquisa em andamento sobre a Festa, o que ocasionou surpresa, por parte da vice-prefeita, mas sem maiores desdobramentos.

1.1.3 A Audiência sobre a Festa de Iemanjá de 2014

Esta Audiência Pública foi resultado dos sucessivos e tensos desencontros sobre os critérios a serem obedecidos para a realização da Festa de Iemanjá aquele

[18] Outros detalhes sobre os posicionamentos explicitados nesta reunião serão apresentados nos capítulos posteriores.

[19] Talvez um desdobramento de toda essa polêmica tenha sido a escolha do patrimônio afro-brasileiro, por parte da SECULT, como tema da semana de comemoração do Dia do Patrimônio promovido sempre em agosto.

ano, fomentados entre atores situados em diversos campos de atuação. A justificativa para a Audiência, lida pelo vereador Ricardo Santos, era:

> A presente proposição tem o objetivo de debater a Festa de Iemanjá, uma das mais importantes festas do sincretismo religioso com grande apelo cultural que conta com grande parte da população pelotense, o evento faz parte do calendário oficial da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros e também da Prefeitura Municipal de Pelotas. (Vereador Ricardo Santos, Audiência Púbica de 17 de janeiro de 2014)

As autoridades presentes na mesa para o debate, foram: o presidente da Câmara de vereadores Ademar Ornel (DEM); vereador Ricardo Santos (PDT); vereador Marcos Ferreira (Marcola) (PT); vereador Carlos Alberto dos Santos Passos (Beto da Z3) (PT); vereador Rafael Amaral (PP); vereador Edmar Campos (Gaúcho) (DEM); vereador Tenente Bruno (PT); Luiz Henrique Viana (PSDB) como representante do governo na Câmara; Joabe Bonhs, presidente da Federação Sul-riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros; Josué Martins, presidente Da União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (URUCAB); Marcos Abreu, presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros, Umbanda e Quimbanda (FECAB). Além disso, estavam presentes representantes da Brigada Militar: Capitão Daniel Silva, Comandante em exercício do 4º Bpm, e Capitão Bastos Alves, Sub Comandante em exercício do 4º Bpm. Destaca-se ainda a participação de Fábio Gonçalves, Presidente do Conselho para Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de Pelotas. Foi uma Audiência tensa, marcada por pronunciamentos de fortes críticas ao poder executivo municipal, emitidos, principalmente, pelos vereadores que se colocam como representantes da umbanda no legislativo e por outros que ocupam o lugar de oposição, em termos político-partidários.

Em relação ao público presente na Audiência, não houve uma completa lotação do espaço por membros da comunidade religiosa, embora esta tenha tido uma presença significativa. Destaca-se a presença de Ivan Vaz, como representante do movimento ambientalista de Pelotas. Assim como outras lideranças religiosas, como por exemplo, Juliano Silva, Joice Duarte e Carlos Alberto Pereira, que em razão de suas recorrentes participações neste tipo de mobilização foram entrevistados para esta dissertação.

Deste modo, as discussões travadas na Audiência giraram em torno da proibição dos acampamentos religiosos, visto que estavam sendo impedidos de serem realizados na orla do Balneário dos Prazeres em razão desta ser considerada uma Área de Preservação Permanente. Esta Audiência, foi fundamental para compreender uma diversidade de posicionamentos que me vinham sendo apresentados, de maneira fragmentada nas reuniões que havia participado. A multiplicidade e complexidade dos argumentos apresentados serão abordados nos demais capítulos, embora seja difícil, em razão da extensão e densidade da Audiência, contemplá-los na sua integralidade neste trabalho. Assinalo, ainda, que a Audiência foi fundamental para conhecer representantes da comunidade religiosa afro-brasileira que não são vinculados à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. É possível afirmar que, foi a partir desta Audiência, que sinalizei os possíveis interlocutores que seriam posteriormente entrevistados.

Dentre as deliberações, sobressaiu que a Festa de Iemanjá seria realizada na orla da praia, a partir do restaurante Dois Fornos até a Gruta de Iemanjá, como mostra no pontilhado em vermelho no mapa abaixo, único espaço permitido para os acampamentos para fins religiosos, que deveriam ter a duração de 31 de janeiro até 02 de fevereiro.

Figura 1: Mapa da orla do Balneário dos Prazeres. Fonte: Google Earth

A festa se mantinha, mas abarcando um período de tempo extremamente reduzido em relação ao que vinha se desenhando há décadas, assim como uma restrição significativa em relação a ocupação do espaço. Outra deliberação foi a

realização da “1ª Marcha À Favor da Liberdade Religiosa e Contra a Discriminação Racial em Pelotas: ‘Festa de Iemanjá, temos o direito de realizar!’”, planejada para o dia 22 de janeiro, com concentração de fechamento em frente ao prédio da Prefeitura.

1.1.4 A continuidade das negociações pela realização da Festa

Para organizar a realização da 1ª Marcha, deliberada nesta última Audiência, a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros chamou uma reunião para o dia 21 de janeiro de 2014, a qual Joabe me convidou para participar. Chamo a atenção que neste encontro não foram muitos membros da comunidade religiosa, destaco apenas a presença da Maria Ochoa, do Carlos Alberto Pereira e Juliano Silva. Também presenciaram a reunião: a diretoria da Federação (Oscar Fiss, Giovane Araújo e Maurício Feijó), o vereador Ademar Ornel, o ex-chefe de gabinete da Presidência da Câmara, Paulo Coitinho, um representante do Movimento Negro de Pelotas, Giovane Lessa e dois representantes da “Maria Bonita Comunicação[20]” (um site de assessoria de imprensa, fotografia, audiovisual e mídia social). Antes de iniciar a reunião, estes fizeram uma rápida entrevista com Joabe sobre os problemas que estavam ocorrendo com a Festa de Iemanjá do mesmo ano. Ressalto que o presidente da Federação insistiu para que eu falasse durante a entrevista sobre a festividade religiosa, mas não aceitei o convite temendo ser enquadrada como uma representante da Federação.

A preocupação central da reunião era com a organização da caminhada. Um dos pontos problematizados foi sobre a presença da comunidade religiosa, a qual, no entendimento dos religiosos presentes, deveria ser visivelmente marcante para que a sociedade e o poder público local percebessem a existência da união entre os umbandistas e africanistas e, que, o objetivo de todos seria a realização da Festa. Outra questão discutida foi sobre a possibilidade do aparecimento de algum representante do executivo municipal, no momento que os religiosos chegassem em frente ao prédio da Prefeitura. A sugestão do presidente e da diretoria da Federação era a de que não houvesse vaias porque a Marcha tinha que ser pacífica e, não, político-partidária. Paulo Coitinho, chefe do gabinete da Presidência da Câmara,

[20] Maiores informações ver: www.mariabonitacomunicacao.com.br

também fez questão de frisar que o vereador Ademar Ornel não participaria da Marcha para não ir contra o executivo, pois, segundo ele, o presidente da Câmara já tem alguns atritos políticos com os representantes da Prefeitura.

No dia 22 de janeiro, data da Marcha, fui convidada mais uma vez, inesperadamente, por Joabe a participar de uma reunião às pressas na sede da Federação, algumas horas antes da mobilização. Ao chegar na sede, deparei-me não apenas com Joabe e, sim, com uma marcante presença política masculina na sala da presidência e, eu como “bendito fruto” ou, melhor ainda, como “perdido fruto” entre os presentes. Os presentes na reunião eram: presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Ornel; o ex-chefe de gabinete da presidência da Câmara de Vereadores, Paulo Coitinho; Paulo César, representando o Partido Verde; Giovane Lessa, do Movimento Negro de Pelotas; Lúcio Janes, também do Partido Verde; e Juliano Silva.

O motivo da minha convocação era que Joabe havia recebido uma ligação da Prefeitura para fazer uma reunião antes da Marcha, no intuito de conversar a respeito da mobilização e repassar informações sobre a logística a ser disponibilizada pela Prefeitura para a Festa de Iemanjá. No entanto, a discussão central era se Joabe deveria ou não ir à reunião convocada pela assessoria da Prefeitura, visto que no entendimento de alguns, isso era uma estratégia do executivo para esvaziar a Marcha. Enquanto para outros, não haveria problema de Joabe se reunir com a vice-prefeita Paula Mascarenhas, uma vez que a Marcha iria acontecer de qualquer forma. Durante estas argumentações, discussões, questionava-me “o porquê da minha presença?” Contudo, após esta breve apresentação do problema obtive a resposta. O vereador Ademar Ornel, chamou-me para sentar ao seu lado, na intenção de propor a substituição do Joabe por mim, representando a Federação no seu lugar, pois eu poderia explicar melhor a situação da Festa. Surpreendi-me com a proposta, mas expliquei aos demais que eu não poderia substituir a representação do presidente da Federação. Em primeiro lugar, porque eu estava participando das discussões acerca da Festa como pesquisadora e, não, como militante. Segundo, eu nem sequer era membro da diretoria da Federação, o que me deslegitimava para o desempenho desse papel.

Maria Macedo Barroso (2014), assinala que a imersão etnográfica requer que tomemos “parte de um campo comunicativo comum” (p. 156), o que implica sermos integrados em atividades e rotinas próprias ao grupo pesquisado. Mas ocorre também que nesta dinâmica de interações “muitas vezes, não sabemos bem o que pensamos

sobre um assunto quando estamos em campo", tornando difícil o papel de "construir moedas de troca" que nos permita "manter a capacidade de conversar, de interagir e de fazer perguntas mesmo nestes momentos" (p. 158). Acrescento que, principalmente, após estes momentos. Estes impasses etnográficos são tão mais comuns, segundo Barroso (2014), quanto mais a etnografia abarca elites intelectuais, econômicas ou políticas, como era o caso em questão. O convite para representar a comunidade umbandista reflete a confiança que alguns atores depositavam na posição de técnica que assumia, mas ao mesmo tempo, reflete também a tentativa de uso estratégico, em uma queda de braços, do poder simbólico representado pelo conhecimento acadêmico.

Alguns entenderam a minha posição, mas o vereador Ademar Ornel, insistentemente, tentava-me convencer a ir à reunião, o que me deixava mais subjetivamente resistente porque já havia percebido o quanto vinha marcando a sua postura de oposição ao executivo municipal, por meio das polêmicas relativas à realização da Festa. E era minha intenção, se possível, abordar representantes do executivo municipal no transcorrer da minha etnografia. Barroso expressa muito bem este tipo de dilema ao afirmar que em uma situação etnográfica,

> [...] passamos a ser parte da comunidade que estudamos, com nossa presença tolerada em maior ou menor grau por seus membros, mas, ao mesmo tempo, como estamos ali por razões de pesquisa, e não pelas razões que todos os outros estão, não queremos nos comprometer com nenhum grupo ou posição específica, para não correr o risco de ter acesso a alguns membros e não a outros. (BARROSO, 2014, p. 157).

Desta maneira, Joabe e outros presentes, propuseram que um membro da diretoria fosse à reunião para representar a Federação e mais alguém que tivesse conhecimento quanto as discussões sobre a Festa de Iemanjá. Nesse momento, mais uma vez, todos me indicaram. Diante disso, optei por ir à reunião, mas não me pronunciaria em nome da Federação e, apenas falaria se fosse necessário, sobre questões diretamente relacionadas à Festa. Também, deixei claro que minha participação na reunião com a vice-prefeita seria interessante para acrescentar nos dados etnográficos, mostrando que também estava utilizando a situação à favor da pesquisa.

Nos encontramos, eu, Lúcio do Partido Verde e João Ivo Corrêa [21] , representante da Federação, em torno das 15 horas, com o prefeito Eduardo Leite, a vice-prefeita Paula Mascarenhas, nas dependências da Prefeitura. A reunião durou cerca de 15 minutos, na qual os representantes do executivo manifestaram que a posição da Prefeitura não era contrária a realização da Marcha, mas não viam necessidade na sua realização, pois em reunião anterior o executivo já havia manifestado posição favorável à realização da Festa. Comunicaram, ainda, que os acampamentos religiosos estavam liberados a partir do dia 31 de janeiro até 03 de fevereiro, no espaço definido pela Federação: do restaurante Dois Fornos até a Gruta de Iemanjá. Assim, após a reunião nos encontramos em frente ao prédio da Câmara de Vereadores para iniciarmos a Marcha, a qual ocorreu de forma pacífica e muito bem organizada.

1.1.5 A Audiência sobre os problemas ambientais do Balneário dos Prazeres

Após a realização da Festa de Iemanjá de 2014, foi convocada mais uma Audiência Pública, cuja pauta abordou a situação ambiental da orla do Balneário dos Prazeres. A Audiência ocorreu dia 14 de fevereiro de 2014, às 19 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores. Na mesa estavam presentes como representantes políticos: o presidente da Câmara Ademar Ornel (DEM), Edemar Campos (DEM), Vitor Paladini (PSB), Rafael Amaral (PP), Marcos Ferreira (PT), Ivan Duarte (PT), Carlos Alberto dos Santos Passos (PT), Ricardo Santos (PDT). Nesse dia, o deputado estadual Catarina Paladini (PSB) e o Secretário Neiff Satte Alam, da Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental também estavam presentes para discutir acerca do projeto de revitalização da orla da laguna. Dentre os representantes das instituições e organizações da sociedade civil, destacam-se: Ana Paula Leal (UFPel), Joabe Bonhs (Pres. Da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros), Mãe Gisa de Oxalá (CEAAB), representando a RENAFRO. A mesa também contou com a presença do biólogo Ivan Vaz, o qual desenvolveu juntamente com outros coordenadores da Associação dos Biólogos da Região Sul um pré-projeto sobre a revitalização da orla do balneário em 1996, atualizado em 2014, denominado

[21] Nesta reunião, senhor João Ivo Corrêa foi convidado, de última hora por Joabe, para representar a Federação, sendo ele, até então, o diretor de cultos da entidade.

“Projeto de Iniciativa Popular de criação do parque ecológico da Mata Atlântica do Balneário Barro Duro, Totó e Colônia de pescadores da Z3 e unidade de preservação ambiental e criação do Recanto dos Orixás”.

Neste evento, poucos atores da comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas estiveram presentes, destacando-se a presença de algumas lideranças como, Juliano Silva, Giovani Araújo (representando a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros), Paulo de Xangô (presidente da Comunidade Tradicional Beneficente de Terreiros Caboclo Rompe Mato, Ilê Axé Xangô e Oxalá), Carlos Alberto Pereira, reconhecida liderança umbandista que atualmente não está vinculada a nenhuma organização, além dos representantes já citados, visto que todos se manifestaram durante a Audiência.

O principal tema problematizado na Audiência, foi a criação de um projeto de revitalização ambiental da orla do Balneário dos Prazeres, para o qual buscava-se mobilizar todas as esferas do poder público local, estadual e nacional. Contudo, a discussão gerou forte debate em relação a responsabilidade sobre a situação atual do balneário, que recaiu sobre diversos fatores: o permanente descaso do poder público local com a orla do Balneário dos Prazeres; a relação da própria comunidade do Barro Duro com a praia, no sentido da falta de preocupação com a preservação ambiental do local; a utilização desse espaço por integrantes de centros de umbanda e terreiras, especialmente na realização da Festa de Iemanjá.

Assim, apesar do foco da discussão ser a situação ambiental da orla do Barro Duro, o debate também foi direcionado a Festa de Iemanjá e possíveis formas de regramento em relação à sua realização, como os acampamentos e outras práticas rituais ocorridas na orla da praia.

Os encaminhamentos desta Audiência, bem como os diferentes posicionamentos sobre a problemática ambiental da orla, serão expostos no capítulo 5. As reuniões e Audiências relativas a preparação da Festa de Iemanjá de 2015 serão abordados no capítulo 6.

1.2 A participação na Festa de Iemanjá de 2014

Roberto Cardoso de Oliveira (2006) sugere que o saber antropológico é formado por três “atos cognitivos básicos, olhar, ouvir e escrever”. Sobre o primeiro

deles, ele chama a atenção que o objeto para o qual direcionamos o nosso olhar já está previamente alterado por esquemas de percepção, que foram sendo formulados por meio de referenciais teóricos e interlocução com outros atores sobre a problemática em estudo. Além das leituras realizadas sobre intolerância religiosa, conflitos socioambientais, interface entre religião e política, a minha participação nas reuniões e Audiências que antecederam a Festa de Iemanjá de 2014 direcionaram o meu olhar para alguns aspectos em detrimento de outros. Deste modo, cabe informar que a observação participante realizada na Festa de Iemanjá de 2014, não teve por objetivo apreender a estrutura ritual inerente ao evento, consoante a lógica das religiões afro-brasileiras. Meu objetivo, consistiu em perceber como os atores religiosos participariam do evento naquele ano, depois de uma série de impedimentos que haviam sido estabelecidos pela SQA e pelo MPE. Interessava-me, também, perceber a relação entre os atores religiosos presentes e os representantes políticos internos ao campo religioso, especialmente a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Finalmente, depois de ter observado os intensos trânsitos de integrantes do campo político, especificamente do legislativo local, junto à comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas, naturalmente direcionei o meu olhar para as formas de participação destes integrantes na festividade.

A descrição do evento em si será realizada em capítulo apropriado. Cabe colocar aqui, que minha participação no evento foi importante para estabelecer um vínculo mais aproximado com mães e pais-de-santo e/ou caciques(as) das terreiras que estavam participando da Festa no corrente ano. No dia 2 de fevereiro, durante a manhã e parte da tarde, aproximei-me de todos que estavam acampados, os quais me passavam os nomes de seus centros religiosos e algum contato para uma possível entrevista posterior. Neste mapeamento dos acampamentos, sempre me apresentei como aluna da Universidade Federal de Pelotas, expondo brevemente a pesquisa. Foi uma ocasião importante, ainda, para apreender as impressões e pontos de vista dos integrantes da comunidade religiosa sobre a estrutura da Festa naquele ano.

1.3 As situações de entrevistas

Após a minha participação em Audiências Públicas e reuniões, bem como o meu envolvimento em relação aos preparativos para a realização da Festa de Iemanjá

e sua efetivação em fevereiro de 2014, iniciei o processo de sistematização dos dados etnográficos para compreender as relações, negociações e embates presentes no campo. A continuidade da etnografia, ocorreu com o processo de realização de entrevistas a partir do mês de setembro, elegendo interlocutores a partir desta sistematização prévia dos dados. A ideia era entrevistar pessoas situadas em distintas posições da esfera governamental local, da comunidade religiosa afro-brasileira, do legislativo local, do campo ambiental e do poder judiciário. Ressalto que, infelizmente, em razão do acesso de um extenso volume de dados (documentos históricos da Federação, Inquérito Civil Público e pareceres técnicos da SQA e do MPE sobre a Festa e a orla), do período excepcional em que realizei as entrevistas (período eleitoral), do escasso tempo que restava para finalizar o trabalho, alguns interlocutores que inicialmente cogitei entrevistar não o foram, como os representantes do poder judiciário e da SECULT.

1.3.1 Comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas

O princípio do processo de entrevistas coincidiu com o período eleitoral de 2014 referente aos cargos de Presidente da República, Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual. Em razão disso, num primeiro momento, não pude realizar as entrevistas com os representantes políticos que identifiquei como atores chaves para demarcar as relações entre política e religião, extremamente relevantes para a pesquisa. Os dois representantes do poder legislativo, vereador Ademar Ornel e vereador Ricardo Santos, assinalados no meu caderno de campo como possíveis interlocutores, estavam diretamente relacionados com o período eleitoral. O primeiro vereador, envolvido com campanhas políticas e o segundo, candidatando-se ao cargo de Deputado Federal pelo seu partido, PDT. Deste modo, por tais motivos, acreditei ser mais interessante partir para os interlocutores do campo religioso, com os quais estava mais familiarizada e encontrava-se aberto para a realização de entrevistas.

Entrevistei, em um primeiro momento, seis interlocutores do campo religioso que assinalei como importantes para construir o corpo etnográfico, sendo que três são representantes de entidades organizativas: Joabe Bohns, presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros; Josué Martins, presidente da União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros; Marcos Abreu,

presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda. E os outros três, também pertencentes ao campo religioso afrobrasileiro de Pelotas foram: Maria de Ochoa, cacique do Templo de Umbanda Joana D'Arc; Joice Duarte, mãe-de-santo do Centro Espírita de Umbanda Ogum Beira Mar; Juliano Silva, umbandista do Centro Espírita de Umbanda Africano São Cipriano, Iaô do Ilê Mãe Regina do Iemanjá Bossi e Oxalá D'acum, o qual também é apresentador de um programa televisivo chamado "Sexto Sentido".

Deste modo, inicialmente, a proposta de construção etnográfica era apenas com essa pequena rede de integrantes do campo religioso afro-brasileiro de Pelotas. No entanto, em razão de certas descobertas sobre o processo histórico da Festa de Iemanjá, bem como em relação ao passado da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, destaco que houve a adição de mais uma entrevista que foi extremamente importante para compreender o contexto da festividade religiosa, principalmente, no período entre as décadas de 70 e 80, que foi realizada com Carlos Alberto Pereira, umbandista e também apresentador de um programa de rádio denominado "Filhos de Umbanda".

O primeiro interlocutor entrevistado foi Joabe Bohns, pois já nos conhecíamos em razão da realização da minha monografia, intitulada *Religiões de Matriz Africana: Entre o Reconhecimento e a Intolerância Religiosa,* a qual contou com a sua entrevista. Além disso, acompanhei o presidente da Federação nas questões referentes à Festa de Iemanjá de 2014 durante todo o mês de janeiro e meados de fevereiro, o que nos aproximou ainda mais. Desta forma, embora o nosso último encontro tenha sido no início do ano em 2014, Joabe foi bem receptivo a proposta de entrevista, a qual foi realizada na sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Embora tentasse contornar as vicissitudes do período eleitoral, entrevistando inicialmente os representantes religiosos, percebi durante a entrevista que Joabe sentia-se afetado pelo contexto político, uma vez que, segundo ele, algumas atividades da Federação estavam paradas em razão da excepcionalidade daquele momento.

> Pois é, eu não queria mais misturar data, é que tá gravando aí. Não, mas eu vou dizer, nesse mês de setembro eu não estou pretendendo fazer exatamente festa por quê? Porque coincide com a aproximação das eleições e aí eu vou estar fazendo uma coisa que depois vão dizer: estão fazendo por

> causa que é campanha eleitoral. Então não quero fazer, acho que esse ano nós vamos fazer simplesmente fazer o que tem que fazer para Cosme e Damião de portas fechadas e não vou fazer aberta. Fazer nossa homenagem e deu. E depois vem em outubro, dia 12, que é o dia das crianças, também sempre se faz uma homenagem que também está vinculada quase com as datas das eleições, então quer dizer, também não estou interessado em fazer. Basta ver que eu fiz agora essa última terreira que foi no dia 13 de setembro e dei por encerrada as atividades da Federação até dia 14 de novembro, que ai começa a semana da umbanda. Depois veio a festa de Iansã e Oxum na Cascatinha, aí encerramos o ano. (Entrevista realizada com Joabe Bonhs, em 18 de setembro de 2014).

De acordo com ele, essa pausa estava relacionada ao fato de que as festas da Federação são utilizadas pelos políticos como um espaço de campanha eleitoral, visto que dão muita visibilidade aos que dela participam. Assim, a Federação pode tornar-se um espaço de divulgação da imagem de alguns políticos, os quais poderão ter como objetivo utilizar estas ocasiões para arrecadar votos da comunidade umbandista e africanista. No entanto, Joabe ressaltou durante a entrevista um cartaz de propaganda política de Irajá Andara Rodrigues[22], ex-prefeito de Pelotas, o qual estava colado em uma das paredes da sala administrativa da Federação. Saliento que tudo que diz respeito à Federação é tratado nesta sala – reuniões da diretoria, cobranças de mensalidades, encontros com os associados – sendo o ambiente mais acessado da sede. Portanto, podemos considerar que o cartaz com a imagem de Irajá Rodrigues estava colado estrategicamente na sala da presidência, possibilitando uma ampla visibilidade do candidato, a qual foi salientada por Joabe nesta entrevista, bem como nos nossos encontros informais, como o representante político mais importante para a umbanda na cidade de Pelotas.

Chamo a atenção que nas várias reuniões e Audiências que antecederam a Festa de Iemanjá de 2014, Irajá nunca se fez presente. Porém, ele é reconhecido também por outros integrantes da umbanda como alguém que teria favorecido esta religião durante o período em que esteve à frente do executivo municipal. Na justificativa que deu, durante a entrevista, para a presença da propaganda política na sede da Federação, sobressai a importância dos vínculos personalizados com políticos de destaque para a legitimação da umbanda em Pelotas.

> Eu por exemplo agora nesse momento estou conversando contigo, estás vendo o retrato do Irajá aqui, **mas eu não faço campanha para o Irajá, eu não faço, o que eu estou fazendo é um agradecimento a ele por tudo que**

[22] Irajá Andara Rodrigues candidatou-se, nas eleições de 2014, a Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul pelo PMDB, mas não alcançou o percentual para ser eleito.

> **ele já fez**, por quê? Por que eu não gosto de homenagem póstuma, a homenagem tem que ser feita em vida. Então se eu tenho que agradecer a alguém, eu tenho que agradecer aquele alguém em vida, depois de morto não adianta nada eu agradecer, se estou errado ou se estou certo eu não sei, mas é o meu jeito. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014; grifo nosso).

A preocupação de Joabe, em assinalar que a exposição do candidato Irajá Andara Rodrigues, não correspondia a uma campanha política por parte da Federação, pode ser interpretada como uma maneira de amenizar os impactos do seu não apoio explícito ao candidato que vinha sendo apresentado como um legítimo representante da umbanda: o então vereador Ricardo Santos do PDT, que tinha inclusive o apoio de Ademar Ornel, mesmo sendo este de outro partido político.

Chamo atenção também na entrevista com Joabe, o movimento do interlocutor na direção de uma reapropriação da pesquisa, o que é inerente a qualquer situação etnográfica, marcada por relações de cumplicidade e reciprocidade. Para Joabe, a pesquisa estrategicamente pode conferir uma visibilidade à Federação, atendendo aos seus interesses.

> É, são coisas. Ai existe uma coisa que é o obvio que são os interesses políticos, cada político faz uma coisa procurando o lado do seu benefício, como tudo na vida né. Eu estou te dando a entrevista aqui porque tu tem interesse na entrevista, eu tenho interesse em te dar a entrevista pra que tu divulgue aquilo que eu quero falar. E tu tem interesse em gravar minha entrevista pra que? Pra que tu possas fazer teu trabalho, então existe os interesses. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014)

Pude perceber que as situações etnográficas eram usadas também, como um recurso para tornar público acontecimentos percebidos pelos interlocutores, como exemplares de práticas de injustiças e intolerâncias para com as religiões afro-brasileiras, como é o exemplo, novamente, da entrevista realizada com o Presidente da Federação:

> Eu paguei, está aqui. Que a lei dá isenção e uma coisa gozada. 2010 pra baixo tava isento, de 2012 pra cá tava isento, só o ano de 2011 não estava isento por que? Porque a Prefeitura diz que mandou um fiscal, **tá gravando? Importante gravar**. A Prefeitura mandou um fiscal e o fiscal falou com o vizinho, olha bem. O fiscal falou com o vizinho e o vizinho disse que não existia terreira nenhuma ali. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014)

O meu encontro com Josué Martins, presidente da URUCAB, ocorreu em sua sala de trabalho, no Esporte Clube Pelotas. A nossa entrevista primeiramente foi marcada através de uma mensagem que escrevi no Facebook, explicando a pesquisa e o meu interesse em entrevistá-lo. Apesar de uma agenda de trabalho lotada, a entrevista foi marcada alguns dias depois. O encontrei no Esporte Clube Pelotas no dia e horário marcado, conversando com jogadores de futebol iniciantes. Cheguei nesta sala e Josué me pediu para aguardá-lo no corredor. Após alguns instantes, Josué nos levou até a sua sala para conversarmos com mais tranquilidade. No caminho, aproveitei para me apresentar, falar um pouco mais sobre a pesquisa e, possivelmente, relembrá-lo que já tínhamos sido apresentados nas Audiências Públicas sobre a Festa de Iemanjá.

Nossa entrevista prosseguiu sem muitas interrupções, mas chamo a atenção para a forma como Josué deu um direcionamento na pesquisa, tanto nas suas respostas que surgiam antes mesmo dos questionamentos pré-elaborados do roteiro de entrevista, como passando a me questionar sobre a pesquisa, o que acabou invertendo os papéis, sendo que já havia apresentado ao presidente a respeito do presente estudo.

> Josué: O pai sabe, mas eu vou te fazer uma pergunta. Além do estudo cientifico, o que te trouxe a fazer essa pesquisa?
> Isabel: É que no meu TCC, no meu Trabalho de Conclusão de Curso...bom, agora eu faço mestrado em antropologia, mas no meu TCC eu trabalhei com intolerância religiosa nas religiões de matriz africana, porque eu trabalho com manifestação afro-cultural, trabalho com estas questões de racismo.
> Josué: Tá, mas o que te trouxe a vontade disso?
> Isabel: Porque eu me interessei, eu acho a religião de matriz africana linda e eu me interessei e percebi...
> Josué: E tu tem ramificação na família disso ou não?
> Isabel: Não, nada. Mas a minha orientadora, professora, ela trabalha com religião de matriz africana e ela que me orienta...
> Josué: E ela que te incentivou?
> Isabel: E ela me incentivou e eu trabalhando com intolerância religiosa, isso foi em 2012, 2013, a Festa de Iemanjá já estava com alguns problemas e eu pensei em focar somente na Festa. (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

Em relação ao presidente da FECAB, Marcos Abreu, também houve a tentativa de fazer um primeiro contato através da rede social, Facebook, mas não obtive um retorno. Deste modo, por meio da sua página no Facebook consegui os números de telefone para contatá-lo. A primeira vez que liguei, lembro que Marcos estava viajando e por isso o mesmo propôs que fosse feito um novo contato quando retornasse a

Pelotas. No mesmo dia do seu retorno, de forma talvez inconveniente, liguei novamente para Marcos e finalmente conseguimos marcar uma data para o nosso encontro, em uma manhã de sábado, pois o único horário disponível na agenda de Marcos era no final de semana. Ressalto que a entrevista ocorreu no pátio de sua residência, espaço que coincide com sua casa de religião.

A única vez que havia encontrado Marcos foi na Audiência Pública sobre a Festa de Iemanjá, ocorrida em janeiro de 2014, mas não tínhamos sido apresentados ainda. Assim, esta foi a única vez que tive a oportunidade de conversar com o presidente da FECAB. Talvez por isso tenha sido a entrevista em que me senti menos a vontade, caracterizada por perguntas insistentes e respostas truncadas, reflexo, certamente, da ausência de um vínculo de cumplicidade e reciprocidade previamente construído.

Em relação aos próximos três interlocutores, ressalto que já havia mantido contatos pessoais informais com eles nas diversas reuniões, Audiências e na Festa de Iemanjá. Foram escolhidos, em razão da presença recorrente nestes espaços e do protagonismo exercido para a viabilização da Festa de 2014. É possível afirmar que, a nossa aproximação gerou relações de amizade e compartilhamento, e acredito que o campo etnográfico pode proporcionar, além das múltiplas vozes incorporadas no texto antropológico, relações que transcendem a simples busca por interlocutores.

Desta forma, diferente dos outros interlocutores apresentados acima e os que virão, o contato com Juliano não se perdeu durante o decorrer do ano, mantendo nossas conversas em dia através da rede social Facebook. Sendo assim, Juliano já estava avisado da nossa entrevista e, quando conversei para marcarmos uma data, facilmente foi decidido o local e o horário do encontro. Cabe ressaltar que a entrevista não ocorreu na sua casa de religião, pois o terreiro estava fechado por causa de problemas de saúde relacionado a algum membro da casa. Por isso, decidimos realizar a entrevista em algum local do centro da cidade. A primeira opção foi o Casarão 6, em frente à Praça Coronel Pedro Osório, onde há a livraria da UFPel e uma cafeteria. Pensei que ali seria um lugar mais tranquilo, sem muito barulho para realizar a entrevista. Marcamos o encontro para de tarde neste local, mas cheguei alguns minutos antes do horário determinado para conferir a possibilidade de utilizar o espaço. Entrei no Casarão e fui falar com a secretária do local, a qual me explicou que isso deveria ser tratado com a representante da Secretaria Municipal de Cultura, sendo que a mesma não liberou nenhuma sala para a atividade em questão.

Fui para frente do Casarão 6 aguardar por Juliano. Encontramo-nos e expliquei-lhe a situação, assim fomos em busca de outro lugar para realizarmos a entrevista que não tivesse muito barulho e que fosse fresco, porque estava muito quente nesse dia. Fomos nos direcionando ao Mercado Público e neste trajeto lembrei-me de um bar/restaurante localizado no Mercado, chamado Paiol. Este bar tem dois andares, um térreo e o segundo andar tem vista para a rua, possibilitando visualizar ao redor do Mercado. Realizamos a entrevista no segundo andar deste bar. Cabe ressaltar que durante a entrevista, Juliano indicou que estava conversando com a filha de João Madail, Rosaura e, que se ela tivesse algum documento ou foto que fosse interessante para a pesquisa, ele me repassaria, como foi o caso. Interessei-me porque João Madail foi um notório umbandista e sabia que, mesmo não fazendo parte da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, foi uma personalidade central na realização das festas de Iemanjá no passado.

Dona Maria Ochoa, chamada respeitosamente de “dona” por muitos que se referiram a ela nos encontros que participei na sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, sempre me foi apontada como uma pessoa que poderia dar respostas pertinentes às minhas indagações sobre a forma como a Festa era realizada em tempos passados. A entrevista com ela foi marcada, por meio de um telefonema e foi realizada em sua casa, destacando-se que foi uma das pessoas, cujo contato acessei durante a minha participação na Festa de 2014. A nossa entrevista foi muito agradável, Maria é uma pessoa muito tranquila, o que facilitou o andamento da conversa. No final do encontro, Maria fez questão de apresentar sua terreira, a qual, pude observar que tem a possibilidade de ser acessada tanto pelo pátio na entrada do terreno como por dentro da sua residência.

A última interlocutora do campo religioso foi Joice Duarte, a qual conheci em uma das reuniões na sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. A partir desse momento encontrei Joice diversas vezes nas outras reuniões, nas Audiências Públicas, assim como na Marcha. Consegui seu contato na Festa de Iemanjá de 2014 e, apesar de ter se passado alguns meses sem nos encontrarmos, liguei para ela e na mesma semana realizamos a entrevista. Joice também preferiu fazer a entrevista na sua residência, que também é sua casa de religião. Encontramo-nos por volta das 19 horas, onde Joice e seu marido me aguardavam em frente à casa, com grande receptividade. Antes de iniciarmos a entrevista, Joice fez questão de me apresentar a suas filhas e neta. Cabe destacar,

que uma das filhas, chamada Kauane, que também já havia encontrado em outras ocasiões juntamente com Joice, participou por um tempo da entrevista. Decidimos dar início a entrevista e Joice sugeriu que fosse realizada no espaço destinado à terreira, uma sala comprida que fica ao lado da entrada da casa, como se fosse a garagem. A umbandista preparou o espaço com alguns bancos, o seu esposo trouxe um chimarrão e iniciamos a nossa conversa.

Como não era previsto mais nenhuma entrevista com integrantes da umbanda e do batuque, o processo estaria finalizado com estes seis interlocutores entrevistados. Contudo, neste período tive o privilégio de acessar um documento histórico referente à constituição da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, o que, consequentemente, me levou a conhecer a conformação histórica da Festa de Iemanjá referente à década de 70. A partir dessa grande descoberta, não apenas sobre a festividade religiosa e, sim, sobre a formação do campo das religiões afro-brasileiras de Pelotas, eu e minha orientadora, decidimos encarar o desafio de entrevistar mais uma pessoa que poderia colaborar no preenchimento de lacunas sobre este período.

Deste modo, optamos por um interlocutor que não estava na nossa lista de possíveis entrevistados, mas que, possivelmente, poderia nos elucidar mais sobre o histórico da Festa e da Federação, o senhor Carlos Alberto Pereira. Encontrei com Carlos Alberto em diversas situações, inclusive em Audiências Públicas e reuniões, onde ele fazia questão de pronunciar a sua relação próxima com Dinorá Feijó Leal e Irineu Viana ambos ex-presidentes da Federação. Porém, eu não tinha nenhum contato dele, mas em uma noite de festa de pretos-velhos em um tradicional centro de umbanda da cidade, conheci um casal que me contou brevemente sobre a história da Federação e me indicaram para falar com o próprio Carlos Alberto. Segundo o casal, ele era uma pessoa que poderia me informar ainda mais sobre a entidade representativa e me passaram o número de seu celular. Obviamente que não deixei de agradecer aos pretos-velhos que me deram uma boa “mãozinha” naquela noite.

Todavia, não liguei para Carlos Alberto na mesma semana porque minha orientadora acreditou ser melhor marcar um dia em que ela estivesse presente, uma vez que a entrevista estaria sendo feita às vésperas da entrega final da dissertação e por isso a mesma deveria ser direcionada mais a questões especificas, com a intenção de arrecadar subsídios para preencher as lacunas referentes ao processo histórico da festividade religiosa, bem como da formação do campo afro-religioso pelotense.

Concordando com a posição da orientadora, posterguei a entrevista com Carlos Alberto, porém, nesse período ocorreu um sinistro episódio com a imagem de Iemanjá, o incêndio da Gruta de Iemanjá, que gerou grande polêmica na cidade e acarretou em diversos encontros de representantes religiosos e de representantes políticos para tratar do assunto. E, na primeira reunião que ocorreu, um dia após o incidente, encontrei com Carlos Alberto, bem como outros representantes da comunidade religiosa. Deste modo, após a reunião, aproveitei a oportunidade para chamar Carlos Alberto e explicar sobre a minha pesquisa e o interesse em entrevistá-lo. Ele aceitou o convite e, inclusive, sugeriu no mesmo instante uma data para a entrevista.

Consultei a agenda da Rosane, minha orientadora, liguei para Carlos Alberto e confirmei a data do nosso encontro. O mesmo ocorreu de tarde, na sala dos professores do curso de Antropologia, localizada no prédio do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas. A expectativa era também, coletar informações para elaboração de um possível documento sobre o sinistro ocorrido com a imagem, a ser encaminhado para algumas instâncias. Foi uma entrevista direcionada, sobretudo, para a ocupação histórica da orla da laguna pelos cultos de matriz africana, sendo importante para elucidar as disputas internas ao campo das religiões afro-brasileiras em Pelotas. Saímos da entrevista com Carlos Alberto com a sensação de que havíamos acessado um conjunto de informações preciosas, mas muito pequeno perto de tudo o que ele demonstrou conhecer sobre o assunto.

1.3.2 Percorrendo espaços “laicos”

Entre idas e vindas – e, diga-se de passagem, diversas vezes por alguns espaços – no processo de realização de entrevistas, deparei-me com a primeira dificuldade: tempo. O tempo da política, que, primeiramente, estava diretamente relacionado ao período eleitoral e, por este motivo, as entrevistas com alguns vereadores foram transferidas para após este momento[23]. Outro problema em relação ao tempo, consistiu na agenda dos próprios políticos, a qual estava sempre esgotada ou no limite. Então, minha primeira tentativa de possibilidade de entrevista foi com o

[23] O segundo período eleitoral concorria-se apenas os cargos de Presidente da República e vice-presidente, e Governador do estado. O 2º turno ocorreu dia 26 de outubro de 2014.

vereador Ricardo Santos, que se candidatou[24] a Deputado Federal pelo seu partido, PDT, a qual foi agendada rapidamente.

Optei, primeiramente, pelo vereador em razão de outros encontros em 2014 relacionados à Festa de Iemanjá, pois nos proporcionaram certa aproximação e fizeram com que o vereador tivesse um conhecimento mínimo sobre a minha pesquisa. Além disso, Ricardo Santos é proponente de um Projeto de Lei acerca da realização da Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres, o que me fez acreditar que o mesmo tivesse um interesse maior na pesquisa.

Assim, nessas ocasiões que encontrava com o vereador, tanto nas Audiências como na sede da Federação, aproveitava não só para falar sobre a pesquisa, mas também mostrava o meu interesse em entrevistá-lo, recebendo um retorno positivo a respeito. Porém, como passou muito tempo depois da Festa de Iemanjá de 2014, marquei a entrevista pelo telefone, com um dos seus assessores, Leonardo, para 17 de outubro.

Cheguei ao gabinete do vereador, na Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, ás 10 horas da manhã, horário marcado pelo seu assessor. Depois de uma hora e meia de espera, o vereador me atendeu. A partir dessa espera, comecei a questionar se os horários agendados eram realmente levados a sérios? Ou se a demora em me atender era apenas porque tratava-se de uma entrevista com uma aluna da Universidade Federal de Pelotas e, isso não era relevante, apesar da minha pesquisa parecer ser de interesse do vereador? Ou se o atraso era corriqueiro, comum na vida política corrida? Não obtive respostas, mas previ que minhas futuras entrevistas fariam parte de um intenso processo de negociação com este tempo da política. A antropóloga Carla Teixeira, em suas reflexões sobre etnografia em instâncias estatais, aponta as dificuldades desse tipo de pesquisa, dentre elas, que "[...] a temporalidade de pesquisa em instâncias estatais requer que se tenha consciência permanente da produtividade etnográfica do que é frequentemente denominado nos momentos de desânimo e cansaço como 'perda de tempo'" (TEIXEIRA, 2014, p. 34).

Apesar do tempo de espera, consegui encontrar, na mesma manhã, o vereador para conversarmos um pouco. Já nos conhecíamos, porém, mesmo assim entreguei-

[24] Apesar de receber um bom número de votos, o vereador não se elegeu ao cargo político que almejava.

lhe uma carta de apresentação explicando a pesquisa e a importância da entrevista para a mesma, com o carimbo e assinatura da minha orientadora, sendo esta entregue a todos os interlocutores da representação política formal. Ressalto que os representantes das religiões afro-brasileira não receberam a carta por dois motivos: primeiro, porque inicialmente foram realizadas as entrevistas com este grupo, e, pelo fato da maioria dos representantes religiosos entrevistados estarem mais próximos de mim, bem como do processo de pesquisa, tornando a apresentação formal dispensável; segundo, em razão de ser mais difícil o estabelecimento de uma relação de cumplicidade com os represente políticos, a carta foi usada como uma estratégia de legitimação da pesquisa[25].

Em razão de alguns contratempos, o vereador conversou rapidamente e respondeu apenas alguns questionamentos, deixando o restante da entrevista para outro encontro. Uma vez que fomos interrompidos por dois assessores do vereador e mais dois homens desconhecidos, para mim, que entraram na sala, onde estava sendo realizada a entrevista e, pediram para que o vereador fosse acompanhá-los, pois havia ocorrido um imprevisto na Câmara. Todos saíram da sala e fiquei sozinha por alguns instantes, em seguida apareceu outro assessor do vereador, o qual não estava durante a entrevista, mas já o conhecia de vista em razão de outros encontros, ele me contou que havia ocorrido um pequeno problema que o vereador precisava resolver antes de buscar o filho na escola e, por isso, não teria tempo para terminar a entrevista no mesmo dia. Deste modo, o assessor pediu para eu ligar e remarcar uma data para finalizarmos a entrevista.

Remarquei nosso encontro para o dia 24 de outubro e finalmente concluímos a entrevista. Em vários momentos na entrevista, o vereador transpareceu o abalo de suas relações com o presidente da Federação, Joabe Bohns, questionando, inclusive, o monopólio desta instância para tratar da Festa de Iemanjá, tendo em vista que esta, na visão de Ricardo Santos, “não é um evento da Federação e sim de todos os

[25] Carla Teixeira aponta como um dos limites para a realização de etnografia junto a classe política a forte reputação negativa que a mesma possui no Brasil, tornando difícil, subjetivamente, o estabelecimento de afinidades e cumplicidades necessárias para a aceitação e compreensão do “ponto de vista nativo”: “Não apenas os interlocutores que detêm poder nos rejeitam ao colocar dificuldades as investigações, mas nos etnógrafos também os repudiamos ao desconsiderarmos antecipadamente suas estratégias restritivas. Qualificando melhor a máxima de que somos todos nativos, se assim o somos, tais considerações sugerem que existem nativos e nativos: em relação a alguns, desenvolvemos empatia e anthropological blues; já com outros, nem sequer nos sentimos obrigados ou desafiados a compreendê-los” (TEIXEIRA, 2014, p. 38).

umbandistas e africanistas". A partir de diálogos prévios e informais com vários interlocutores (que transcendem o quadro de entrevistados), já sabia do estremecimento da relação entre ambos, em razão do apoio do presidente da Federação ao candidato Irajá Andara Rodrigues. Desta forma, o vereador estranhou Joabe ter lhe procurado na semana anterior para tratar da Festa de Iemanjá de 2015.

Cabe destacar que, o meu estranhamento com a situação de entrevista com o vereador, não envolveu apenas esta temporalidade peculiar ao campo político. Talvez, por estar acostumada com uma relação de cumplicidade espontânea com os integrantes do campo religioso, estranhei também as respostas comedidas às perguntas feitas e até mesmo a resistência como uma reação às questões sobre a trajetória pessoal. Mas, em razão da minha estreita relação com a Federação no início da minha etnografia, fiquei me perguntando em que medida a minha relação com o vereador também estava sendo afetada pelos desacertos políticos entre o legislativo e o presidente da Federação, provocando uma necessidade maior de negociação para a realização da entrevista com os representantes políticos. Mas, ao final da segunda entrevista, a cumplicidade parece ter se reconstituído, passando a contar, novamente, como uma possível colaboradora nas articulações em torno da realização da Festa:

> Eu acho que **nós podemos promover**, sabe o que? Uma Audiência Pública lá no Barro Duro, da Câmara, **eu te convido para participar**, para falar sobre a orla, falar sobre a comunidade, sobre o descaso com aquela comunidade, falar sobre a Festa de Iemanjá, uma série de coisas. (Entrevista realizada com vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014; grifo nosso).

A necessidade de negociação, mostrou-se muito mais intensa com o próximo representante político entrevistado, o presidente da Câmara de Vereadores, Ademar Fernandes de Ornel. Assim como em relação ao vereador Ricardo Santos, também encontrei o vereador Ademar Ornel em diversas ocasiões na sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros para tratar de assuntos referentes aos preparativos da festividade em homenagem à Iemanjá. Sendo assim, acompanhando o vereador nesses encontros e levando em consideração os comentários gerais dos integrantes religiosos sobre o seu envolvimento com a umbanda, inclusive pessoal, acreditei que o vereador seria um representante político chave para compreender, de forma abrangente, a relação entre política e religião no espaço público pelotense. Também aproveitei as diversas ocasiões, que me encontrei

com o presidente da Câmara, para apresentar a pesquisa e mostrar interesse em realizar uma entrevista com ele, o qual se dispôs a ter uma conversa comigo.

No entanto, como não o encontrava com tanta regularidade como no início do ano de 2014, liguei para a Câmara de Vereadores para marcar a entrevista. Cabe ressaltar que a entrevista com o vereador só foi realizada após vários agendamentos. Na primeira ligação falei com o atual chefe de gabinete da presidência, Matheus Silva e consegui agendar a entrevista para o dia 13 de novembro, quinta-feira, às 11 horas da manhã.

Na primeira situação que fui à Câmara de Vereadores encontrar com o presidente Ademar Ornel não obtive sucesso, pois o vereador estava em uma Audiência Pública e por isso o assessor avisou que seria melhor marcar outro dia a entrevista, pois fui avisada que o mesmo iria demorar. Portanto, remarquei, com Matheus Silva, o qual não conhecia até este primeiro encontro[26], para o dia 17/11 (segunda-feira), às 13h30min. Fui, novamente, para a Câmara em busca de um possível encontro com o presidente, porém, esperei até às 16 horas pelo vereador, que foi dar uma entrevista para uma rádio e quando chegou à Câmara foi diretamente para o plenário, onde estava ocorrendo outra Audiência Pública. Remarquei um horário na agenda disputadíssima do presidente para 19/11 (quarta-feira) às 11 horas e, novamente esperei por um tempo, no entanto, desta vez, consegui a atenção do presidente por alguns minutos, marcando outra entrevista, diretamente comigo, para o dia seguinte. Mais uma vez, evoco as dificuldades para a realização de pesquisas em "instituições prestigiosas", tais como apontadas por Carla Teixeira:

> [...] normas estritas sobre quando, onde e como circular nestes espaços, e com quem se está autorizado a conversar e por quanto tempo. Parecem todos, e em geral o são, muito ocupados, com pouca disponibilidade para responder às nossas solicitações de entrevistas e, quando o fazem, suas agendas reservam janelas muito breves para nos atenderem. E o pior, com frequência saímos com a sensação de que a entrevista não foi densa, as respostas foram muito lacônicas, com informações já públicas, e que nossas perguntas não conseguiram romper essa barreira. (TEIXEIRA, 2014, p. 34).

Foi exatamente assim que saí da entrevista. E lá estava eu, no dia e hora marcada, na Câmara de Vereadores. Entrei no salão nobre e encontrei Juliano Silva,

[26] Até após a Festa de Iemanjá de 2014, quando participei mais das atividades da Câmara de Vereadores, o chefe de gabinete da presidência era Paulo Coitinho, com o qual eu tinha uma boa relação.

uma das lideranças religiosas que já havia me dado entrevista. Ficamos conversando sobre a Festa de Iemanjá e Juliano contou-me que também estava lá com o objetivo de conversar com o presidente sobre a Festa. Foi nesta ocasião, que ele mostrou algumas fotos da Festa das décadas de 1970 e 1980, oportunizando o acesso e a autorização para utilizá-las, caso necessário, no meu trabalho. Juliano contou que conseguiu as fotografias com a filha de João Madail, conforme já havia me prometido na situação de entrevista. Depois de alguns minutos de espera, eu e Juliano fomos chamados para entrar no gabinete do presidente. Acredito que nos chamaram ao mesmo tempo, porque presumiram que trataríamos do mesmo assunto.

Mesmo com as dificuldades em agendar a entrevista, precisei me afastar antes do seu término porque havia marcado outra entrevista no mesmo dia, às 15 horas, com o biólogo Ivan Vaz. Nesse dia, o vereador apenas respondeu algumas questões do roteiro pré-estabelecido, combinando o término da entrevista para a próxima semana. Vale salientar que, esta primeira parte da entrevista foi realizada na presença de Juliano Silva, Matheus Silva e mais dois senhores que já estavam no gabinete. Este contexto, com certeza, inibiu tanto a minha desenvoltura para perguntar, quanto condicionou as respostas do vereador.

Assim, dia 26/11 (quarta-feira) às 11 horas, estava agendado um novo encontro para terminar a entrevista com o presidente. Cheguei na Câmara, aguardei pelo vereador alguns instantes e Matheus explicou que seria difícil conversar com o presidente porque ele estava em uma Audiência Pública no plenário e era muito importante, pois tratava-se do aumento do valor do IPTU, sendo esta discussão levada até o anoitecer. Então, agendei o encontro para o dia posterior, 27 de novembro, às 13h30min e, finalmente terminei a entrevista com o vereador, acompanhados novamente pelo seu assessor.

Em relação a entrevista com o biólogo Ivan Vaz, o diálogo se deu em uma doçaria no Mercado Central Público de Pelotas, não houve necessidade de intensas negociações como as anteriores, mas, embora a entrevista tenha sido marcada rapidamente na primeira ligação que fiz ao biólogo, o nosso primeiro encontro não ocorreu na data estipulada, sendo a entrevista realizada apenas na segunda data agendada. Acreditei ser pertinente a efetivação desta entrevista, porque nas últimas duas Audiências Públicas que participei, ele esteve presente, inclusive, fazendo parte da mesa de debatedores de uma das sessões na Câmara de Vereadores. Além disso, o seu nome foi indicado por vários interlocutores como um representante do campo

ambiental envolvido com as questões referentes a Festa de Iemanjá e Balneário dos Prazeres.

Apesar do local escolhido para a realização da entrevista ter sido um espaço de intensa circulação de pessoas, não foi o barulho externo que ocasionou algum impasse para a sua realização. No início do encontro, Ivan não parecia estar muito à vontade, dando respostas mais truncadas e, em razão do meu tema de pesquisa ser a Festa, o biólogo fazia questão de salientar o seu posicionamento favorável a sua realização, mas ao mesmo tempo apresentava seus contrapontos. Somente fui compreender o mal-estar que transpareceu na entrevista, no decorrer desta, quando o biólogo explicou que alguns integrantes da comunidade religiosa o acusavam nas redes sociais como um dos opositores à realização da Festa de Iemanjá e por isso ele havia decidido se afastar dos espaços públicos de discussão sobre o tema. Chamo a atenção que Ivan, também apontou como um dos motivos para o seu afastamento, o não empenho do poder público local na revitalização da orla do Balneário dos Prazeres, enfatizando na entrevista que este descaso deveria ser registrado, talvez como uma forma de utilizar a pesquisa para apresentar as soluções que considera mais apropriadas para os problemas ambientais da orla.

> Eu acho que está deficitária, eu acho que a gente precisa fazer um pouco mais, eu penso que o poder público precisa investir um pouco mais naquela área. Porque nós temos uma cidade com uma arborização muito pobre, Pelotas é pobre em arborização e Pelotas tem um pulmão que é aquela mata e o poder público municipal e o próprio estadual não está preocupado realmente em preservar aquele local. Se estivessem, assim como outras cidades, como as praias lá de Piçarras em Santa Catarina que aconteceu algumas erosões e automaticamente fizeram o engordamento rapidamente. Lógico, isso atingia diretamente as casas, hoje não, atinge a mata primeiro, só vão olhar pra isso quando essa erosão chegar no grande barranco e começar a atingir as residências. E aí, eles vão levantar seus olhos para fazer o engordamento que é necessário nos dias de hoje. Que **fique gravado isso aí**. (Entrevista realizada com Ivan Vaz em 28 de novembro de 2014; grifo nosso).

Deste modo, para finalizar o processo de entrevistas com os representantes dos espaços “laicos”, exponho a entrevista com o biólogo e ex-secretário da SQA, Neiff Satte Alam. Nosso encontro ocorreu na data marcada, também em uma doçaria no Mercado Central Público de Pelotas, sem maiores contratempos. Mas, ressalto que a entrevista contou com a participação do seu filho (com aproximadamente 10 anos) que por alguns instantes impossibilitou aprofundar os questionamentos, bem como algumas respostas dada pelo ex-secretário porque o menino estava impaciente para

ir a casa de um amigo. Neiff foi escolhido como um dos interlocutores para ser entrevistado, em razão do seu antigo cargo como secretário na SQA, pois estava sendo ocupado por ele quando ocorreram as Audiências Públicas, bem como no período de realização da Festa de Iemanjá de 2014.

1.4 Problematizando o acesso e o uso de documentos

No processo de construção do corpus etnográfico, além da realização de entrevistas, também foi abarcado o uso de documentos essenciais para a compreensão das diversas problemáticas que o meu campo vinha apresentando.

Levando em consideração que o documento escrito ao "possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução", torna-se "uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais" (CELLARD, p. 295). Parece consenso, entre antropólogos que estudam instâncias políticas ou de poder da própria sociedade ocidental, que a análise de documentos "definem a própria prática etnográfica" por se caracterizarem enquanto "artefatos de práticas de conhecimento moderno" (TEIXEIRA, 2014, p. 39). Nesse sentido, defende Teixeira que uma etnografia que envolve instâncias estatais devem abarcar "os volumosos e variados registros escritos" (TEIXEIRA, 2014, p. 39).

Em razão de ser a Festa de Iemanjá, objeto de polêmica gerado pela intervenção de instâncias estatais, administrativas e jurídicas, considerei fundamental acessar os pareceres técnicos elaborados pela SQA sobre a orla da laguna no Balneário dos Prazeres, os quais apresentariam o entendimento desta instância a respeito da situação ambiental da praia. Para tanto, encaminhei-me a Secretaria de Qualidade Ambiental para solicitar os referidos documentos, porém, o secretário, o então Luiz van der Laan, estava em reunião e sua secretária sugeriu que fosse feito um pedido formal através do email da SQA sobre os pareceres técnicos do meu interesse. Embora tenha enviado o email, nunca obtive resposta. Com isso, no processo de realização das entrevistas com os representantes do legislativo, questionei-os sobre os pareceres, bem como aproveitei o momento para relatar o ocorrido na SQA, sendo-me apresentada a possibilidade de solicitar estes pareceres via Câmara de Vereadores. No entanto, apesar de feita a solicitação, como foi afirmado pelo chefe de gabinete da presidência da Câmara de Vereadores, também

nunca obtive a resposta se estes documentos foram enviados a Câmara ou não. Até hoje a informação é de que a solicitação ainda está passando pelos trâmites burocráticos.

Desta forma, minha última tentativa foi encontrar estes documentos no Ministério Público Estadual. Foi então, que tomei conhecimento de um Inquérito Civil Público relatando os problemas ambientais da orla, cujo conteúdo vinha fundamentando as intervenções do MPRS junto a Prefeitura, as quais incidiam, inclusive, sobre os regramentos impostos a realização da Festa.

Diferentemente das outras instâncias, na primeira solicitação emitida ao e-mail da Promotoria de Justiça obtive resposta positiva. Entretanto, o meu pedido à esta instância ocorreu na segunda quinzena de dezembro, o que acarretou em uma resposta mais tardia ainda, coincidindo com a última semana de atividades da Promotoria de 2014. Assim, sem ter conhecimento sobre o término dos trabalhos daquele ano, fui a Promotoria, infelizmente, no último dia de seu funcionamento, ocasionando um rápido acesso ao processo relativo a um Inquérito Civil, permitido por um dos funcionários que educadamente me atendeu. Este, informou que não poderia, naquele momento, entregar o Inquérito Civil para tirar uma cópia, porque a Promotoria entraria no período de recesso, mas que no retorno das atividades eu poderia acessar o documento com mais calma e, se preciso, copiá-lo.

O Inquérito Civil é constituído por documentos de várias ordens: depoimentos de moradores do Barro Duro, pareceres técnicos da SQA, uma série de correspondências trocadas entre MPE e instâncias da Prefeitura, relatórios fotográficos da orla indicando o tipo de dano ambiental que estava sendo visado, reportagens de jornal sobre a degradação da orla, reportagens informativas de várias fontes sobre a caracterização da Mata Atlântica, etc.

Deste modo, no início do ano de 2015, a minha primeira atividade foi acessar o Inquérito Civil que me foi disponibilizado. Ao chegar na Promotoria para solicitar o referido documento, não encontrei o mesmo funcionário que havia me atendido. Fui atendida por outro funcionário e ao explicar sobre a pesquisa e sobre a autorização em copiar o Inquérito Civil, o mesmo me informou que deveria passar pelo estagiário do promotor, Sr. Dr. Rodrigo da Silva Brandalise, que estava cuidando do caso, para poder autorizar a saída do documento para cópia. Desta forma, o próprio funcionário conversou com o estagiário, o qual concedeu apenas uma parte do inquérito para a cópia. É interessante destacar que fui obrigada a deixar um documento, RG ou CPF,

para a saída do Inquérito Civil da Promotoria, sendo autorizada a saída deste apenas para o mesmo dia. Isto é, tive que tirar a cópia e retornar no mesmo dia.

No entanto, os documentos do inquérito que me autorizaram para copiar não foram tão relevantes quanto outros que eu já havia avistado, rapidamente, na primeira vez que tive acesso ao processo. Por isso, retornei à Promotoria para tentar visualizar alguns documentos que me pareceram importantes e fui atendida por outro funcionário, o qual me passou a impressão de que não iria permitir o acesso ao processo, porém, o mesmo fez questão que eu entrasse na sala, me direcionando a sua mesa. Este se apresentou para mim como Guinter e ao conversarmos sobre a pesquisa, que apresentei antes de solicitar o documento, me informou que havia outro documento sobre a Festa de Iemanjá na Promotoria que não estava no Inquérito Civil. Sendo assim, Guinter, autorizou acessar e copiar tanto o Inquérito Civil na sua totalidade, como este documento, no qual constava todos os pareceres técnicos da SQA relativos especificamente à Festa de Iemanjá. Ressalto que Guinter, também me pediu para deixar um documento pessoal com ele, para a saída destes documentos do MPRS, mas permitiu que eu ficasse, no máximo, dois dias com estes.

Estes documentos, apesar de terem retardado a minha escrita, apresentaram elementos novos sobre os impasses relacionados à Festa e os problemas ambientais da orla, tornando o universo de informações muito mais complexo. Foi possível, a partir do acesso a estes documentos, compreender melhor como estes impasses foram construídos, a partir de relações entre uma diversidade de atores e instâncias, de forma que concordo com Vianna quando esta aponta que:

> [...] levar a sério os documentos como peças etnográficas implica tomá-los como construtores da realidade tanto por aquilo que produzem na situação da qual fazem parte – como fabricam um “processo” como sequência de atos no tempo, ocorrendo em condições específicas e com múltiplos e desiguais atores e autores – quanto por aquilo que conscientemente sedimentam. (VIANNA, 2014, p. 47).

Durante a etnografia, além do surpreendente surgimento destes documentos, também surgiu outro que foi de extrema importância para compreender historicamente a festividade religiosa e a formação do campo umbandista em Pelotas: um Livro de Atas da antiga União da Umbanda da Princesa do Sul, que se transformou em Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Este documento foi acessado por meio de um(a) interlocutor(a) que exigiu a não identificação.

O Livro de Atas inicia com a Ata nº 65, relativa a uma reunião de Diretoria da União de Umbanda da Princesa do Sul ocorrida em 26 de fevereiro de 1970. Isso pressupõe que havia outro livro de atas que registrava as atividades desta entidade associativa, com data pregressa a este ano. Na Ata nº 66, encontramos uma referência que a União da Umbanda da Princesa do Sul já estava formada desde, pelo menos, o ano de 1963: "Quanto a um dos centros filiados na zona do Fragata, e que desde o ano de 1963 se encontra em débito para com a tesouraria da UUPS resolvam o Sr. Presidente cancelar a dívida, pois o cacique se encontra enfermo [...]"[27]. A partir da Ata nº 74, relativa a uma Assembleia Geral Extraordinária, ocorrida em 08 de outubro de 1970, o livro passa a registrar reuniões e assembleias da Federação Sul-Riograndense de Umbanda, indicando o marco de unificação da umbanda em Pelotas. A continuidade dos registros por meio de atas, constantes no livro, abarcam todo o ano de 1971 e 1972, ocorrendo uma lacuna relativa ao todo ano 1973 e reiniciando-se o uso do livro por meio da Ata nº 19, relativa a uma reunião, ocorrida em 20 de janeiro de 1974. Os registros continuam até a nº 28, relativa a uma reunião de Diretoria ocorrida em 28 de novembro do mesmo ano. Ao que tudo indica, esta lacuna nos registros dentro de um mesmo livro de ata deve-se a conflitos entre os membros que assumiram a direção da Federação ao final do ano de 1972.

O fato do registro nesse livro reiniciar com Ata nº 19, indica que as atividades estavam sendo registradas em outro local – Ata nº 1 a nº 18 – e por alguma razão retomou-se esse livro como meio de registro. Como veremos posteriormente, este interregno de aproximadamente um ano foi caracterizado por conflitos no âmbito da diretoria da Federação, refletindo-se isso no próprio processo de registro das suas atividades. O livro possui um Termo de Abertura, mas não de encerramento, sendo que depois da última ata registrada há varias folhas em branco, indicando que, ou se mudou o suporte de registro, ou por alguma razão as atividades deixaram de ser registradas.

[27] Na Ata nº 67 se faz referência a desfiliação de um centro por parte da União da Umbanda da Princesa do Sul, retroativa ao ano de 1965, por este ter ido se filiar a União da Umbanda do Estado do Rio Grande do Sul. Na Ata nº 65, constante na folha 01 temos também o seguinte registro que indica a já presença da União da Umbanda da Princesa do Sul em Pelotas: "Como o Centro de Umbanda Templo de Iemanjá, a despeito de haver estado em construção, pagou as mensalidades do **ano sessenta e nove**, propôs o Sr. Presidente, fosse o mesmo isento de contribuição neste ano, o que mereceu aprovação da mesa" (grifo nosso).

Além de algumas informações sobre a Festa de Iemanjá, essa fonte me possibilitou aprofundar a compreensão dos processos associativos dos centros de umbanda em Pelotas, o grau de abrangência da representação das instituições fundadas para esse fim, a sua estrutura organizacional interna, os objetivos e funções aos quais se propunha, as relações com o campo político, dentre outros aspectos.

Luís Roberto Cardoso de Oliveira, menciona três compromissos ou responsabilidades éticas elementares que permeiam as pesquisas antropológicas: o compromisso com a verdade e a produção do conhecimento, o compromisso com os sujeitos da pesquisa e o compromisso com a sociedade e a cidadania (OLIVEIRA, 2010, p. 27-28). Em relação a este último compromisso, afirma ele que "[...]a divulgação dos resultados é uma obrigação moral do pesquisador, com o objetivo de contribuir para o esclarecimento do cidadão e da sociedade sobre o problema em tela" (OLIVEIRA, 2010, p. 28). Durante o meu processo etnográfico, percebi muitas informações desencontradas a respeito da história da Festa de Iemanjá e da própria constituição da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Em razão disso, embora ciente de que estava fugindo um pouco do meu foco de pesquisa, tomei a decisão de sistematizar todas as informações que julgava relevante para o esclarecimento, não apenas da Festa de Iemanjá, mas também da constituição do campo umbandista de Pelotas. Como é um documento que por enquanto não está acessível, em razão das disputas e conflitos que perpassam as organizações representativas da umbanda de Pelotas, publicizar estas informações não deixa de ser uma forma de retribuir ao campo umbandista por todo o auxílio recebido para a realização deste trabalho.

Mas ao mesmo tempo, a decisão de usar esta fonte me colocou diante de alguns dilemas éticos, pois a mesma é procurada por representantes do campo umbandista, revelando o grande significado que possui. No transcorrer da entrevista de Joabe Bohns, por exemplo, pude observar que além da simples visibilidade que a pesquisa poderia conferir a Federação, havia também o interesse de que ela viesse a preencher lacunas sobre a memória da instituição que se originaram do "extravio" de documentos em razão dos conflitos pela sucessão da presidência da entidade:

> É, por exemplo, **tem até um livro ata que eu estou procurando e eu não encontrei até agora**. E eu gostaria de encontrar ele, tá faltando esse livro ata. Quero ver se encontro. Como também aqui dentro da Federação existia a Devandira e o Geraldino que moravam aqui e eles é que tinham acesso pra

> tudo dentro da Federação e hoje os dois, ambos, estão mortos. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014; grifo nosso).

Na continuidade da entrevista, esta necessidade de se apropriar desta memória da formação da entidade é reafirmada por Joabe, conforme segue:

> Sim, pra essa sede aqui eu posso te passar até fotos de fundação, como foi o prédio aqui. **Até para que tu possa mostrar em slide, em um cd, para ti botar lá e fazer uma demonstração como quando começou,** não total, porque em 1970 ela começou a fundação do prédio aqui. Não precisamente em 1970. No decorrer dos anos 70, entende? No decorrer dos anos 70 porque lastimavelmente as fotos não tem data, tu entende? (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014; grifos nossos).

Ana Lucia Enne (2014, p. 89), aponta que especialmente na etnografia urbana, quando nos deparamos com uma diversidade de atores situados em cargos ou funções políticas, torna-se difícil o estabelecimento de uma relação de cumplicidade, pois ocorre um "[...] complexo jogo de negociações entre o pesquisador, o outro e os outros deste outro, todos em permanente interação e produção de discursos e estratégias políticas multifacetadas". Desta maneira, precisei equacionar isto em relação ao meu interlocutor Joabe e os seus "outros", que assumiram uma posição de rivalidade em relação a ele nos processos sucessórios da Federação.

Ora, este livro Ata tão procurado por Joabe, o qual revela-se fundamental para ele se apropriar da história da Federação e a partir daí agregar maior legitimidade para sua permanência no cargo, me foi sigilosamente apresentado por uma pessoa que faz parte do campo religioso afro-brasileiro, fato que ocorreu após a entrevista com Joabe. Me foi dada a oportunidade de fotografar o Livro Ata, mas sob o compromisso ético de manter absoluto sigilo quanto a identidade do seu concedente. Segundo a pessoa que forneceu o livro para fotografias, este lhe foi repassado em regime de confiança por um membro do grupo dos antigos fundadores da Federação, para ser resguardado.

Segundo o Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia, cujo conteúdo devo me alinhar-me, possui o profissional da área o "Direito de preservar informações confidenciais". Segundo o mesmo Código de Ética, quanto aos direitos das populações que são objeto de pesquisa do antropólogo, consta a "Garantia de que a colaboração prestada à investigação não seja utilizada com o intuito de prejudicar o grupo investigado". A partir destes princípios, considero legítimo a manutenção do sigilo da identidade de quem me autorizou o acesso ao Livro de Atas,

mesmo que esse possa ser considerado um documento que poderia estar em posse da Federação. Considero que não é meu papel arbitrar e tampouco resolver os conflitos políticos que cerceiam as sucessões das diretorias da Federação e, eventuais consequências que estes gerem, como o possível extravio de documentos oficiais.

Informo ainda, nesse sentido, que no transcorrer da minha etnografia, uma vez que outra, me foram repassadas informações de que “fulano” ou “beltrano” também estariam de posse de outros documentos históricos, sendo que não houve confirmação de tais notícias, o que não quer dizer que as informações não tenham veracidade. O que esta rede de “segredos” informa, sobre as questões em apreço, é o quanto a detenção privilegiada de informações é percebida como uma importante arma nas disputas internas por legitimidade, por parte dos representantes do campo umbandista. Cumpre dizer, nesse sentido, que as fotos referidas por Joabe na citação anterior, nunca me foram repassadas por ele, ou qualquer outro documento da Federação, mesmo que diga respeito a fatos contemporâneos, apesar de constantemente solicitados.

1.5 Apresentando os interlocutores

Neste subcapítulo, será exposta uma breve apresentação dos interlocutores entrevistados, o que não esgota o universo de pessoas com as quais interagi na minha etnografia, sendo que por meio de algumas delas, acessei documentos e informações chaves. Na apresentação que faço na sequência, busco sinalizar elementos da trajetória de cada um, retirados das respectivas entrevistas, de forma a situar socialmente as posições a partir das quais elaboram seus enunciados e posicionamentos.

1.5.1 Joabe Luis Bohns

Joabe é presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, tem 63 anos, vem de uma família umbandista e é fruto de um casamento inter-racial, a mãe era descendente de alemães e o pai, afrodescendente.

Assim, podemos identificar em Joabe alguns traços físicos característicos de sua descendência africana, mas o que prevalece no seu fenótipo é a descendência alemã.

Segundo Joabe, apesar da descendência alemã de sua mãe, era esta que se dedicava mais a religião, sendo responsável por um centro de umbanda que se localizava na Rua Xavier Ferreira, esquina com General Telles. O seu pai não tinha um envolvimento tão grande como a sua mãe com a umbanda, apenas “dava o amparo para ela”.

Mesmo umbandista desde criança, Joabe estudou sempre em colégios católicos: “comecei a estudar no Nossa Senhora de Fátima, fui para o Assumpção, do Assumpção fui para Diocesano, do Diocesano aí sim fui para o Assis Brasil, de lá, a vida me levou”[28]. Na sua trajetória de vida ocupou diversas profissões: caminhoneiro, comerciante e funcionário da Faculdade de Medicina. Segundo ele, teve formação em contabilidade e cursou até o terceiro ano da Faculdade de Psicologia. Foi casado duas vezes, tendo com a segunda esposa dois filhos. Joabe não informou na entrevista se teve filhos com a primeira esposa.

Atualmente, junto com a segunda esposa, ele é responsável pelo Centro Espírita Pai José de Aruanda, que segundo ele “existe há 46 anos no mesmo lugar”, situado na Rua 1, nº 160, bairro Bom Jesus. Esse vínculo umbilical com a umbanda é central na sua auto-identificação:

> Joabe: Eu nasci, dentro dela, como os meus filhos nasceram. A minha mãe tinha terreira, nasci ali dentro, vivi minha vida toda dentro da religião. Eu não conheço outra maneira, a não ser viver a religião como os meus filhos, que são formado, são tudo e vivem a religião.
> Isabel: Tua mãe era o que? Umbanda? Nação?
> Joabe: Umbanda, como eu sou umbanda. Eu sou umbandista. Mas tenho os meus lados africanistas, eu tenho meu lado Jejê, Ijexá e Nagô e tenho o meu lado da Quimbanda que não é aqui dentro da cidade, é em Rio Grande com a Mãe de Acuí. Num terreiro – Seguidores de Jeremita. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

1.5.2 Josué Roldan Martins

Josué, presidente da União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, tem 41 anos, é natural de Pelotas e também possui uma trajetória familiar vinculada a religião afro-brasileira. Cabe destacar que Josué é eurodescendente. Antes de trazer a sua trajetória, faço a ressalva que Josué, não é apenas

[28] Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014.

representante da URUCAB, como também é técnico de futebol com especialização na área de Educação Física e atua há 14 anos como coordenador geral da base de futebol do Esporte Clube Pelotas.

A trajetória religiosa de Josué começou a partir de seus pais, Santos Laureci Martins, natural de Arroio Grande e Sônia Maria Roldan Martins, natural de Jaguarão, ambos vivos[29]. Segundo Josué, a família de seu pai era tradicionalmente católica, mas o primeiro contato que seu pai teve com a religião afro-brasileira foi a partir de um caso envolvendo sua irmã, a qual estava muito doente e sem encontrar uma solução através da medicina, foi recomendada a família que procurasse um centro de umbanda. E foi nesse centro de umbanda que a irmã foi curada.

..

> Isso na década de 60, 54, 55, ela era uma criança ainda e levaram ela e ela saiu bem. E ai chegou em casa, todo mundo contou, e ele [pai] não acreditava porque era coroinha. E o padre, o primeiro padre da cidade lá, que ajudou a fundar a cidade, era o padrinho dele, então ele foi nascido e criado na Igreja Católica, indo todos os dias para a igreja católica. (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

A partir do acontecimento de sua irmã, seu Laureci, pai de Josué, decidiu ir até o centro de umbanda que curou a irmã para desafiar o poder das entidades, pois, em razão da sua forte crença no catolicismo, tornava-se difícil acreditar na existência de outro poder que não o de Jesus ou de Deus.

> E ai ele foi um dia para desafiar, chegando lá, uma entidade chegou, baixou, e chamou ele lá no meio e disse assim: “eu vou provar pra ti que existe alguma coisa a mais, então tu te mexe na minha frente a partir de agora, pode fazer o que tu quiser”. E ele não conseguiu se mexer. Depois dali ele começou a acreditar, entendesse? (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

Segundo Josué, esse acontecimento foi que levou o seu pai a começar a acreditar na religião de matriz africana, mas somente na vinda de seu pai para Pelotas, em busca de emprego, é que o mesmo começou a ter contato mais intenso com a religião. Em Pelotas, seu pai, Laureci, começou a trabalhar em uma loja que vendia produtos religiosos que se chamava Flora São Jorge, que pertencia ao Dinorá Feijó Leal. Josué apontou, na sua fala, que foi a partir desse trabalho que seu pai entrelaçou

[29] Na Ata nº 66, relativa a reunião de Diretoria da União da Umbanda da Princesa do Sul realizada em 30 de abril de 1970, se faz menção ao delegado regional Santo Laureci Martins “felicitando-o pelo brilhantismo da festa realizada em vinte e cinco de abril, na cidade de Jaguarão”. Presume-se que neste período ele estivesse residindo nesta cidade.

uma forte amizade com Dinorá, sendo considerado um pai adotivo de Laureci e em razão disso Dinorá é considerado por Josué e familiares como um membro da própria família Martins. Em razão dessa forte relação de amizade e trabalho, Laureci passou a fazer outro serviço para Dinorá, que era direcionado a União de Umbanda da Princesa do Sul, cuja presidência era exercida por Dinorá, como será visto em capítulo posterior. Nesta nova ocupação, Laureci tornou-se delegado[30] da União, onde tinha como finalidade buscar terreiros em outras regiões para se filiarem a entidade.

Josué ainda salientou que seu pai, após casar-se com sua mãe e constituir família, trabalhou por 33 anos em outra loja de artigos religiosos, Flora Oxum, a qual localiza-se, até os dias atuais, em frente ao Mercado Público, pela Rua Andrade Neves. Seguindo a trajetória de inserção de Josué na religião afro-brasileira, ele relatou que sua mãe, Sônia Maria Roldan Martins, também foi de grande importância para sua inserção na religião. Destaco uma parte da história da mãe de Josué, porque esta também tem um cruzamento com a história da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Uma vez que, Sônia, mãe de Josué, pertenceu ao centro de umbanda São Sebastião, o qual tinha como responsável Ernestina, esposa de Dinorá Feijó Leal.

> Eles eram da alta sociedade, eram pessoas que tinham uma classe social bem mais alta. A casa do seu Dinorá Feijó, do vô e da vó, mas mesmo assim na humildade dela, ela foi desenvolvida. Ela fundou o Centro São Sebastião. O Centro São Sebastião tinha 250 médiuns, era um terreiro gigantesco, eu presenciei, eu sou o último médium do Centro São Sebastião, eu como pessoa porque eu comecei a tocar tambor com 11 anos. Quando eu tinha 15 para 16 anos, encerrou por falta de saúde da vó, daí não tinha mais condições. (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

No relato de Josué, dá-se a entender que Ernestina tinha uma relação muito próxima com sua mãe, assim como Dinorá tinha com Laureci, pois alguns pertences importantes de Ernestina e do centro São Sebastião foram passados, em vida, para Sônia. A convivência de Josué com a religião afro-brasileira iniciou com onze anos, quando Josué começou a tocar tambor no centro São Sebastião. Josué relatou que descobriu o dom de tocar tambor em razão do tamboreiro da terreira, São Sebastião

[30] No depoimento de Josué não fica claro se o pai trabalhou no cargo de delegado na União de Umbanda da Princesa do Sul ou na Federação Sul-Riograndense de Umbanda, pois num trecho da nossa conversa ele se remete ao cargo exercido pelo pai na União e, em outro também se remete ao cargo, mas exercido na Federação, dando a entender que poderia haver uma confusão entre entidades ou uma continuidade do serviço prestado pelo seu pai, a partir da União para a Federação.

não ter mais condições físicas para continuar a tocar. Assim, Josué se propôs a tocar e o tamboreiro ao ver que Josué sabia todos os ‘pontos’ de “cor e salteado”, determinou que o menino de onze anos começasse a tocar junto com ele na terreira. Segundo Josué, essa decisão foi tomada pelo tamboreiro porque na primeira vez que ele tocou, o tamboreiro viu um africano ao seu lado, como se este estivesse passando a sabedoria de tocar o instrumento para Josué.

> Passados os anos, ai ele chegou e disse assim que quando ele era vidente, ele me viu tocando, ele viu um africano do lado e que eu sabia de cor e salteado as batidas, os toques, o repique e eu tinha uma coisa diferente que os outros nãos tinham que era o sentimento na batida, era uma vibração diferente no couro do tambor, até hoje o meu toque é diferente das demais pessoas [...] (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

Percebe-se que Josué, ao contar sua trajetória afro-religiosa, apresenta todos os fatos ocorridos, inclusive àqueles relacionados aos seus pais, como parte de uma “missão” destinada à família Martins. E acredito que Josué, por meio dessa noção missionária impregnada no seu discurso, utiliza-se dessa estratégia para legitimar a sua forte relação com a umbanda na cidade de Pelotas, bem como da sua família com o processo histórico de institucionalização da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros.

Atualmente, o terreiro que Josué e sua família trabalham chama-se Centro de Umbanda Nossa Casa, o qual tem como cacique a sua mãe, Sônia. O terreiro funciona todas as terças-feiras das 20h30min até 22h30min e localiza-se na Rua Três de Maio, nº 306. Josué ainda salientou, que o centro é somente umbanda e não há cobrança monetária para participar do centro, pois o mesmo é aberto ao público.

1.5.3 Marcos Abreu

Marcos Abreu é mais conhecido, na comunidade afro-religiosa, por Marcos de Oxalá, o qual é presidente da Federação dos Cultos Afro-brasileiros Umbanda e Quimbanda (FECAB), tem 57 anos de idade, sendo 42 anos de vida religiosa no batuque (denominado por ele como ‘nação), umbanda e quimbanda. Marcos é afrodescendente e não comentou sobre o seu estado civil, mas ressaltou na entrevista

que tem três filhos, uma menina e dois meninos, sendo que somente a menina segue na religião afro-brasileira.

Marcos, assim como os outros interlocutores, também recebeu influência familiar na sua opção religiosa, dando continuidade à casa de religião de nação Cabinda dos seus pais, na cidade de Porto Alegre (RS). Marcos é natural de Pelotas, mas, conforme ele, em razão da frequente mudança de residência dos seus pais, os mesmos tinham filhos-de-santo espalhados por várias cidades do Rio Grande do Sul, o que consequentemente foi herdado por Marcos. Assim, desde 1988 que Marcos é dono de sua própria casa religiosa, a qual já transitou por diferentes bairros em Pelotas e em diferentes cidades, como Santa Vitória do Palmar e Porto Alegre.

Segundo Marcos, desde que abriu a sua terreira, a mesma sempre foi filiada à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiras, mas quando fundou a FECAB, se desfiliou da Federação.

Marcos também trabalha com diferentes meios de comunicação, utilizando os para dar visibilidade a religião afro-brasileira. Iniciou essa forma de divulgação da religião, por meio de um programa de rádio, onde permaneceu por cinco anos. Posteriormente, passou a atuar em programa de televisão, do qual permanece até hoje. O programa “No Mundo dos Orixás, Encanto e Magias”, está há doze anos no ar, ao vivo, todas as terças-feiras das 20h às 22h através dos canais da Via Cabo ou NET. Marcos também escreveu, por dois anos, em um jornal direcionado às religiões de matriz africana chamado “Folha Africanista”.

Apesar desse uso de diferentes meios de comunicação para tratar a religião afro-brasileira, Marcos não tem formação em Comunicação ou Jornalismo, é apenas interessado no assunto. Sua formação profissional é na área da saúde, atuando como técnico de enfermagem, mas atualmente encontra-se aposentado.

Cabe ressaltar que a casa de religião está ao lado, no mesmo terreno, da sua residência, a qual localiza-se no Barro Duro e encontra-se neste mesmo local há dez anos. E a sede principal da FECAB é o mesmo local da casa de religião, espaço onde ocorrem os encontros e reuniões da entidade. Deste modo, o funcionamento da terreira é aos sábados, de quinze em quinze dias, das 20h e 30min às 23h e 30min. Somente em dias de festa, duas ou três vezes ao ano, que se ultrapassa esse horário.

1.5.4 Maria da Graça Ochoa Nogueira

Maria Ochoa é cacique do terreiro Templo de Umbanda Joana D'Arc, a qual é conhecida na comunidade religiosa de Pelotas apenas por Maria Ochoa. Maria também é euro-descendente, tem 66 anos e completou em 2014, 49 anos de trajetória religiosa.

Segundo Maria, sua inserção na religião de matriz africana foi em razão de problemas relacionados à saúde. Com catorze anos, Maria, mesmo pertencendo a uma família voltada ao espiritismo kardecista, procurou ajuda em um centro de umbanda de sua vizinha. A partir desse episódio, começou a frequentar a terreira e desenvolver a sua mediunidade. Conforme Maria, com apenas quinze para dezesseis anos abriu o seu próprio centro de umbanda. Sua mãe, conformada com a opção religiosa da filha, aceitou a abertura da terreira em sua casa, a qual se localizava na Rua General Osório. Em razão de um trágico episódio familiar, Maria e sua família sofreram um processo de mudança residencial, radicando-se há 30 anos na Av. República do Líbano.

Seguindo a ordem cronológica apresentada pela interlocutora durante a entrevista, após alguns anos Maria fez sua iniciação também no batuque, pois a mesma apontou que foi "feita há praticamente 40 anos atrás em Porto Alegre com o pai Noel da Oxum, que é falecido há muitos e ele era Ketu com Banto, porque ele veio do Rio"[31]. Nesse sentido, podemos perceber que o batuque praticado por Maria é incomum comparado as nações mais conhecidas do Rio Grande do Sul, que são: Cabinda, Ijexá, Jejê, e raramente, Nagô. Maria procurou o batuque pois, segundo ela, uma pessoa só se torna completa na religião afro-brasileira se tiver a umbanda e nação juntas, visto que, no seu entendimento, uma complementa os fundamentos religiosos da outra. Um trecho da sua fala, elucida a relação complementar entre as duas religiões apontada pela interlocutora: "Porque eu achei necessidade pra ser completo, porque não adianta ter só umbanda e precisar da nação pra alguma coisa e não teres. Então, pra completar, eu fiz nação. Eu fiz 21 anos pra ficar totalmente pronta na nação"[32].

Maria não comentou seu estado civil, mas salientou que tem quatro filhos, dentre eles, a filha é kardecista, os outros dois filhos são da religião afro-brasileira e o

[31] Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 4 de novembro de 2014.
[32] Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 4 de novembro de 2014.

terceiro filho não possui uma opção religiosa declarada. Além do ofício religioso, Maria trabalha, esporadicamente, com artesanato.

O Centro de Umbanda Joana D'Arc localiza-se no mesmo espaço territorial de sua residência, o qual fica em uma sala ao lado. Para acessar a terreira não precisa, necessariamente, passar por dentro da casa, há um acesso pelo pátio que dá diretamente no centro. O centro é pequeno, tem duas fileiras com, aproximadamente, três bancos para acomodar os adeptos e participantes. Também há um congá[33] da umbanda e pegi[34] da nação, pois pratica-se tanto a umbanda quanto o batuque. Além disso, encontrei duas placas com diplomas da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, autorizando o trabalho espiritual no centro. É importante salientar também, que o centro funciona toda segunda-feira e quinta-feira, sendo segunda-feira trabalhado o passe para assistência e quinta-feira é direcionado para o desenvolvimento da corrente.

1.5.5 Juliano Silva

Juliano Silva, mais conhecido na comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas como Juliano D'Oxum, tem 25 anos, é biólogo de formação e tem pós-graduação em educação ambiental. Juliano é afrodescendente, natural de Pelotas, é casado e tem três filhos, ainda pequenos.

Em todas as Audiências Públicas e reuniões relacionadas aos preparativos da Festa de Iemanjá em 2014, deparei-me com a efetiva participação de Juliano e, a partir desses encontros, percebi que o mesmo atuava como um representante da comunidade umbandista e de batuque de Pelotas, ao lado dos presidentes das federações e associações. Assim, nesta entrevista, Juliano fez questão de se autodeclarar uma nova liderança religiosa na cidade.

---

[33] Congá é um tipo de altar em que estão dispostas todas as imagens de entidades que são cultuadas na umbanda (como a Linha dos pretos-velhos, caboclos e, na maioria das vezes, a Linha do Povo da Rua – exú e pomba-gira – e do Povo do Oriente – ciganos(as)) e também com imagens de santos católicos e de Jesus Cristo.

[34] Pegi, conhecido também como quarto-de-santo ou pejí, é uma peça da terreira onde ficam guardados os objetos sagrados: tambores e outros utensílios utilizados para os rituais, assim como ficam as representações dos orixás. "Eles estão ritualmente fixados ('assentados') em certos objetos, que tanto podem ser, dependendo do orixá, peças de ferro, estatuetas de madeira, como 'ocutás' (ou 'acutás' ou cutás'), pedras de formatos variados" (CORRÊA, 2006, p. 78).

Deste modo, a iniciação religiosa de Juliano, segundo ele, “já vem de berço, vó, tataravó” [35]. Assim como os outros interlocutores apresentados nesta pesquisa, Juliano também tem uma herança familiar na religião afro-brasileira, que veio por meio de sua avó, responsável pelo Centro Espírita de Umbanda Africano São Cipriano. Por esta influência familiar, Juliano se iniciou, primeiramente, na umbanda no centro de sua avó e há cinco anos fez sua iniciação no batuque. Em razão de problemas de saúde, Juliano entrou em contato com a Yalorixá Mãe Regina, dona do Ilê Iemanjá Bossi e Oxalá D’acum, de nação Cabinda e começou suas obrigações com o batuque. Atualmente, Juliano é Yaô, que significa que é um “filho recém-iniciado” (GOLDMAN, p.103, 1987).

Além disso, Juliano também é repórter de um programa televisivo chamado “Sexto Sentido”, o qual ocorre todas às quintas-feiras no canal 14 da NET, TVC – TV Comunitária. Por este motivo, Juliano alega que, atualmente, o centro de sua avó não tem filiação com nenhuma federação ou associação porque “[...]nós não podemos ter uma ligação a uma federação até por causa do programa, para não ficar aquela coisa. Nós somos de todos, na realidade”[36]. Porém, cabe ressaltar que o centro de sua avó, primeiramente, foi filiado à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros e depois filiou-se à URUCAB, da qual Juliano foi um dos fundadores. Atualmente, Juliano não é associado em nenhuma dessas entidades, mas a sua representação política dentro do campo religioso comporta o contato com os diferentes presidentes e suas entidades “[...]o destino nos uniu por causa da Festa de Iemanjá, dos movimentos que teve na cidade de Pelotas, o fechamento de algumas casas que aí vem os alvarás, que não sei se tu vai perguntar. Foi esse encontro que a gente teve” (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 7 de outubro de 2014).

1.5.6 Joice Mara Chagas Duarte

Joice Duarte tem 45 anos, é afrodescendente e é casada há 27 anos, bem como mãe de quatro filhos. Joice, atualmente, trabalha como gari na empresa de limpeza urbana municipal – SERSUL, mas já possuiu outras profissões como, por exemplo, compositora de samba-enredos carnavalescos de Pelotas.

[35] Entrevista realizada com Juliano Silva, em 7 de outubro de 2014.
[36] Entrevista realizada com Juliano Silva, em 7 de outubro de 2014.

Após esta breve descrição, gostaria de, assim como na apresentação dos outros interlocutores, trazer um pouco mais da vida religiosa da Joice. Deste modo, Joice me esclareceu, durante a entrevista, que a sua inserção na religião afro-brasileira também iniciou pela forte influência de sua mãe, a qual foi cacique de uma terreira que, infelizmente, a interlocutora não soube me informar o nome, nem a localidade. Segundo ela, a sua inserção foi antes mesmo do seu nascimento, porque na barriga da sua mãe ela já conhecia a religião. Assim, seu interesse pela religião afro-brasileira foi crescendo na terreira de sua mãe e, inclusive, era ela que tocava um dos instrumentos utilizados durantes os rituais, que era a cubana. Atualmente, Joice não toca mais nenhum instrumento em razão da tendinite, mas atua como orientadora espiritual na sua própria terreira.

Após o casamento, Joice afastou-se da religião afro-brasileira, mas depois de um episódio ocorrido com o seu marido, resolveu procurar uma terreira para ajudar seu esposo, que começou a acreditar na religião, bem como a se desenvolver na terreira da Dona Zaida, cujo endereço e nome ela também não soube informar. A partir do desenvolvimento espiritual do seu esposo, Joice decidiu, juntamente com o mesmo, abrir a sua própria terreira, Centro Espírita de Umbanda Ogum Beira Mar, localizado no bairro Navegantes 2, na rua Zumbi dos Palmares, nº 32. Com a abertura da terreira, Joice iniciou o seu desenvolvimento na umbanda, pois apesar de ter o contato com a religião desde muito cedo, a mesma não passou pelo processo de desenvolvimento na terreira da mãe. Segundo Joice, já faz 17 anos que está trabalhando na sua terreira, a qual sempre esteve no mesmo local, onde passou por várias reformas, mas é o mesmo espaço em que fica a sua residência.

1.5.7 Carlos Alberto da Costa e Silva Pereira

Carlos Alberto é conhecido na comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas como filho de Irineu Viana, o qual foi membro da diretoria da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros por muitos anos e presidente desta entidade por, aproximadamente, 16 anos. Antes de nos determos na trajetória religiosa e familiar de Carlos Alberto, cabe ressaltar que o umbandista é afrodescendente, casado e tem filhos. Segundo Carlos Alberto, o seu falecido pai biológico, Ardonaldo Pereira, era católico. A sua mãe, Isônia da Costa e Silva Pereira,

teve um segundo casamento ainda na infância de Carlos Alberto, ocorrido com Irineu Viana. De acordo com o umbandista, a sua inserção na vida religiosa iniciou no Centro Espírita de Umbanda Ogum da Mogiana, fundado por Irineu Viana em 23 de abril de 1969, localizado na rua Jerônimo Coelho, nº 107, no bairro Simões Lopes.

Em razão do falecimento do senhor Irineu em 2001, o centro de umbanda não funciona mais de forma aberta ao público, mas, de acordo com Carlos Alberto, ainda pratica-se a caridade àqueles que o procuram.

> Então, a minha mãe veio: "meu filho, eu acho melhor nós encostar a casa". Ai tu vai me perguntar o que é encostar a casa? Fechar, não abrir mais para trabalho, mas a parte espiritual tu cumpre, as defumações, as velas acesas, a caridade pra as pessoas que vão te procurar. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Chamo atenção que, em razão do laço familiar com Irineu Viana, o que acarretou em acompanhar e participar de todas as questões que envolviam a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Carlos Alberto foi membro do Conselho Deliberativo da entidade por vários mandatos. Com o falecimento do seu pai adotivo, o umbandista foi eleito como presidente do Conselho Deliberativo. No entanto, ao se sentir pressionado por problemas internos na Federação, Carlos Alberto abdicou do cargo e desde então não participou mais da entidade como membro, participando apenas de reuniões e encontros sobre temas de interesse geral da religião, como pude presenciar. Atualmente, por motivos de saúde, Carlos Alberto não frequenta nenhum centro de umbanda e também não atua mais na URUCAB, a qual, segundo ele, foi fundada por ele e Laureci. Mas possui um programa na Rádio Princesa FM, chamado "Filhos de Umbanda"[37], que ocorre todas as terças-feiras das 20 horas às 23:30.

1.5.8 Ricardo Santos

José Ricardo dos Santos de Souza, politicamente conhecido como Ricardo Santos, é euro-descendente, tem 42 anos e natural de Pelotas. Vale destacar que, antes de ser empossado no cargo de vereador, exercia atividade profissional como

[37] Site para acessar aos programas "Filhos de Umbanda": www.princesa985.com

comerciante. Ricardo Santos foi eleito vereador em Pelotas em 2012 pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Segundo seu depoimento, o vereador é ativista de um projeto social, que o incentivou a ingressar na vida política. O projeto social chama-se 'Projeto Alegria' que ocorre há quinze anos, tendo como objetivo distribuir brinquedos e alimentos na noite de Natal (na virada do dia 24 para 25) para as crianças que moram na periferia da cidade de Pelotas, proporcionando uma noite de alegria para estas crianças.

O projeto começou por iniciativa de Ricardo, em razão de uma questão pessoal, pois o mesmo não tinha condições financeiras quando criança e na noite de Natal não ganhava brinquedos, o que tornava a noite natalina triste.

> E o que me fez ir para a política foi um projeto porque eu venho de uma família paupérrima, fui criado uma criança muito sem condições. E quando Deus permitiu que eu tivesse uma condição mínima eu criei um projeto, faz 15 anos, chamado Projeto Alegria, na noite de Natal que era a noite que eu odiava. Noite de Papai Noel essa coisa fictícia do comércio. Eu nunca ganhei um presente, ganhava uma cuequinha, uma meinha, criança quer brinquedo. Então, quando Deus me deu a oportunidade de ter uma condição de vida melhor, eu a noite do Natal me encontrei com o Natal. Todo dia 24 para 25 de dezembro eu preparo, hoje eu consigo reunir um grande número de brinquedos, de alimentos e tomo as ruas, a periferia da cidade em pontos específicos já há 14/15 anos. Aumentamos há dois anos atrás outras comunidades e a gente passa o horário da meia noite do Natal com essas crianças, com essas famílias e retornamos em torno de 3 ou 4 horas da madrugada para a nossa casa, para a nossa base. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 17 de outubro de 2014).

O seu ingresso na vida política, em 2012, se deu a partir de incentivos de amigos e familiares. É interessante assinalar que, o discurso político de Ricardo tem como proposta trazer para o plano legislativo uma concepção nova de fazer política. Nesse sentido, o vereador ressalta no seu discurso os grupos sociais que representa, os quais poderíamos denominar como "minoritários". Exponho um trecho da nossa entrevista em que declara os posicionamentos assumidos:

> Não, a política é feita para as pessoas que precisam de política. Essa é a minha visão, vou para o enfrentamento com quem quer que seja, entendeu? Acreditando no propósito que eu cheguei que é olhar para as pessoas que realmente precisam de política. E abordamos vários temas como o programa habitacional: "minha casa, minha vida". Sou um vereador que vou com um enfrentamento de quem realmente eu sou, **sou gay sim com muito orgulho. Sou umbandista? Sou, com muito orgulho.** "Ah, não vou dizer que sou umbandista porque vou perder o voto do católico ou do evangélico", "Ah, não vou dizer que sou gay porque vou perder voto do hetero". Não, tu tem que ser autêntico, tem que ser aquilo que tu é, entendeu? E as pessoas te aceitarem, não quiserem te aceitar, tudo bem. Mas respeite, eu exijo respeito.

> Não quer me aceitar, não tem problema, mas que me respeite. Aqui eu represento o coletivo, tive uma expressiva votação quando ingressei aqui, hoje não represento os 3 mil votos que fiz, mas sim, toda a população de Pelotas. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 17 de outubro de 2014; grifo nosso)

A partir da sua fala, apontando para sua opção religiosa e, o seu posicionamento nas Audiências Públicas, apresentando-se como um representante das religiões afro-brasileiras na Câmara de Vereadores, perguntei ao vereador sobre a sua inserção na vida religiosa afro-brasileira. O vereador afirmou ser um adepto das religiões afro-brasileiras e que é aconselhado pela sua irmã, que é mãe de santo, que se iniciou no batuque. Ricardo, no entanto, enfatiza que "não tem compromisso com o santo, que não tem um aparelho"[38] e, que as exigências de sua condição de parlamentar, os impedem de se dedicar à religião, revelando, ainda, uma aproximação com o espiritismo kardecista.

1.5.9 Ademar Fernandes de Ornel

Ademar Ornel tem 57 anos, é afrodescendente e natural de Pinheiro Machado, veio para Pelotas para estudar, formando-se em Direito, Engenharia Agronômica e Educação pela UFPel. Além disso, tem especialização em Ciência Política, é mestrando em Educação e doutorando em Direito. Além da sua atuação como vereador, Ornel é professor do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG).

Segundo Ademar Ornel, a sua inserção na vida política iniciou desde o seu envolvimento com o movimento estudantil, como grêmios, DCE e assim por diante. Em razão desse seu interesse, também acabou se envolvendo com a política partidária. Assim, Ademar Ornel já está no seu sexto mandato como vereador, completando 22 anos de atividade parlamentar e eleito seis vezes para presidente da Câmara de Vereadores, que atualmente é presidida por ele. De acordo com Ademar Ornel, possivelmente o cargo de presidência ocupado por ele tenha sido o mais duradouro na história da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas.

Em relação a sua opção religiosa, Ademar Ornel se declara umbandista, mas sem ter vínculo formal com uma terreira específica. Saliento que, tanto em Audiências

[38] Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 17 de outubro de 2014.

Públicas como em reuniões, os interlocutores apontam que o vereador foi o primeiro representante político a divulgar publicamente sua opção religiosa como umbandista.

1.5.10 Neiff Olavo Gomes Satte Alam

Neiff Satte Alam é biólogo, atuou como professor de biologia em escolas, bem como trabalhou na Universidade Federal de Pelotas no Departamento de Zoologia, Genética e Ecologia. Além disso, Neiff trabalhou em diversos cargos públicos em diferentes gestões do poder executivo municipal. No governo Fetter, atuou como superintendente da Secretaria de Cultura (Secult) e, por um curto prazo, ocupou o cargo de Secretário de Educação. Atualmente, Neiff não atua em nenhum cargo público, mas na presente gestão da Prefeitura, referente ao governo de Eduardo Leite, Neiff ocupou por aproximadamente dois anos o cargo de secretário na Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA). Durante sua gestão, orgulha-se de ter criado Conselho Municipal de Proteção Ambiental - COMPAM, de forma que as políticas ambientais passem a ser de Estado e não de governo.

Segundo Neiff, houve a dedicação à política por um tempo em razão da sua profissão como professor, onde surgiu o seu interesse em unir as questões problematizadas em sala de aula em relação ao meio ambiente e políticas ambientais. Uma dessas questões, relacionava-se a situação ambiental do Balneário dos Prazeres que, conforme ele, já era trabalhado na década de 70 na sua atuação como professor.

Por contraditório que possa parecer, em razão das polêmicas sobre a Festa de Iemanjá terem se sobressaído na sua gestão frente à SQA, Neiff afirma que trabalhou “durante anos na umbanda, hoje estou um pouco afastado, mas pretendo retornar ano que vem”. Segundo ele, foi “presidente de um centro de umbanda durante anos”, denominado Centro Nossa Senhora da Conceição, sendo adepto da religião há 45 anos, a qual foi denominada por ele como “umbanda branca”[39].

[39] Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 5 de dezembro de 2014.

1.5.11 Ivan dos Santos Vaz

Ivan Vaz é pelotense e atua no cargo de militar do Exército Brasileiro há 30 anos e é biólogo há 16 anos. Atualmente, Ivan é presidente da Associação de Biólogos da Região Sul (ABIOSUL), criada há 15 anos em conjunto com um grupo de 22 biólogos. Esta entidade exerce diversas atividades, relacionadas principalmente a biologia urbana "porque eu sou pós-graduado em biologia urbana e a maioria dos colegas também, alguns fizeram mestrado em educação ambiental, mas as questões que envolvem a ecologia urbana, é onde a biologia tem que estar junto e a gente está envolvido"[40].

Segundo Ivan, ainda quando estudante do curso de biologia, estagiou na antiga SMUMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente –, período em que teve seu primeiro contato com a situação ambiental do Balneário dos Prazeres, visto que nessa época essas questões ambientais já estavam sendo discutidas. Por este motivo, foi criado nesse período um projeto chamado "Ambiente é Vida", "onde vários setores da comunidade pelotense, várias instituições entraram na jogada e nós conseguimos tirar naquela época 08 caçambas de lixo do meio da mata". A partir da inserção nesse projeto, Ivan tornou-se biólogo e defensor da mata nativa do Barro Duro.

Ivan Vaz também expos o seu vínculo à umbanda, afirmando que sua mãe e seu avô materno eram adeptos de uma terreira, a qual, segundo ele, possivelmente se chamava "Carandi do Sertão", filiada à Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Apesar de existir uma influência umbandista por parte de sua família materna, Ivan declarou-se "eclético em religião", pois o lado paterno da família era católica, assim como estudou o kardecismo e evangelismo. Contudo, ao final da conversa, declarou ser cristão, mas simpático a religião de matriz africana.

Em razão da sua militância ambiental, Ivan já se candidatou para vereador e para deputado estadual. Na primeira campanha para Vereador, o biólogo fez 486 votos, na segunda candidatura, referente ao ano de 2014, para o cargo de Deputado Estadual, Ivan fez um pouco mais de 4 mil votos e em nenhuma delas se elegeu. Segundo ele, o resultado negativo é porque os seus projetos apresentados nas campanhas sempre estão direcionados a questões ambientais, que atingem o interesse de uma pequena parcela da população, gerando, consequentemente,

[40] Entrevista com Ivan Vaz realizada em 28 de novembro de 2014

poucos votos. Por este motivo o biólogo afirmou que não se candidatará mais a nenhum cargo político.

Antes de aprofundarmos a relação destes distintos atores sociais com as polêmicas envolvendo a Festa de Iemanjá, apresento no capítulo seguinte um conciso aporte teórico sobre o processo histórico de conformação e caracterização das religiões afro-brasileiras no Brasil, bem como a relação destas religiões com os aparatos estatais, policiais e jurídicos, inclusive ancorando no contexto pelotense. Apresento também um breve aprofundamento teórico sobre as relações entre política e religião, as quais se presentificam neste contexto.

Capítulo 2 – Religiões afro-brasileiras e interfaces políticas

Neste capítulo será apresentado, brevemente, a caracterização e a conformação das religiões afro-brasileiras. A forma como se deu, historicamente, a relação destas com os dispositivos reguladores que compuseram os sucessivos ordenamentos jurídicos do Estado-nação brasileiro. Aponto, brevemente, para a discussão teórica sobre as relações entre religião e política, para se avançar, finalmente, sobre a caracterização da presença negra na cidade de Pelotas.

2.1 Religiões afro-brasileiras ou de matriz africana: breve caracterização

Para apresentar, de forma breve, as caracterizações mais gerais das religiões de matriz africana no Brasil, especificamente, no Rio Grande do Sul, transporto alguns tópicos discutidos pelo sociólogo Roger Bastide sobre a constituição destas religiões no país. Em “As Religiões Africanas no Brasil”, Bastide (1989) discutiu as condições de possibilidade de reprodução dos repertórios culturais africanos no novo mundo. Além disso, o autor aponta as formas históricas de sincretismo no país, considerando as diferentes formas estruturais que estas religiões assumiram em cada região.

Sendo assim, Bastide analisou que no Brasil as “nações”, correspondentes aos africanos(as) escravizados(as) que para cá vieram, se conservaram nas tradições religiosas, recebendo seus nomes de origem étnica. Indo ao encontro a ideia de Vagner Gonçalves da Silva sobre as nações do Candomblé, onde os negros cultuavam modelos de ritos denominados *nação*, tentando reproduzir nos terreiros os padrões africanos de culto e, ao mesmo tempo, possuindo “uma identidade grupal (étnica) como nos reinos da África” (SILVA, 2005, p. 65). Assim, Bastide aponta a existência de diferentes nações dentro do candomblé e seus equivalentes como, “nações Angola e Congo (bantos), Quetu (nome de uma cidade do Daomé), e Ijesha (nome de uma região da Nigéria), nagô (yoruba), e enfim, gegê” (BASTIDE, 1974, p.90). Esta segmentação dentro das religiões de matriz africana, o antropólogo encontrou também no Rio Grande do Sul.

No entanto, segundo Bastide (1989), apesar da “nação” daomeana prevalecer no Rio Grande do Sul, eram as “nações” iorubas que preponderavam nas outras regiões do Brasil, especialmente no Norte e Nordeste. Sendo esta, a região que deu

lugar ao maior número de pesquisas e trabalhos sobre a religião de matriz africana, pois, de acordo com o antropólogo, esta zona constituía uma unidade cultural do ponto de vista africano. Portanto, para Bastide, a religião dos iorubas, na América, é a que mais permanece fiel aos modelos ancestrais, que se manifesta na forma dos candomblés nagôs na Bahia, como Xangô nos estados de Pernambuco e de Alagoas e, como o batuque no Rio Grande do Sul.

Esta análise que Bastide faz, afirmando que tanto o candomblé da Bahia como o batuque do Rio Grande do Sul, possuem a mesma estrutura religiosa, foi e ainda é criticado por muitos estudiosos da religião. Entre eles, Norton Correa (2006, p. 22), expõe que há um certo "candomblecentrismo" na visão de Bastide, o qual utiliza termos oriundos do Cambomblé para aplicar nas cerimônias ou nos aspectos do Batuque. No entanto, apesar de ficar explicito certo nagocentrismo nas obras de Bastide, como apontou Goldamn (2011) e Correa (2006), em relação ao Rio Grande do Sul, o sociólogo observou certas diferenças em relação à religião cultuada nas regiões do norte e nordeste. Segundo ele, apesar de a estrutura da cerimônia religiosa e a mitologia permanecerem similares, "no campo organizacional, constata-se uma decadência em relação aos modelos nativos" (BASTIDE, 1989, p. 295), considerando-se por "nativo" a religião ioruba. Ao considerar essas diferenças regionais, Bastide (1989, p. 295) aponta para a precária "situação econômica e social do negro rio-grandense".

Na obra acima referida, Bastide aponta que as religiões de matriz banto não constituíam "sistemas" tão bem organizados como os das religiões sudanesas ou guineanas, pois a base do culto banto era a ancestralidade, dessa forma, com a escravidão se rompia laços familiares, linhagens, "tornando impossível esse culto da descendência" (BASTIDE, 1974, p. 101). Em razão disso, estas religiões se tornaram mais permeáveis ao sincretismo religioso. Sendo assim, a partir dos anos de 1870-1880, o espiritismo kardecista passou a ser difundido nas Américas, generalizando-se a crença na reencarnação, a qual já fazia parte da religião banto. Assim, através do espiritismo kardecista, os africanos e seus descendentes puderam reintegrar seu antigo culto dos antepassados, gerando um processo de sincretismo: "Foi esta permeabilidade dos bantos ao mundo circundante que fez com que, apesar de seu grande número, tenham poucas seitas verdadeiramente fiéis a suas origens étnicas" (BASTIDE, 1974, p.102). Roger Bastide, então, acreditava que as religiões bantos conseguiam se modificar, reinterpretar e reproduzir a religião original introduzindo

alguns de seus aspectos nas manifestações religiosas predominantes, como o catolicismo e os cultos ameríndios. Nesse sentido, o sociólogo apresenta o surgimento do sincretismo das religiões de matriz africana em diferentes regiões do Brasil.

No caso das regiões Sul e o Sudeste do Brasil, Roger Bastide interpretou que em razão do impacto da urbanização e da industrialização, originaram-se outras religiões sincréticas, que foram denominadas por ele como “macumba” e “espiritismo de Umbanda”. Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, Bastide apontou que o principal fator que acarretou na perda da força das tradições religiosas africanas, foi o baixo nível econômico da população no Sul. Sendo assim, a explicação de Bastide recai no processo sociológico, visto que “esta macumba, aliás sempre fluida e em perpétua transformação, é o reflexo de uma nova estrutura social, a que se origina da industrialização e da formação das grandes cidades tentaculares em consequência da Primeira Guerra Mundial” (BASTIDE, 1989, p. 287).

No Rio Grande do Sul, os estudos sobre as religiões de matriz africana, atualmente, apresentam três formas religiosas: o Batuque, a Umbanda e a Quimbanda ou Umbanda de Linha Cruzada (ou Umbanda Cruzada). Contudo, uma das discussões que ainda prevalecem sobre as religiões de matriz africana, é acerca da formação do batuque na região Sul. Uma das hipóteses é de que os primeiros terreiros foram fundados aqui nesta região, na cidade de Pelotas e Rio Grande, em função da enorme concentração de escravos entre 1833 e 1859. Muitos autores situam a existência do batuque nesta região desde o início do século XIX.

Alguns jornais da época atestam esta hipótese, pois apresentavam notícias ligando negros escravos a feitiçaria. Já as notícias sobre a presença do batuque em Porto Alegre, datam da segunda metade do século XIX, o que nos remete a ideia de um contato entre os escravos ou ex-escravos da região de Pelotas e Rio Grande com a capital. Estas notícias que corroboravam a forte presença do batuque no RS foram, geralmente, retiradas de jornais da época, os quais não deixavam dúvidas sobre a repulsão, ou até mesmo o medo, existente da sociedade “branca” para com as manifestações religiosas dos africanos escravizados. Esta visão negativa, provocada pelos “estigmas lançados sobre essas religiões” (ORO, 2002, p. 350), fez com que ocorressem diversas perseguições aos terreiros.

Como vimos, outra forma de manifestação religiosa de matriz africana no Rio Grande do Sul é a Umbanda. Esta, ao que tudo indica, foi fundada na cidade de

Rio Grande, em 1926, com a casa que se chamava “Reino de São Jorge”. A umbanda surgiu no RS, assim como em todo o país, “defendendo padrões e comportamentos aceitos socialmente” (ORO, 2002, p. 356). Segundo Silva (2005), a umbanda surgiu nas décadas de 1920 e 1930, quando espíritas kardecistas de classe média começaram a mesclar suas práticas religiosas com elementos das religiões de matriz africana, “e a professar e defender publicamente essa ‘mistura’, com o objetivo de torná-la legitimamente aceita, com o status de uma nova religião” (SILVA, 2005, p. 106).

Na umbanda do RS são cultuados especialmente “caboclos” e “pretos-velhos”, mas como não há uma formalização rígida em relação à Umbanda, foram sendo acrescentados à religião outras crenças e rituais. Com isto, existem centros que se denominam umbanda e que cultuam além dos caboclos e pretos-velhos, as “crianças” (Ibeji), para as quais não são realizados sacrifícios de animais. Outros centros de umbanda acrescentam o culto ao “povo do oriente”, que em algumas formas de manifestações foi transformado em “Povo da Rua”, assim como há o culto a “Linha de Exú”, com entidades conhecidas como exus e pomba-giras. Na concepção umbandista, os termos exú e pomba-gira nomeiam dezenas de espíritos de homens e mulheres que em vida tiveram uma biografia socialmente marginal como prostitutas, boêmios, malandros.

> O que se pode dizer é que há certos posicionamentos pessoais dos chefes que tornam a Umbanda elástica e flexível a inovações e, aparentemente, fazem com que os terreiros, numa abordagem superficial, sejam divergentes entre si. Não há, além disso, apesar da extensa literatura doutrinária, algo que seja unanimemente aceito pelos chefes como uma legislação obrigatória e que se imponha de forma decisiva. (RODOLPHO, 2006, p. 1617).

Portanto, nas últimas décadas desenvolveu-se no estado uma nova modalidade de manifestação religiosa afro-brasileira, que é a “Umbanda Cruzada” ou “Quimbanda”. Esta tem crescido muito no estado do RS, sendo cultuada hoje em cerca de 80% dos terreiros. Assim, podemos entender como “quimbanda” ou “umbanda cruzada”, essa mistura que foi sendo acrescentada ao culto da umbanda. Segundo Norton Corrêa e Ari Oro, este ritual chama-se Umbanda Cruzada porque, enquanto o Batuque cultua apenas os orixás e a Umbanda caboclos e preto-velhos, a Linha Cruzada reúne-os no mesmo templo, cultuando, além deles, também os exús e as pomba-giras.

É válido salientar que, para além das diferenças existentes entre as religiões ancoradas em uma matriz mais ioruba e as que estão alicerçadas em uma matriz banto, existe uma questão que é constante, a forma como se dá a construção social da pessoa. Nestas religiões implode-se com o conceito moderno de sujeito indivisível, dotado de livre-arbítrio e livre vontade, uma vez que por meio do seu corpo, ritualmente preparado, as divindades e entidades se presentificam neste mundo. Sendo assim, a pessoa se constitui em um amálgama "[...]com a entidade ou divindade com as quais ela estabelece laços de pertencimento e identidades" (RODOLPHO, 2006, p. 27). Deste modo, Rodolpho (2006, p. 27-28) assinala que nestas religiões prevalece.

> A pessoa, múltipla e singular, não estabelece uma relação de identidade rigidamente definida, precisa em sua unicidade. Pelo contrário, é na situacionalidade do sagrado, não dicotomizado, mas, antes, gradualizado em tempo e espaço "mais" ou "menos" sagrados, que a pessoa pode "existir mais ou menos".

Na construção da pessoa nas religiões afro-brasileiras, é de fundamental importância, segundo Goldman (1987, p. 101), a estrutura ritual "[...]visa produzir tipos específicos de pessoas, não certamente no sentido de gerar "personalidades" ou "tipos psicológicos", mas no de uma atualização concreta de certas concepções simbólicas do ser humano e de seu lugar no universo". Os rituais, nesta perspectiva, são como pontes entre os dois universos – dos homens ("Aiê") e das divindades ("Orum"), sendo fundamentais para haver um certo equilíbrio do mundo, "através da reciprocidade por ele estabelecida entre o universo humano e o divino" (GOLDMAN, 1987, p. 113).

Outro elemento estruturante dessas religiões de matriz africana, é a concepção de suas divindades (orixás), presentificam as forças da natureza, presentes em diferentes domínios como: rios, pedras, mato, etc. Estes domínios e seus respectivos elementos, são levados para dentro das terreiras, por meio dos assentamentos dos orixás "em certos objetos, que tanto podem ser, dependendo do orixá, peças de ferro, estatuetas de madeira, como "ocutás" (ou "acutás" ou "cutas"), pedras de formatos variados" (CORREA, 2006, p. 78).

Ao apontar sinteticamente para os elementos estruturantes destas religiões, chamo a atenção que ao se desconstituir os espaços que tornam possíveis estes

rituais, está se inviabilizando formas específicas de percepção e construção do humano, na sua interface com outros elementos cosmológicos.

A compreensão, por parte destas religiões, de que a dimensão espiritual é imanente e não transcendente, que está impregnada nas coisas deste mundo, levou a denominá-las, de forma preconceituosa, como “animistas” ou “idolatria fetichista”, especialmente por adeptos da raciologia, como foi o caso de Nina Rodrigues[41]. No seu clássico ensaio intitulado “Illusões da Catechese no Brazil”, ele defende a incapacidade intelectual dos afrodescendentes em assimilar a teologia cristã. A tentativa de catequização gerava um sincretismo que degenerava o catolicismo:

> Nos negros africanos que ainda existem neste estado, e nos filhos que os Africanos libertos puderam educar como entenderam, a conversão religiosa não fez mais do que juxtapôr as exterioridades muito mal comprehendidas do culto catholico ás suas crenças e práticas feitichistas que em nada se modificaram. (RODRIGUES, 2006, p. 108).

A religiosidade de matriz africana, portanto, era vista como um marcador da inferioridade racial dos negros[42]. Esta religião emerge nos seus escritos como manifestações patológicas descritas por ele como “contorsões hystero-epilépticas” ou “sonambulismo hysterico” (RODRIGUES, 2006, p. 120-121).

Estas concepções teóricas impregnaram a formatação dos próprios dispositivos jurídicos, que nortearam a regulação do campo religioso no Brasil por parte do Estado, resultando em legislações que durante décadas criminalizaram as religiões de matriz africana, consolidando o racismo institucional que ainda persiste de diversas maneiras no Brasil.

---

[41] Nina Rodrigues nutria grande pessimismo em relação ao futuro de nosso país. Assim, para Nina Rodrigues, as diferenças biológicas entre as raças não se adequava às concepções de igualdade e livre-arbítrio que influenciavam os códigos de Direito da época. Deste modo, o autor defendia que era necessário criar códigos penais diferenciados, de acordo com a capacidade relativa de cada uma das raças, sendo que negros e mestiços não teriam capacidade mental suficiente para responder pelos seus atos na mesma proporção que os brancos. Para Nina Rodrigues, “o crime não é mais que um conceito relativo”, que se difere de povo para povo, raça para raça (SCHWARCZ, 2006, p.49).

[42] O filósofo Kant também concebia a religiosidade de matriz africana como um marcador de inferioridade dos negros: “a religião dos fetiches, muito divulgada entre eles, é talvez uma espécie de idolatria que se rebaixa ao mais ridículo possível para natureza humana” (apud. HOFBAUER, 2006, p. 39).

2.2 Raciologia, sanitarismo e controle público das manifestações afrobrasileiras

Em 1889 é proclamada a República no Brasil, sendo o marco de introdução do princípio de laicidade do Estado, culminando na separação jurídica entre Igreja Católica e Estado. Este evento político, seguiu-se à abolição da escravidão e ao

"problema" gerado por ela: como inserir no estatuto de cidadania segmentos populacionais que eram vistos como racialmente inferiores.

O fato é que na passagem do período de escravidão para a pós-abolição, entre os anos 1890 e 1920, a elite brasileira, em termos ideológicos, se debateu com a angústia quanto à formação da população do país. Esta, marcada pela presença de duas "raças" consideras inferiores e amplamente mestiça, poderia servir de base para desenvolvimento de uma nação moderna, racional e civilizada? Esta era a questão que a elite se colocava influenciada pelas teorias raciológicas, que defendiam que a miscigenação da "raça branca" com a "raça negra" causava a "degeneração" da humanidade.

Na Constituição de 1891 se aboliu formalmente o conceito de religião oficial e se proporcionou a liberdade a qualquer tipo de crença. No entanto, diversas religiões existentes no Brasil, que tiveram um caráter diferente da religião católica, sofreram perseguições, discriminações e preconceitos através do meio estatal e policial. As religiões chamadas mediúnicas, nas quais se eram enquadradas o espiritismo, umbanda, batuque, candomblé, entre outras, sofreram diversas ações repressivas, pois as suas atividades e práticas não eram reconhecidas pelo Estado como tendo um estatuto de religião, tal como este a concebia (MONTERO, 2006; GIUMBELLI, 2008). Deste modo, veremos que o Estado necessitava enquadrar todas as formas de religiosidades, existentes naquele período, numa mesma concepção hegemônica de "religião", dificultando a concessão da liberdade religiosa àquelas de matriz não-cristã. Segundo Mariano (2011, p. 246),

> A separação Igreja-Estado no Brasil, estabelecida com o advento da República, não pôs fim aos privilégios católicos e nem a discriminação estatal e religiosa às demais crenças, práticas e organizações mágico-religiosas, sobretudo às do gradiente espírita. Neutralidade estatal zero em matéria religiosa. Mas a discriminação não restringiu-se de modo algum à atuação de agentes e instituições estatais. Agentes públicos e privados, cada qual à sua maneira, discriminaram abertamente os cultos espíritas e afro-brasileiros.

No advento da república, para controlar estas práticas religiosas no espaço público, se fez constar no Código Penal de 1890 artigos que asseguravam o controle e monopólio médico sobre as práticas de cura (MAGGIE, 1992; GIUMBELLI, 2003). No Artigo 156 do Código Penal, regula-se o exercício profissional da medicina e limita-se a sua prática somente a quem estivesse habilitado. Já no Artigo 158, o oficio conhecido como “curandeiro” passa a ser extinto e criminaliza-se a prática do “curandeirismo”. Este era antecedido pelo Artigo 157, que proibia a magia e o espiritismo, concebendo-os como práticas que “[...]servem para inculcar sentimentos de ódio e amor e curas de moléstias curáveis e incuráveis.” (MAGGIE, 1992, p. 43). Estes dispositivos, serviam diretamente ao controle social dos segmentos afrodescendentes e suas manifestações culturais vistas como patológicas. Segundo Mariano, “[...] na segunda metade do século XIX, a escravidão e o racismo - incluindo o racismo cientifico - resultaram em franca perseguição religiosa ao candomblé e punição a seus seguidores” (MARIANO, 2007, p.126). O caráter racista das perseguições às religiões de matriz africana é evidente se considerarmos que no Código Penal de 1890, vigente até 1942, previa-se também, a criminalização da capoeira (Art. 402), referindo-se ainda o crime de vadiagem (Art. 399), categoria genérica passível de legitimar arbitrariedades e abusos no uso da força policial contra estes segmentos.

Em 1920 é criado o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o qual reorganiza o Serviço Nacional de Saúde Pública, reestruturando a fiscalização da prática ilegal da medicina, bem como se cria uma polícia sanitária com a finalidade de controlar as regras de higiene e saúde pública. Assim, a partir da década de 20, a expressão “baixo espiritismo” (associado ao curandeirismo, espiritismo, magia) começa aparecer nos registros policiais, geralmente associado à acusação do exercício ilegal da medicina e também ao lado de outras categorias como: “macumba”, “candomblé”, “magia negra”. A elite intelectual da época, acreditava que as práticas mediúnicas poderiam deturpar a sociedade, defendendo que “o espiritismo como prática de cura e magia em si prejudicava a saúde pública e devia ser extirpado” (MAGGIE, 1992, p. 88). Analisando reportagens de jornais do estado de São Paulo, Lísias Negrão (1996) também aponta o surgimento da categoria “baixo espiritismo” referente aos cultos afro-brasileiros na imprensa, sendo que a partir de 1936 os noticiários faziam campanha mais incisiva ao combate a estas práticas.

Yvonne Maggie constata, analisando diversos processos criminais desde 1890 até 1940 no Rio de Janeiro, que essas acusações contra práticas mediúnicas eram realizadas a partir de um critério moral, que relacionava os acusados dessas práticas diretamente ao mal. Compreendo que na pesquisa de Maggie (1992, p. 22), a repressão estatal em relação as manifestações espíritas e afro-religiosas contra a "crença na magia e na capacidade de produzir malefícios por meios ocultos e sobrenaturais", ajudou a constituí-las e defini-las. Tal perspectiva reforça a visão de Lima de que "O direito aparece como um caso privilegiado de controle social, não só para reprimir comportamentos indesejáveis, mas também como produtor de uma ordem social definida. A instância jurídica não só reprime, mas produz" (LIMA, 2009, p. 9). Conforme os processos criminais analisados por Maggie, nesse período, todo aquele que era acusado de praticar *sortilégios* definia-se como macumbeiro, perigoso e poluidor. É nesse contexto que se produz a figura jurídica do "charlatanismo" (MONTERO, 2006; MAGGIE, 1992).

O projeto de uma nação unificadora ganha uma nova interpretação por meio do viés culturalista, desempenhando o papel de idealizar um povo homogêneo, forjando a narrativa sobre a nação denominada posteriormente de mito da democracia racial. Ou seja, o ideário da mestiçagem, produto sincrético da fusão das três raças (negra, indígena e branca) originárias formadoras do povo brasileiro, acabou sendo utilizado instrumentalmente pelas elites brasileiras como um dispositivo mobilizador do desenvolvimento e do progresso. A ideia, então, era produzir um discurso político que requalificasse a história social da nação. Desse modo, esse discurso científico ganha legitimidade e usa-se a categoria "negro" de forma retificada, considerando a qualificação desse povo na influência cultural e na formação de uma nacionalidade. Porém, no cotidiano das ruas, no senso-comum, ainda estava presente a relação da categoria "negro" ao pobre, desempregado, vadio. Assim, enquanto para alguns pouco importava integrar esse quase-cidadão na nação, uma vez que estes indivíduos (negros) eram considerados fracos, criminosos e doentes, para outros foram o alvo das "políticas públicas voltadas para a disciplinarização da desordem e do controle social" (CUNHA, 1999, p. 261).

Na década de 1940, com a República Nova institui-se um novo Código Penal, que exigia que os centros espíritas tivessem sede própria, não permitissem o transe ou possessão durante as suas sessões públicas. As concepções sobre o "transe" nos rituais mediúnicos tinham dois vieses: o da religião e o da ciência. Se o transe

mediúnico era visto pela ciência como hipnotismo que operado de uma forma considerada errada poderia cometer o crime de exercício ilegal da medicina (charlatanismo); já a “possessão” era da ordem das patologias raciais, podendo levar à degeneração e ao crime (MONTERO, 2006). Assim, se o espiritismo só foi aceito como religião porque atendia aos pobres e doentes por caridade; já as práticas afro-religiosas não eram vistas dessa maneira, pois as danças, os ritos, as “possessões” eram consideradas “diabólicas”, não sendo considerados ritos religiosos, sim como magia.

Isso mostra como o Estado além de impor regras, determinava as formas ritualísticas, pois normatizava as “atividades das sociedades espíritas a partir de uma lógica que garantisse, tal como determinava a Constituição de 1937, a adequação do espaço religioso às ‘exigências da ordem pública’” (GIUMBELLI, 2003, p. 274). Em razão disso, segundo Negrão (1996), a partir de 1929 até o final na década de 40, os centros umbandistas se registravam nos cartórios de São Paulo “travestidos de centros espíritas”.

> Dessa forma, o modo como hoje se apresentam as “alternativas” religiosas resulta em grande parte de um processo de codificação de práticas no qual médiuns e pais e mães-de-santo levaram em conta os constrangimentos de um quadro jurídico-legal em transformação, os consensos historicamente construídos ao longo de suas trajetórias de vida e as expectativas do público e dos concorrentes. (MONTERO, 2006, p, 56)

Na atualidade preconceitos e perseguições persistem mesmo após a nova Constituição Federal de 1988, na qual reitera-se o princípio de laicidade do Estado. É nesta Constituição de 1988 que se assegura o direito de liberdade a qualquer culto e/ou religião e proíbe em seu Art. 19, inciso I, que o Estado estabeleça alianças ou relação de dependência com qualquer culto e que embarace o funcionamento de culto de qualquer natureza. Deste modo, é com o Art. 5°, VI, dos direitos e garantias fundamentais, que se consagra a liberdade de crença, a liberdade de culto e de organizações religiosas.

O reconhecimento das manifestações afro-brasileiras pelo Estado através da Constituição Federal de 1988, ocorreu especialmente com os Artigos 215 e 216, produto de intensa mobilização do movimento negro, o qual estava se reorganizando neste período e que exigia do Estado reparação pelos séculos de escravidão e,

consequentemente, uma reavaliação do papel do negro na história brasileira. Assim, apresento estes artigos da Constituição de 1988:

> Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.
> § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.
> Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem.
> § 4º - Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
> § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Uma elucidação desta luta por reconhecimento do Estado foi a efetivação do primeiro tombamento de um terreiro, localizado no estado da Bahia. O tombamento do terreiro Casa Branca, mostrou o reconhecimento da importância das manifestações culturais das camadas populares, reconhecendo o candomblé como um sistema religioso fundamental à constituição da identidade de uma grande parcela da sociedade brasileira. Neste caso, também foi solicitado uma "reparação às perseguições e a intolerância manifestadas durantes séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros" (VELHO, 2006, p. 240).

Outra elucidação de reconhecimento do Estado é o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado no Congresso Federal em julho de 2010. O Estatuto tem como objetivo dar fim aos indicadores e pensamentos discriminatórios e, conquistar os espaços que foram negados, defendendo aqueles que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. O Estatuto é um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias que garantem os direitos fundamentais à população afro-brasileira. Dessa maneira, entre tantos direitos formulados neste Estatuto, encontra-se no capítulo III, Do Direito à Liberdade de Consciência e de Crença ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos:

> Art. 25. O reconhecimento da liberdade de consciência e de crença dos afrobrasileiros e da dignidade dos cultos e religiões de matrizes africanas praticados no Brasil deve orientar a ação do Estado em defesa da liberdade de escolha e de manifestação de filiação religiosa, individual e coletiva, em público ou em ambiente privado.

> Art. 26. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício das religiões afro brasileiras compreende:
> I – as práticas litúrgicas e as celebrações comunitárias bem como a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de espaços reservados para tais fins;
> II – a celebração de festividades e cerimônias de acordo com os preceitos de religiões afro-brasileiras;
> III – a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às religiões afro-brasileiras;
> IV – a produção, a aquisição e o uso de artigos e materiais religiosos adequados aos costumes e às práticas litúrgicas das religiões de matrizes africanas;
> V – a produção e a divulgação de publicações relacionadas com o exercício e a difusão das diversas espiritualidades afro-brasileiras;
> VI – a coleta de contribuições financeiras de pessoas naturais e jurídicas de natureza privada para a manutenção das atividades religiosas e sociais das religiões afro-brasileiras.

Deste modo, é possível observar que a partir da década de 1980 o contexto da relação entre as religiões de matriz africana e o Estado brasileiro tomou um novo rumo, o qual está diretamente vinculado a uma reconfiguração das relações entre religião e política tanto no cenário nacional quanto internacional, como discorreremos adiante.

2.3 Laicidade, Secularização: religião e política na sociedade contemporânea

A partir das referências teóricas lidas, podemos refletir a respeito de vários entendimentos sobre o conceito de laicidade. Segundo Oro (2008), dentre outros, o princípio da laicidade é definidor da origem do Estado moderno e reside na separação entre o poder político e o poder religioso. Instituído principalmente pela Revolução Francesa, significou uma forma de legitimação do exercício do poder assentado não mais na vontade divina, e sim, na soberania popular. De acordo com Blancarte (2008, p. 20), “essa é a razão pela qual a democracia representativa e a laicidade estão intrinsecamente ligadas”. A criação de instituições laicas, ou seja, autônomas em relação as instituições religiosas, para regular as formas de inserção social, possibilitaram a liberdade religiosa. A partir da referência à igualdade formal, todos teriam acesso a direitos, bens e serviços estatais, independente do pertencimento religioso dos diversos indivíduos que compunham o corpo social do Estado Nação, viabilizando o pluralismo religioso.

Outra característica geral da laicidade, tal como é definida por este modelo original, tem relação com a separação que ocorre na modernidade entre âmbito privado e âmbito público. A religião deveria ficar restrita ao universo das escolhas pessoais e subjetivas, como sendo da ordem das convicções particulares de cada um, não mais exercendo um papel significativo na orientação dos princípios normativos que regulassem a conduta social e pública.

Cabe ressaltar que não existe um entendimento unívoco sobre esse conceito. Alguns autores, como Oro (2008), focam mais na separação formal entre instituições políticas e instituições eclesiásticas. Apoiado em Ternisien, Oro coloca que as posições sobre o tema se situam entre as concepções de “laicidade intransigente” e “laicidade aberta”, a primeira denominando uma postura de hostilidade e exclusão de qualquer presença religiosa no espaço público; a segunda, se fixa na autonomia formal do domínio secular em relação ao espiritual, mas não exclui possibilidades de diálogos e intercâmbios entre os dois domínios. O sociólogo Ricardo Mariano, por sua vez nos apresenta um conceito abrangente de laicidade.

> A noção de laicidade, de modo sucinto, recobre especificamente à regulação política, jurídica e institucional das relações entre religião e política, igreja e Estado em contextos pluralistas. Refere-se, histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos podres eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (MARIANO, 2011, p. 244).

Convém assinalar que o conceito de laicidade está intimamente relacionado ao de secularização, alguns autores indicando diferenças entre um e outro, e outros, como Blancarte (2008), usando-os praticamente como sinônimos. Para Blancarte a laicidade transcende a simples separação formal entre esfera temporal e esfera espiritual, diz respeito à completa anulação de formas sacralizadas de exercício do poder, tendo em vista que este, na perspectiva do autor, deve estar legitimado exclusivamente na soberania popular por meio da democracia representativa. Nesse sentido esse autor compreende que não existe sistema político totalmente ou definitivamente laico:

> [...] não se pode falar de Estados que sejam absolutamente laicos, em virtude de que persistem em maior ou menor grau elementos religiosos ou cívico-

> sacralizados em seu interior. [...]A substituição dos rituais religiosos por cerimônias cívicas põe em evidência tanto a vontade de mudar no plano dos símbolos, como a dificuldade para criar instituições verdadeiramente laicas, ou seja, des-sacralizadas (BLANCARTE, 2008, p. 23).

Ari Oro possui uma perspectiva um pouco diferente, pois para o autor esta dessacralização das formas de se relacionar com a realidade diz respeito a secularização, o que está relacionado com a emergência da ciência (e da razão) enquanto instância mais legitima para a definição de verdades últimas[43]. As normas religiosas, nesse sentido, interfeririam cada vez menos nas orientações comportamentais cotidianas, porque estariam sendo substituídas por outros sistemas de referências. Já laicidade não significa a eliminação total da religião na sociedade, ela designa a maneira pela qual o Estado se emancipa de tal referência religiosa.

De acordo com Mariano (2011, p. 245), é pertinente distinguir esses dois conceitos – laicidade e secularização – em razão da "maior precisão e operacionalidade do primeiro, em detrimento do caráter 'pouco operatório, equívoco, excessivamente multidimensional' do segundo". O autor ainda ressalva que não é questão de optar por um ou por outro, é uma questão de reconhecer que o conceito de laicidade é mais preciso, menos "multidimensional". O autor, no entanto, reconhece que ambos os termos possuem acepções análogas e intercambiáveis, apresentando, portanto, graus de imprecisão. A distinção ou não entre secularização e laicidade, no plano conceitual, é extremamente variável, segundo Mariano, de acordo com a tradição teórica a partir da qual são abordados.

Afora as divergências conceituais, cabe ressaltar também que a laicidade enquanto processo histórico adquire diferentes formatos nos diferentes países, não constituindo um processo fixo, nem possui uma forma definitiva. Isso se faz mais contundente ainda, para os países em desenvolvimento que importaram modelos políticos ocidentais. Segundo Burity (2008, p.85), nesses países os processos de modernização não foram uniformes, adquirindo as instituições um caráter híbrido, deixando espaços para a permanência de práticas, organizações e movimentos

[43] Mariano também irá assinalar que a teoria da secularização, convertida em doutrina política pressupunha uma expansão homogênea da modernidade europeia pelo globo, assim como a ideia de que "...a religião e a crença em poderes sobrenaturais se extinguiriam no futuro em razão da expansão e difusão do conhecimento científico...". Além disso, a responsabilidade do Estado pelo acesso universal à bens e serviços viabilizaria o bem estar material da população, o que minaria o apelo coletivo as soluções religiosas para o enfrentamento de problemas corriqueiros, tornando as instituições deste âmbito dispensáveis (MARIANO, 2011, p. 240 e 242).

religiosos, que buscam reagir, se reafirmar e negociar espaços com a ordem moderna[44]. Tal é o caso da América Latina e do Brasil, como será desenvolvido posteriormente neste capítulo.

Mas não só nos países em desenvolvimento, como também nos países europeus e desenvolvidos, observa-se um processo global de reconfiguração das relações entre religião e política[45]. Há um retorno da religiosidade no espaço público que assume diferentes formas: "[...]pela via do envolvimento nas instituições representativas, nos formatos institucionalizados de participação popular (conselhos, câmaras, conferências, fóruns) e em distintas redes da sociedade civil" (BURITY, 2008, p. 86).

Esta reinserção da religião na esfera política, apontada por vários autores, implodiu com o modelo de laicidade, oriundo especialmente da matriz francesa, que fundamentou a emergência do estado moderno. Este processo se caracteriza pela assunção de líderes religiosos a cargos políticos; por alianças e intercâmbios entre atores laicos e atores religiosos, na implementação de programas e projetos sociais; pelas tentativas das instituições religiosas de influenciarem o conteúdo de legislações; etc.

Mariano aponta, inclusive, que as próprias análises sociológicas sobre a relação entre religião e modernidade, apoiados nos conceitos de laicidade/secularização, passaram a ser colocadas em xeque, com vários analistas rejeitando a hipótese, até então fartamente aceita, de que ambas seriam incompatíveis entre si. Apoiado em Gorski e Altinordu, aponta que.

> Nesse sentido, boa parte das críticas recai sobre noções da secularização que operam com uma linguagem teleológica e a-histórica da teoria da modernização e que, dessa forma, tendem a padecer de sérias dificuldades (quando se dispõe a fazê-lo) para explicar a variabilidade e a contingência histórica dos processos de secularização (Gorski e Altinordu, 2008, p. 59)" (apud. MARIANO, 2011, p. 240).

[44] Como será exposto logo abaixo, Mariano (2011, p. 241) também irá diagnosticar que grande parte das teorias sobre secularização e modernização possuem uma perspectiva unilinear e homogeneizante, ignorando que são processo que seguem uma diversidade de desenvolvimentos históricos, desembocando na constituição de modernidades múltiplas.

[45] Mariano (2011, p. 238-239) também aponta que esta problemática possui uma dimensão global, manifesta pela emergência do islamismo enquanto força política, pela ascensão da direita cristã e dos evangélicos no campo político americano, pelo ressurgimento de identidades religiosas na Europa ex-comunista, dentre outros processos.

Para Burity, esse processo de reconfiguração das relações entre religião e política está relacionado a dinâmicas mais amplas da sociedade contemporânea, referentes a transformações nas formas de conceber a própria ordem democrática. O autor vincula esse processo ao que ele denomina de “guinada cultural”:

> Esse efeito tem a ver com a emergência da temática cultural como objeto de debate público e político como elemento nucleador de formas de ação coletiva. Políticas de identidade, multiculturalismo, ações afirmativas, políticas da cultura, diversidade cultural e pluralismo, diversidade cultural e consumo (turismo, lazer, políticas culturais), novos movimentos sociais, ampliação da política, redes são algumas das referências que compõem o quadro de uma contemporaneidade da qual a religião é parte inseparável, independentemente da avaliação que façamos disso (e há várias em disputas). (BURITY, 2008, p. 88).

A visibilidade pública da religião, nesse sentido, é mais uma forma de expressão de identidades particulares, obrigando o estado nação a se pensar enquanto uma formação sociocultural plural. Há uma “penetração dos discursos diferencialistas” nas instituições que compõem o estado nação, apontando que o princípio universalista da igualdade formal é insuficiente na definição das formas sociais (BURITY, 2008, p. 89). Isso se exprime especialmente com a implementação de políticas de ações afirmativas e de reconhecimento. Citando Tariq Modood,

> [...] a política do reconhecimento pode ser desenvolvida mais além, para enfatizar que há um ideal de igualdade emergente que repudia a necessidade de privatizar toda diferença em nome de uma igualdade cívicorepublicana formal. A igualdade é interpretada como equilibrando o poder sempre presente das identidades hegemônicas, geralmente disfarçado como universal, com o reconhecimento, até mesmo a celebração, público(a), de identidades marginais ou suprimidas (apud. BURITY, 2008, p. 18).

Há um embate, portanto, entre o princípio universalizante da igualdade formal e discursos de cunho diferencialistas que não ocorre sem tensões. Tanto atores sociais, quanto intelectuais, como é o caso de Blancarte (2008)[46], irão argumentar que estas demandas diferencialistas enfraquecem o poder político do Estado nação, pois

[46] Por fazer uso de um conceito normativo de laicidade, Blancarte é irredutível na sua posição de que líderes religiosos não possuem legitimidade para representar o bem público, justamente por terem um vínculo restrito com um sistema de crenças particular. Por isso, para ele, a ocupação do espaço político por parte das religiões compromete a própria ordem democrática. Segundo ele, ao apelar para as instituições religiosas enquanto fonte de legitimação do poder, o campo político abre mão da única fonte legítima de autoridade que é a vontade do povo. Considero essa visão limitada porque não responde a seguinte questão: e quando é a própria e soberana vontade popular que cobra dos seus líderes religiosos esta representação no campo político?

interpõem entre esta instância e os cidadãos outros elos de lealdade e, fragmenta a ordem social, pois compromete que as normas e acordos sejam realizados em prol do bem comum geral.

A emergência dos atores religiosos, como atores políticos, torna os conceitos de secularização e laicidade ainda mais polissêmicos e ambivalentes porque, evocando Mariano, eles passariam a fazer parte:

> [...] do léxico por meio do qual tanto os grupos e ideologias secularistas quanto os seus adversários religiosos terçam armas, mobilizam estratégias de luta e lhe atribuem novos valores e sentidos, em meio a disputas culturais e políticas das quais os cientistas sociais da religião e suas análises dificilmente passam incólumes" (MARIANO, 2011, p. 243)

Burity irá defender que, o princípio da neutralidade do Estado perante o religioso deve ser substituído pelo princípio da inclusividade, no sentido de reconhecê-los como atores que tem algo a dizer sobre a condução do bem público, não apenas de condutas privadas:

> O desafio da contemporaneidade nas relações entre religião e política não é reafirmar o modelo de separação da Igreja-Estado. [...] É incorporar a conflitividade das lógicas culturais e, entre elas, religiosas, ao cotidiano dos debates públicos, do governo, da representação política. É desdramatizar essa presença no contexto de um republicanismo reconstruído, pluralista, agonístico e democrático, sobre o qual estamos em melhor companhia olhando ao redor e para frente do que buscando reeditar modelos que de fato são sínteses ex-post a partir de situações contingentes. (BURITY, 2008, p 98/99).

Burity, no entanto, reconhece que a emergência deste pluralismo não forja apenas ocasiões para diálogos inter-religiosos, pois os embates vêm ocasionando também uma "escalada da violência e da intolerância". Se no plano internacional, as demonstrações de intolerância estão intimamente associadas ao islamismo, no cenário brasileiro ela vem adquirindo a forma da demonização das religiões afro-brasileiras, ameríndias e espiritualistas por parte dos pentecostais em ascensão.

2.4 Manifestações expressivas negras em Pelotas: processos de resistência e auto-afirmação

Os contingentes de africanos(as) escravizados(as) foram introduzidos no Rio Grande do Sul a partir do início do século XVIII, sendo, inclusive, usados como mercadoria de troca na Bacia do Prata desde 1680, caracterizando o contrabando de africanos interno às Américas (MAESTRI, 1983). Mas, foi somente a partir de 1780 que o estado tornou-se, reconhecidamente, um polo escravista em razão da instalação de charqueadas na região de Pelotas (AL-ALAM, 2007; MAESTRI, 1993; MELLO, 1994). O sucesso do centro charqueador gaúcho, no século XIX, devia-se ao fato deste produto ser o alimento para grande parte das tropas militares e dos próprios planteis de escravos no Brasil e em outros países.

A antiga Vila de São Francisco de Paula, atual cidade de Pelotas, devida a sua localização próxima às vias fluviais tornou-se um grande polo charqueador. Em razão da intensa produção do charque, a cidade teve um grande avanço econômico e social, sendo essa atividade tão expressiva que, segundo Assumpção, em "1861 o charque contribuía com 37,7% do total que o RS exportava e os couros 37,2% do total, juntos somando 74,9% do total da produção gaúcha para fora da Província" (apud. ORO, 2002, p. 348). As atividades realizadas pelos escravos nas charqueadas eram conhecidas por serem extremamente penosas, segundo Maestri (1993) os escravos trabalhavam cerca de 16 horas ou mais por dia, muitos não alcançavam a média de expectativa de vida, a qual era de 5 a 7 anos de trabalho. De acordo com alguns indícios, expostos na dissertação do historiador Caiuá AlAlam (2007) [47], as charqueadas poderiam ser um espaço destinado a punição aos escravos revoltosos do país que para elas eram enviados em represália, disseminando-se a "ideia das charqueadas como um purgatório, ou seja, um lugar de péssimas condições de trabalho" (AL-ALAM, 2007, p.40). Segundo Zarth (2002, p. 122), os dados estatísticos de 1859 referente ao número de cativos(as) mostram que, em Pelotas, 37,1% (igual ao número 4788) dos habitantes eram escravos. Já em 1872, a população escrava cai seu número para 15%.

[47] Esta dissertação foi publicada sob o título "A negra forca da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)". Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

Em razão da riqueza econômica, fruto do período charqueador, em Pelotas houve um forte desenvolvimento urbano. “O espaço urbano tornou-se, assim, local de sociabilidade, de eventos culturais e, sobretudo, de prestação de serviços para as comunidades das vizinhanças” (SIMÃO, 2002, p. 63). No processo histórico da cidade, bem como no restante do país, a influência cultural africana sempre foi menosprezada, em prol da cultura européia, destacada como sinônimo de civilização. Assim, durante muito tempo na historiografia, a presença africana na cidade ficou apenas registrada pelas dificuldades vivenciadas nas charqueadas, pela resistência ao sistema escravocrata, negligenciando a participação ativa dos afrodescendentes na sociedade pelotense. Esta perspectiva historiográfica vem sendo substituída por outras: “Foi-se o tempo em que a cidade e os indivíduos subjugados a este sistema de trabalho eram vistos de forma passiva, sem racionalidade própria, frutos apenas das intenções dos seus senhores” (AL-ALAM; MOREIRA, 2013, p. 122-123).

Desta forma, encontraremos no contexto urbano, cativos(as) não nas mesmas condições econômicas e sociais da população branca/senhorial, mas, trabalhando nas mais variadas ocupações: “como alfaiates, barbeiros, carpinteiros, funileiros, ourives, pedreiros, quitandeiros, vendedores, etc.” (SIMÃO, 2002, p. 42). Algumas destas ocupações, eram consideradas “especializadas” e foram fundamentais para o desenvolvimento do meio urbano. Assim como, era importante, o trabalho exercido, especialmente, por mulheres como cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, etc. Outros ofícios que não exigiam um conhecimento tão “sofisticado”, como de carregador, remador, também foram fundamentais para os(as) cativos(as) garantirem seu sustento, até mesmo, a própria liberdade. Com isso, verifica-se que a vida dos(as) africanos(as) e afrodescendentes escravizados(as) não se limitava apenas ao contexto das estâncias e ao meio rural, mas sim, esteve presente no desenvolvimento urbano de Pelotas.

Na atual historiografia, também é problematizado as diferentes formas de resistência dos africanos(as) escravizados(as) e afrodescendentes, bem como sua contribuição ativa na formação sociocultural da cidade. Dessa maneira, encontramos algumas referências na pesquisa de Mello (1994) que identificou, através do material jornalístico da cidade do século XIX (déc. 70 e 80 deste século), o batuque e o carnaval como espaços de resistência simbólica à escravidão. Por meio dessas formas de sociabilidade, segmentos afrodescendentes conseguiram fixar a religião de matriz africana e outras manifestações na cultura pelotense.

Deste modo, conforme o historiador, estas formas religiosas eram inferiorizadas sob a categoria “magia”. A forma como as matérias de jornais as representavam, ridicularizando-as, expressava o medo por parte da sociedade branca em relação ao culto desconhecido, o qual era atribuído como sendo do domínio do negro escravizado e liberto. Ademais, podemos compreender que esse temor da população branca também estava relacionado à influência dos “feiticeiros” sobre o segmento escravizado, o qual acreditava no poder dos “feitiços” como uma força possível de se opor e domesticar o poder e violência da classe senhorial. Outro medo da população livre, atrelado ao culto de matriz africana, era que as “casas de feitiço” possibilitavam a reunião de negros livres ou escravizados, os quais por meio deste encontro religioso poderiam articular manifestações de revoltas contra a sociedade escravocrata. Ainda seguindo na leitura de Mello (1994) e de outros autores, como Al-Alam (2007), destaco que as reuniões onde eram realizadas as denominadas “feitiçarias” ficavam, principalmente, na zona portuária da cidade e na várzea, sendo reconhecidos pelas autoridades como lugares perigosos. Para os praticantes das religiões, porém:

> Envolver-se nesse mercado da crença adquirindo artigos de significado místico era também um investimento numa identidade coletiva, social e étnica, formada entre outras coisas por cumplicidades (não só as ligadas ao cativeiro) e pelo compartilhamento de saberes mágico-religiosos, curativos (AL-ALAM; MOREIRA, 2013, p. 143).

Haviam as repressões e intervenções policiais nas casas domiciliares usadas para o culto afro-brasileiro, inclusive na cidade de Pelotas, uma vez que estas casas eram consideradas perigosas, como vimos anteriormente. De acordo com Mello (1994), a reunião das pessoas nestas casas “significava pedir socorro aos Orixás e mesmo para achar fortuna no jogo, nas mulheres, e para curarem-se de certas enfermidades” (MELLO, 1994, p. 51). Portanto, podemos compreender que essas reuniões forjavam redes de apoio e de solidariedade, caracterizando a cultura de resistência negra no cotidiano escravista. “Efetivamente o batuque constituiu-se como um espaço de resistência simbólica à escravidão, onde o conflito era preterido em relação às práticas de negociação com a espiritualidade” (MELLO, 1994, p. 54).

Nesse sentido, observando no campo uma limitação no uso do espaço público, imposta por uma normatização alheia à lógica religiosa, salta aos olhos a força da comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas, bem como o considerável número de adeptos e simpatizante que se uniram para dialogar com poder público. Assim,

veremos que Pelotas sofre impacto e influência da cultura de matriz africana, principalmente no que corresponde a religiosidade, de tal modo que, atualmente, a cidade contempla um grande número de adeptos e de casas de religiões afro-brasileiras do RS, as quais se dividem em umbanda, linha cruzada (ou quimbanda) e batuque (ORO, 2002; CORRÊA, 2006). De acordo com Ari Oro (2002, p.358), no Rio Grande do Sul os centros de umbanda chegam a 10% das casas de religião, a linha cruzada ou quimbanda chegam a 80% e o batuque chegando a 10% do total de 30 a 40 mil casas de religião. Carla Ávila (2011, p.34), constatou em relação à opção religiosa na cidade de Pelotas, que "[...]dentre os 83% declarados brancos, 45% desses se declararam católicos, 5% espíritas, 2% umbandistas e o,10% praticantes do candomblé. Entre os 16% que se declararam preto ou pardo, 7.5% se dizem católicos, 1% espírita e 0,01% praticantes do candomblé".

Assim, no próximo capítulo veremos o processo de conformação destas religiões na cidade, focando, especialmente, na formação de federações e associações que se apresentaram no decorrer da história como entidades representativas destas religiões perante o poder público e a sociedade em geral.

Capítulo 3 – O campo religioso afro-brasileiro em Pelotas

Neste capítulo, a partir de documento inéditos, avançamos na elucidação da consolidação da umbanda e cultos africanistas na cidade e região, mapeando os percalços enfrentados pelos mesmos no processo de legitimação do seu estatuto de religião, em um período marcado por um forte controle estatal sobre tais práticas rituais.

3.1 A representação política das religiões afro-brasileiras em Pelotas: unificações x segmentações

Apresento neste ponto, a configuração da representação política das religiões afro-brasileiras na cidade de Pelotas, a partir das três entidades representativas que se apresentaram nos debates públicos durante a minha etnografia: a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, a União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (URUCAB) e a Federação dos Cultos Afro-brasileiros, Umbanda e Quimbanda (FECAB). Na exposição desse cenário de representação política interna ao campo das religiões afro-brasileiras, vou explorar a trajetória da primeira entidade representativa citada, sendo esta a primeira entidade que se tornou Federação em Pelotas. Destaco que, “as Federações são uma das principais instâncias de atuação política interna – e muitas vezes externa – à religião; já que regulam a abertura e funcionamento das inúmeras ‘casas de religião’” (ÁVILA, 2008, p. 63).

Desta maneira, a reconstrução mínima de como foi o processo de organização política dos centros de umbanda e casas de nação em federações e associações em Pelotas, só foi possível a partir do Livro de Atas da Federação referente à década de 70. A partir da releitura deste documento, podemos perceber que a história da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros foi notadamente marcada pela busca por uma única organização política que representasse as religiões afro-brasileiras, mas especialmente, a umbanda na cidade. A articulação destas formas religiosas em associações e federações desde, no mínimo, a década de 1960, está em consonância com processos similares ocorridos em outras grandes cidades, como Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro. Segundo Negrão (1996), este ensejo associativo tinha como principal objetivo fazer frente as práticas

repressivas impostas pelo poder policial e judiciário, promovendo uma padronização doutrinária e ritual para que estes cultos se tornassem mais aceitos socialmente e alcançassem o estatuto de religião.

Atualmente, é possível ver um forte interesse nos pronunciamentos dos presidentes das federações e associações em buscar a unificação, inclusive, isso é reiterado por outros interlocutores. Contudo, ainda há uma dificuldade na estrutura do campo religioso afro-brasileiro, "[...] uma vez que, estas, por se basearem na tradição oral, não possuem uma teologia estruturada" (MEIRELLES, 2008, p. 52). Ainda segundo Meirelles (2008, p. 52), com isso, acabamos considerando as distintas "regras" apresentadas por cada terreiro ou casa de nação e caindo nas "[...] especificidades de cada descendência-de-santo e a pluralidades de relações possíveis que podem haver entre um e outro subconjunto clânico". Deste modo, em razão desse olhar interiorizado nas diferentes "regras" apresentadas pelas religiões de matriz africana, podemos perceber que este é um campo de disputas constante entre os representantes religiosos, que tem mais conhecimento sobre a religião e aqueles que parecem ter menos ou os que apresentam ser mais ou menos eficazes, etc.

Então, essa disputa, que está relacionada às crenças e aos valores religiosos, permeia a prática dos presidentes das organizações religiosas, onde cada um remete a falta de conhecimento religioso do outro em orientar os seus associados nos rituais, por exemplo, em relação aos despachos e oferendas em vias públicas ou no meio ambiente. Outra questão que causa a segmentação entre as organizações, isto é, a criação de novas entidades representativas, refere-se ao pouco apoio jurídico e político em relação às diversas situações de intolerância religiosa passadas pelas terreiras e/ou casas de nação.

> A segmentariedade mencionada não significa a incapacidade de organização coletiva, mas outra lógica de mobilização social que não a do Estado democrático. Essa não-unificação é algo que se compara às casas de religião de matriz africana, onde cada casa religiosa tem a sua hierarquia maior – e a liderança de uma não se envolve com a outra. (ÁVILA, 2011, p. 34).

Como ilustração trago o caso da CEDRAB, Congregação em Defesa das Religiões Afro-Brasileiras, a qual surgiu em 2002, sendo criada pela Ialorixá (mãe-de-santo) Norinha de Oxalá que, primeiramente, tinha o "intuito de reivindicar a valorização do patrimônio cultural negro" e também para "defender os cultos afro-

brasileiros dos ataques explícitos realizados pelas igrejas neopentecostais, sobretudo, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD)" (ÁVILA, 2008, p. 62). Em razão dos fortes atos de intolerância religiosa, sofrida por adeptos das religiões afro-brasileiras e, descontente com a pouca atuação das outras organizações religiosas existentes em relação aos fatos, a CEDRAB se institucionalizou e tornou-se uma Federação. Diferentemente das outras existentes, a CEDRAB, para combater a intolerância religiosa de forma mais abrangente e intensa resolveu ressaltar o papel social dos terreiros e resgatar a teologia africanista, questões estas que até este momento não estavam sendo levantadas nas entidades representativas da religião.

No caso de Pelotas, veremos que, na década de 1970, de acordo com um documento da antiga União de Umbanda da Princesa do Sul, atual Federação, houve uma procura por unificação das diferentes entidades representativas, já existentes nessa época, com o objetivo de fortalecer a religião e legitimá-la na cidade perante a sociedade envolvente. Todavia, atualmente, ainda há essa busca por unificação, mas o que prevalece no cenário religioso afro-brasileiro de Pelotas, é a segmentação e a constante disputa entre representantes religiosos para serem reconhecidos socialmente e politicamente.

Deste modo, nos subcapítulos seguintes apresento cada uma das entidades representativas atuantes, a partir das entrevistas com os seus presidentes e outros representantes religiosos, enfatizando-se, inicialmente, a parte histórica da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros em razão desta ser a entidade mais antiga na cidade e do acesso a um documento referente ao início dos anos de 1970, como veremos a seguir.

3.2 Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros

Joabe Bonhs ao ser questionado sobre o surgimento da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, a qual ele atualmente preside, indicou a data de 08 de outubro de 1970 como um marco, mas logo esclareceu que se referia à construção da sede atual. A formação da entidade aparece de maneira difusa no seu relato, em razão de documentos que se espalharam entre vários antigos membros da Federação durante processos sucessórios conflituosos. Teria surgido,

segundo ele, a partir da fusão da Confederação Pelotense de Umbanda e Associação Pelotense de Umbanda.

> Aí a história é meia complicada. Porque era Dinorah Feijó e José Coelho. Um presidente de uma e o outro presidente da outra, aí fizeram a fusão. **Porque a fusão não tem nada escrito. Não tem nada escrito. Então, se tu perguntar pra um, um vai te dizer uma coisa, outro vai te dizer outra. Mas não houve nada que ficasse registrado porque, qual o motivo que foi feito. Só se sabe que foi feito.** Porque o próprio Irineu, o próprio Dinorah Feijó, que foi o presidente da Federação na fundação, ele era presidente de uma delas. E ficou o Dinorah Feijó e o José Coelho que ficaram como presidentes da Federação. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014; grifos nossos).

Josué Martins, outro interlocutor, também assinalou que a Federação surgiu por meio da fusão entre a União de Umbanda da Princesa do Sul e mais outra federação, que o mesmo não lembrou o nome na ocasião da entrevista. Estas, teriam sido as primeiras associações de umbanda na cidade de Pelotas. Josué confirma que a presidência tanto da União de Umbanda da Princesa do Sul quanto da posterior Federação ficou a encargo de Dinorá Feijó Leal, sendo que o pai de Josué, Laureci Martins, participou da fundação da União de Umbanda, bem como no processo de unificação que resultou na atual Federação.

Outro interlocutor, Carlos Alberto, apresenta uma síntese um pouco mais aproximada sobre como foi o processo de fusão que originou a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros:

> Existia em Pelotas. Olha só pra ver a fusão, porque antigamente era União da Umbanda da Princesa do Sul. Em 1970, a União junto com o Conselho da Umbanda de Pelotas, que era do Getúlio Dias, unificou tudo e transformou. Terminou de existir a União e o Conselho, ele foi transformado em Federação Sul-Riograndense de Umbanda, aonde englobou os associados do Conselho e os associados da União, transformando em Federação de umbanda, 1970. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Antes de trazer os registros presentes no Livro de Atas da Federação, os quais colaboram no esclarecimento sobre o processo histórico da Federação, cabe ressaltar que a fonte oral, referente à memória, também foi relevante para a construção desse processo. Isto significa que ambas as fontes – oral e escrita – foram igualmente importantes para o trabalho, visto que a memória é socialmente construída tanto quanto uma documentação. Assim, com o apoio das fontes orais, podemos considerar que os documentos e outras fontes escritas não podem ser tomados tal como se

apresentam. No caso da construção histórica da Federação, ponderei como fonte oral a memória coletiva, uma vez que, considera-se esta um conjunto de imagens flutuantes, incompletas e reconstruídas a partir de relatos e testemunhos diversos, as quais tomamos por lembranças fielmente conservadas (HALBWACHS, 2006, p. 93). Nesta multiplicidade de grupos em que o indivíduo está engajado simultaneamente.

> [...]surgem outras tantas **memórias coletivas originais**, e por algum tempo mantém a lembrança de **eventos que só tem importância para elas**, mas interessam tanto mais porque seus membros não são muito numerosos. [...] Nesses meios, **todos os indivíduos pensam e se lembram em comum**" (HALBWACHS, 2006, p. 100; grifos nossos).

Dito isto, no transcorrer da apresentação de dados históricos sobre a constituição da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, bem como da Festa de Iemanjá, exponho-os tanto através da leitura do Livro de Atas como por meio de relatos dos interlocutores que têm este conhecimento nas suas memórias.

No Livro de Atas, ao qual tive acesso, refere-se os primeiros esforços para esse processo de unificação da representação política da umbanda em Pelotas, em Ata datada de 1º de julho de 1970. Nela consta:

> Por último, expôs o Sr. presidente, haver tido um encontro com o presidente do Conselho da Umbanda de Pelotas[48], com o feito de unificar a Umbanda em nossa cidade, sendo talvez preciso terminar com as duas sociedades existentes e criar apenas uma federação. Todos os membros da diretoria concordaram com a ideia. Em vista disso, deverão prosseguir os entendimentos entre as duas partes.[49]

Praticamente um mês depois, em reunião de diretoria, fez-se constar em Ata que "[...] quanto a esperada unificação das duas sociedades umbandistas de Pelotas, explicou o Sr. presidente que após duas reuniões com os dirigentes do Conselho de Umbanda, ainda nada de oficial existe"[50]. Na reunião de diretoria seguinte, registra-se em Ata que:

---

[48] Como será exposto posteriormente, esta organização chamava-se Conselho Internacional da Umbanda.

[49] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 68, folha 10 (verso) e 11 (face), 1º de julho de 1970.

[50] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 69, folha 12 (verso) e 13 (face), 29 de julho de 1970.

> O Sr. Presidente comunicou a mesa haver sido convidado juntamente com o Sr. Pedro Baggio a comparecer a um encontro com os srs. Getúlio Ferreira Dias (Presidente do Conselho da Umbanda) e o Sr. Carvalho, membro da referida sociedade, em sua sede, na próxima quarta-feira, dia dois de setembro, para possivelmente tratar de assunto referente a fusão das sociedades umbandistas de Pelotas[51].

Uma proposta mais concreta de unificação aparece na Ata nº 72, relativa a reunião de diretoria da União da Umbanda da Princesa do Sul, ocorrida em 26 de setembro de 1970:

> Quanto a unificação da umbanda em Pelotas, foi explicado o seguinte:
> Após a extinção do Conselho da Umbanda, seus Centros filiados, automaticamente passarão para o quadro da União da Umbanda da Princesa do Sul, a qual chamar-se-á, doravante, União Sul-Riograndense de Umbanda, com a possibilidade de filiar-se ao Conselho Internacional de Umbanda, devendo para tanto, entender detalhadamente os Estatutos dessa Instituição que também deverá eleger nova diretoria. Assim, frisou o Sr presidente, ainda, que somente será posto em aprovação a modificação do nome da União da Umbanda da Princesa do Sul para União Sul-Riograndense de Umbanda, se realmente houver extinção do Conselho de Umbanda[52].

Dois dias após a realização da reunião supracitada, houve uma Assembleia Geral Extraordinária na sede da União da Umbanda da Princesa do Sul para tratar exclusivamente do tema. Na Ata, se faz noticiar que a União estava aguardando os resultados de uma Assembleia Geral, que o Conselho da Umbanda de Pelotas realizaria no dia primeiro de outubro. Já se discutia nesta Assembleia da União a troca do nome, após a unificação para União Sul-Riograndense de Umbanda, mantendo-se os mesmos requisitos de personalidade jurídica e utilidade pública. Argumentava-se que, o termo Princesa do Sul, passava a ideia errônea de que a organização limitava o seu raio de abrangência aos centros religiosos situados em Pelotas, quando de fato tinha núcleos em várias cidades da parte sul do RS. Assim, o termo “sul-riograndense” contemplaria melhor a representatividade que a organização já tinha[53].

A Assembleia Geral Extraordinária inscrita na Ata nº 74 será a primeira atividade da já constituída Federação Sul-Riograndense de Umbanda registrada no Livro. Foi presidida simultaneamente pelos senhores Dinorá Feijó Leal, presidente da

---

[51] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 70, folha 13 (face) e 14 (verso), 26 de agosto de 1970.
[52] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 72, folha 16 (verso) e 17 (face), 26 de setembro de 1970.
[53] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 73, folha 17 (face), 18 (verso) e 19 (face), 28 de setembro de 1970.

antiga União da Umbanda da Princesa do Sul e, por Getúlio Ferreira Dias, até então presidente do Conselho Internacional da Umbanda, que saudou o processo de unificação da umbanda na cidade. Nesta Assembleia, define-se a diretoria da recém formada Federação que terá o senhor Dinorá Feijó Leal como presidente e como vice-presidente, o senhor Levi Medina Goulart. Segundo a Ata, o senhor Getúlio foi designado como presidente do Conselho de Orientação Espiritual da então recém formada Federação[54]. Como veremos posteriormente, o Sr. Getúlio logo pediria afastamento do seu cargo para ocupar o cargo de deputado federal em Brasília[55], passando a partir daí visivelmente a haver ruídos entre o Conselho de Orientação Espiritual (formado sobretudo com membro do Conselho Internacional da Umbanda) e a diretoria da então formada Federação Sul-Riograndense de Umbanda (dirigida pelos mesmos diretores da extinta União da Umbanda da Princesa do Sul), indicando que a unificação do campo umbandista não tinha promovido um consenso completo entre as partes envolvidas[56].

A constituição da Federação, por meio da fusão das duas organizações precedentes foi seguida, segundo a reunião de diretoria de 15 de outubro de 1970, pela reelaboração dos diplomas de filiação, do regimento interno e dos estatutos.

Registrou-se ainda que o presidente "[...] propôs que o estudo do emblema da Federação seja feito pelo Conselho de Orientação Espiritual, mediante inspiração dos guias e só então será encaminhado ao Executivo para aprovação final"[56]. Esta delegação de poderes ao Conselho de Orientação Espiritual, pode ser interpretada

---

[54] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 74, folha 19 (face), 20 (verso) e 21 (face), 08 de outubro de 1970.

[55] Os vínculos de Getúlio Dias com a comunidade umbandista permanecerão sólidos, incluindo inclusive o repasse de verbas na condição de Deputado, como será visto em outro capítulo. Na Ata nº 27, relativa a uma reunião de diretoria da Federação Sul-Riograndense de Umbanda, o então presidente Sr. Aldírio Oliveira, noticiava um jantar do qual participou em companhia do deputado em Santa Vitória do Palmar: "Comunicou ainda, que, lá chegando soube da presença do Deputado Getúlio Dias, assim sendo, foi convidado a participar de um jantar, em homenagem ao irmão Getúlio Dias, pois como é do conhecimento de todos, ele é um dos fundadores da Federação, jantar este que foi organizado por alguns centros e vários umbandistas daquela cidade. Como não poderia deixar de ser, este jantar tornou-se um verdadeiro ambiente de confraternização umbandista e ensinamentos, com a palavra do irmão Getúlio." (Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 27, folhas 107 (face) e 108 (verso)).

[56] Há reclamações constantes nas atas lavradas após o afastamento do Sr. Getúlio Dias quanto a ausência de regularidade das atividades do Conselho de Orientação Espiritual, indicando diferentes entendimentos sobre a dinâmica de funcionamento da Federação, mas, ao mesmo tempo, o quanto este Conselho era considerado estratégico no processo de legitimação da umbanda perante a sociedade regional, pois dele advinha pareceres de cunho doutrinário que deviam ser seguidos pelos centros filiados.

[56] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 75, folha 22 (verso), 15 de outubro de 1970.

como uma forma de equilibrar os poderes atribuídos ao Sr. Dinorá e ao Sr. Getúlio, presidentes das organizações originárias, visto que este último não passou a fazer parte diretamente da diretoria da nova Federação, conforme sugeriram alguns interlocutores por meio de entrevistas. Nesta mesma Ata, propõe-se que os membros deste Conselho de Orientação Espiritual tenham cargo vitalício, mudando apenas a presidência do mesmo na ocasião da mudança da diretoria da Federação.

A elaboração dos novos estatutos se estendeu até 05 de novembro de 1970, quando estes foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária por unanimidade[57]. Em setembro de 1971, passou-se a efetuar algumas alterações relativas, especialmente, ao preenchimento de cargos por ocasião da morte ou desligamento de membros do executivo ou departamentos e conselhos[58].

Ainda no mês de outubro de 1970, por meio da Ata nº 76, relativa a uma reunião da diretoria da Federação, se faz menção a um possível convite a ser direcionado a União de Umbanda do Rio Grande do Sul para que esta viesse a participar da unificação da umbanda na cidade de Pelotas[59]. Esta outra organização, já havia sido citada na Ata nº 67, relativa a reunião de diretoria realizada em 27 de maio de 1970. Nela, se fez referência a um oficio recebido, pela então União da Umbanda da Princesa do Sul, comunicando a posse "[...] do novo delegado da União de Umbanda do Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Raimundo

Vieira da Cunha". Não há maiores informações, se esta organização era exclusiva de Pelotas ou pretendia ter uma abrangência estadual com sua sede principal em outro local. O que este dado deixa claro é que, não obstante os esforços de unificação, o campo religioso afro-brasileiro apresenta uma notória segmentação no seu processo de organização e representação desde os primórdios, embora neste período a unificação fosse um objetivo a ser alcançado por importantes lideranças umbandistas[60]. Já no mês de julho 1971, notificava-se a constituição de outra entidade representativa dos cultos afro-brasileiros em Pelotas, deliberando-se "[...] o não

[57] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 77, folha 26 (verso), 05 de novembro de 1970.
[58] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 91, folha 53 (face), 06 de setembro de 1971.
[59] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 76, folha 25 (face), 29 de outubro de 1970.
[60] Na Ata nº 84, folha 39 (face), menciona-se uma "União de Umbanda do Estado" que estaria promovendo uma procissão de São Jorge, cuja forma de organização gerava discordância na diretoria da já Federação Sul-Riograndense de Umbanda.

comparecimento da Federação para a posse da diretoria de uma nova Sociedade Umbandista, já que tal fato vai de encontro aos objetivos da unificação da umbanda em Pelotas”[61].

A centralidade da unificação da umbanda enquanto projeto político, pode ser vislumbrado na passagem da Ata nº 93, em que se delibera sobre o destino dos bens da Federação, no caso desta vir a ser extinguida:

> Antes do término da sessão ficou marcada a data de primeiro de outubro próximo, para reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a fim de que seja aprovada a alteração do artigo 24 dos Estatutos, que tomará a seguinte redação: “No caso de extinção da federação, como decisão jurídica, quer por sentença judicial ou por deliberação aprovada na Assembleia Geral Extraordinária com no mínimo dois terços dos associados presentes, o patrimônio oficial passará a Entidade Congênere”[62].

Em 02 de abril de 1974, em reunião de diretoria da Federação esteve presente o Sr. João Madail, presidente da Associação Estadual da Umbanda, sediada em Pelotas, pelo visto a convite do Sr. Dinorá, para tratarem da unificação da umbanda e/ou procedimentos comuns as duas entidades, em relação as exigências a serem feitas aos centros filiados. A passagem abaixo é extensa, mas significativa da tensão entre uma unificação idealizada da religião e uma lógica segmentária que, pelo visto, é inerente a esse campo religioso.

> Abriu a reunião o presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda Sr. Dinorah Feijó Leal, falou o mesmo sobre os fatos que vem ocorrendo em nossa cidade em alguns centros, e que **a Umbanda está sendo atacada, através da imprensa por culpa de mistificadores**. Ainda com a palavra o Sr presidente **propôs que os dois presidentes renunciassem por razões de serem os dois comerciantes que vendem artigos de Umbanda, visando que futuramente outros comerciantes venham fundar outras organizações de congregações de umbanda, visando o seu interesse próprio**. Usando da palavra o Sr. João Madail, presidente da Associação, não aceitou a unificação, e explicando que não concorda que um comerciante de artigos de Umbanda venha trazer prejuízos a algum centro. A minha função é ter qualidades e não quantidades, **acho que não precisaria os dois presidentes renunciarem o cargo e sim trabalharem em comum acordo, e, para isto bastariam formar uma comissão entre as duas entidades para se coligarem**. Pediu a palavra o consultor jurídico da associação Dr. Vieira Monteira, explicando que existe um meio mais fácil para as duas entidades trabalharem juntas, pois acha que entre ambas poderá surgir irmãos que se liguem um a outro para juntos trabalharem. O Sr. Dinorah Feijó Leal, presidente da Federação, apresentou uma segunda hipótese. **Os**

[61] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 88, folha 47 (face), 29 de julho de 1971.
[62] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 93, folha 57 (face), 16 de setembro de 1971.

> **centros que estão ligados a Associação não poderão sair da mesma, e os que estão na Federação também não poderão sair, e, se caso insistirem que se retirem e se registrem no cartório. Razões: quando um centro está funcionando mal e é chamado a atenção pela maneira dos trabalhos, no outro dia ele pede demissão e filia-se a outra Associação**. Pediu a palavra a Sra. Magda Costa e disse que a Umbanda só poderia ser bem administrada desde uma vez que haja uma união; disse ainda que o espiritismo tem grande responsabilidade sobre a juventude. Sobre o setor político acredita que um membro da Diretoria poderá ter seu cargo numa entidade. **Gostaria a mesma de entregar o albergue noturno aos umbandistas para os mesmos trabalharem**. Com a palavra o Sr. Dinorah Feijó Leal deu um voto de louvor ao vice-presidente da Associação, vereador Sr. Roberto Dias. Após debates **ficou resolvida que será escolhido 5 membros de cada entidade para formarem uma única comissão para fiscalizarem o andamento dos centros**. Pediu a palavra o presidente da Federação, Dinorah Feijó Leal dando a proposição de que as casas comerciais de Umbanda, dessem todos os meses uma colaboração a Federação para que os centros não pagassem mensalidade. **O Sr. Dinorah Feijó Leal se referiu que a política não deve entrar para a Umbanda mas os umbandistas devem participar na vida política**. Com a palavra a Dona Magda Costa propôs para que não ficasse em esquecimento esse assunto; sugeriu que a comissão em título precário estudasse essa unificação, deliberando a data que se reuniriam para tratarem do assunto. O Sr. Análio Teixeira, presidente do Conselho Deliberativo marcou o dia para conversarem. O Conselho que se fará presente entre eles terá amplos poderes. Com a palavra Dona Magda Costa disse que destas pessoas seriam escolhidos os seus representantes. A data para a reunião das duas entidades ficou para 15-04-74 às 20 hs 30 min. com local na Federação. O Sr. Dinorah Feijó Leal sugeriu que a reunião de 1504-74 fosse realizada na sede da Associação. **O presidente da Associação Sr. João Madail, disse que as reuniões da Associação são realizadas em sua casa, então pediria que as reuniões se realizassem na sede da Federação**. Essa proposta foi aceita pelos membros por unanimidade. Pediu a palavra o Sr. Osvaldo Linhares, pedindo para que fosse feita uma prece em agradecimento ao grande êxito da reunião[63] (Grifo nosso).

Considera-se esta Ata, uma das mais complexas que o livro contém, por tratar simultaneamente de várias questões que perpassavam a comunidade umbandista de Pelotas. Em primeiro lugar, como será assinalado em vários trechos de Atas deste capítulo e de outro, emerge o controle interno sobre as práticas umbandistas, de forma a preservar uma imagem positiva da religião frente à sociedade local: em razão da existência de duas entidades representativas do campo umbandista, os centros que eram repreendidos por uma, em razão de práticas consideradas inadequadas, se desligavam para se filiarem em outra. O eixo da reunião recaiu, nesse sentido, no afinamento de procedimentos comuns as duas entidades, de forma a salvaguardar a imagem da umbanda. Outra questão que parecia ser objeto de polêmica dentro da comunidade umbandista, era a relação entre comércio e religião, pois os dois

[63] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 22, folhas 102 (verso) e 103 (face), 02 de abril de 1974.

presidentes das entidades eram ao mesmo tempo proprietários de lojas de artigos religiosos. Outro tema caro à umbanda é explicitado na Ata: a caridade como princípio maior, por meio da menção aos trabalhos dos umbandistas em um albergue assistencial.

A relação da religião com a política e os parâmetros em que esta deveria seguir, também emerge como um objeto de discussões dentre os umbandistas, como o faz notar o pronunciamento do Sr. Dinorá de que “a política não deve entrar para a Umbanda mas os umbandistas devem participar na vida política”. A precariedade das organizações rivais da Federação no que tange a infraestrutura de funcionamento fica patente na afirmação do Sr. João Madail, de que a sede da Associação era a sua própria casa, situação que prevalece até hoje, como será visto na sequência deste capítulo. Finalmente, chama muito a atenção na Ata anterior, a presença de uma mulher se pronunciando abertamente numa reunião. Nas Atas anteriores, elas eram apenas mencionadas (quando o eram) como responsáveis por trabalhos práticos (como por exemplo a organização da biblioteca), não ocupando um lugar de enunciação de pontos de vistas como ocorreu nesta reunião com a Sra. Magda Costa.

O interlocutor Carlos Alberto Pereira confirma esta segmentariedade dentro do campo umbandista de Pelotas, que remonta à década de 70 e que tem o Sr.

João Madail como uma das figuras centrais[64]:

> Carlos Alberto: O João Madail era da Associação Estadual de Umbanda.
> Isabel: Não era do Conselho?
> Carlos Alberto: Não, era outra Associação que tinha.
> Rosane: Que não fez parte da Federação?
> Carlos Alberto: Não, não. Tinha o Conselho da Umbanda, tinha a Organização Gaúcha da Umbanda, que era do falecido Gaúcho junto com o Francisco Astilho Antunes e tinha a do João Madail, que era a Associação Estadual de Umbanda.
> Rosane: além da União da Princesa do Sul?
> Carlos Alberto: ai juntou, menos a do João Madail. Ai a Ogum e o Conselho se unificaram junto com a União e se transformaram em Federação Sul-Riograndense de Umbanda, em 1970.
> Rosane: Mas a do João era daqui também?
> Carlos Alberto: Daqui também. Hoje existe a Federação e a FECAB, só. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

[64] João Madaill por ser uma das figuras centrais no campo umbandista da cidade, me fez buscar outros elementos elucidários sobre a sua trajetória, os quais me apontaram que o representante colaborava na organização da Festa de Iemanjá, mais especificamente, a partir do final da década de 1960 e início de 1970, juntamente com a Federação. Isso nos indica que, embora João Madail não fosse associado à entidade, este era reconhecido pela mesma.

Para que o leitor visualize com a maior clareza a trajetória e, as características desse processo organizacional da umbanda na cidade de Pelotas, via Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, optei por organizar e explanar as informações advindas de várias fontes (orais e documentais) em tópicos, os quais passo a expor.

3.2.1 Os Espaços Físicos da União da Umbanda da Princesa do Sul e da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros

Segundo os relatos de Joabe, a fusão teria ocorrido no Centro Espírita São Sebastião que era comandado por Dinorah Feijó, subentendendo-se que a Federação teria tido sua sede neste local por algum tempo. Os pertences do centro São Sebastião, como os bancos, as grandes imagens de entidades são, inclusive, as que estão na atual sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, a considerar depoimento de um dos interlocutores:

> Então aqueles santos grandes que estão dentro da Federação lá, são todos os santos do São Sebastião. Eles foram doados, eu tive a missão de entregá-los, levar. Então grande parte daqueles bancos que estão ali também. Tem uma coisa muito viva que está lá dentro do São Sebastião porque na realidade o São Sebastião foi uma fundação do vô Dinorá e a vó Ernestina era dona do São Sebastião, entendesse? (Entrevista com Josué Martins, realizada em 10 de outubro de 2014).

De fato, algumas atas confirmam esta informação. Na Ata nº 66, relativa a uma reunião de Diretoria da União de Umbanda da Princesa do Sul, refere-se que essa estava sediada provisoriamente na rua Dom Pedro II, nº 1074, conforme colocado anteriormente. Assim que aberta a reunião, "[...] propôs o Sr Adão Ramos, que o Centro São Sebastião ficasse isento do pagamento de mensalidade à UUPS[65], por esta ocupar uma sala do mesmo"[67]. Mas o que fica explícito nas atas, que sempre indicam o local onde está sendo realizada a reunião ou Assembleia que está sendo registrada, é que a sede durante os anos abarcados pelo livro esteve em locais provisórios, sofrendo mudanças constantes no endereço. De 26 de fevereiro de 1970 até 08 de outubro do mesmo ano, a sede esteve localizada na rua Dom Pedro II, nº

[65] Sigla utilizada no Livro de Atas para designar a União da Umbanda da Princesa do Sul. [67] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 66, folha 03 (face), 30 de abril de 1970.

1074. Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 8 de outubro de 1970, quando houve a criação da Federação Sul-Riograndense de Umbanda, o seu então presidente, o Sr. Dinorá, propunha que "[...] as próximas reuniões sejam realizadas no Instituto de Pesquisas, enquanto a Federação não dispor de sede própria"[66].

De fato, na Ata seguinte, datada de 15 de outubro de 1970, até a Ata nº 77 de 05 de novembro do mesmo ano, refere-se como endereço da Federação a rua Félix da Cunha, nº 820. Do dia 26 de novembro de 1970 até 29 de julho de 1971 a sede retorna para a rua Dom Pedro II, nº 1074. Em reunião de diretoria, ocorrida em 29 de julho de 1971, notificava-se que a Federação passaria a ocupar nova sede alugada junto a um prédio, situado na rua XV de Novembro nº 712. Discutia-se na ocasião, se haveria uma inauguração formal, com a presença de autoridades, ou se haveria uma simples mudança, optando-se pela segunda alternativa em razão da indisponibilidade financeira naquele momento. Do dia 9 de agosto de 1971 até 6 de janeiro de 1972, a então Federação Sul-Riograndense de Umbanda ficou sediada na rua Quinze de Novembro, nº 712. Por meio da Ata nº 101, relativa a uma reunião ocorrida em 07 de janeiro de 1972, a sede da Federação havia novamente retornado para a rua Félix da Cunha, nº 820[67]. De fato, na Ata anterior consta: "Propôs ainda o Sr. Dinorah a mudança da sede da Federação do Instituto de Pesquisa e Práticas Espiritualistas, à rua Félix da Cunha, 820, uma vez que não há arrecadação suficiente para a manutenção desta sede onde se encontra"[68]. É neste local que a sede da Federação vai estar fixada até, pelo menos, 10 de outubro de 1974, conforme Ata nº 27[69].

Registra-se que, pelo menos desde outubro de 1972 havia uma preocupação com a construção de uma sede em um terreno próprio, é com esta finalidade que por meio de um ofício solicitava ao prefeito de Pelotas, na época Francisco Louzada Alves

[66] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 74, folha 21 (face), 08 de outubro de 1970.
[67] Na Ata nº 100, relativa a uma reunião ocorrida em 13 de janeiro de 1972 não consta o local onde esta estava sendo realizada, mas supõe-se que seja na rua Quinze de Novembro, nº 712, porque a Ata nº 101 destaca que a reunião estava sendo realizada "na nova sede", localizada na rua Félix da Cunha, nº 820.
[68] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 100, folha 66 (verso), 13 de janeiro de 1972.
[69] A última Ata registrada é de nº 28, relativa a uma reunião de Diretoria ocorrida em 28 de novembro de 1974, onde não consta o local de realização. Como as mudanças de local são sempre realçadas nas atas e não há nenhuma referência a isto nesta ata, supõe-se que a sede ainda permanecia no mesmo endereço.

da Fonseca, “[...] a doação de um terreno no local [onde] será construída a sede da Federação e outras benfeitorias nela contidas”[70].

Figura 2: Sede da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros[71]

A atual sede da Federação está situada na rua Xavier Ferreira, nº 1000. As paredes externas são brancas e com a escrita bem grande “Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros” em azul, assim como as janelas, porta e garagem são pintadas de azuis. A casa é, relativamente grande, pois há duas salas principais, cozinha, dois banheiros e um pátio que dá acesso à garagem. Esta garagem é o espaço mais amplo da sede e, podemos denominá-lo como a terreira da Federação, pois é nele que ocorrem os rituais, as festas e onde se encontram o congá pela linha da umbanda e o pegi ou peji (ou quarto-de-santo) pela linha da nação. A maioria das paredes deste espaço, são pintadas com imagens de entidades e orixás. Neste cômodo que acolhe o espaço ritual, na parte destinada aos consulentes, adeptos ou apenas curiosos, o piso é de cimento e há bancos de madeiras para as pessoas se sentarem enquanto os rituais ocorrem à sua frente. Sendo que, esta parte é separada dos consulentes/adeptos por uma pequena cerca de madeira, onde o piso é de tábua corrida, a qual demarca a diferenciação do espaço. É no espaço com o

[70] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 113, folha 88 (verso), 05 de outubro de 1972.
[71] Foto cedia pelo **Grupo de Extensão e Pesquisa Design, Escola e Arte (DEA), UFPel.**

piso de tábua corrida, onde ocorrem os rituais tanto dos adeptos da umbanda quanto do batuque, no qual se encontra o congá e o pegi, as imagens, as cores, as luzes, ialorixás, bàbálorixás e seus filhosde-santo. Há dois acessos ao interior da Federação: primeiro, pela porta principal da casa, que fica ao lado esquerdo do portão da garagem, que dá acesso a parte administrativa. E a segunda, é a própria porta da garagem que dá acesso direto a terreira, ao espaço sagrado.

Carlos Alberto Pereira irá situar a construção dessa sede para a segunda metade da década de 70, período em que Irajá Andara Rodrigues ocupou o cargo de prefeito de Pelotas:

> Carlos Alberto: [...]aquela sede que está ali, na rua Xavier Ferreira, n. 1000, foi doada por Irajá Andara Rodrigues à Federação Sul-Riograndense de Umbanda.
> Rosane: A sede atual?
> Carlos Alberto: A sede atual, doada pelo Irajá.
> Rosane: Tá, ele doou, foi uma doação da Prefeitura?
> Carlos Alberto: Aquela área era da Prefeitura Municipal de Pelotas e ele doou, no consenso com os outros vereadores, ele mandou um projeto de lei para Câmara de Vereadores, doando aquela área a Federação Sul-Riograndense de Umbanda.
> [...]
> Rosane: Foi no mesmo período aqui de 75 ou foi um pouco depois?
> Carlos Alberto: Eu acho que foi mais ou menos nesse período, não me recordo bem a data. Vamos arriscar assim 75/78, fica mais englobado no tempo de administração dele, mais ou menos isso aí. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

A Federação, atualmente, além da sede própria, exerce domínio sobre a Gruta de Iemanjá situada no Balneário dos Prazeres, junto a qual possui uma pequena casa. Em razão da Gruta estar intrinsecamente relacionada as festividades dedicadas à Iemanjá, a memória sobre a construção da Gruta será exposta no último capítulo.

Figura 3: Casa da Federação ao lado da Gruta no Barro Duro. Fonte: Isabel Campos.

A casa situada no espaço da Gruta, é um pequeno sobrado que, assim como a casa sede da Federação, é toda branca com a escrita grande em azul “Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros”. O andar de baixo do sobrado, é uma casa separada, na qual mora o caseiro, uma pessoa de confiança da Federação que fica responsável por cuidar da casa e da gruta da Iemanjá o ano inteiro. Ao lado, no lado de fora, há uma escada que dá acesso ao andar de cima da casa, onde há uma extensa sacada e uma porta no meio que dá acesso para as outras três peças da casa e dois banheiros. Saliento que, a estrutura do sobrado encontra-se em mau estado de conservação, visto que na parte de cima da casa, na qual fiquei instalada no dia da Festa de Iemanjá de 2014, não havia iluminação interna, nem água encanada, bem como os banheiros encontravam-se danificados, sem portas e sujos.

Além da casa e da Gruta de Iemanjá, a Federação administra a Gruta de Oxum e Iansã na Cascatinha[72]. Segundo Joabe, este espaço dedicado a Oxum e Iansã, existe há aproximadamente 20 anos. Até pouco tempo atrás, os associados da Federação podiam fazer uso, para fins rituais, de um espaço no cemitério São

[72] Cascatinha está localizada no interior de Pelotas, no 5º distrito, a 22 quilômetros da cidade.

Francisco de Paula, o qual foi obstruído em 2012, em razão de acusações de que os praticantes de religiões afro-brasileiras teriam praticado vandalismo em túmulos[73].

3.2.2 Estrutura organizacional e abrangência da representação política

Uma questão que chamou muito a atenção na leitura das atas, é a complexidade da estrutura organizacional tanto da União da Umbanda da Princesa do Sul, quanto da posterior Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Por meio das atas, sabe-se que havia um Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro, 2º Tesoureiro, Secretário e 2º Secretário. Além destes cargos, havia os Conselhos, os quais foram se multiplicando com o tempo. Logo que se formou a Federação Sul-Riograndense de Umbanda, consta a existência do Conselho de Orientação Espiritual, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal. Em reunião da diretoria realizada em 29 de abril de 1971, criou-se o Departamento de Divulgação e Relações Públicas[74]. Pelo menos a partir de determinado período consta, inclusive, que estes diferentes Conselhos tinham uma relativa autonomia na realização dos seus trabalhos, elegendo-se datas específicas da semana para ocupação do espaço da sede para reuniões[75].

Assumir um cargo na diretoria da Federação ou na condução de algum núcleo da entidade em outro município, significava uma posição de visibilidade perante a comunidade afro-religiosa, especialmente quando o dedicado exercício a estes cargos resultava na concessão do “Diploma de Honra e Mérito” ou “Diploma de Menção Honrosa”, tal como consta na passagem de várias atas.

As Atas deste período da década de 70, apontam para a centralidade do Conselho de Orientação Espiritual na condução da unificação doutrinária da umbanda. Conforme fica explícito na Ata nº 105, o Conselho de Orientação Espiritual era a instância encarregada de visitar os centros que solicitavam afiliação à Federação e

[73] No meu trabalho de conclusão de curso, intitulado “Religiões de Matriz Africana: entre o reconhecimento e a intolerância religiosa”, defendido em 2013, exponho com mais detalhes este caso.
[74] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 85, folha 40 (verso), 29 de abril de 1971.
[75] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 88, folha 48 (verso). O Conselho Deliberativo reunia-se as segundas-feiras, o Conselho Fiscal nas terças, o Conselho de Orientação Espiritual nas quintas-feiras e a Secretaria nas segundas, quartas e sextas-feiras.

deliberar se possuem práticas adequadas ou não para fazerem parte da entidade[76]. Em uma passagem da Ata nº 93, o senhor Análio Teixeira, então presidente do Conselho Deliberativo, questionava a razão do Conselho de Orientação Espiritual não sofrer alterações no seu quadro de membros, tal como os demais, obtendo o seguinte retorno:

> Explicou o Sr. João Manoel ser tal medida aconselhada para que seja possível manter uma linha de orientação contínua, evitando-se a infiltração de elementos nocivos no referido Conselho. O Sr. Dinorah propôs que deveria ser mudado, todos os anos o presidente do Conselho de Orientação Espiritual, estabelecendo-se rodízio entre os seus membros[77].

Em 09 de agosto de 1971, o presidente da Federação propunha a criação de alguns departamentos novos como o Departamento Presidencial, "[...] o qual embora sendo órgão da Federação, teria vida independente, empregando o produto de toda renda obtida em seu benefício, tal como já acontece com a Biblioteca". Anunciava ainda, a criação futura de um Departamento Social e de um Departamento da Mocidade Umbandista[78]. Na reunião seguinte, ocorrida em 26 de agosto de 1971, anunciava-se a criação de um Departamento Jurídico[79]. Na Ata nº 109, se faz menção a um Departamento de Assistência Social, que não sabemos se corresponde ao já referido Departamento Social[80]. A presença de um Departamento Social ou de Assistência Social tinha um cunho estratégico na legitimação da umbanda, a partir do princípio doutrinário da caridade e da categoria mais formal de "utilidade pública". Surpreendeu um trecho da Ata nº 113, referente a uma reunião pública (e não apenas de diretoria), em que se registra:

> Dando continuidade, foram lidos dois ofícios um do Escritório Particular de Processamento de Subvenções Federais, datado de 22/06/72, pelo qual

[76] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 105, folha 73 (face), 25 de maio de 1972.
[77] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 93, folha 57 (face), 16 de setembro de 1971.
[78] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 89, folha 49 (face), 09 de agosto de 1971.
[79] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 90, folha 51 (face), 26 de agosto de 1971.
[80] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 109, folha 81 (face), 27 de julho de 1972.

> comunica haver constatado o deferimento do Processo 218.142/72, em que a Federação solicitou seu registro no Conselho Nacional do Serviço Social[81].

Em reunião ocorrida no dia 03 de dezembro de 1972, mencionava-se a necessidade de criação de um Departamento de Obras, o qual certamente estava relacionado ao pleito que a Federação começava a levar ao poder público municipal de um terreno para a construção de sua sede definitiva[82].

A filiação à União e depois à Federação, era atestada por meio de expedição de um diploma, do qual o centro filiado poderia ser destituído pelas mais variadas razões. Emitia-se ainda, uma carteira de filiação que, a considerar as atas, era individualizada para o(a) cacique(a) e, a qual, também era retirada em casos de desligamento[83]. A permanência da filiação na União da Umbanda da Princesa do Sul requeria o seguimento de rígidas regras de conduta religiosa, tanto que na Ata nº 67 temos registrada a manifestação do Sr. Levi Goulart que "[...] alertou a conveniência de maior vigilância antes de conceder filiação aos Centros requerentes, sendo mesmo preferível dar licença de três meses antes e durante este tempo fiscalizar os trabalhos"[84].

A expressão simbólica do esforço pela unificação dos centros de umbanda, em uma única organização representativa, emerge na referência a necessidade de confeccionar uma bandeira para a União de Umbanda da Princesa do Sul[85]. Na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 04 de março de 1971, "O Sr. presidente pediu à mesa, para estudar o caso do concurso Hino de Federação para o qual apresentou música e letra o Sr. Willian Ávila. Concordaram todos em que deverá ser aguardado que outros compositores também apresentem seus trabalhos" [86]. Nas diversas situações etnográficas vivenciadas, não constatei o uso seja da bandeira, seja do hino.

---

[81] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 113, folha 87 (face), 05 de outubro de 1972.
[82] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul da. Ata nº 116, folha 93 (face), 03 de dezembro de 1972.
[83] Na Ata nº 71 referente a reunião de diretoria ocorrida em 9 de setembro de 1970, delibera-se o desligamento de um membro por meio da imprensa, pois este se negou a entregar ao ficais da União da Umbanda da Princesa do Sul a carteira de identificação que o qualificava como membro desta. Folha 14 (verso).
[84] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 67, folha 07 (face), 27 de maio de 1970.
[85] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 65, folha 02 (verso), 26 de fevereiro de 1970.
[86] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 83, folha 37 (face), 04 de março de 1971.

A confecção de certidões de batismo padronizadas, a serem utilizadas por todos os centros filiados é outra expressão desta busca por unificação, ao mesmo tempo que expressa os esforços de algumas lideranças da umbanda para que esta tivesse um estatuto de religião similar as denominações cristãs, uma vez que estas também emitem certidões de batismo no ato de realização deste ritual[87]. Pode exprimir também, o ideal colocado para este momento de uma unificação de doutrina, tendo em vista a referência, sem maiores especificações, da "diplomação individual de médiuns"[88] em uma Ata ou outra.

A complexa organização da União de Umbanda da Princesa do Sul, que depois foi replicada por alguns anos na Federação Sul-Riograndense de Umbanda, pode ser visualizada por meio de sua abrangência representacional e pela maneira capilarizada com que a entidade buscava se fazer presente em cada zona ou município em que possuía centros filiados. Já na Ata nº 66, há a informação que existia um núcleo da União na "zona do Fragata", o qual abarcava vários centros filiados. Na mesma Ata, se faz referência ao delegado regional de Jaguarão e de Pedro Osório, indicando-se que havia em cada município um núcleo da União e um delegado responsável por ele[89].

Refere-se ainda em uma ou outra ata, peregrinações para algumas dessas cidades em datas religiosas, cujo transporte por meio de ônibus era organizado pela Federação.

A presença no quadro social da Federação, atualmente, de terreiras e casas de nação de outras cidades do estado, é referendada pelo atual presidente da entidade, que cita as seguintes cidades: Santa Vitória do Palmar, Rio Grande, Jaguarão, São Lourenço do Sul, Pedro Osório, Arroio Grande, Camaquã, Encruzilhada do Sul, Bagé, Aceguá, Dom Pedrito, Pinheiro Machado, etc. Assim como há filiados espalhados por outros estados e países: por exemplo, Santa Catarina, Tocantins e Uruguai. Desta forma, algumas passagens das Atas nos dão a dimensão

[87] Segundo Montero (2009) e Giumbelli (2008), na época o modelo religioso a seguir era o católico, uma vez que o conceito de religião tal como Estado concebia era o de matriz cristã. Então, grande parte da mobilização política das outras práticas religiosas existentes no Brasil, para serem visibilizadas no espaço público e poderem ser reconhecidas perante os aparatos estatais, se apoiaram na estratégia de utilizar categorias do universo católico como "caridade, "caminhada", "libertação", "fraternidade", etc.
[88] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 69, folha 12 (verso), 29 de julho de 1970.
[89] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 66, folha 03 (face), 30 de abril de 1970.

do quanto a umbanda estava presente, enquanto alternativa religiosa, até mesmo em pequenas cidades da região sul do estado.

> [...] e a segunda é relativa ao ofício datado de 22 de abril, passado do **Centro Nossa Senhora Aparecida, situado no lugar denominado 1º Subdistrito de Piratini**, pelo qual solicita a nomeação de um fiscal geral junto aos centros existentes naquela região indicando, para isso, o Sr. Arlindo Moraes. Em face do exposto, o Sr. presidente solicitou a mesa para dar permissão para expedir ofício ao referido Sr. Arlindo Moraes, dando autorização para proceder o levantamento de todos os Centros de Umbanda que registram naquela localidade, tendo sido aprovado[90] (grifo nosso).

Na mesma Ata em que se refere a presença da umbanda nos recônditos rincões do município de Piratini, registra-se as conexões entre a Federação e representantes da umbanda provenientes de capitais, em que a umbanda ganhava força no ponto de vista organizacional.

> Registramos com imenso prazer a visita de confraternização do nosso prezado **irmão Sr. Nestor Duarte, com procedência de São Paulo**, apresentado à Diretoria pelo Presidente da Federação, que após, durante momentos de agradável palestra nos proporcionou muita satisfação e intimamente nos impressionando pelo seu vasto conhecimento da Umbanda, **foi entrevistado pela nossa estimada e gentil irmã, senhora Yara Maria Alves, 1º secretário e competente jornalista responsável pelo Noticiário Umbandista**[91](grifo nosso).

Na Ata nº 109, registrou-se "[...] a manifestação de desejo do Centro 7 Flechas do Município de Cangussu[92], em registrar-se, em Cartório de Pessoas Jurídicas, a fim de registrar um terreno"[93].

Em vários trechos das Atas, fica explicito o vínculo estreito com as organizações umbandistas de Porto Alegre. Na Ata nº117, relativa a uma reunião pública ocorrida em 07 dezembro de 1972, tornava-se público:

> [...] o Ofício datado de 28 de novembro, findo, do Centro Espírita de Umbanda Templo de Sol, da Capital do Estado, através do qual convida para a Federação se fazer representar, a fim de participar da procissão fluvial que

[90] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul da. Ata nº 106, folha 75 (face), 15 de junho de 1972.

[91] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 106, folha 76 (verso), 15 de junho de 1972.

[92] Referia-se o município de Canguçu, cujos limites políticos confrontam com o município de Pelotas, sendo que o termo na época era escrito com "ss".

[93] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 109, folha 81 (face), 27 de julho de 1972.

> se fará realizar no dia 17 de dezembro, corrente, em homenagem a Mãe Oxum[94].

Originalmente a Federação abarcava apenas os centros de umbanda, sendo que em "[...]1980 foi incorporado no estatuto social da Federação os cultos afros"[97]. Embora no Livro de Atas prevaleça a referência a umbanda, em uma das Atas datada de 1972, já se faz referência as casas de nação filiadas à Federação, em uma ocasião em que se discutia a sucessão do comando político da Federação:

> Também referiu-se **aos centros de umbanda e casas de nação**, que como filiados à Federação vem prestando caridade aos que a eles recorrem. [...] Registramos com prazer o comparecimento de 31 representantes de **centros e casa de nação**, que nos trouxeram, não só o afeto de irmandade, como também o apoio indispensável para que possamos continuar a nossa missão que confiaram[95] (grifo nosso).

Lísias Negrão (1996), ao estudar a constituição do campo umbandista na cidade de São Paulo, constata que para fugir das perseguições, os centros de umbanda se ocultavam sob a designação de espíritas. É possível que processo semelhante acontecesse na década de 1970 em Pelotas, envolvendo a umbanda e o batuque, este se ocultando sob a bandeira daquela. É o que transparece em um trecho da entrevista de Carlos Alberto, quando ele faz referência ao encerramento dos trabalhos espirituais dos centros e terreiras no período de acampamentos relativos as homenagens à Iemanjá na orla da lagoa:

> Rosane: E ali durante esse período de acampamento, então, haviam várias atividades até terminar a festa?
> Carlos Alberto: Sim, encerramento de centros de umbanda, pessoal ia lá encerrar seus trabalhos espirituais lá, a linha de caboclos, pretos-velhos. **A linha de cruzamento era pouco divulgada na época, por quê? Porque existia naquela época a perseguição**, já existia a perseguição religiosa em cima de cultos de matriz africana naquela época. **Com agravante que a Brigada Militar já chegava dando pau em todo mundo**, isso aí é constatado e confirmado. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015; grifos nossos).

Em outro trecho, da mesma entrevista, ele esclarece que mesmo Dinorá Feijó Leal, primeiro presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-

---

[94] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 117, folhas 93 (face) e 94 (verso), 07 de dezembro de 1972. [97] Entrevista com Joabe Bonhs, realizada em 18 de setembro de 2014.

[95] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul da. Ata nº 107, folha 77 (face), 06 de julho de 1972.

brasileiros, não era exclusivamente umbandista, mas dissimulava a face batuqueira do seu centro religioso:

> Isabel: Ele que me falou que o Dinorá tinha uma casa.
> Carlos Alberto: São Sebastião.
> Isabel: Não, uma casa de nação.
> Carlos Alberto: De artigos religiosos. Tinha, mas a maioria dos terreiros da época tinham enrustido o lado de matriz africana junto porque não tinha como tu escancarar a religião de matriz africana, por causa de que? A perseguição religiosa da época, então era tudo normal. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

A terminologia reconhecida pela atual diretoria da Federação, para designar as entidades que representa, é Centro Espírita de Umbanda e Casa de Nação. Exclui-se a Quimbanda como um culto específico representado pela Federação.

3.2.3 Sobre a dotação de recursos financeiros

Uma das questões que mais chamou a atenção nas atas, pela sua recorrência em quase todas as reuniões e assembleias registradas, é o rígido controle sobre a movimentação financeira, tanto da União quanto da Federação. Nas reuniões se discutia e deliberava sobre as despesas passíveis de serem custeadas pela União ou Federação, como gasolina e serviços gráficos. De acordo com informações presentes nas atas, cada centro ao se filiar a União (e depois, Federação), deveria antecipar o valor de cinco mensalidades. Fica subentendido, a partir da leitura de várias atas, que as mensalidades não cobriam o conjunto de despesas da União, ocorrendo o repasse de verbas de outras fontes, tanto privadas quanto públicas. Após a instituição da Federação, deliberou-se que a sede ficaria apenas com as primeiras cinco mensalidades dos centros religiosos que estavam vinculados aos núcleos. Estes teriam o domínio sobre a arrecadação posterior, devendo, no entanto, prestar contas periodicamente à tesouraria da Federação[96].

Os centros filiados em débito com a tesouraria, eram explicitamente citados em reuniões e assembleias, sendo recorrente o assunto da necessidade da cobrança das mensalidades em atraso, referindo-se, inclusive, a visitas do Conselho Fiscal aos

[96] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 83, folha 37 (face), 04 de março de 1971.

centros para averiguar as razões dos atrasos e propostas de desfiliação para os centros que não apresentassem justificativas convencíveis. Ao mesmo tempo, havia uma franca abertura para ouvir as justificativas destes para a situação em que se encontravam. Na Ata nº 66, por exemplo, refere-se um centro da "zona do Fragata" que estava em débito desde o ano de 1963[97], tendo a sua dívida cancelada em razão da enfermidade do cacique; ao mesmo tempo a diretoria da União retirava do centro o diploma, concedendo-lhe uma simples licença de funcionamento até a sua reorganização, que deveria ocorrer no prazo de sessenta dias. Era comum que os centros que estivessem em processo de construção de sua sede ou "lutando com dificuldades financeiras" [98] de outra ordem, ficassem isentos do pagamento da mensalidade e tivessem suas dívidas perdoadas.

Embora transpareça nas Atas, que os membros da diretoria e dos Conselhos da Federação abarcavam de pequenos comerciantes à deputados, com a presença também de profissionais liberais, é notório que a maioria dos centros filiados era formada por pessoas de baixo nível financeiro. É este fato que leva o presidente da Federação a diminuir de 12 para 05 cruzeiros a mensalidade a ser paga:

> Nesta oportunidade, ocorreram diversos apartes, de assistentes, que sugeriram que a mensalidade deveria ser de 10 cruzeiros. Neste ensejo, o Sr. Presidente, agradecendo a sugestão, apresentou desculpas por discordar com o que foi proposto e manteve a sua decisão anterior, isto é, ratificando que a mensalidade, deveria passar para 5 cruzeiros por considerar que alguns centros atravessam situação financeira muito precária que não permite efetuar o pagamento mensal de apenas 2 cruzeiros, quanto mais de 10 cruzeiros[99].

Os centros filiados às federações [100], necessitavam de autorização para realizarem campanha, no intuito de recolherem fundos financeiros para a construção de suas sedes, o que demonstra o forte controle que a União e, depois, Federação, exerciam sobre o seu funcionamento. As passagens de atas referentes a esse assunto indicam, contudo, a presença de divergências quanto a esta tentativa de controle sobre o funcionamento dos centros por parte da Federação. Em 1º de abril de 1971.

---

[97] Observa-se, então, que a União da Umbanda da Princesa do Sul existia, no mínimo, desde esta data.
[98] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 68, folha 10 (verso), 1º de julho de 1970.
[99] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 104, folha 72 (verso), 06 de abril de 1972.
[100] Refiro-me aqui a União da Umbanda da Princesa do Sul que foi sucedida pela Federação Sul-Riograndense de Umbanda.

> Abrindo a sessão, o Sr. presidente concedeu a palavra ao presidente do Centro Junco Verde, sito no Areal, a fim de o mesmo expor o caso em que se acha envolvido o nome daquela casa, ou seja, arrecadação de donativos, mediante apresentação de um "Livro de Ouro" de forma um tanto irregular, não correspondendo a forma escrita com os pedidos verbais, motivo pelo qual havia sido o mesmo apreendido pela Federação. O interpelado Sr. Ari Rocha Gouvea alegou de nada ser sabedor, pois assumiu a presidência do Centro após o ocorrido. Após o estudo do caso foi o Livro devolvido, estando doravante o Centro Junco Verde desligado da Federação, a pedido do seu presidente[101].

Ressalta-se, no entanto, que as campanhas financeiras como passagem de Livro Ouro ou realização de rifas, por parte de centros filiados, eram francamente apoiados pela diretoria da Federação, especialmente quando se tratava de construção de uma sede própria para o centro. Mas, os representantes destes, tinham que se dignar a comparecer nas reuniões da diretoria da Federação para receberem a chancela e legitimidade de levarem essas campanhas à frente.

No ano de 2014, quando houve a entrevista com Joabe Bohns, a mensalidade estava fixada em 20 reais, cujo pagamento os filiados supostamente devem efetuar para permanecerem associados à entidade. Todavia, segundo o próprio presidente, apesar da Federação ter um quadro social que comporta em torno de 580 centros de umbanda e casas de nação[102], a inadimplência em relação ao pagamento da mensalidade por parte dos filiados é um fato frequente, apontando para um universo de aproximadamente 100 entidades pagantes. Além disso, dos poucos filiados que cumprem com a obrigação de pagar a mensalidade, alguns somente o fazem ao final do ano, o que acaba dificultando o controle, de forma regular, das despesas da entidade, segundo seu atual presidente. Mas, mesmo que a maioria dos centros associados não cumpram suas obrigações, financeiras com a Federação, parece claro que a filiação delas se constitui em um importante capital político e mecanismo de controle sobre o campo umbandista e de nação de Pelotas, conforme deixa explicito o próprio presidente: "Filiado é uma coisa porque eu faço questão de ter filiado para que? Para que eu possa saber quais as terreiras que existe na cidade, mas não que elas paguem as mensalidades rigorosamente na Federação"[103].

---

[101] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul da. Ata nº 84, folha 38 (verso), 1º de abril de 1971.
[102] Ressalto que não me foi apresentado nenhum documento da Federação que indicasse com precisão o número de sócios efetivos que a mesma possui atualmente.
[103] Entrevista com Joabe Bohns, realizada em 18 de setembro de 2014.

3.2.4 As atividades sociais e rituais

A eficácia da intrincada organização interna da UUPS e, depois Federação Sul-Riograndense de Umbanda, ao que tudo indica, era francamente reconhecida por pelo menos alguns segmentos da sociedade local, resultando em uma série de parcerias que geravam serviços assistenciais à comunidade umbandista, que estava agregada a estas instâncias representativas. Na Ata nº 66, relativa a uma reunião da Diretoria da União da Umbanda da Princesa do Sul, registra-se a seguinte informação:

> O Sr. Dinorah Leal comunicou, que doravante haverá atendimento médico duas vezes na semana. As consultas serão dadas pelo Dr. Darcy Viana pela metade do preço aos que se apresentarem munidos das carteirinhas de identificação fornecidas pela União. Provisoriamente serão aceitos qualquer comprovante de que o doente seja sócio de um Centro de Umbanda, quer como um médium ou assistente. Consulta à domicilio à razão de vinte cruzeiros. Esse atendimento médico será feito as segundas-feiras, das catorze as quinze horas, à rua Dom Pedro II, nº 1074 a partir do dia dezoito de maio do corrente ano, também no Fragata[104].

Portar a carteira da Federação, poderia ser sinônimo de desconto em compras feitas em alguns estabelecimentos comerciais, especialmente aqueles que pertenciam a pessoas que assumiam cargos na diretoria ou nos Conselhos da Federação:

> Foi lido após uma comunicação do Foto Recorde de propriedade do Sr. Edyr Padilha, oferecendo descontos especiais, em trabalhos fotográficos, a todos os portadores de carteirinhas fornecidas pela Federação. O Sr. Dinorah Leal, proprietário da Flora São Jorge também dá vantagens nas compras efetivas em seu estabelecimento e lembrou a conveniência de avisar, através de imprensa, aos donos de casas comerciais de outros ramos, a participarem também, fazendo descontos aos possuidores das ditas carteirinhas[105].

Pelas informações constantes no Livro de Atas, a Federação havia organizado uma biblioteca, tendo presença recorrente nas reuniões da entidade a bibliotecária Julieta Ribeiro. Em reunião de diretoria, ocorrida em 10 de dezembro de 1970, reivindicava-se que a biblioteca tivesse autonomia financeira diante dos outros setores da Federação, ou seja, que as verbas arrecadadas por meio de Chás Beneficentes fossem registradas no Livro Caixa da Tesouraria, mas deveriam ter um uso exclusivo

[104] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 66, folha 04 (verso), 30 de abril de 1970.
[105] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 96, folhas 59 (face) e 60 (verso), 25 de novembro de 1971.

ao setor para o qual havia sido arrecadada[106]. Em agosto de 1971, a “Sinha Vera Ibraim Ribeiro” passou a compor a equipe que cuidava da biblioteca[107]. A biblioteca é constantemente mencionada nas Atas, como um departamento que engrandecia a Federação. Na Ata nº 111, refere-se que a mesma recebia alguns exemplares do mensário “A Voz da Umbanda” do município de Santa Maria; nesta mesma Ata, registra-se “[...] a doação de 87 livros e de diversas revistas, feita pelo nosso querido irmão, Sr. Dr. José Coelho”[108].

As atividades de cunho social e cultural organizadas pela Federação, incluíam um concurso de corais dos centros de umbanda para o qual arrecadava-se, inclusive, fundos por meio de programas radiofônicos para premiar os finalistas. Ao que consta, o regulamento do concurso, bem como a nomeação da Comissão Julgadora, era objeto de cuidadosa deliberação por parte da diretoria da Federação. Na Ata nº 101, refere-se que a atividade era apoiada pela Rádio Cultura de Pelotas que cedia para tal o seu auditório, sendo este pequeno, o Festival havia sido transferido para a sede Associação Atlética do Banco do Brasil[109]. Este concurso, que estava sendo promovido no ano de 1971, assim como o programa radiofônico “A Voz da Umbanda”[110], recebeu uma proposta de patrocínio da Firma Industrial de Bebidas Joaquim Thomas de Aquino S. A., a qual foi rejeitada por se tratar de um empreendimento que vendia produtos alcoólicos, contrário, portanto, a imagem que a diretoria da Federação buscava construir junto a sociedade. O festival acabou ocorrendo no dia 30 de janeiro, prolongando-se “até as quatro horas da madrugada” com ampla cobertura da Rádio Cultura. Os centros inscritos receberam premiações em vários quesitos, destacando-se a presença de centros da cidade de Rio Grande.

Na Ata nº 90, consta que a referida atividade cultural vinha sendo denominada “Concurso dos Corais Afro-brasileiros de Umbanda”[111] e na Ata nº 91, inscreve-se um

---

[106] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 79, folhas 28 (verso) e 29 (face), 10 de dezembro de 1970.
[107]Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 89, folha 49 (face), 09 de agosto de 1971.
[108] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 111, folha 85 (face), 17 de agosto de 1972.
[109] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 101, folha 67 (face), 07 de janeiro de 1972.
[110] Observa-se que este programa radiofônico da comunidade umbandista de Pelotas recebia o mesmo nome do jornal mensal editado pela comunidade umbandista de Santa Maria.
[111] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 91, folha 51 (face), 06 de setembro de 1971.

contundente discurso do presidente da Federação que é um indicativo do quanto este tipo de atividade também formava o rol das estratégias, por meio das quais buscava-se angariar legitimidade à umbanda enquanto religião, perante à sociedade mais ampla:

> Continuando expressou-se assim o Sr. presidente: "Seria triste para nós, que os Centros de Umbanda, que têm condições de concorrer não se inscrevessem, não para disputar prêmios, mas sim pelo engrandecimento da umbanda em Pelotas". Lamentou depois a omissão de alguns dos Centros grandes de nossa cidade no Concurso. Lembrou a necessidade de continuar o exemplo de fé, de unificação, de construção dados até o presente momento. Muitos erros foram cometidos no passado por todos nós, mas hoje unidos procuramos repará-los engrandecendo o nome da umbanda, fadada a formar-se a maior religião do mundo[112].

Destacamos aqui, que de certa forma, a busca pela aceitação social por parte de pelo menos um segmento dos umbandistas, implicava em aderir a formas de atividades semelhantes as utilizadas pelas religiões cristãs. O estímulo a presença de corais nos centros religiosos não era uma exceção. A criação de órgãos assistenciais específicos e de entidades educacionais diretamente vinculadas a umbanda, tal como ocorre com o catolicismo, foi uma proposta ensaiada pela diretoria da Federação a época:

> O presidente do Conselho Deliberativo, agradecendo, passou a palavra ao Sr. Dinorah Leal, o qual afirmou ser uma das metas da Federação construir, tão logo isto seja possível, o Templo da Umbanda em nossa cidade, um abrigo para órfãos, donde resulta absoluta necessidade de um Departamento de Assistência Social para amparar os médiuns carentes de auxilio material; futuramente também haverá um colégio umbandista[113].

Atualmente, a Federação, segundo Joabe, busca assegurar aos seus associados aquilo que está garantido por lei na Constituição Federal de 1988, como a isenção de água e IPTU[114]. Ressalta, porém, que essa conquista precisa ser constantemente negociada com os órgãos públicos responsáveis, pois os centros

---

[112] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 91, folha 52 (verso), 06 de setembro de 1971.

[113] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 91, folhas 53 (face) e 54 (verso), 06 de setembro de 1971.

[114] A **Constituição Federal** estabelece, dentre outras, a seguinte limitação do poder de tributar: **"Art. 150: Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...); VI – instituir impostos sobre: (...); b) templos de qualquer culto; (...)".**

religiosos ficam à mercê de interpretações arbitrarias ou interessadas da lei por parte dos agentes públicos responsáveis pela sua aplicação[115]. Além disso, a Federação continua a garantir aos seus associados um diploma, que legitima o trabalho do centro/casa, como também oferece assistência jurídica. Dentre as atividades rotineiras da Federação, destaca-se a realização de reuniões com os filiados todo o segundo sábado de cada mês, as quais, segundo o atual presidente, são comunicadas por correspondência, que acompanha o carnê de pagamento e, por meios eletrônicos, como Facebook. Já o calendário ritual da Federação, comporta algumas festas fixas: Oxossi em janeiro, Iemanjá em fevereiro, Ogum em abril, os pretos-velhos em maio. A linha do povo da rua ou da encruzilhada recebe duas homenagens anuais, uma em junho e outra em agosto. Em setembro, há a festa para Cosme e Damião e em dezembro as homenagens para Iansã e Oxum na Cascatinha, as quais são comemoradas no dia 4 e 8 de dezembro, respectivamente.

3.2.5 Estratégias de legitimação

O grau com que, as organizações representativas da umbanda se constituíam em instâncias legitimadoras das práticas religiosas, perante as autoridades constituídas e a sociedade como um todo, pode ser percebido pela preocupação em comunicar a sociedade, por meio da imprensa e oficiar estas autoridades, sobre as atividades realizadas e a filiação e desfiliação dos centros. Na Ata nº 67, por exemplo, da União da Umbanda da Princesa do Sul, delibera-se o desligamento de alguns centros de Rio Grande e da Quinta, constando: “A comunicação será feita através da imprensa e do ofício ao delegado de polícia daquela cidade”[116].

Em paralelo ao rígido controle que a Federação exercia sobre o funcionamento dos centros, esta tomava para si a defesa de um ou outro centro particular, assim como, buscava constituir uma esfera de comunicação e de formação de entendimentos que não fosse arbitrada por forças externas ao campo das religiões afro-brasileiras. Na Ata nº 69, por exemplo, registra-se a manifestação do Sr. Dinorá

[115] Para exemplificar Joabe relatou o caso de um centro de umbanda que sempre foi isento do IPTU e que, por interpretação de um fiscal que foi até o local, mas conversou com o vizinho e não com o responsável pelo centro, foi cobrado o IPTU em 2011, deixando de ser cobrado novamente a partir de 2012 em razão da intervenção da Federação.

[116] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 67, folha 07 (face), 27 de maio de 1970.

Feijó Leal de que “os assuntos tratados em reunião da diretoria, jamais deverão ser comentados fora”[117]

A preocupação com o reconhecimento social e formal da umbanda, como uma religião legitima, emerge em várias passagens das atas. Na Ata nº 67, relativa a uma reunião de diretoria da União da Umbanda da Princesa do Sul, um dos membros da diretoria sugere a execução de uma “campanha em preparação ao próximo recenseamento, a fim de que nenhum umbandista se esquive de declarar a religião que pratica [...]”[118].

A preocupação com a normatização das práticas umbandistas, parecia estar disseminada entre muitos de seus praticantes, havendo uma disputa em torno da atribuição da autoridade aos atores que pretendiam exercer a vigilância sobre os rituais, definindo o que seria certo e o que seria errado. Na Ata nº 68, relativa a uma reunião da Diretoria da União da Umbanda da Princesa do Sul, tem-se a seguinte passagem:

> O Sr. José Tales apresentou à mesa, queixa contra a atitude do Sr. Darci Assumpção da Silva, que se apresentou no Centro São Luiz qualificando-se como fiscal da UUPS e discordando da maneira pela qual são os trabalhos ali efetuados. Em vista disso, doravante o Sr. Tales, somente permita a entrada de fiscais, se estes apresentarem a autorização assinada pelo Sr. Dinorah Leal.
> Esclareceu, neste ponto, o Sr. Irineu Viana, que somente a ele e ao Sr. Levi Medina Goulart compete o trabalho de fiscalização.
> Confirmando, o Sr. presidente informou não estar o Sr. Darci Silva, presentemente, exercendo nenhum cargo da União faltando-lhe, pois autoridade para fiscalizar ou dar opinião em nome desta sociedade. Quanto aos chefes dos Centros, devem sempre exigir documento a quem se apresentar como enviado da UUPS, a fim de evitar os incidentes como esse.[119]

Esta fiscalização, do que ocorria no âmbito interno dos centros, visava adequar o comportamento dos umbandistas aos códigos morais vigentes, assim como, aos dispositivos legais que diziam respeito a manutenção da ordem pública, podendo ocorrer situações de colaboração entre a diretoria da Federação e as autoridades policiais. Os centros filiados eram obrigados, inclusive, a comunicar a direção da

[117] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 69, folha 12 (verso), 29 de julho de 1970.
[118] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 67, folha 07 (face), 27 de maio de 1970.
[119] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 68, folha 9 (face), 1º de julho de 1970.

Federação os dias em que realizavam “trabalhos espirituais” para a comunidade externa[120]. Chamou a atenção um dos casos discutido no âmbito da Federação envolvendo integrantes do Centro Reino Unido das Matas Virgens:

> O Sr. Isnardo, prosseguiu o presidente, é alvo de reclamações devido aos seus **trabalhos prolongarem-se até altas horas da madrugada, molestando os vizinhos com o barulho proveniente dos cantos e tambores**. E apontando também como **fator de desunião de um lar, onde a esposa desobedece à ordem do marido, frequentando o seu Centro, obrigando o mesmo a tomar providencias**. Pesa-lhe ainda a acusação de invadir a propriedade do casal, a fim de agredir com faca o queixoso, sendo este caso levado ao conhecimento da Polícia.
> **Tanto a Delegacia de Polícia como o Conselho Fiscal da Federação procederam a um levantamento do caso**, sendo interrogadas diversas pessoas. Resultou dessa sindicância, que, **o Sr. Isnardo, não tem nada que possa atentar contra a moral pública, mas se excede no horário das sessões**.
> Tanto a Sra. Loiva Souza quanto a Sra. implicada negaram os fatos apresentados, acusando o marido da mesma de invadir o Centro e querer de lá retirar a força sua esposa, que alegou haver ido com pleno consentimento deste[121] (grifo nosso).

Perante a ausência da parte acusatória na reunião que tratou do caso, o Sr. Isnardo foi absolvido. Mas, mediante a assinatura de uma declaração na qual comprometia-se, com exceção dos dias de festividades, a encerrar os seus trabalhos até às 23 horas. Porém, mesmo assim, ao que parece, ele permaneceu sob estreita vigilância da Federação que estipulou ainda:

> O Sr. presidente lembrou ser esta a terceira oportunidade dada ao aludido Centro, **caso não cumpra o prometido, terá o mesmo suas portas fechadas para sempre**. As comemorações extras deverão ser comunicadas ao Posto Policial e à Federação, a fim de evitar posteriores reclamações. Quanto às denúncias somente serão levadas em consideração quando escritas.
> Esclareceu ainda a **necessidade dos chefes de Centros, de virem às reuniões mensais, a fim de ficarem interados dos seus direitos e obrigações, ao par das leis vigentes**. Aconselhou ainda à jovem esposa, a não mais frequentar o Centro Reino Unido das Matas Virgens no intuito de evitar maiores complicações futuras e a reconciliar-se com o seu esposo[122] (grifo nosso).

[120] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 108, folha 79 (face), 20 de julho de 1972.
[121] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 86, folha 42 (verso), 27 de maio de 1971.
[122] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 86, folha 43 (face), 27 de maio de 1971.

O fato de ocorrerem, ao que tudo indica, parcerias ocasionais entre os órgãos policiais e a Federação, não significa que os primeiros não realizassem uma vigilância própria e constante sobre as casas de cultos afro-brasileiros. Na ata da reunião de diretoria, realizada em 24 de junho de 1971, registra-se que:

> Quanto ao caso da intervenção policial nos centros sem registro, disse o Sr. presidente ser fato comprovado, **a polícia requerer alvará de licença para funcionamento dos centros, havendo maior liberalidade em Pelotas, bastando o registro fornecido pela Federação ou por Cartório**. Quanto as pessoas que fazem comentários, tentando jogar a Federação contra as autoridades e vice-versa, deverão ser intimadas a depor perante a polícia, para o restabelecimento da verdade, já que o delegado tem agido com compreensão e corretamente ajudando a Federação, a qual conta ainda com o apoio da imprensa falada e escrita[123] (grifo nosso).

O papel da Federação, de salvaguardar a imagem da umbanda perante a sociedade, através do controle das práticas internas aos centros filiados, é visível na passagem de outra Ata:

> Continuando a reunião, o Sr. presidente solicitou esclarecimentos sobre tudo quanto vem sendo realizado no Centro Caboclo das Sete Estrelas. O Sr. Sadi Gomes respondeu a todas as indagações, dizendo possuir o referido Centro, Livro Caixa, Livro de Atas, etc. **As consultas não são pagas**, apenas as pessoas são solicitadas a associarem-se, dando cinco cruzeiros adiantados. Entretanto, caso não o possa fazer, são atendidos da mesma forma. Frisou o Sr. presidente a necessidade de entrosamento maior entre esta casa e a Federação, pois **levando-se em consideração o fato de aí estarem acontecendo curas, operações astrais, é natural que haja indagação do povo e autoridades cabendo à Federação tomar atitude definida e dar o seu apoio a esta casa filiada**[124]. (Grifo nosso)

Em outro caso, exposto nas Atas, a tomada de uma “atitude definida” por parte da Federação, aponta para o complexo jogo de negociação estabelecido com as autoridades, aludindo-se ao direito de praticar a caridade na defesa dos médiuns que exerciam práticas de curas consideradas suspeitas. O caso abaixo, é elucidativo também, do grande prestígio que a Festa de Iemanjá tinha perante as autoridades, a ponto de servir como moeda de troca para a liberação do exercício dos ofícios de alguns médiuns, cujas atividades não eram bem vistas pelas instituições locais. Chama a atenção ainda, o metódico controle sobre o que era enunciado para a

[123] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 87, folha 46 (verso), 24 de junho de 1971.
[124] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 94, folha 58 (verso), 07 de outubro de 1971.

sociedade em geral por meio da imprensa e, a manutenção de fronteiras demarcadoras da comunidade religiosa, ao se referir a presença de discursos que deveriam permanecer no seu interior.

> Aberta a sessão, o Sr. presidente dirigiu a palavra aos presentes, explicando a atitude assumida pela Federação no **caso do médium Eloí Vaz, após a proibição recebida de efetuar operações astrais por parte das autoridades**. Em sua dissertação, assim se expressou o Sr. Dinorah Leal: "Alguns não entenderam meu pronunciamento, outros não gostaram, mas muitas coisas não podem ser ditas pela imprensa. Há os que acharam que não deveria ser tomada tal atitude a favor, visto que a entidade não cura a todos. Ora, ele, o **médium não pode curar os casos em que o ser precisa saldar dívidas pretéritas; nenhuma entidade cura a todos**. Durante meses averiguamos o trabalho do Sr. Eloí e constatamos resultados positivos. Assim, nosso dever era defendê-lo no momento preciso, como defenderíamos qualquer outro nosso filiado, em caso análogo. **Estávamos dispostos a suspender à Homenagem à Iemanjá, se as autoridades não dessem a liberação. Pois se nos proíbem a prática da caridade, então também podemos deixar de promover festividades**. **Em vista desta posição tomada, apressaram-se a resolver o caso as autoridades pelotenses, liberando o médium, oficialmente**. Com a atitude tomada, estamos protegendo os interesses dos chefes de terreira e da umbanda, pois o que aconteceu com este médium, poderá acontecer com outros, futuramente, pelos gerais sente-se responsável a Federação, havendo, entretanto, responsabilidades recíprocas. **E aqui, damos uma explicação que não poderíamos fazer pela imprensa. A culpa do acontecido coube ao médium que deixou de observar a orientação que lhe foi dada nesta casa, no sentido de não conceder entrevistas, de forma alguma, a imprensa, pois o fazendo, estaria incorrendo no erro de ser tachado de curandeiro, fazendo propaganda de si próprio**. E no dia da entrevista, estando em Pelotas, o consultor jurídico da Federação pediu para suspender o que não foi mais possível, seguindo-se logo após a proibição para o Sr. Eloí exercer sua mediunidade de cura. Tal acontecimento poderia ter sido evitado, se houvesse acatamento à orientação dada anos atrás. **Este fato é muito significativo para a Umbanda, envolvendo seu nome, pois se não fora a boa vontade dos vereadores pelotenses, da imprensa, das autoridades para com a Federação, seria a umbanda que perderia no conceito público**. Temos sempre que agir dentro da lei para merecermos o respeito e engrandecermos a umbanda cada vez mais". A seguir o Sr. presidente explicou que **todos os centros, ao realizarem trabalhos fora da cidade, devem levar o registro dado pela Federação e o Alvará de Licença fornecido pela Delegacia de Polícia**; do contrario poderão estar sujeitos a serem seus trabalhos suspensos[125] (grifo nosso).

A citação da Ata acima, aponta ainda para a relação estratégica com representantes da classe política, elemento que permanece até hoje no âmbito da comunidade umbandista pelotense. Salientamos a demonstrada preocupação de que as práticas religiosas se mantivessem dentro do estipulado por lei, tendo, então, a chancela da Polícia e da própria Federação. Em uma reunião posterior, o incômodo

[125] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 97, folhas 60 (verso) e 61 (face), 02 de dezembro de 1971.

de parte da sociedade pelotense em relação as atividades do médium Eloí Vaz e a reverberação disso na Federação voltava à pauta. O presidente da Federação da época, orientava que este mudasse o seu centro de endereço em razão do grande número de doentes que atendia. Solicitava também, que o médium notificasse a Federação por ocasião de suas viagens, indicando ainda "a necessidade de um esterilizador no Centro, para satisfazer as condições de higiene exigidas por lei"[126].

O posicionamento favorável por parte da Federação, em relação ao médium Eloí Vaz, sofre alterações no mês seguinte, sob a justificativa de que este não teria obedecido as orientações que lhe foram impostas:

> Sendo lida a ata anterior, o presidente abordou o assunto referente ao médium Eloí Vaz, **o qual defendido pela Federação, voltou a exercer suas atividades, entretanto devido a sua não obediência a orientação que lhe foi dada nesta casa decidiram os quatro poderes da Federação desligá-lo de seu quadro de filiados**, repudiando a exploração que vem sendo feita, presentemente. Além disso, os compromissos assumidos pela diretoria do Centro Caboclo das Sete Estrelas, registrado e assinados em ata anterior não foram cumpridos. [...]A mesa aprovou em seguida, **faça o presidente do Conselho de Orientação Espiritual uma tentativa junto ao Centro Caboclo das Sete Estrelas, para a devolução do diploma de sócio filiado** que aquela casa se nega a entregar após o seu desligamento. Caso não logre êxito essa medida, deverá haver intervenção da autoridade policial[127] (grifo nosso).

Este controle minucioso sobre as práticas rituais dos centros filiados, estendia-se aos que estavam localizados em outros municípios. Em reunião ocorrida em 17 de setembro de 1974 a ordem do dia era:

> [...] viagem a Santa Vitória do Palmar, para restruturamentos dos centros filiados. Com a palavra o Sr. presidente comunicou aos seus companheiros, que **iria àquela cidade para verificar o que estaria ocorrendo com a umbanda, pois havia recebido denúncias de que estava havendo várias irregularidades**. Sendo apoiado por todos, pois ele sendo presidente da casa Máter, teria que tomar providências a respeito desse assunto, caso fosse necessário[...][128] (Grifo nosso).

Em reunião posterior, ocorrida em 10 de outubro de 1974, o Sr. Aldírio Oliveira, então presidente da Federação, comunicava que na sua viagem ao município de

---

[126] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 98, folha 63 (face), 07 de dezembro de 1971.
[127] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 99, folhas 63 (face) e 65 (face), 06 de janeiro de 1972.
[128] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 26, folha 107 (face), 17 de setembro de 1974.

Santa Vitória do Palmar encontrou, de fato, várias irregularidades, estipulando medidas para que tudo voltasse à normalidade[129].

A preocupação em articular uma unificação da doutrina umbandista, emerge em vários momentos na leitura das atas. Em 07 de janeiro de 1971, perante a ausência do Sr. José Coelho que havia assumido a presidência do Conselho de Orientação Espiritual, foi convidado o Sr. Naldyr Ramos para explanar sobre o orixá regente daquele ano. Após a explanação,

> O Sr. presidente agradeceu a explicação, ao mesmo tempo mandando que fosse oficiado ao Sr. José Coelho, haver sido tal dissertação a ele solicitada há mais de um mês, para fins de orientação aos Centros filiados, não havendo ele correspondido e nem comparecendo a reunião. Cabe a diretoria a responsabilidade e o dever, baseado nos estatutos, de alertar os membros em falta[130].

Na Ata nº 28, referente a reunião ocorrida em 28 de novembro de 1974, o então presidente da Federação Aldírio Oliveira, propunha o pagamento de 200 cruzeiros ao professor Odir Odilom da Rocha, autor de livros umbandistas, para que este percorresse os centros filiados proferindo palestras doutrinárias[131].

O cuidado, com o qual a umbanda deveria ser apresentada para a sociedade mais ampla, era maior quando se tratava de manifestações públicas. Ao que parece, era quando buscava-se afirmar com mais força uma doutrina. Por ocasião de um convite direcionado a diretoria da Federação, por parte da União da Umbanda do Estado, em 1º de abril de 1971, para participar de uma procissão pública em homenagem a São Jorge, que seria realizada do dia 23 do mesmo mês,

> [...] deliberou o Conselho de Orientação Espiritual que a Federação não deveria tomar parte em tal festa, visto ser tal, contraria aos princípios da Umbanda, que não realiza cultos aos seu Orixás em lugares público e alheios aos elementos. Tais homenagens devem ser prestadas no interior de seus terreiros, ou então onde houver o assentamento do Orixá[132].

---

[129] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 27, folha 107 (face), 10 de outubro de 1974.
[130] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 80, folha 30 (verso), 07 de janeiro de 1971.
[131] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 28, folha 108 (verso).
[132] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 84, folha 39 (face), 1º de abril de 1971.

Em relação as atuais exigências da Federação para a filiação, Joabe informou que estas são inúmeras, mas apenas salientou que o principal pré-requisito para uma terreira ou casa filiar-se à entidade, exigido pelo estatuto, é a boa conduta. Conforme o presidente, quando um centro/casa deseja se associar a Federação, toma conhecimento dos comportamentos antecedentes, verifica se o centro/casa é de confiança por meio de outros centros de referência e, somente depois, é que concede ao centro ou casa o direito de se filiar a entidade. Cabe ressaltar que, no início da entrevista, dois senhores bateram na porta da Federação para conversar com o Joabe sobre o funcionamento de uma terreira, que estava perturbando a vizinhança em razão do som alto dos tambores durante a noite.

> Os dois senhores começaram a falar sobre a tal terreira da vizinha, a qual tocava tambor todas as noites. De acordo com o relato deles, a terreira era mais parecida com uma festa porque eles viam algumas pessoas saírem bêbadas da terreira e também porque havia muita gritaria e som alto, todas as noites. Eles falaram que toda a vizinhança ao redor se sentia incomodada e que inclusive, um dos senhores, que morava ao lado da terreira, já havia conversado com a vizinha sobre esse incômodo da vizinhança em razão do funcionamento noturno da terreira e que ela disse apenas que não iria fechar a terreira. (Diário de Campo, 18 de setembro de 2014).

Os dois senhores disseram que não eram umbandistas, mas que respeitavam a religião e que mantinham uma boa relação com o outro vizinho que tinha uma terreira em frente a casa deles. E, segundo eles, foi o próprio vizinho umbandista que indicou a Federação como uma solução para o problema da vizinhança com o funcionamento da outra terreira. Depois dessas informações, o primeiro procedimento tomado pelo Joabe foi anotar o nome da vizinha e o endereço da terreira para verificar se esta era associada à Federação. Após averiguar que a mesma não era filiada à entidade, Joabe passou algumas recomendações para os senhores fazerem em relação a situação:

> Deste modo, Joabe aconselhou que os senhores fossem até uma delegacia e fizessem um Boletim de Ocorrência contra a atividade da terreira, a qual estava prejudicando a vizinhança em razão do som alto durante a noite. Joabe, em nenhum momento, disse que iria conversar com ela, só disse que iria se estivesse com o BO em mãos. Quando Joabe falou para eles fazerem a ocorrência os dois senhores ficaram com suas expressões no rosto como de perplexidade. Acredito que não imaginavam que essa seria a solução proposta pelo presidente da Federação. (Diário de Campo, 18 de setembro de 2014).

Joabe ainda explicou que esse tipo de comportamento dos umbandistas é inaceitável na Federação e, que ele prefere saber os precedentes dos umbandistas e/ou da terreira, antes de se filiarem na Federação, para ter certeza de que a futura terreira filiada será exemplar. Depois que os senhores foram embora, eu e Joabe continuamos a entrevista e enquanto ele me explicava o funcionamento da Federação, ele retomou o caso desses senhores para dizer que um dos pré-requisitos para se filiar a Federação é a boa conduta dos umbandistas. Deste modo, é notório que atualmente, apesar da Federação não apresentar uma complexa estrutura organizacional que controle o funcionamento dos seus associados, a mesma ainda busca salvaguardar a imagem das religiões afro-brasileiras, inclusive estabelecendo relação com o aparato policial, no caso de terreiras que não cumprem com o que a Federação considera como "boa conduta". Além deste tipo de relação, veremos a seguir que no processo histórico de constituição da Federação, assim como na administração atual, a entidade manteve e ainda mantém uma estreita relação com representantes políticos, o que fortaleceu a imagem da umbanda e do batuque na cidade.

3.2.6 A interface entre o campo político e o campo religioso

O trânsito entre o campo político e o campo religioso remonta aos primórdios da Federação. Na reunião de diretoria ocorrida em 26 de novembro de 1970, o senhor Getúlio Ferreira Dias, abdicava de seu cargo de presidente do Conselho de Orientação Espiritual da Federação em razão da sua mudança para Brasília para ocupar a função de Deputado Federal[133]. Na Ata nº 103, relativa a reunião de diretoria ocorrida em 24 de fevereiro de 1972, o Deputado Getúlio Ferreira Dias marcava a sua ilustre passagem pela Federação, indicando o seu compromisso financeiro com a mesma:

> Prosseguindo, explicou o nosso senhor Getúlio Dias haver destinado à Federação Sul-Riograndense somente 300,00 cruzeiros e lembrou estar com

[133] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 78, folha 27 (face). O candidato foi eleito em 1970 com 32.219 votos pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro (Departamento de Imprensa Nacional, 1973) [137]Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 103, folha 71 (face), 24 de fevereiro de 1972.

> receio de perder esta verba, caso o registro não ficasse pronto em tempo oportuno. Lembrou a necessidade da criação de uma escola na Federação, com a participação dos elementos pertencentes à Federação, quanto à Administração, corpo docente e outros órgãos julgados necessários. [137]

Na reunião de diretoria do dia 19 de outubro de 1972, o então deputado federal, se faz presente e faz uso da palavra para referir verbas que estaria destinando à Federação. Ao final da Ata, registra-se: “Em tempo: A verba de 200,00 cruzeiros, ainda não recebido, a que se refere a Ata nº 103, é referente ao ano de 1971 e a de 4.000,00, prometida nesta reunião, pelo citado Deputado Federal, é relativo ao corrente exercício”[134].

Outro deputado, que à época era membro assíduo da Federação, era o senhor João Carlos Gastal[135], que em reunião de diretoria realizada em 4 de julho de 1971, “avisou haver separado uma luva de quinhentos cruzeiros, a ser recebida dentre em breve”[140]. Na Ata nº 106, novamente registrava-se o compromisso político deste deputado com a Federação:

> O Sr. presidente, dando início aos trabalhos determinou ao Secretário que efetuasse a leitura de suas correspondências recebida; a primeira refere-se ao Livro de lançamento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, através do qual o Deputado Estadual, Excelentíssimo Sr. João Carlos Gastal, enviou a Federação, a título de auxílio, a quantia de 500,00 cruzeiros [...][136].

Havia ainda um fluxo de verbas públicas em direção ao caixa da Federação, proveniente do poder legislativo municipal. Na Ata nº 112, o vereador Sérgio Chun dos Santos, oficiava a diretoria da Federação sobre a destinação de uma verba de 500 cruzeiros a entidade[137]. Na Ata nº 115, por exemplo, temos a seguinte passagem:

> Dando prosseguimento, foram lidos dois ofícios expedidos pela Federação, sendo: o Ofício nº 63/72 enviado ao Ilmo Sr. Presidente da Câmara Municipal, comunicando que a verba na quantia de 100,00 cruzeiros, recebida pela

---

[134] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 114, folha 89 (face), 19 de outubro de 1972.

[135] João Carlos Gastal foi eleito em 3 de outubro de 1958 como deputado estadual pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), para a 41ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1959 a 1963. Em 1970, o citado candidato foi reeleito para Deputado Estadual pelo MDB. (Wikipédia) [140] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 87, folha 44 (verso), 24 de junho de 1971.

[136] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 106, folha 74 (verso), 15 de junho de 1972.

[137] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 112, folha 86 (verso), 21 de setembro de 1972.

> Federação foi aplicado, totalmente, em obras no prédio sito à Rua General Telles, nº 201, onde funciona a Sociedade Beneficente da Umbanda São Francisco de Assis, conforme Nota Fiscal nº 51, em poder da Federação. O Oficio nº 64/72, também remetido à Câmara Municipal, refere-se a quantia de 500,00 cruzeiros, destinada da verba pessoal, pelo Ilmo Sr. Dr. Sérgio Chun dos Santos, M. D. Vereador Municipal, constante na Ata nº 112, que foi empregada na compra de um gravador para uso em atos festivo-religiosos[138].

Há indicativos, ainda, que era corrente o repasse de verbas da Prefeitura Municipal para manter o funcionamento da sede da Federação, como se depreende de uma passagem da Ata nº 21 de 20 de fevereiro de 1974:

> A Sra. Dinorá Deglaus Martinez pediu a Federação uma colaboração para a despesa da luz e telefone. Foi debatido o assunto. O Sr. Aldírio Oliveira falando em nome do Dr. José Souza Coelho, pediu a Federação ajuda na reforma das goteiras do prédio. O Sr. Dinorah Feijó Leal disse que este auxílio seria dado em duas partes, o qual foi aceito pelo mesmo. O Sr. presidente, pediu a secretária que fizesse um ofício ao Departamento de Assistência Social e Obras, representado pelo Sr. Ari Paulo Pereira, solicitando que o mesmo informasse sobre a verba de 300,00 cruzeiros doada à Federação pela Prefeitura[139].

O recebimento de verbas públicas, por parte da Federação, se por um lado remetia ao reconhecimento que esta logrou ter na arena política, por outro era objeto de controvérsias e possíveis disputas pelo seu controle. Sem contar que as declarações públicas de doação de verbas, por parte de representantes políticos, não necessariamente eram levadas a efeito, o que potencializava dissensões e segmentações dentro do campo religioso. É o que se depreende de polêmicas explicitadas em uma reunião pública, ocorrida em final de 1972:

> Ainda com a palavra, o Sr. Presidente abordou o assunto referente as verbas destinadas à Federação, não recebidas, que em virtude de considerações a respeito, tivemos conhecimento que pessoas, não bem informadas, comentaram que a Federação já havia recebido as quantias relativas às referidas verbas e que não deu aplicação as mesmas aos seus respectivos destinos. Em face do exposto, o Sr. Presidente deu a liberdade para que fosse fiscalizado não só o Livro Caixa, como também, a conta corrente da Federação junto aos estabelecimentos bancários[140].

---

[138] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 115, folha 90 (verso), 16 de novembro de 1972.

[139] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 21, folha 101 (face).

[140] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 117, folha 95 (face), 07 de dezembro de 1972.

A estratégia de buscar apoio junto a Câmara de Vereadores local, na intenção de viabilizar a realização da Festa de Iemanjá também é antiga. Na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de janeiro de 1971, consta que "Foi provado que sejam concedidos diplomas de Honra ao Mérito à Rádio Cultura, especialmente aos seus radialistas: Marcos Fonseca, Ney Roberto Paiva e Teófilo Salomão; também aos vereadores que prestaram serviços à causa umbandista"[141]. Mesmo em um contexto de controle a respeito do exercício das religiões afro-brasileiras, o reconhecimento destas religiões por parte do poder público e político é notório. Na comemoração do décimo quinto aniversário de fundação da Tenda Espírita de Caridade Santa Catarina, ocorrida no final do ano de 1972, estiveram presentes ninguém menos que o Deputado Federal Sr. Ari Alcântara e os futuros prefeito e vice-prefeito de Pelotas[142].

A necessidade da religião ter representantes formais junto ao poder público, especialmente legislativo, é notória com o licenciamento do, então, presidente o Sr. Dinorá Feijó Leal para concorrer a vereança municipal no ano de 1972[143]. Em reunião de diretoria ocorrida em 27 de julho de 1972, registrava-se a discussão de quem ocuparia o cargo de presidente da Federação, em decorrência deste afastamento do Sr. Dinorá, negando-se a fazê-lo o vice-presidente, Lecy da Cruz Bento, por indisposição de tempo. Observa-se nesta Ata, a centralidade do Sr. Dinorá na representação pública da umbanda em Pelotas e região, pela homenagem que lhe fazem seus companheiros de diretoria:

> Pelo ofício de nº 3-72, o Conselho solicita a posse, na Federação, no cargo de presidente de Louvor, o nosso prezado irmão Sr. Dinorah Feijó Leal, reconhecendo desta forma os importantes e relevantes serviços prestados a Umbanda e a Federação. Por simpática petição verbal, por parte deste modesto irmão que muito tem dado de si visando sempre a marcha triunfal da Umbanda nesta cidade, suplicou que este Diploma lhe fosse concedido após o seu afastamento da Presidência da Federação[144].

---

[141] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 82, folha 36 (verso), 16 de janeiro de 1971.

[142] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 116, folha 93 (face). No ano de 1972 houve eleições gerais em cujo pleito concorreu para vereança o Sr Dinorá Feijó Leal, conforme será visto na sequência.

[143]Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 108, folha 79 (face), 20 de julho de 1972.

[144] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 109, folha 81 (face), 27 de julho de 1972.

A solução para o afastamento do Sr. Dinorá, seria registrada na Ata de uma reunião posterior em que se decide pela criação de uma Junta Governativa, constituída por quatro pessoas que faziam parte da diretoria. Nesta ocasião, novamente, registrava-se o caráter estratégico da candidatura do Sr. Dinorá à Câmara Municipal.

> Considerando mais uma vez, o motivo que forçou o Presidente da Federação, afastar-se do cargo, que durante a vigência de seu mandato, sem menosprezar os demais componentes da Federação, dedicou-se e incansável foi em colocar a Umbanda no Pedostral[145] aonde ela se encontra, nesta cidade, como é fácil de ser comprovado pelos registros já efetuados, em anos anteriores, e mesmo os bem recentes. Pois bem claro os bons serviços que serão prestados pelo irmão Dinorah, uma vez representando a nossa umbanda na Câmara Municipal. Concedida a palavra ao irmão Dinorah, disse que se conseguirmos o objetivo almejado, maiores benefícios serão aos centros[146].

Mesmo afastado do cargo, o Sr. Dinorá continuava a participar de reuniões da Federação junto aos núcleos e centros filiados tal como a que reuniu os "caciques do Fragata" no dia 20 de agosto de 1972. Observa-se, por meio dessa reunião ocorrida em período eleitoral, a tentativa de se converter a reputação de organizador político da umbanda em passaporte para um cargo político no âmbito local[147]. Na Ata nº 116, datada de 03 de dezembro de 1972, registra-se a retomada do cargo de presidente da Federação pelo Sr. Dinorá, sem qualquer menção ao seu desempenho nas eleições transcorridas, o que supõe que ele não alcançou os votos necessários para assumir uma cadeira na Câmara Municipal[148].

Estas alianças estratégicas, entre as religiões afro-brasileiras em Pelotas e representantes do campo político, são fortemente percebidas até hoje, como será explicitado nos capítulos posteriores. Joabe atribui a própria constituição dos espaços que, estão sob domínio da Federação, incluindo da sede, a uma intervenção específica do ex-prefeito Irajá Andara Rodrigues:

> Foram doações, por exemplo aqui mesmo, a doação daqui foi através do Irajá Andara Rodrigues, boa parte desse prédio aqui foi ajuda dele. A gruta da

[145] Esta é a palavra que consta na Ata, a qual certamente deveria significar "Pedestal".
[146] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 110, folha 83 (face), 03 de agosto de 1972.
[147] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 111, folha 85 (face), 17 de agosto de 1972.
[148] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 116, folha 92 (verso), 03 de dezembro de 1972.

> Iemanjá, o prédio dali, foi tudo dentro do processo Irajá Andara Rodrigues. Na cascatinha pertence a ele até hoje. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Sublinhamos, no depoimento acima, que não há uma distinção por parte do interlocutor, entre uma relação pessoalizada expressa pelos termos “doação” e “ajuda” e uma relação burocrática regida pelo princípio da impessoalidade expressa pelo termo “processo”, o qual consta no depoimento abaixo:

> Isabel: E como é que ele passou esses espaços para vocês?
> Joabe: **Esse espaço aqui era público, isso aqui é posse.** Não era do Irajá, mas foi através dele que se conseguiu chegar aqui.
> Isabel: Mas tu sabe se o presidente tinha alguma relação com o Irajá? Para ele conseguir esse espaço ou o Irajá era...
> Joabe: Não, não é que tivesse alguma relação é aquele negócio como nós, eu preciso do político, **nós precisamos do político, o político precisa de nós.** Então evidentemente que **foi no processo dele que a gente entrou, que foi feito o ofício se solicitando, pedindo área**, pedindo isso, pedindo aquilo e foi concedido. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Ainda, referindo-se ao governo, Irajá como sendo o principal colaborador para a constituição dos espaços da Federação, é perceptível que Joabe apela para a questão da relação política estabelecida entre Federação e poder público, no sentido de que há uma troca de favores e obrigações, onde cada instituição deve cumprir, seja porque há interesse religioso, seja por razões políticas. Deste modo, Joabe aponta para mais dois colaboradores do poder público, em relação a constituição dos espaços da Federação, os quais se referem a outras gestões que não são exclusivamente do governo Irajá, como o vereador Getúlio Dias e o ex-prefeito Bernardo José de Souza.

Logo, vimos neste ponto, que os presidentes da Federação estabeleceram, e ainda estabelecem, estrategicamente, alianças com representantes políticos tanto do legislativo quanto do executivo municipal e até mesmo estadual, bem como tentaram utilizar este meio para representarem a umbanda, formalmente, junto ao poder público, em especial, no plano legislativo. Contudo, não obtiveram êxito na representação política externa, mas, na representação interna da Federação veremos como se deu esse processo tão importante para a constituição da umbanda e do batuque em Pelotas.

3.2.7 Processos sucessórios e lógica segmentária

Originalmente, as eleições para presidência da Federação eram de dois em dois anos, alterando-se depois para um intervalo de quatro em quatro anos[149].

Mesmo com essa possibilidade de alternância, é possível notar, ligeiramente, que alguns presidentes tiveram seus mandatos prorrogados várias vezes. Dinorá, o primeiro presidente, ocupou o posto por dez ou doze anos e "só saiu quando morreu"[150]. Porém, estão computados os anos em que foi presidente da União de Umbanda da Princesa do Sul. O Livro de Atas inicia com o Sr. Dinorá Feijó Leal, exercendo o cargo de presidente da União, sendo reconduzido ao cargo em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de outubro de 1970[151]. Mas, se faz referência a algumas licenças do cargo, quando era substituído por algum outro nome já integrante da diretoria. Chamou a atenção uma passagem da Ata nº 93, relativa a composição do Conselho de Orientação Espiritual, em que se faz uma alusão direta ao tempo ideal de permanência no cargo por parte do presidente da

Federação: "Sugeriu ainda que o presidente ao terminar seu mandato não deveria concorrer a outra eleição, proposta esta da qual discordaram os membros da mesa"[152].

Não vai ser possível reconstituir aqui toda a linha sucessória dos nomes, que ocuparam o cargo de presidente da Federação, pois como já foi exposto no capitulo metodológico, foi vedado à mim o acesso aos arquivos da Federação.

Consideramos como um dado de grande relevância, para a história da Federação, a sucessão de diretoria que houve ao final de 1972, quando o Sr. Dinorá assume o lugar de vice-presidente na nominata da chapa oficial. Segundo a Ata que deu posse a nova diretoria eleita, a nominata era a seguinte:

> E, como não houve apresentação de outra chapa ou seja de oposição; o presidente do Conselho Deliberativo, Sr. Análio Teixeira, dando prosseguimento aos trabalhos usou das prerrogativas que lhe são atribuídas através dos estatutos, capitulo IV, artigo 14, parágrafo 5º, dando posse a nova diretoria que regerá os destinos da Federação Sul-Riograndense de

[149] Segundo o relato do Joabe, na trajetória da federação só houve uma mulher que ele denomina como Rejane, assumido o cargo de presidente.
[150] Entrevista com Joabe Bohns, realizada em 18 de setembro de 2014.
[151] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 74, folha 19 (face) e 20 (verso), 08 de outubro de 1970.
[152] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 93, folha 57 (face), 16 de setembro de 1971.

> Umbanda, no período acima mencionado. Sendo a nominata assim constituída: Presidente: Edyr Teixeira Padilha. Vice-Presidente: Dinorah Feijó Leal; 1º secretária professora Glauvia Amaro Brum; 2ª secretária Vera Regina Braga. 1º Tesoureiro, Irineu Viana. 2º Tesoureiro Roberto Botelho. Bibliotecária – professora Eloi Machado, tendo como auxiliares: a Sra. Maria do Carmo Botelho, Sra. Beatriz da Silva Britto e Sta. Maria das Graças Silva Britto. Consultor Jurídico, Sr.Dr. Afonso Dentes[153]. Conselho Fiscal, Álvaro Martins Gomes, Manoel Villanova, José Massau, Atanázio Mendonça, Noé Mello Rodrigues e José Carlos Braga. Departamento Social, Olavo Ferreira Duarte e José Flores. Relações Públicas e Departamento de Assistência Social e Obras, Sr. Ari Paulo Pereira. Departamento de Divulgação e Cultura, professora Iara Maria Alves. Diretor de Patrimônio, Sr. Aldírio Oliveira[154].

Conforme já assinalado em capitulo anterior, possivelmente houve controvérsias entre os membros dessa diretoria eleita, pois as atas recomeçam no nº 19, relativa a uma reunião Extraordinária ocorrida em 20 de janeiro de 1974, anunciando-se a demissão do cargo de presidente por parte do senhor Edys Teixeira Padilha e a recondução a este cargo do Sr. Dinorá Feijó Leal:

> A sessão foi aberta pelo Sr. Análio Teixeira, presidente do Conselho Deliberativo, levando em consideração que o Sr. Edyr Teixeira Padilha ao se demitir não lavrou a ata da transmissão do seu cargo de vice-presidente, assim o fez na presente reunião o presidente do Conselho Deliberativo, mediante o recebimento do ofício do ex-presidente, datado de 17/01/74[155].

Na Ata nº 20, relativa a uma reunião de diretoria ocorrida em 21 de janeiro de 1974, apenas um dia após a anterior, se faz referência a uma Ata de nº 18 que não consta no Livro, mencionada pelo recém reempossado presidente Dinorá Feijó Leal para manifestar a sua discordância com a programação já estabelecida para a Festa de Iemanjá, o que nos leva a perguntar se teria sido este o motivo das desavenças dentro da diretoria.

De acordo com as Atas, o Sr. Dinorá Feijó Leal ficou a frente da direção da Federação até, ao menos, 02 de abril de 1974, de acordo com Ata registrada sob nº 22. Na Ata nº 23, datada de 02 de junho de 1974, há a notícia de uma nova mudança de diretoria, sem nenhuma Ata intermediária neste livro acusando a realização de eleições. Neste dia toma posse, o Sr. Aldírio Oliveira que desta forma se pronunciou:

---

[153] Suspeita-se que o sobrenome seja “Dantas”, mas efetivamente o que consta na Ata é “Dentes”.

[154] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 2, folhas 97 (face) e 98 (verso), 22 de dezembro de 1972. Registra-se que esta Ata, referente a uma reunião do Conselho Deliberativo, consta como uma transcrição de outro Livro referente as Assembleias Gerais Extraordinárias.

[155] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 19, folha 98 (verso), 20 de janeiro de 1974.

> O Sr. Presidente fazendo uso da palavra, disse que **após uma gestão com grandes desentendimentos e demissões**, ouve[156] necessidade que fosse formada uma junta governativa que ouve por bem convocar seus associados para Assembleia Geral Extraordinária, resolvendo a mesma, criar um novo Conselho Deliberativo, que após escolha entre os irmãos de fé da Umbanda Pelotense fosse indicado um novo executivo. Assim **sendo coube-nos a honra de dirigir os destinos da Federação Sul-Riograndense de Umbanda pelo período de um ano, ou seja, de 01.05.74 à 30.06.75**. Acreditamos, eu, e meus componentes de diretoria que envidaremos todos esforços para elevar bem alto o nome da Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Após estas palavras que me vem do fundo do coração encerro esta alocução deixando a palavra a disposição de meus amigos, irmãos e filhos, para que externem os seus pensamentos entorno desta missão que ora nos foi imposta[157]. (Grifo nosso)

Este livro de Atas encerra com Ata nº 28, datada de 20 de novembro de 1974 e, nas Atas subsequentes a posse dessa nova diretoria não é mencionada a presença nas reuniões do Sr Dinorá Feijó Leal, o que nos leva a perguntar, em razão da centralidade que ele vinha assumindo na condução da Federação, se ele não faleceu neste intervalo de tempo. Em 12 de julho de 1974, segundo a Ata nº 24, o novo presidente solicitava ao secretário o encaminhamento de oficio comunicando a posse da nova diretoria ao Banco do Brasil, ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul, ao senhor Prefeito Municipal e ao senhor Delegado de Polícia, indicando com isso as relações estreitas da Federação com estas instituições[158].

São diversos os nomes apontados na sucessão da presidência da Federação, mas é difícil reconstituir a ordem em que os mesmos ocuparam o cargo: Irineu Viana, Jorge Burkert, Rejane Urrutia, dentre outros. Além de fugir dos objetivos deste trabalho, demandaria uma pesquisa de maior fôlego junto à comunidade umbandista e acervos documentais.

Joabe, o atual presidente, já completou dez anos no cargo e, justifica sua insistência em nele permanecer, a partir da crença de que todos os presidentes que abdicaram dos seus cargos acabaram falecendo:

> Porque a luta de todo presidente aqui não é permanecer no cargo por privilegio, é porque todos que saem morrem. Todos que saíram daqui morreram. Então eu não vou ser também, então não vou lutar pra sair daqui pra provar o contrário. Eu também vou lutar pra não morrer porque todos que

[156] Possivelmente buscou-se registrar a palavra “houve”, mas mantive grafia original da Ata.
[157] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 23, folhas 104 (verso) e 105 (face).
[158] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 24, folha 106 (verso).

> saíram daqui morreram. (Entrevista com Joabe Bohns, realizada em 18 de setembro de 2014)

Segundo seu próprio depoimento, Joabe passou a ter uma participação mais ativa na Federação quando foi nomeado para o Conselho Fiscal, pelo então presidente que ele identifica como doutor Jorge Telles. Após o falecimento repentino de Jorge, teriam ocorrido sérios conflitos pela sucessão da presidência da Federação. Foi então, que Joabe foi nomeado presidente do Conselho Executivo. Os conflitos sucessórios teriam gerado o afastamento de alguns dos antigos sócios, o que teria dispersado o próprio acervo de documentos da Federação. O próprio Joabe reconhece essas lacunas decorrentes da sucessão litigiosa.

> Eu tô procurando fazer, resgatar muita coisa por quê? Porque quando eu assumi aqui, eu assumi por causa de uma briga entre os presidentes, vice-presidente de conselho deliberativo, conselho executivo. Existia uma briga. E foi bem nesse período que o doutor Jorge estava assumindo. E inclusive muitas coisas da Federação foi dado sumiço, muito. O acervo da Federação aquilo que poderia contar boa parte da Federação foi dado sumiço. Então, tá existindo uma dificuldade pra mim poder trazer. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Joabe deixa subentendido que, na perspectiva dele, muitos dos conflitos sucessórios decorriam da sobreposição entre vinculo consanguíneo com quem ocupava cargos na direção e, representação política no interior do campo religioso: algumas pessoas assumiam cargos por terem relação de filiação com antigos membros da diretoria, não porque efetivamente praticassem a umbanda. É obvio que podemos estar aqui, diante de um discurso de auto-legitimação, perante concorrentes que possuem vínculos mais sólidos com as antigas parentelas, que lutaram pela unificação da umbanda em Pelotas e constituição da Federação. A reforma estatutária que ele teria promovido ao assumir o cargo, contrariou esses princípios vigentes, o que teria gerado a saída de muitas pessoas, sendo que, alguma destas pessoas resolveram se unir e criar outras entidades representativas, como será discorrido no próximo subcapítulo.

3.3 União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros – URUCAB

A URUCAB surgiu a partir de uma homenagem ao Caboclo das Sete Encruzilhadas, a qual ocorreu em 2008, por incentivo dos pais de Josué Martins, Sônia Roldan e Santos Laureci Martins. Essa homenagem, aconteceu em um ginásio e obteve um público com número aproximado de 400 pessoas. Em razão do resultado positivo dessa homenagem, surgiu a ideia de formar uma nova instituição destinada às religiões afro-brasileiras.

Segundo Carlos Alberto, paralelamente ao ano de fundação da URUCAB, uma outra entidade, a Associação João Madail[159], fechou as portas e seu presidente (João Madail) decidiu passar todo o patrimônio da Associação para a União, o que colaborou para o início da nova entidade representativa das religiões afro-brasileiras em Pelotas. No entanto, de acordo com o relato de Carlos Alberto, a criação desta entidade foi em razão da renúncia de seu cargo como presidente do Conselho Deliberativo da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, no que foi seguido por ocupantes de outros cargos que compunham a diretoria daquela entidade à época, entres eles, o senhor Laureci Martins. Segundo Carlos Alberto, nesse período, muitos centros e casas de nação não queriam se filiar nas entidades organizativas que atuavam em Pelotas (Federação; Associação Estadual de Umbanda, LIGA) e começaram a procurá-los.

> Nos procuraram, eu e o Laureci: “Tchê, vocês têm que criar alguma coisa, nós queremos estar junto com vocês, vocês conhecem”. “Ah, mas não quero”. Daí o Laureci veio: “quem sabe a gente não faz isso?” Daí um belo dia sentado em casa, fazendo umas pesquisas, ai me veio URUCAB, União Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, fundada em 15 de novembro. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

O primeiro presidente da União, de acordo com Carlos Alberto, foi ele próprio e o vice-presidente, seu Laureci dos Santos. Porém, após algum tempo, Carlos Alberto decidiu sair da União, mas, segundo ele, deixou um bom legado com 95 centros de umbanda filiados à entidade. Já, conforme o relato de Josué, o primeiro presidente da URUCAB foi sua mãe, Sônia, a qual permaneceu no cargo por quatro anos. O segundo presidente e atual é Josué. Josué esclareceu que mesmo não havendo

[159] A Associação João Madail, por sua vez, era um desdobramento da Associação Estadual de Umbanda que também era presidida por João Madail, conforme já foi explicitado anteriormente.

tempo para presidir a associação, em razão do seu trabalho no Esporte Clube Pelotas, aceitou o cargo.

> Segundo Josué, a oferta do cargo surgiu porque sua mãe estava cansada de atuar na presidência e, porque, ele teria feito um estatuto para a URUCAB, a qual não tinha: "Daí eu contratei um advogado que fez um molde do estatuto, registramos no Rocha Brito, demos a devida vida a entidade, entendeu?"[160]. Em razão do seu esforço na criação do estatuto, Josué foi eleito por todos os membros para presidir a URUCAB.

Ressalto que, diferentemente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiroas, a URUCAB não possui uma sede própria. Os espaços para sediar a União foram alugados, onde o primeiro localizou-se na Rua Voluntários da Pátria, o segundo na Rua Tiradentes e, o último espaço, permaneceu na loja de artigos religiosos que pertence à família de Josué, na Rua Barão de Butuí, nº 124. Atualmente, a URUCAB não possui uma sede, pois para mantê-la, segundo Josué, era necessário cobrar uma mensalidade fixa no valor de 20 reais.

No entanto, não há uma cobrança efetiva das mensalidades das terreiras associadas, pelo mesmo motivo de Joabe, por conta da inadimplência da maioria dos associados. Deste modo, Josué apontou que, consta no estatuto que se não houver o pagamento da mensalidade por três meses, o centro filiado estará automaticamente excluído da URUCAB. Porém, Josué diz compreender a realidade dos centros e casas de nação em Pelotas, onde a maioria não tem uma boa estabilidade financeira, ocasionando a inadimplência no pagamento das mensalidades. Por este motivo, Josué assinalou preferir suspender um aluguel fixo de uma sede para não manter essa necessidade financeira da entidade, pela qual os associados também seriam responsáveis. Assim, apesar de continuar a existência da mensalidade no estatuto, a inadimplência dos associados não se tornaria um problema para a funcionalidade da URUCAB.

Da mesma forma, a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, a União também possui uma exigência para os centros e casas poderem se filiar à entidade, sendo uma ficha que o centro/casa deve preencher "com as informações sobre a origem religiosa", para a entidade estar ciente dos fundamentos doutrinários do centro/casa associado e, deliberar se irá legitimar os trabalhos

[160] Entrevista com Josué realizada em 10 de outubro de 2014.

desenvolvidos nas suas dependências. Deste modo, a URUCAB, segundo Josué, possui aproximadamente 300 centros/terreiras e casas de nação filiadas, consideradas aptas a trabalhar. E estas, ao se filiarem, recebem como garantia da entidade um diploma para a liberação do trabalho espiritual no centro ou casa, bem como uma assistência jurídica da própria instituição.

3.4 Federação dos Cultos Afro-brasileiros, Umbanda e Quimbanda – FECAB

A FECAB foi fundada há 20 anos na cidade de Santa Vitória do Palmar (RS), pois ao se mudar para esta cidade, Marcos Abreu, seu fundador, deparou-se com inúmeros problemas relacionados a religião afro-brasileira no município, os quais, segundo ele, a Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros não estava dando conta. Por este motivo, Marcos decidiu se afastar da Federação, mesmo sendo membro do Conselho Deliberativo da entidade, criando esta nova federação naquele município. Atualmente, há uma sub-sede da FECAB na cidade de Santa Vitória, pois a sede geral foi transferida para Pelotas.

Desde a fundação da FECAB, Marcos é presidente da federação, mudam-se os demais membros da diretoria e Marcos permanece no cargo. Segundo ele, a FECAB possui um estatuto e, neste consta que as reeleições são realizadas de quatro em quatro anos, decidindo-se, por meio de uma assembleia geral, os novos membros da federação.

Segundo Marcos, o número de associados à FECAB não se restringe apenas as cidades de Santa Vitória do Palmar ou Pelotas, espalhando-se por todo o Rio Grande do Sul. De acordo com suas informações, o número de filiados à FECAB em Pelotas aproxima-se de 175 e o número de centros filiados de outras cidades do RS é aproximadamente 87. Cabe ressaltar que a FECAB não é somente de âmbito nacional, mas também internacional, pois Marcos tem filhos-de-santo no Uruguai, os quais possuem seus terreiros filiados à entidade.

Podem se filiar à FECAB tanto centros de umbanda, quimbanda e casas de nação, como também a pessoa (pertencente à religião) que “somente dá o seu atendimento com jogo de carta, jogo de búzios ou faz benzimentos”, criando-se para esta pessoa, um registro especial que autoriza este tipo de trabalho espiritual no espaço privado (residência). Este registro especial fornecido pela FECAB, diferencia

o funcionamento desta entidade em relação às outras duas entidades citadas acima, o que talvez possibilite pensar que a FECAB amplia seu poder de legitimação, não se limitando apenas as terreiras, mas também dando a possibilidade de trabalhar, espiritualmente, no espaço privado.

A FECAB concede aos seus filiados, assim como as outras instituições, um diploma que autoriza o trabalho afro-religioso do centro/terreira ou casa de nação e garante, aos associados, a assistência jurídica, por meio do advogado da federação que é o advogado Álvaro Lobato, sendo ele também umbandista e africanista. Além disso, outra garantia por parte da FECAB, a qual foi ressaltada por Marcos, é a isenção de água e IPTU.

> Exatamente para ter essas isenções, os centros têm que pegar os certificados de autorização das próprias federações, seu registro de filiação, e levar junto a esta instituição, principalmente, o SANEP e fazer o pedido, no caso. Então, sem essa documentação ninguém consegue isenção. Então, isso a federação faz, além da representação jurídica, do qual essa pessoa tem, e a tranquilidade de saber que qualquer momento, alguma precisão, momento de orientação, algum tipo de palestra, a federação faz isso dentro dos centros. (Entrevista com realizada Marcos Abreu, em 15 de novembro de 2014).

Para tornar-se filiado à FECAB, os centros/terreiras e/ou casas de nação também devem passar por uma avaliação para a entidade ter conhecimento sobre a procedência do centro ou casa que deseja se associar. Assim, a FECAB exige que a terreira ou casa, tenha um espaço mínimo para realizar o trabalho espiritual, sendo vistoriado pela entidade. Também é exigido, que o responsável pelo centro ou casa, preencha um formulário para a entidade ter conhecimento sobre o entendimento da cosmologia afro-religiosa, a filiação afro-religiosa (se é umbanda, quimbanda ou nação), entre outras.

Assim como nas outras federações, apontadas nesta pesquisa, a FECAB também possui um bom número de terreiras e casas inadimplentes em relação ao pagamento da mensalidade fixa cobrada pela entidade, sendo essa, igualmente, no valor de 20 reais. Deste modo, a FECAB, segundo Marcos, utiliza a verba arrecada através das mensalidades para as despesas relacionadas à entidade.

> A FECAB mantém essa coisa, até porque toda e qualquer mensalidade da FECAB é utilizada em prol dela mesma, em termos de documentação, registros e outros papéis que autorizam aos centros, como também o

> pagamento do próprio programa[161], que é patrocinado pela FECAB. Então, o dinheiro todo é nesse sentido assim. (Entrevista realizada com Marcos Abreu, em 15 de novembro 2014).

De acordo com Marcos, se não houver o pagamento da mensalidade no prazo máximo de seis meses, o mesmo entra em contato com o responsável pelo centro ou pela casa para ter conhecimento do motivo da inadimplência. Porém, se não há um diálogo ou não é apresentado um motivo fidedigno, a casa ou o centro é desligado(a) da federação.

3.5 As tensões entre unificação e segmentariedade

Durante a etnografia, pude observar duas orientações contraditórias no que se refere as estratégias organizacionais dentro do campo umbandista e do batuque de Pelotas. Quando há o enfrentamento de questões que afetam a todos, como nas Audiências Públicas, há um movimento em direção a uma unificação entre as várias entidades representativas ou lideranças individuais, que se pronunciam abertamente favoráveis a esta tendência. Esta orientação se faz tanto mais forte, quanto mais representantes do poder público estão presentes na situação.

A segunda orientação, é verbalizada ou observada no âmbito das práticas mais cotidianas, direcionando-se claramente para um fortalecimento de uma lógica segmentar. Para além da possibilidade desta segmentaridade ser inerente a uma cosmologia afro-brasileira (Goldman, 2001), os diferentes posicionamentos a respeito – manter diversas entidades representativas ou unificar – refletem, dentre outros fatores, diferentes graus de legitimidade que uma ou outra destas entidades possui dentro do próprio campo religioso afro-brasileiro ou, perante o poder público e a sociedade de uma forma geral.

Para Joabe, por exemplo, o tempo de existência da Federação e o fato desta ter o domínio formal sobre um espaço físico, atributos que as demais organizações representativas não possuem, tornam-se fatores diferenciais desta entidade em relação às outras existentes em Pelotas. Por esta razão, ele entende que não há como as entidades se fundirem, atualmente, para formar uma única instituição representativa das religiões afro-brasileiras no município. Além disso, a Federação

[161] Programa televiso “No Mundo dos Orixás, Encanto e Magias”

Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, segundo o presidente, contempla no seu estatuto, não somente o estado do Rio Grande do Sul como, “todo o território nacional”, o que demonstra sua importância como instituição representativa, ao contrário das rivais.

Ouvi muitas reclamações, durante a minha etnografia, especialmente nos diálogos informais, sobre a atual administração da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Mas, ao mesmo tempo, observo duas tendências em relação a isso: alguns dissidentes que possuíam vínculos históricos com a entidade, se sentiram de tal forma desprestigiados que optaram por se afastar e fundar outras instâncias organizativas; outros interlocutores, entrevistados ou não, remetem justamente a este vínculo histórico com a Federação para se manterem filiados a ela.

Segundo Maria Ochoa, o centro de umbanda Joana D’Arc que está sob a sua responsabilidade, é filiado à Federação desde a sua inauguração na década de 70 e desde então, mesmo havendo diversas trocas de membros das diretorias e dos conselhos, permanece filiado a entidade:

> Mas como eu sempre fui da Federação desde quando ela começou, que me filiei porque **não tinha onde tu se filiar, não tinha segurança para trabalhar**, quando eles deram a segurança pra ti trabalhar e tudo mais, eu me associei ali. E ali eu fiquei até hoje, **muda o presidente, muda quem quiser, mas eu não sou presidente, eu sou Federação.** Eu sou fiel a Federação, porque uma que ela é Sul-Riorandense de Umbanda, ela vai, ela é todo Rio Grande do Sul e ela é federal. Existem leis que regem ela, federal. E as associações não são, elas são validas em Pelotas. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 4 de novembro de 2014; grifos nossos).

A ideia de unificação permanece forte, especialmente entre os umbandistas que se julgam herdeiros dos grupos, que outrora estiveram no comando da Federação:

> Eu sempre em toda a minha vida, enquanto eu existir nessa terra, o meu maior sonho é a unificação da nossa religiosidade dentro da cidade de Pelotas. Unir numa única, acabar com isso aí, a divisão gera discordância em todos os setores. Então, não existe isso aí, tem que ter unidade, união, fraternidade. Eu fiz, eu acho que foi na Universidade Católica que me chamaram pra fazer uma palestra, conversar, e daí eles me perguntaram e eu disse que o meu sonho sempre foi esse, unificar. Porque onde houver divisão, nunca vai se chegar num coeficiente comum. (Entrevista realizada com Carlos Alberto, em 14 de abril de 2015).
>
> Porque a umbanda não é minha, o africanismo não é meu, nem deles, é de todos nós. E se nós estamos sendo oprimidos, nós temos que nos dar as mãos e unir. Temos que respeitar qual? A Federação porque é a mais antiga e as outras todas surgiram dali[...] Ninguém é dono da opinião, ninguém sabe,

> todos nós temos que realmente dialogar e passar aquilo que as pessoas que estão associados peçam. Eu sou muito... Na última reunião que a gente teve lá na Câmara eu falei, eu estou ali para representar o que as pessoas querem, eu não posso eu sair fazendo o que eu penso na minha cabeça, que eu acho que eu sei. Eu tenho que respeitar as pessoas e fazer o que elas querem. Por isso que eu sou um representante da religião, senão eu ficaria só no meu terreiro, no meu terreiro eu posso fazer o que eu quero. (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014).

As lideranças jovens que não possuem a memória dos antigos movimentos por unificação, a consideram relevante especialmente para fazer frente aos processos de intolerância religiosa:

> O certo seria ter uma Federação para todos os umbandistas, uma união. Vamos supor, a Federação Sul-rio-grandense ou a Federação conhecida nacionalmente, internacionalmente, poderia se unir. Não digo ela que é matriz, vamos dizer, as outras que são filiais. As outras federações poderiam se unir e fortalecer a raiz da nossa umbanda, fortalecer a religião na cidade de Pelotas que infelizmente as federações não estão.... Só estão agregando, na realidade, os filiados. E na luta está muita fraca, hoje em dia na luta contra a intolerância religiosa na cidade de Pelotas está muito fraca da parte das federações, pra mim a Federação hoje em dia não tem nenhum benefício para os filiados, só as festas mesmo. A Federação Sul-Riograndense só, porque o resto das outras não tem salão para fazer festa, não tem, só tem um escritoriozinho, eu conheço todas. (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 7 de outubro de 2014).

Na entrevista com os representantes do poder legislativo, a segmentaridade apresentada na atual configuração da representatividade no campo religioso afro-brasileiro na cidade, também é problematizado:

> Isabel: E assim, o que o senhor acha dessa diversidade que tem em Pelotas de federações, de associações?
> Ricardo: Acho um absurdo. Acho um absurdo. Acho uma desunião muito grande, isso provoca essa desunião. Porque é que existe as federações, as associações? Associação a, federação a, associação b, federação b, federação c, por quê? Porque não consegue chegar em um entendimento, um pega para uma linha, outro pega para outro e aí eu acho que nós deveríamos ter sim uma federação, devíamos ter sim uma associação. De repente, uma federação que contemplasse todos e que fizesse a coisa. (Entrevista realizada com vereador Ricardo Santos, em 17 de outubro de 2014).
> Isabel: Eu queria saber assim, qual é a tua opinião, porque sempre foi colocado nas audiências que a gente falou sobre essa diversidade de federações e associações que tem aqui na cidade de Pelotas. Então, queria saber na tua opinião sobre essa diversidade das federações, o que o senhor acha disso? Se isso é bom ou ruim.
> Ademar: Isso atende, por exemplo, a uma situação histórica nossa, nesse momento da política umbandista, mas o ideal seria que fosse, que pudéssemos estar todos dentro de uma mesma entidade e pudéssemos ter dentro da entidade, da Federação, e a partir daí ter as posições e se criar uma única Federação. Isso fica muito parecido com a política nacional, onde muitos partidos vão tendo brigas e vão criando outras facções, outros partidos

> menores e aqui em Pelotas estão indo para as mesmas questões, assim como a Federação antiga que foi criando cisões e foi criando outras entidades. Então, eu não acho positivo para a religião como um todo, embora entenda que isto atende um momento histórico da religião. (Entrevista realizada com o vereador Ademar Ornel, em 20 de novembro de 2014).

A partir desta configuração do campo religioso afro-brasileiro em Pelotas, podemos concluir que num primeiro momento, na década de 1970, houve uma busca intensiva em unificar todas as entidades representativas religiosas em uma só e, com isso, consolidar e legitimar o campo umbandista na cidade perante a sociedade envolvente e o poder público local, que tinha como principal objetivo combater a forte perseguição religiosa impetrada pelo aparato estatal e policial em relação as práticas afro-religiosas. Embora, atualmente, ainda persista um movimento em direção a uma unificação no cenário religioso afro-brasileiro em Pelotas, as estratégias organizacionais dentro do campo umbandista e do batuque apresentaram modificações.

Deste modo, mesmo em períodos históricos distintos podemos observar que a conformação do campo religioso afro-brasileiro contou com uma estreita relação entre federações e associações religiosas e representantes políticos, aliança esta que também proporcionou apoio por parte do poder público em relação à efetivação das festas de Iemanjá. Também podemos identificar, neste capítulo, que o campo das religiões afro-brasileiras apresenta uma lógica segmentar, a qual possivelmente seja inerente a uma cosmologia afro-brasileira (GOLDMAN, 2001), porém, o que considerei nesta discussão foram os distintos posicionamentos sobre a diversidade de entidades ou a união de todas, o que nos possibilita refletir sobre os diferentes graus de legitimidade que uma ou outra destas entidades possui dentro do próprio campo ou perante o poder público e a sociedade como um todo.

Capítulo 4 – Festa de Iemanjá e o Balneário dos Prazeres (ou, “Planeta dos Macacos”)

Eu vou jogar, vou jogar flores no mar
Eu vou jogar, vou jogar flores no mar
Uma promessa eu fiz, para a Rainha do Mar
O meu pedido atendeu, eu prometi vou pagar
(Ponto da Umbanda; domínio público)

A relação da orla da laguna, denominada Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, com a cidade, está marcadamente vinculada à marginalização e a exclusão de afrodescendentes e segmentos populacionais desprovidos de poder econômico, em relação a utilização do espaço público, pelo poder local elitizado. Em vista disso, buscando subsídios para uma compreensão histórica do Barro Duro, encontrei em livros e artigos sobre a historiografia pelotense, bem como no documentário do diretor Caio Mazzili intitulado “Barro Duro”, elementos que apresentam a existência de uma apropriação simbólica e histórica deste lugar, por parte da população negra, pois esta, numa condição de segregação espacial, era proibida de frequentar as outras praias do Laranjal, possibilitando, somente, o acesso ao Balneário dos Prazeres, fato que originou, pejorativamente, outro codinome para o balneário: “Planeta dos Macacos”.

> [...] aquela área ali, o Balneário dos Prazeres quando surgiu a Festa de Iemanjá ela tinha uma coisa que hoje em dia dizem que é preconceito racial, aquilo se chamava **planeta dos macacos**. Ali só entrava pobre e negro. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014; grifo nosso).
> Isabel: Sim, porque o Barro Duro já era considerado uma praia...
> Maria: De pobre. Era o **planeta dos macacos**, antigamente, ia preto, branco muito pouco. Como ela se popularizou, vai preto, vai branco, vai todo mundo, mas quem vai é o pobre. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 04 de novembro de 2014; grifo nosso).

Nestes trechos, é notório que há na memória da sociedade pelotense uma associação do local onde ocorre, há mais de meio século, a Festa de Iemanjá com o contexto histórico de constituição do Balneário dos Prazeres. Logo, para compreender um pouco da história do balneário, que está intrinsecamente relacionado ao período charqueador da região de Pelotas, é importante assinalar a sua temporalidade e localidade.

O balneário localiza-se no município de Pelotas (RS), banhado pela "Laguna dos Patos desde a foz do Arroio Turuçu, na fronteira com o município de Turuçu, até a foz do Canal São Gonçalo, limite com Rio Grande" (RUAS, 2012, p. 49). No litoral pelotense, encontra-se a praia do Laranjal que é composta pelos Balneários Santo Antônio e Valverde e também pelo Balneário dos Prazeres, o qual se localiza ao norte daqueles. Deste modo, nas últimas duas décadas do século XVIII, situado às margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Pelotas, ocorreu a implantação do polo charqueador, sendo um grande marco na historiografia pelotense. De acordo com a pesquisadora e arquiteta Estér Gutierrez (2001), durante o século XIX, "a sesmaria de Pelotas, resultou em cinco estâncias e sete charqueadas", sendo estas estâncias chamadas de: "Patrimônio ou Sá; Graça; Palma; Galatéia e Laranjal, ou Nossa Senhora dos Prazeres" (GUTIERREZ, 2001, p. 71). Em relação as charqueadas, Gutierrez aponta que uma delas situava-se no Laranjal e as outras seis localizavam-se:

> [...] na margem esquerda do arroio Pelotas, nos seguintes lugares: na Graça; no Moreira; na Costa; no Fontoura; no Castro e na Palma. Até hoje, parte das terras permanecem nas mãos da família de Isabel Francisca da Silveira, mulher de seu segundo proprietário (GUTIERREZ, 2001, p. 71).

Apesar da importância histórica da conformação do Laranjal, não há como me prender no aprofundamento do tema, mas chamo a atenção que nessa localidade mencionada pela pesquisadora, havia um número significativo da população de africanos escravizados e afrodescendentes que foram trazidos forçosamente para essa região para trabalharem nas charqueadas anualmente ou nos períodos de safra. Deste modo, podemos afirmar que esta região em razão do charque, foi um espaço de convivência dessa população e, que, provavelmente, a área ao redor da estância localizada no atual bairro Laranjal também o deveria ser. Assim, possivelmente gerou na história oral pelotense elementos que associaram simbolicamente o contexto histórico e a presença negra no local, que levou ao conhecimento popular sobre o balneário "Planeta dos Macacos".

Embora nos remetemos a um processo histórico para demarcar a segregação racial imposta ao local, cabe ressaltar que além disso o Balneário dos Prazeres possui uma situação de segregação territorial, pois caracteriza-se por ser um lugar carente de infraestrutura urbana e serviços públicos, como: saneamento básico, segurança,

coleta de lixo e abastecimento de água. Dessa maneira, frequentadores e moradores desta praia, além de sofrerem com estes problemas infraestruturais de localização, são atingidos por uma imagem negativa por parte da sociedade, em relação à praia, a qual é associada ao perigo e a “pobreza” em comparação aos outros balneários da classe média e alta. Por isso, também há uma apropriação simbólica e histórica deste lugar com a cultura de origem africana, pois os negros, numa condição marginalizada, eram proibidos de frequentar as outras praias do Laranjal, possibilitando, somente, o acesso ao Balneário dos Prazeres. Segundo a descrição de Ruas (2012, p.79-80) sobre o Balneário dos Prazeres, fica evidente a discrepância social, cultural e econômica da praia:

> Seus terrenos possuem um valor menor, por isso é onde residem e veraneiam os segmentos sociais de menor poder aquisitivo, em comparação às outras localidades do bairro Laranjal. Suas residências são mais simples, há vários chalés precários; na amplitude de suas ruas, não há pavimentação nem calçada de passeio, faltam tubulações, e as vias públicas possuem um aspecto descuidado, com presença de lixo [...]. Esse balneário, assim como os demais bairros periféricos da cidade, recebem poucos investimentos e serviços por parte do poder público local.

Outra questão que chamou a atenção, é sobre o outro codinome do Balneário dos Prazeres, “Barro Duro”. No documentário “Barro Duro”, de Caio Mazzili, aborda-se a relação entre segregação espacial, segregação racial e religiões afro-brasileiras, que teve como base para a sua construção a Lenda do Barro Duro, de Maria Helena Silveira (1993). A lenda conta sobre uma escrava, chamada Donga, que vivia na fazenda de Nossa Senhora dos Prazeres, localizada nas Terras do Laranjal. Quando a Sinhá da fazenda faleceu, deixou como herança “trezentos mil réis para repartirem com três mulheres brancas e pobres, a fim de se vestirem decentemente para frequentar as missas”. No entanto, a herança deveria ser repassada por um padre novo, “recém-chegado da Bahia”, o qual decidiu não passar o dinheiro para as mulheres brancas e pobres, pois “sabendo que os negros eram mais do Batuque do que da Igreja”, resolveu presentear Donga com esta herança, com a intenção de conquistar Donga, sua família e toda comunidade negra para a devoção católica. Sendo assim, Donga, seu filho Nioro e seu marido em razão do “presente” dado pelo padre, passaram a frequentar as missas da igreja católica. Porém, “Donga era um todo fragmentado. De um lado, Terreiro, do outro Igreja”, “batia cabeça para Ogum, agradecia a Oxalá, rezava Ave-Maria para Nossa Senhora dos Prazeres”.

Donga guardou o dinheiro da herança e mais o que ganhava, vendendo seus doces para concretizar o seu sonho que era ver seu filho Nioro, “lendo, escrevendo, seu doutor, negro senhor. Não queria ver Nioro um salgador de carne, escorrendo sangue de bicho pelas pernas, servil e maltratado”. “Foi então que apareceu o professor Quintilha”, que apesar de não ter caderno, nem livro, ensinou as primeiras letras para Nioro, o qual “estudava escondido”. Com o tempo foram surgindo outros professores, que Donga pagava às escondias, assim como ensinavam seu filho às escondidas. Até que, chegou o dia em que Nioro aprendeu tudo que lhe foi ensinado e, não havendo mais “mestres para Nioro, nas Terras do Laranjal”, Donga decidiu arrecadar todos os mil réis e pagar os estudos do filho em outro lugar. “Nioro viajou, pegou carreta, navegou navio, foi longe”.

> [...] Quando Nioro retornou às Terras do Laranjal, estava mais sabido e mais letrado que todos os seus mestres. Foi recebido com toque de tambor, dança de mina, festa alegre de negro contente.
> Não esqueciam de pedir proteção para o padre novo que ajudara Donga. Bendiziam-no indo de vez em quando à Igreja, ficando todos de pé, bem visíveis. Naquelas bandas do Laranjal de Pelotas não conheciam negro professor, nem negro doutor. Nioro era o primeiro negro professor doutor. Seria apenas um negro e nada mais nas Terras do Laranjal?
> Nioro sem escola, sem alunos, sem clientes, chorava sob as aroeiras. As árvores choravam juntas, gotejavam lágrimas do negro. Donga desesperou-se com o sofrimento do filho. Rezava para Iroko, pedindo que fizesse passar depressa aquele tempo maldito. Implorava-lhe a mudança do Odu de seu filho. Tomada pelo desalento, consultou Ifá e sugestionou-o a tornar melhores os dias de seu Nioro. Ifá, compadecido da negra Donga, determinou obrigação. Teria de encontrar junto com o filho um lugar nas Terras do Laranjal que fosse mais pródigo em natureza do que todos os outros lugares. Deveria ser um lugar verde e azul, ao mesmo tempo, campos e água, matas e areias divinas. Ao encontrar o lugar, Nioro ficaria ali deitado, aguardando chover.
> A obrigação estava marcada. Nioro adormeceu em terras divinas do Laranjal. Recebeu chuva miúda na cabeça. Eram lágrimas de Nanã, chegando ao Sul, mudando o destino do moço negro. Donga aguardava, ao lado do filho, tudo que fora prometido por Ifá. Quando Nioro despertou de cabeça lavada, tornou-se Mindolé-Miandombé (preto-branco). Donga não o reconheceu e o filho não reconheceu a mãe, nem seu povo. Entende?
> Donga ficou tomada de desespero, mas Nioro foi ser professor, doutor, tudo que sonhara para o seu filho negro. Ifá havia sido muito cruel, retirando a negritude de um negro, em vez de ensinar-lhe a guerrear para vencer. Pobre Donga! Andava pelas Terras do Laranjal em total obsessão. Encontrou Omolu, que a convidou para seguir-lhe os passos até onde Nioro havia feito obrigação. Louca de saudade de seu filho, ao ver o local tão lindo, junto à praia em que ele estivera adormecido, jogou-se nas águas da lagoa e morreu. Omolu carregou-a para o céu de Orum para acabar de vez com seus sofrimentos.
> Contam que os pescadores encontraram o corpo de Donga às margens da praia, e que, ao tocá-lo, transformou-se em BARRO DURO, escuro e brilhante, espalhando-se pela orla. Gritaram assustados: BARRO DURO, TERRA DE NEGRO. Assim batizaram o lugar em que Donga virou barro de tanta saudade de seu filho negro branco. O Barro Duro tornou-se um lugar

> mágico. Todos os negros são atraídos para lá, porque Oxalá permitiu-lhes consolar a Negra Donga. Por isso, o Barro Duro é uma irmandade de negros dos mais diferentes níveis socioeconômicos e culturais. Preservem o Barro Duro. Donga não pode ficar sozinha, sem carinho. Precisa de apoio como todas as mães pretas que acreditam mudar o destino de seus filhos para dias melhores. Precisa coragem.
> Cuidem bem das aroeiras, elas guardam as lágrimas de Nioro. Todos os negros devem saúda-las com bom-dia, se for noite; e com boa-noite, se estiver dia. É uma brincadeira dos Exus, fazendo com que recordem de Nioro que Ifá fez parecer o que não era. A maldição de Nioro é uma alergia que dá em qualquer negro que fica chorando sob as aroeiras da vida, em vez de ir à luta, acreditando nas possibilidades de inverter posições sociais, conservando a negritude (SILVEIRA,1993 *apud*. SILVA, 2008).

Na “Lenda do Barro Duro” ou “Lenda de Nioro”, é possível perceber a existência da relação entre o Balneário dos Prazeres e a cultura de matriz africana, especialmente a religião. Em razão do contexto histórico e sociológico, inclusive mitológico, de constituição do Balneário dos Prazeres, há nesta praia uma marcada relação simbólica com as religiões afro-brasileiras, mas especialmente, com a divindade Yemanjá. A praia, ao contemplar todos os elementos da natureza essenciais para os rituais religiosos e, em razão do espaço correspondente a Gruta, o qual é próximo a Área de Preservação Permanente (ou Mata do Totó), ser frequentada durante o ano inteiro por adeptos e representantes religiosos. Ali são realizados trabalhos espirituais referentes à Yemanjá, como também para outros orixás, entidades, para a própria casa afro-religiosa e para pais-de-santo, mães-de-santo iniciarem seus filhos-de-santo.

É preciso compreender que, diferentemente das religiões de matriz cristã, em que o espaço de culto são templos/igrejas, as religiões afro-brasileiras mantem uma relação de proximidade com a natureza, que além dos centros ou terreiras serem espaços de ritualização a natureza, bem como o espaço público, também o é. Assim, a natureza é considerada um espaço sagrado para estas religiões, por meio da qual pode-se manter em equilíbrio entre os planos espiritual e material. Na perspectiva das religiões de matriz africana os espaços externos, contemplados pelas ruas, praias, matas, entre outros, também são lugares sagrados para realizar seus rituais e cultuar seus orixás, inclusive, realizar as festividades em homenagem a alguma divindade ou entidade (para a umbanda).

Nos subcapítulos seguintes, veremos como ocorreu a Festa de Iemanjá no início da década de 1970, a partir da leitura do Livro de Atas da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros e a sua estrutura ritual, assim

como apresentarei a configuração desta cerimônia religiosa no contexto atual, a partir da minha participação na Festa em 2014.

4.1 O Balneário dos Prazeres acolhe Iemanjá

A Festa de Iemanjá, segundo informações do atual presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda, corroborada por outros interlocutores, ocorre há mais de 58 anos no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, sem nunca ter sido interrompida. Sendo esta realizada, inicialmente, pela União da Umbanda da Princesa do Sul, que, posteriormente, tornou-se a Federação a partir da fusão com o Conselho da Umbanda de Pelotas, conforme já referido em capítulo anterior. Conforme Joabe, a inauguração da Gruta de Iemanjá e a construção da casa da Federação ao lado ocorreram em 1970, ou seja, seguindo a informação do presidente, as primeiras festas de Iemanjá provavelmente aconteceram antes desta data. Uma vez que se comemorou, no ano de 2015, a quinquagésima oitava festa. Além da reconstituição apresentada por meio das entrevistas, procuro aqui apresentar a Festa a partir de uma perspectiva diacrônica, partindo dos dados presentes no Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-rio-grandense de Umbanda.

4.1.1 A Festa de Iemanjá nos idos de 1970: notas a partir do Livro de Atas

O Livro de Atas acessado, conforme já expus anteriormente, tem sua primeira ata de número 65 datada de 26 de fevereiro de 1970, referente a uma reunião de diretoria da ainda União da Umbanda da Princesa do Sul. Um dos assuntos tratados nesta reunião, refere-se a prestação de contas relativa à Festa de Iemanjá do mesmo ano. As informações, além de serem vagas e fragmentadas, apresentam-se contraditórias:

> O primeiro assunto tratado foi referente à prestação de contas relativas, à Festa de Iemanjá do ano em curso, sendo o resultado, o seguinte: donativos: quatrocentos e setenta e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos.
> Despesa total: quinhentos e setenta e oito cruzeiros novos e cinquenta centavos.
> Foram lidos, os ofícios congratulatórios, pela **brilhante festividade em homenagem à Iemanjá, recebidos pela UUPS.**

> O seu presidente teceu alguns comentários, **elogiando a aliança dos membros da diretoria**, cooperando todos para que a Festa transcorresse em clima de completa ordem e normalidade. Lamentou ainda o **incidente ocorrido no local onde a União de Umbanda do Rio Grande do Sul prestava sua homenagem à Iemanjá, incidente este do qual resultaram vários feridos e a perda de uma vida[162].** (Grifos nossos)

Na ata não consta como foi este "incidente", nem os envolvidos. Deste modo, inferimos que havia uma necessidade, por parte da União/Federação, de expor o incidente em segundo plano para manter uma imagem positiva em relação à Festa e a consolidação da umbanda em Pelotas, uma vez que qualquer eventualidade poderia prejudicar a efetivação da celebração à Iemanjá, bem como a própria religião em si. Logo, essa preocupação da Federação nos faz perceber como ainda prevalecia, neste período, um estigma negativo em relação às religiões afro-brasileiras, as quais, ao se manifestarem no espaço público, deveriam ter um cuidado ainda maior para não passarem por processos repressores ou embaraçosos diante da sociedade.

A Ata 65 faz referência, ainda, que a festa contou com um quadro vivo de uma "senhorinha" representando Iemanjá. E finaliza com agradecimentos do Sr. João Madail à equipe, que com ele, cooperou na Festa. Nas fotografias cedidas pelo interlocutor Juliano Silva, consta uma datada no verso de 02 de fevereiro de 1970, a qual segue:

[162] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 65, folha 1 (face).

Figura 4: Festa de Iemanjá do ano de 1970. Ao centro da imagem, João Madail.

Dentre as fotos disponibilizadas por Juliano, uma delas contradiz a informação de que a Gruta fora construída em 1970, remetendo a sua existência para uma data anterior. Isto, porque consta no seu verso escrito em caneta, as seguintes palavras: “Ao amigo João Madail, a União de Umbanda da Princeza do Sul, tem o grato prazer de oferecer esta fotografia como recordação da ‘Festa de Iemanjá’, realizada na praia do Laranjal, em 2-2-1968”. Exponho uma fotografia da placa fixada na Gruta com a data de sua inauguração – 09 de janeiro de 1966:

Figura 5: Placa de inauguração da Gruta de Iemanjá. Fonte: Isabel Campos.

Segundo Carlos Alberto, a construção da Gruta foi resultado de uma articulação entre a comunidade umbandista e a Prefeitura Municipal:

> Rosane: Assim, quem é que construiu a gruta?
> Carlos Alberto: O projeto partiu da Prefeitura.
> Rosane: Ah é, o projeto partiu da Prefeitura?
> Carlos Alberto: da Prefeitura. É os engenheiros juntamente com o pessoal da época, Getúlio Dias, Francisco Astilho Antunes, Dinorá Feijó Leal.
> Rosane: Getúlio Dias?
> Carlos Alberto: Getúlio Dias, Francisco Astilho Antunes que foi vereador, ele era deficiente visual.
> Rosane: Esse Getúlio Dias não chegou a ser deputado?
> Carlos Alberto: Deputado e Senador da República, pai do Uil Dias. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

O início da realização da Festa de Iemanjá, segundo Carlos Alberto, antecedeu a construção da Gruta, sendo que antes as homenagens eram feitas com a disposição de uma imagem em tela dentro da Lagoa dos Patos, possivelmente em uma embarcação. Outro trecho de sua entrevista, apresenta uma informação extremamente relevante sobre uma suposta autorização da Marinha do Brasil para a Federação fazer uso exclusivo daquela orla:

> Rosane: E a proposta pela gruta foi da própria comunidade umbandista ou foi pela Prefeitura?
> Carlos Alberto: Não, a proposta veio da diretoria do Conselho e da União na época pra construção de uma gruta, por que? **Porque eles tinham uma imagem em tela, daquelas imagens de antigamente e essa imagem era colocada dentro da Lagoa dos Patos**[163]. E quando houve a doação da imagem, o pessoal ali, mas antes o pessoal começava a comentar que nós queríamos construir uma gruta e dali nasceu a ideia e a ideia foi criando corpo até chegar na administração pública. E conversando com a turma, o pessoal disse: "Então vamos fazer um projeto". E passou a administrar aquela área, **a Marinha Mercante do Brasil deu autorização exclusiva da Federação Sul-Riograndense de Umbanda tomar conta daquela área**. Aquela área é de uso exclusivo da Federação Sul-Riograndense de Umbanda.
> Isabel: E esse documento?
> Carlos Alberto: Esse documento eu já disse pra eles que existe na Marinha. No arquivo morto da Marinha do Brasil, provavelmente lá no Rio de Janeiro. Eu já falei pra eles, mas eles são teimosos e eu digo, vocês são burros, existe esse documento. **Vinha alto comando da Marinha, chegavam aqui em Pelotas porque a Festa era conhecida aqui**.
> Isabel: E quem tinha contato com alguém da Marinha assim?
> Carlos Alberto: A diretoria da federação da época, sempre existiu. (Entrevista realizada com Carlos Alberto, em 14 de abril de 2015; grifos nossos).

[163] Mais adiante na entrevista, Carlos Alberto detalha a imagem que era usada anteriormente a construção da Gruta: "Era outra imagem, como é que eu vou te explicar? É, esculpida em madeira grande, ela era desse tamanho aqui, então eles adaptavam ela nesse tipo de boias e fixavam dentro da lagoa com a claridade, entendesse? Ficava lindíssimo, parecia que ela vinha saindo. Ai depois sim, depois veio esse projeto, veio a Gruta". (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Mais adiante, na mesma entrevista, Carlos Alberto detalha a área da orla, cujo controle teria sido repassado da Marinha para a Federação:

> Lá, no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, sabe até onde? Lá da Cabana do Pai Thomas até a ponte do Totó, toda aquela área foi doada à Federação pela Marinha, a responsabilidade da Federação. Da Cabana do Pai Thomas, da divisa do Ferreirinha ali, da Cabana do Pai Thomas até o Totó responsabilidade da Federação. Isso existe, esse documento existe só que não posso te dizer onde tá. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Pelas informações acessadas, não se conseguiu concluir sobre o ano de início da Festa. Em uma reportagem do jornal Zero Hora, datada em 16 de janeiro de 1970, também disponibilizada por Juliano Silva, obteve-se as seguintes informações:

> Em Pelotas flores serão para Yemanjá
> A União da Umbanda da Princesa do Sul realiza, no último dia de janeiro, estendendo-se até dois de fevereiro, em Pelotas a “Festa de Yemanjá”. A promoção deverá contar com a participação de representantes de várias cidades do Estado. Com a finalidade de trazer convites para os centros de Umbanda da Capital, veio de Pelotas o sr. João Mandail, representando a presidência da União, que manteve vários contatos com entidades coirmãs. As atividades serão realizadas à noite.
> Yemanjá
> Uma moça de cabelos compridos caídos ao longo do corpo fará a representação do quadro vivo de Yemanjá. Uma imagem da padroeira das águas saíra do centro de Pelotas no dia 31 às 22h percorrendo as ruas principais e seguindo para o balneário do Barro Duro, no Laranjal, onde será recebida pelo quadro vivo saído das águas da Lagoa dos Patos. Dali seguirão para a gruta, onde serão entoados os pontos de Yemanjá e sorteada uma imagem, com um metro de altura, entre os presentes. Participará da solenidade, o maestro Pedro Dias que entoará ao clarim o Hino da Umbanda e toque de silêncio.
> As solenidades terão prosseguimento nos primeiros dias de fevereiro, às 22h do dia primeiro haverá uma grande concentração no Laranjal, onde estarão presentes todos os centros de umbanda de Pelotas e representantes de outras cidades e será feita a apresentação dos trabalhos para as terreiras que ali comparecerem. Neste mesmo dia, será feito o sorteio de mais uma imagem de Yemanjá, semelhante a primeira sorteada. Os trabalhos serão encerrados no dia dois às 18h.

A descrição que consta no Livro de Atas é bastante similar àquela fornecida por outro interlocutor:

> E era muito anjinho, **as pessoas que faziam promessa para Iemanjá se vestiam de anjinho, levavam as crianças, eram meninas vestindo de Iemanjá, agradecendo**. Era isso que tinha e lá eles captavam esse recurso, não tinha poder público e ninguém dava dinheiro nenhum. Eles juntavam uma grana e eles compravam, mandavam trazer santos, São Jorge, Iemanjá, e distribuíam para os terreiros. E dava telhado para aumentar os terreiros. Era uma forma de unificar, eles faziam, eles buscavam através do livro do seu

> Dario [Livro Ouro] essas arrecadações. (Entrevista realizada com Josué, em 10 de outubro de 2014; grifos nossos).

Outra foto disponibilizada por Juliano da Festa de 1970, apesar de ter sido tirada à noite, permite visualizar a presença de um público significativo, diversificado social e etnicamente. Além de se observar, uma infraestrutura só possível de ser montada com a interferência do poder público, como é o caso da energia elétrica:

Figura 6: Festa de Iemanjá do ano de 1970. No canto direito, João Madail.

Carlos Alberto Pereira, na entrevista concedida, apresenta uma descrição da estrutura da Festa que corrobora a fotografia acima exposta:

> Rosane: Mas a Festa a essas alturas já acontecia?
> Carlos Alberto: Já acontecia, autoridades e sempre mata nativa, não existia nada de iluminação, calçamento, nada, não existia nada. Era alugado pela Prefeitura os motores do Lerípio com seus geradores para gerar energia elétrica que aí nós colocávamos corais de lâmpadas pequenas azuis, coloridas, diversas cores para brilhantar as cores ali. Tinha o palanque das autoridades, vinha o capitão da Marinha, vinha junto, sempre junto conosco, alto comando da Brigada Militar, alto comando do Exército, tudo dentro dos conformes, conforme manda a lei. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Em relação à Festa de 1971, menciona-se nas atas, da já então Federação Sul-rio-grandense de Umbanda discussões a respeito de seus preparativos na reunião de

diretoria do dia 10 de dezembro de 1970[164]. O assunto retornou a pauta da reunião seguinte da diretoria, ocorrida em 7 de janeiro em 1971, ganhando centralidade os problemas orçamentários da Federação e o precário apoio do poder público para a realização da celebração religiosa, colocando-se a possibilidade, inclusive, de não haver a Festa:

> Manifestando-se, o Sr. Naldyr Ramos, discorda da realização da Festa, devido há pouca preparação para a mesma, **além da municipalidade não cooperar para a mesma**, como acontece em outras cidades.
> Da mesma opinião o Sr. Análio Teixeira, crendo que a **falta de apoio dos poderes públicos, empresas de ônibus, as homenagens poderiam ser prestadas nos próprios Centros de Umbanda.**
> Disse o Sr. presidente haver pedido ao presidente do Conselho do Turismo, uma verba para a Festa de Iemanjá, recebendo resposta negativa, pois a **própria verba para o carnaval que era de vinte e cinco milhões teve um corte de cinco milhões este ano.** Foi procurado por representante da Santa Maria, empresa de transporte que prometeu quinhentos cruzeiros. Entretanto, para uma apresentação digna da Festa de Iemanjá, seriam necessários no mínimo de um milhão e meio de cruzeiros. Caso venha receber outras propostas, será convocada, através das rádios, nova reunião, na próxima quinta-feira, dia catorze. A mesa concordou.
> Quanto a enviar ofícios as autoridades municipais de Turismo, comunicando sobre a Festa, **declarou o Sr. presidente não haver recebido notificação oficial a respeito de haver sido tal festejo incluído no roteiro turístico de Pelotas**[165]. (Grifo nosso).

A essas alturas, a Festa já se constituía na principal manifestação pública da umbanda na cidade, mas a sua consolidação enquanto tal apresenta-se precária pela dependência do poder público, que pelo visto, neste ano, se mostrava esquivo quanto as possibilidades de financiamento da mesma. A reivindicação de que a Festa fosse parte do calendário turístico da cidade, parece atender a uma dupla estratégia: estabelecer um compromisso mais duradouro do poder público com os umbandistas e consolidar a Festa como uma forma de legitimação do estatuto da umbanda enquanto religião, perante a sociedade como um todo. Chamo a atenção que, como será visto na sequência, estas são algumas questões que perpassam o debate sobre a realização da Festa até os dias atuais.

Na seguinte reunião de diretoria, ocorrida em 14 de janeiro de 1971, o assunto voltou ao debate, indicando-se que a realização da Festa já era objeto de intensas discussões e negociações entre os umbandistas, o poder público e outros atores da

[164] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 79, folha 28 (verso), 10 de dezembro de 1970.
[165] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 80, folhas 30 (verso) e 31 (face), 07 de janeiro de 1971.

sociedade civil e entidades privadas, incluindo os meios de comunicação. Assim consta no segundo parágrafo da Ata nº 81, referente a declarações do senhor Dinorah Feijó:

> A seguir, explanou as ocorrências relativas deste caso, durante a semana. Procurado pela imprensa, declarou os motivos pelos quais não haveria tradicional homenagem à Iemanjá. **Interessados no assunto, os radialistas Marcos Fonseca, Teófito Salomão e Ney Roberto Paiva prometeram agir junto as autoridades municipais e empresas de ônibus, a fim de obterem a verba necessária à realização das festividades**. Em audiência com o Sr prefeito municipal, destacou este, uma ajuda de quatrocentos cruzeiros, devendo interessar-se[166] junto as citadas empresas para a obtenção do restante[167] (Grifo nosso).

A reunião teve um intervalo de meia hora para discussão da situação entre as diversas instâncias da Federação, ocorrendo na retomada da mesma uma multiplicidade de opiniões e proposições, que variavam desde a alteração do local de realização da Festa do Laranjal para o Porto, a fim de diminuir despesas, até a persistência de arrecadação de fundos junto ao poder público e privado para que a Festa permanecesse sendo realizada na Gruta, dedicada à entidade Iemanjá. É notório, nos posicionamentos, a preocupação de se fazer uma celebração religiosa atendendo a parâmetros mínimos estipulados pela Federação, sob pena de não ser realizada.

Apenas dois dias após esta reunião, ocorreu uma Assembleia Geral Extraordinária (16/01/1971), para discutir e deliberar sobre o assunto. Chama a atenção, que o quadro apresentado em relação as condições financeiras para a realização da Festa tenham mudado significativamente em apenas dois dias, o que indica o quanto a Festa mobilizava intensamente vários líderes umbandistas vinculados a Federação. Logo na abertura da Assembleia, o presidente da Federação apresentava o seguinte quadro:

> Prefeitura Municipal: quatrocentos cruzeiros; Empresas de ônibus Santa Maria e Turf – quinhentos cruzeiros; lista organizada pelo Sr. Idelcy Vilanova no Laranjal – trezentos e cinco cruzeiros; oficina Radar – cem cruzeiros; Transportadora Trindade – cinquenta cruzeiros, o que atinge um total de mil trezentos e cinquenta e cinco cruzeiros. De acordo com resolução tomada anteriormente a Festa somente poderia ser realizada com um mínimo de mil

[166] Possivelmente a palavra que se buscou inscrever aqui era “endereçar-se”. Mantive, no entanto, a palavra original, tal como consta na ata.
[167] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 81, folhas 32 (verso), 14 de janeiro de 1971.

> e quinhentos cruzeiros. Entretanto, restam ainda, para dar a contribuição prometida, a Pepsi Cola e Coca-Cola. E tomando a palavra o Sr. Edyr Padilha propôs a mesa que o Foto Recorde de sua propriedade cobrirá a quantia que faltar. Desta forma concordaram todos que seja a comemoração levada a efeito[168].

Antes de prosseguirmos com o relato dos preparativos da Festa deste ano de 1971, é interessante destacar o patrocínio de empresas comerciais de refrigerantes. Segundo um dos interlocutores, havia uma verdadeira competição entre essas empresas pelo financiamento da Festa, o que nos dá uma ideia da importância social que ela tinha. Este patrocínio se dava, especialmente, por meio do financiamento das gincanas que faziam parte da programação.

> Nós fazíamos ali gincanas, existiam as banquinhas da Pepsi Cola, da Coca-Cola, fazíamos gincana, tudo doado da Pepsi Cola, da Coca-Cola e de outras empresas. Nas gincanas tinha que trazer algo da imagem de mãe iemanjá, que foi esquecida, pela professora Judite. A última que nós fizemos foi qual equipe traria a professora Judite para o Balneário dos Prazeres para a Festa de Iemanjá. E teve o terreiro da Dona Iraci, Jurema Flexeira, na [rua] Três de Maio 37, o Daniel, o Silvio, a Iara, o Roseli, a D'Arc, então essa equipe conseguiu, trouxe a professora Judite e foi um evento maravilhoso. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Retornando aos preparativos da Festa de 1971, depois de tomada a deliberação de se realizar a Festa naquele ano, o presidente e os demais membros da diretoria, apesar da proximidade do dia 2 de fevereiro, refizeram a programação para a festividade, a qual, passível de sofrer modificações, ficou determinada assim:

> 1- Abertura da Festa pelo Sr. Dinorah Leal
> 2 e 3 – Hinos Nacional e da Umbanda
> 4 - Minuto de silencio, prestando homenagens aos umbandistas desencarnados no ano findo e ao menor Marco Antônio Alves, vítima do acidente do ano anterior.
> 5 - Oração oficial
> 6 - Homenagem dos Caciques à Mãe iemanjá
> 7 - Percurso da Iemanjá junto ao [?][169], especialmente aos doentes
> 8 - Apresentação de quadro-vivo
> 9 - Recitações de "poesia à Iemanjá" premiada no concurso.
> 10 - Sorteio de imagens com um metro de altura.
> 11 - Apresentação e execução do "Hino da Federação".
> 12 - Apresentação do jogral.

[168] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 82, folha 35 (face), 16 de janeiro de 1971.
[169] Palavra ilegível, dando a entender que é "loar", talvez significando "luar".

> 13 - Encerramento da primeira parte passando, em continuidade os Centros de Umbanda, a realizarem seus trabalha na água.[170]

Nesta mesma Ata, consta que o Sr. Dinorá Leal estaria indo a Porto Alegre para acertar detalhes da Festa, sem especificação dos possíveis interlocutores e encaminhamentos que tomaria. Podemos perceber, a partir desta e de outras atas, que as programações da Festa de Iemanjá de antigamente eram diferentes da programação atual, conforme será exposto na sequência, a qual não conta mais com sorteio de imagens, concursos de corais, nem a apresentação e execução do Hino da Federação. Embora, atualmente, as celebrações à Iemanjá tenham acrescentado o encontro das águas – encontro entre Iemanjá e Nossa Senhora dos Navegantes, podemos notar algumas semelhanças em relação ao passado festivo, como a permanência da execução do Hino Nacional e do Hino da Umbanda, as diversas homenagens à Iemanjá e a participação de autoridades, como aparece na programação da Festa de 1974, que será exposta mais adiante.

Apesar de termos acesso, por meio dessas atas, ao processo preparativo da Festa de Iemanjá de 1971, não há nenhum relato em atas posteriores dos detalhes do acontecimento em si, se houveram incidentes, se o poder público se fez presente, etc. O único dado encontrado na ata posterior a realização da Festa, referente a uma Assembleia Geral Ordinária do dia 4 de março de 1971[171], apenas menciona um sorteio de três imagens de Iemanjá entre os centros de umbanda presentes na Festa. Cita-se os três centros de umbanda premiados com as imagens, sendo dois de Pelotas e um de Porto Alegre, indicando que a representação da Federação abarcava centros religiosos daquela cidade.

Os preparativos da Festa de 1972 começam a ser mencionados nas atas a partir de dezembro de 1971, mas será no início de janeiro que o assunto torna-se objeto de intensa discussão e mobilização da comunidade umbandista vinculada à Federação. Novamente, as dificuldades financeiras e de logística, se sobressaem no tratamento do tema por parte dos associados. Mas, na ata correspondente a reunião ocorrida em 06 de janeiro em 1972, emergem outros aspectos interessantes que nos

---

[170] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 82, folhas 35 (face) e 36 (verso), 16 de janeiro de 1971.

[171] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 83, folhas 36 (verso) e 37 (face), 04 de março de 1971.

dão a medida do significado da Festa para o reconhecimento da umbanda como uma religião legitima:

> O assunto seguinte prendeu-se às homenagens que são destinadas à Iemanjá nos dias primeiro e dois de fevereiro, homenagem esta que acarreta inúmeras despesas à **Federação que sem receber verbas de nenhuma fonte, não dispõe de muitos meios para sua realização**, havendo inclusive, no ano passado, um déficit de trezentos e cinquenta cruzeiros, cobertos, pelo Sr. Dinorah Leal e Edys Padilha. **Este ano foi feito um apelo a Firma Thoquino da Guanabara para o patrocínio da festividade**. E assim, como a despeito de todas as dificuldades, vem a Federação fazendo tudo o quanto é possível pela religião, **assim também espera que os umbandistas, correspondam, comparecendo em massa à praia do Laranjal, numa demonstração pública de fé e também de incentivo a esta diretoria. Como muitos membros da Federação não estejam de acordo em que seja dada ajuda em dinheiro aos centros que comparecerem, haverá então a exemplo dos anos anteriores, sorteio de imagens de Iemanjá.** O presidente, continuando sua explanação, pediu aos centros concorrentes do 1º Festival de "Coros Afro-brasileiros de Umbanda" que fossem classificados, a se fazerem presentes também nessa noite com sua oferenda vocal à Rainha dos Mares. **Para os trabalhos na praia todos deverão portar o alvará de licença fornecido pela Delegacia de Polícia. Quanto a matança de animais, fica terminalmente proibida, pois isto não é da lei do candomblé ou do batuque, que proíbe matar em dia de Orixá, além de ser ritual secreto.**
> Assim a Federação deverá ser notificada sobre qualquer irregularidade, a fim de que não sejam todos prejudicados. Quanto aos trabalhos, deverão começar somente após o escurecer, **havendo o máximo controle com o uso de bebidas alcoólicas**[172]**.** (Grifos nossos).

A centralidade da Festa para a auto-afirmação dos umbandistas, perante a sociedade pelotense, fica muito evidente ao se mencionar a possibilidade de estímulo financeiro para que os centros se façam presentes na festividade, não ficando claro se essa contribuição tinha um caráter de custeio das despesas ou premiação pela participação. Sublinhamos, o papel regulador exercido pela Federação, no sentido de definir pontualmente que práticas poderiam ser tornadas públicas e quais deveriam ficariam restritas ao espaço privado dos centros, como o sacrifício de animais e uso de bebidas alcoólicas. O respeito às prescrições normativas instituídas, de forma a salvaguardar os próprios associados, fica explicito na menção a necessidade de alvará para a realização de rituais públicos.

Ainda referente aos preparativos da Festa, encontramos na Ata nº 101, com data de 27 de janeiro de 1972, dados que mencionam um contrato feito entre Federação e representantes da Coca-Cola, no qual a Fanta Refrigerantes contribuiu

[172] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul Umbanda. Ata nº 99, folhas 64 (verso) e 65 (face), 06 de janeiro de 1972.

com quinhentos cruzeiros para as festividades em homenagem à Iemanjá, porém a Federação teve que conceder o direito de colocação de tendas no local próximo a Gruta. Outra questão abordada na Ata, é que para a programação da Festa de Iemanjá de 1972, a diretoria determinou uma premiação de quatrocentos e cinquenta cruzeiros para a primeira criança que nascesse no dia 2 de fevereiro, sendo este valor distribuído em: "trezentos e cinquenta ao bebê, cinquenta para o berçário e cinquenta para a assistente ou parteira"[173]. A Foto Redord do proprietário e membro da diretoria da Federação, Edyr Padilha, ofereceu cinquenta cruzeiros a criança.

Na ata posterior, nº 102, referente ao dia 3 de fevereiro de 1972, um dia após a Festa, se fez ampla referência ao primeiro Festival de Coros Afro-brasileiros de Umbanda, conforme já explicitado em capítulo anterior. Abordou-se ainda a prestação de contas, com indicação da origem das verbas:

> [...] ficaram a cargo de Praianinha, as seguintes: duas homenagens à Iemanjá no valor total de quatrocentos cruzeiros; cinquenta lâmpadas coloridas, ainda postes para iluminação, foguetes, fogos de artifícios e rolo de corda para o isolamento. As demais despesas ocorreram por conta da Federação, conforme consta em Livro Caixa. Também contribuíram as firmas: Poudium, Lerípio, Fanta Refrigerantes[174].

Conforme já explicitado anteriormente, não consta no Livro de Atas acessado, o registro de qualquer reunião referente ao ano de 1973. Já em relação ao ano de 1974, ao que tudo indica, a Festa ocorreu em meio a uma série de dissensos que vinha se dando entre os membros da diretoria da Federação. Mas, consta na Ata nº 20, data de 21 de janeiro de 1974, a sugestão de revisão da programação da festa daquele ano por parte do então presidente, Sr. Dinorá Feijó Leal, que tinha acabado de ser reconduzido ao cargo:

> O presidente Sr. Dinorah Feijó Leal deu abertura da reunião. Após a leitura da Ata nº 18, o Sr. Presidente, discordando de alguns itens sobre a programação em homenagem à Iemanjá, organizou o seguinte roteiro para a festa. **Dia 1º de fevereiro às vinte e uma horas: Do Balneário Santo Antônio sairá a imagem de Iemanjá de uma lancha através da lagoa para o Barro Duro**, onde deverá chegar pela 22 horas. **1º Recepção à Iemanjá, por parte da Associação dos Amigos do Barro Duro**. 2º Hino da Umbanda entoado por todos os presentes. 3º Oração de abertura, proferido pelo presidente da Federação. 4º Palestra do orador oficial. 5º Palavra à disposição das autoridades presentes. 6º Homenagem cantada à Iemanjá

[173] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 101, folhas 67 (face) e 68 (verso), 07 de janeiro de 1972.
[174] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 102, folha 69 (face), 03 de fevereiro de 1972.

> pela soprana Lea Sueco. 7º Homenagem especial as autoridades; Prefeito, Vice-prefeito e Deputado. 8º Homenagem à Ferina Thomas Aquino e a Public News, nas pessoas dos Srs. Antônio Ernani Pinto da Silva e Hemon Vanner. 9º Sorteio de imagens, por parte da Federação à todos os centros que se encontrarem presentes á festividade em homenagem à Iemanjá. 10º Chamada dos centros presentes, a fim de comparecerem ante a Gruta, para prestarem suas homenagens particulares à Iemanjá. 11º Palavra de agradecimento, pelo presidente da Federação, à todos os presentes e a todos quando colaboraram para a realização e brilhantismo da festividade em homenagem à Iemanjá. 12º Prece de encerramento. **Dia 2 de fevereiro as dezoito horas. 1º Passeata em procissão com a imagem pelo Balneário dos Prazeres. 2º Entrega das oferendas e dos pedidos ao grande Orixá do Mar**[175] (Grifo nosso).

No Livro de Atas em apreço as últimas menções sobre a Festa datam de 12 de julho de 1974, quando então...

> [...] o Sr. Presidente, comunicou que **havia recebido da Secretaria de Turismo do Estado, alguns formulários, a fim de que fossem estudados e preenchidos para contemplação de verbas para a Festa de Iemanjá**, em virtude do adiantado da hora, ficou resolvido que este assunto seria tratado na próxima reunião, havendo a concordância de todos os presentes[...][176] (Grifos nossos).

Na reunião posterior, ocorrida em 1º de agosto de 1974, registrou-se em Ata que os formulários haviam sido preenchidos e encaminhados para a Secretaria de Turismo do Estado[177]. Este dado, vem ao encontro de uma alusão difusa que Carlos Alberto Pereira faz na sua entrevista, de que a Secretaria de Turismo do Estado do RS já teria considerado a Gruta e as homenagens à Iemanjá como patrimônio estadual, não especificando, porém, se isso foi resultado de um processo de patrimonialização formal, por parte do IPHAE[178]. Em uma longa narrativa sobre a melhoria da infraestrutura da orla, para atender especificamente a comunidade

---

[175] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 20, folhas 99 (face) e 100 (verso), 21 de janeiro de 1974.

[176] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 24, folhas 105 (face), 12 de julho de 1974.

[177] Livro de Atas da União da Umbanda da Princesa do Sul/Federação Sul-Riograndense de Umbanda. Ata nº 25, folhas 106 (verso), 1º de agosto de 1974.

[178] "Ali não interessa porque é patrimônio cultural, aquilo ali eu não sei como é que eles conseguiram perder, era tombado como patrimônio do estado do Rio Grande do Sul, a gruta de iemanjá. Já existia o projeto da Câmara de Vereadores, tombado como patrimônio cultural de Pelotas, feito por Luís Carlos Mattozo, na época". (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015). Cabe ressaltar que não houve a verificação deste dado em razão desta informação coincidir com o prazo final de escrita da dissertação.

religiosa, fica claro a importância que a Festa tinha para as várias esferas governamentais:

> Como é que surgiu a iluminação do Balneário Nossa Senhora dos Prazeres e o calçadão em frente a Gruta de Iemanjá? Esqueceste de perguntar pra mim. E ai eu vou te responder, em meados de 1975, meu falecido padrasto, Irineu Viana, que era presidente da Federação, juntamente com o prefeito da época, Irajá Andara Rodrigues, um dos amantes da religião que traços religiosos ele tem porque todos da família dele, eles têm porque são da religião. Eles sempre se conversavam e tinham altas reuniões pra cada vez mais abrilhantar a festa de Iemanjá ali, ele sempre apostava, ele não foi um sonhador, ele sempre foi um concretizador de sonhos, ele disse: "Essa Festa vai ser a maior festa do país" e realmente foi. Daí começou a surgir, "tchê, nós estamos aqui amassando o pé no barro" e na época existia a divisão dentro da Câmara de Vereadores, que era a Arena e o MDB. Então seguinte, a Arena tinha mais vereadores do que o MDB, que era o 21. Então, vamos supor, a Arena tinha 14, o MDB tinha 7. Então, pra tu chegar num acordo, fazer um projeto, mandar pra Câmara de Vereadores era difícil. Então, como sempre existiu jogo de cintura, tinha o pessoal da Arena que também era da religião e que não gostava de aparecer. Então, fizeram o acordo e mandaram fazer o projeto, foi orçado, não sei dizer em qual valor foi orçado, e aí conseguimos verbas pelo Ministério da Cultura e do Turismo na época. Não lembro, [se] era Secretaria de Cultura do Estado, era uma coisa assim, não lembro, pra fazer a extensão da energia elétrica porque no início queriam colocar da entrada da venda do Amazonas até a Gruta de Iemanjá. E nós dissemos: "não, já que estou aqui, coloca nos dois lados do bairro também, ajuda o pessoal da direita e da esquerda". E daí já aproveitamos: "quem sabe um calçadão aqui na frente?" Daí começou aquele bate-papo, e aí foi, foi e foi. E houve naquela época, existia uma lei, não lembro, uma lei que prorrogou os mandatos dos prefeitos, eu não lembro o nome. Então, o seguinte, teu mandato terminava em 78, não, teu mandato vai terminar em 80. E aí que ele pegou essa coisa e disse: "é agora que nós vamos fazer". E realmente foi feito ali a extensão da energia elétrica e o calçamento, bom, foi uma festa de arromba. Aí sim, a cobertura foi dos quatro cantos do país. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

A partir das atas, é possível observar então que a Festa de Iemanjá se constituía nesse período como uma das principais manifestações públicas da umbanda na cidade, sendo que o evento já possuía um grande envolvimento do poder público local com a sua realização. No próximo ponto, será discutido uma das atividades religiosas que a festa contemplava e que é atualmente objeto de polêmicas: os acampamentos.

4.1.2 A ocupação lúdico-religiosa do Balneário dos Prazeres

Chamou a atenção, o fato de não constar nas Atas qualquer referência aos acampamentos das terreiras na orla durante as festividades de Iemanjá. O depoimento de alguns interlocutores, sobre a estrutura destes acampamentos em tempos pretéritos, talvez explique a ausência de um registro formal desta atividade: acampar na orla da Lagoa não se resumia a uma atividade religiosa, embora a contemplasse. Se constituía em uma atividade lúdica, que remete para a apropriação daquele espaço, por parte de famílias de classes populares.

Segundo o umbandista Carlos Alberto, os acampamentos religiosos existem desde, no mínimo, 1965 e, se constituíam por meio de intenso deslocamento para fins de usufruto das periferias da cidade para a periferia da praia, se considerarmos que nesta época o bairro Barro Duro também era habitado por classes populares:

> Carlos Alberto: Os acampamentos ali sempre existiram, mais precisamente, os acampamentos existiram ali desde 1965, aonde nós vínhamos, nós nos deslocávamos dos nossos bairros, aonde nós morávamos na periferia e íamos de caminhão, atravessava o Arroio Pelotas e seguíamos estrada fora até chegar no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, o nosso Barro Duro.
> Rosane: E muita gente acampava aí?
> Carlos Alberto: Você tem que vê que saudade daqueles tempos, tchê lotava de acampamento. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

O período de acampamento abarcava três meses, não se resumindo a celebração da Festa de Iemanjá:

> Rosane: Assim, o senhor falou da construção da Gruta. Uma pergunta sobre os acampamentos, que esses acampamentos sempre existiram ali?
> Carlos Alberto: Sempre existiram.
> Rosane: Um detalhe então só pra confirmar. Antes da gruta de Iemanjá já existiam imagens?
> Carlos Alberto: existia, existia os acampamentos. A prefeitura outorgou a Federação de Umbanda dar a licença a todos os centros filiado à federação para acompanhar os eventos, para acamparem no mês de dezembro, de 1º de dezembro a 28 de fevereiro, era livre o acampamento lá. (Entrevista com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

O acampamento, implicava deslocar toda a estrutura familiar para a orla da lagoa, como indica o depoimento de Maria Ochoa:

> Era, não, era mais no mato, os terreiros chegavam ali, faziam a sua saudação e iam para o mato trabalhar. [...] Sim, nesse tempo eu acampava lá no fundo do mato e por dia três, quatro de janeiro, eu só vinha em março porque os meus filhos, ninguém estudava, eram tudo pequeno. O meu filho mais novo nasceu cinco de dezembro, cinco de janeiro eu tava na praia, veio com um

> mês, ele veio de lá com quase três meses (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 04 de novembro de 2014).

A prática do acampamento, desde criança, por parte de várias lideranças umbandistas, baliza a memória afetiva que os vincula aquele espaço.

> Não, existia a Festa e existia o campista, aquele que ia pra lá pra aproveitar o verão e participar da Festa. Ia pra lá uma pessoa que não era da religião, acampava e ia esperar a Festa. [...] Eu vou te dizer, eu era um campista de lá de três meses. É verdade, eu ia antes do natal e só saía de lá quando começava o carnaval. [...] É aquilo que eu digo, a razão do acampamento tem o acampamento em si, os encerramentos dos terreiros é outra coisa. As pessoas iam acampar lá pra participar da Festa, iam pra lá no período de verão e acampavam lá pra participar da festa. Outras iam com os terreiros, 15 dias, 20 dias antes pra fazer os encerramentos do mato e água e participar da festa. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Segundo os interlocutores, representantes das religiões afro-brasileiras de Pelotas, ao serem questionados sobre a importância da Festa de Iemanjá para a comunidade, um dos pontos assinalados foi a relação das práticas afro-religiosas com a natureza. De acordo com a umbandista Maria Ochoa, referindo-se a celebração à Iemanjá no Barro Duro.

> "[...] é aquela energia toda que tu pega do orixá daí, da mata, do mar, tu junta energia do mar, água, vento, então aquilo pra gente é importante. Como é que eu vou te dizer, mal comparando, tu recarrega as baterias, sai inteira, que é muito bom". (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 4 de novembro de 2014).

É característico da Festa de Iemanjá os acampamentos das terreiras (tanto de umbanda como de batuque) no Barro Duro. O acampamento faz parte da estrutura da cerimônia religiosa para que os rituais, que celebram a divindade Iemanjá, ocorram. Uma vez que, na cosmologia de matriz africana compreende-se que os orixás quando alimentados (com frutas, carnes, bebidas, flores, plantas, etc) estão sendo homenageados e/ou cultuados respeitosamente pela terreira. Na cosmologia afro-brasileira, cada orixá tem os seus respectivos alimentos, frutas, cores, bebidas e é interessante destacar que para cada orixá há uma receita do alimento que deve ser destinado a ele. Então, como já ouvi no campo de pesquisa, "não há uma terreira sem uma cozinha", pois é essencial preparar o alimento que será indispensável no ritual.

> É na festa que os orixás vêm à terra, no corpo de suas filhas, com a finalidade de dançar, de brincar no *xirê*, termo que em Ioruba significa exatamente isto: brincar, dançar, divertir-se. É através dos gestos, sutis ou vigorosos, dos ritmos efervescentes ou cadenciados, das cantigas que "falam" das ações e dos atributos dos orixás, que o mito é revivido, que o orixá é vivido, como a soma das cores, brilhos, ritmos, cheiros, movimentos, gostos. A vida dos orixás é o principal tema (e a vinda dos orixás é o principal motivo) da festa. Os deuses incorporam seus eleitos e dançam majestosamente: usam roupas brilhantes, ricas, coroas e cetros, espadas e espelhos; são os personagens principais do drama religioso. (AMARAL, 2005, p.48).

Sendo assim, compreende-se que o axé, definido como "força vital", "sagrada", "energia", "forças da natureza", é perpassado tanto pela cultura material, como na música, na dança, no canto, no gesto e, inclusive, na preparação dos alimentos (AMARAL, 2005). Por isso, também, o acampamento torna-se imprescindível durante a Festa de Iemanjá, pois é obrigatório ter uma estrutura, semelhante a uma cozinha, que possibilite a preparação dos alimentos para o ritual. Além disso, o acampamento também se torna importante para as pessoas da terreira (família de santo) terem um espaço para descansarem, uma vez que a Festa dura a noite inteira, do dia 1º ao dia 2, bem como, o acampamento vira uma estrutura de proteção para o congá da terreira ou as imagens de entidades e/ou orixás trazidas da terreira para a Festa. A música, o som, também são fatores importantes para a Festa, uma vez que se escuta, durante a noite até o amanhecer do dia 2 de fevereiro, o canto alto das terreiras e os batuques dos tambores.

Joabe, explicando-me o significado da orla da lagoa para as religiões afro-brasileiras, relembrou da Festa quando a mãe dele participava do evento religioso e ele a acompanhava.

> [...] hoje a Festa de Iemanjá dentro daquilo que eu pratiquei a Festa, que a gente praticava, a minha mãe praticava e outros tantos, o que é que acontece? A Festa hoje aonde ela é, ela já não é a Festa de Iemanjá que se praticava, por quê? Porque aonde tava a gruta cem metros pra frente era mato, era mato. Então existia um funil que ia pro mar, então a importância daquilo ali era tanto a energia da natureza terra, mato, vegetal quanto a água. Então era uma soma das três energias, entende? (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Seguindo sua fala, Joabe explicou que o Balneário dos Prazeres, por possuir os três elementos da natureza (água, terra e mata), tem um significado forte para os rituais umbandistas:

> O ritual umbandista ali que é a linha de caboclo, que é o mato e a água pra que a gente pudesse absorver ambas, os nossos encerramentos eram exatamente no que? Na mata e no mar, na água. Porque muita pouca gente sabe, muita pouca gente sabe não, muito sabe, mas poucos revelam isso aí que nós umbandistas aquilo que é descarregado no mar, que pra nós é a calunga grande, tudo que é descarregado no mar não volta. Então, quando nós descarregamos coisas negativas, nós simplesmente devolvemos aquilo pra que não volte mais para nós. Por isso que nós temos um nome, damos um nome o que? Calunga grande. Entende? Que é o mar. Calunga pequena, o cemitério. Calunga grande, o mar. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Esta confluência entre energias presentes, em vários domínios, é apontada também por outros interlocutores na caracterização da orla como o espaço ideal para acolher as práticas rituais afro-brasileiras:

> Só que a Festa de Iemanjá, o que é que acontece? Como essência religiosa é da maior importância. Iemanjá pra nós é mãe de todos os santos, mãezona que protege toda e qualquer pessoa, pra nós é Iemanjá e Oxalá, mas já viu festa pra Oxalá? Quem é da religião sabe o quanto é revigorante, a gente ganha força, agora tu imagina, tu tocar, fazer a homenagem de agradecimento num espaço que é dela nas águas, com a mata de Oxossi, o que a gente ganha de bom, de energia pra nós é a maior coisa que tem. (Entrevista realizada com Joice Duarte, em 06 de novembro de 2014).
>
> A água é de Iemanjá, mas a areia pertence a todos orixás femininos. Então qualquer oferenda que tu soltar na areia, na beira d'água, tu tanto homenageia Oxum, quanto Iemanjá, quanto Iansã. São orixás da água, eles recebem, dependendo até de um Oxalá. Então, claro tu cultua eles no elemento deles, que é bem mais forte. É uma coisa bem mais aceita. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 04 de novembro de 2014).

Por isso, a razão para existir os acampamentos durante a Festa, além de proporcionar o lazer aos participantes e o encerramento das terreiras num espaço com todos os elementos da natureza essenciais às religiões afro-brasileiras, é para que possam utilizar a natureza para a realização de seus rituais. É válido salientar que, os rituais na Festa de Iemanjá duram a noite toda, virada do dia 1º para o dia 2, isto quer dizer, que os acampamentos são utilizados para abrigar as famílias de santo. Assim como, há outros casos relacionados aos acampamentos mais longos, de quinze dias, em razão da terreira, isto é, se a terreira tem que fazer assentamento de mais um orixá ou fechar o ciclo anual da terreira, aproveita para fazer no período da Festa de Iemanjá. Segundo os presidentes das federações, Joabe Bohns e Marcos Abreu, muitas terreiras também aproveitam o período de celebração à Iemanjá para aproveitar a praia, relacionando compromisso religioso ao lazer.

> Sim, o acampamento serve pra que? Pra que tu possas fazer, agora entra no lado terreira, pra que tu possas fazer teu ritual o que é que acontece? Teria que ser mais ou menos tipo o nosso terreiro, a nossa casa de religião, ali nós vamos fazer o que é muito usado dentro dos acampamentos? Daquela área de mato ali, é o amacio que tem que ter no acampamento, aonde as pessoas vão lavar a cabeça, vão tomar o seu banho de erva, é o que é feito dentro dessa área da natureza. Então a gente precisa desse acampamento para que? Pra que a gente possa estar a disponibilização daquilo ali[...]. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014)
> Isabel: Sim, e o acampamento faz parte dessa prática?
> Marcos: Faz parte, não tem como não fazer. Quer dizer, pessoas que ficam até uma semana acampada, justamente por isso porque nós temos cultuação de várias linhas dentro da nossa umbanda, então, se trabalha uma por dia, uma por noite, então, por isso muitas vezes se necessita, digamos assim, até ficar mais tempo ali uma semana, dez dias. Além do próprio lazer do povo que trabalha o ano inteiro em prol da religião e está ali, quer dizer, o que falta é a fiscalização de saber, "olha isso é responsabilidade de vocês, no momento que sair, é levantar todo lixo, não queimar nada, não pregue nada nas arvores, apenas amarre." Quer dizer, então tem várias formas, digamos assim, que a Prefeitura poderia aproveitar até esse próprio povo que ali está, no intuito de ajudar na própria limpeza da praia. Porque é danada ali, não só na praia, mas como na cidade inteira. (Entrevista realizada com Marcos Abreu, em 15 de novembro de 2014).

Além disso, alguns representantes religiosos apontaram que os acampamentos religiosos são essenciais porque há a necessidade de se ter um lugar para realizar a alimentação oferecida aos orixás.

> A celebração e festividades e cerimônias de acordo com preceitos, preceitos da respectiva religião. Quero dizer o seguinte, os preceitos nosso é de acamparmos, ter uma cozinha lá dentro do mato, seja onde for na orla, nós não estamos infringindo nada dentro desse país, nada, e algumas pessoas acham que nós estamos infringindo e fazem, relutam para nós omitir nossos direitos religiosos. (Paulo de Xangô, Audiência Pública de 17 de janeiro de 2014).

As diferentes reconstruções mnêmicas sobre a Festa, concordam sobre a importância do encontro nas águas entre a orixá Iemanjá e a santa católica Nossa Senhora dos Navegantes. Discordam, no entanto, a respeito de quando iniciou este momento do ritual. Conforme Joabe, este encontro teria sido criado por ele e por Gilson Lobo, durante o seu primeiro mandato como presidente, há aproximadamente 10 anos, quando a santa católica passava pela Lagoa dos Patos, em frente a imagem de Iemanjá presa na Gruta. Sentindo-se triste pelo fato da Iemanjá estar em terra, enquanto a outra estava na água, Joabe e Gilson retiraram da Gruta a Iemanjá e a levaram para água, assim, encontrando a outra imagem. De acordo com ele, a Iemanjá ficava apenas fora da Gruta durante toda a Festa e ninguém podia tocá-la,

somente quando a imagem é retirada para ir até a água, ao encontro da santa católica, é que a imagem passa a ficar exposta durante o evento religioso, podendo ser tocada.

> Eu não tinha prometido nada, só que quando eu assumi ela, quando assumi na Federação como presidente porque eu nunca pensei em ser presidente da Federação. Quando eu assumi, eu me veio aquilo na cabeça. Eu digo: "a partir de hoje eu te agradeço por tudo que eu já tenho, que eu conseguir, ninguém há de ficar sem tocar em ti". E até hoje todo mundo toca. "Tu é louco, vão quebrar". Não sou louco, não sou nada, não vão quebrar. Eu levo ela ali, boto ela ali. (Entrevista realizada com Joabe Bonhs, em 18 de setembro de 2014).

Já Carlos Alberto Pereira, situa este encontro em um tempo mais pretérito, indicando, inclusive, que há décadas atrás havia também uma procissão terrestre, conforme já indicado em uma passagem de Ata disposta anteriormente neste capítulo:

> [...]durante todos esses anos sempre existiu o encontro de Iemanjá com Nossa Senhora dos Navegantes dentro da Laguna dos Patos. Antigamente, no tempo do Jayme Chemello, na época, ele era contra esse encontro, então nós íamos com a imagem de Iemanjá até um certo local e depois recolhíamos. E na época existia o encontro das duas orixás, e o que nós fazíamos? Nós tirávamos ela da água e fazíamos a procissão terrestre por todo o Balneário dos Prazeres, as ruas principais do Balneário dos Prazeres e lotava. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Os significados religiosos da orla, relacionados à uma cosmovisão constituída em torno da sacralização da natureza, é contestada pelos representantes do campo ambientalista. Embora o ex-secretário da Secretaria de Qualidade Ambiental, Neiff Satte Alam, tenha se apresentado na entrevista como um adepto das religiões afro-brasileiras, os acampamentos, segundo ele, são desnecessários enquanto elemento constitutivo da estrutura ritual da Festa:

> Isabel: É que o acampamento tem um envolvimento com a Festa, ele faz parte da prática religiosa.
> Neiff Satte Alam: Não, não faz parte. O acampamento faz parte da prática do uso, da forma, mas não precisa acampamento. Acampamento para o que é que eles fazem? Para as oferendas. Sim, mas para acampar eles não precisam fazer oferendas.
> Isabel: É, mas é que tem muito alimento que tu oferece ao orixá.
> Neiff Satte Alam: Sim, por isso nós estabelecemos naquele local aonde tem a estátua ali, um local, uma barraca, mais de uma barraca. Uma seria para colocar esse material que eles precisam e não precisam porque é tudo naquele dia. Vai levar uma fruta que precisam que a fruta seja conservada, pra que? Eles estão levando a fruta pra lá, se levam pra comer, como é que fazem, quem vai ficar lá de noite? Não tem lógica. Não existe lógica pra isso. Até porque **como eu sou da religião, eu sou da umbanda, eu sei que não**

> **precisa**. (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014; grifo nosso).

O biólogo Ivan Vaz, que mesmo se apresentando como adepto da religião de matriz africana na entrevista, também expôs uma posição contrária a realização dos acampamentos religiosos. Diferentemente do ex-secretário, o biólogo não apontou para os acampamentos como uma prática profana, mas sim, para a adequação obrigatória que esta prática religiosa deve ter em relação à problemática ambiental, que reporta a evolução cultural:

> Eu penso que tu tem que cultuar a Iemanjá no dia 2, os acampamentos não deveriam ter, penso eu, de existir. “Ah, mas eu tenho que fazer o encerramento do meu centro lá no meio da mata”. São feitos encerramentos lá na praia do Cassino, por que não utilizar para os encerramentos, outras partes da praia? Por que a mata? Entende? Essa relação que a gente precisava estudar e entender que a religião evoluiu junto com o planeta. Precisamos adequar a religião a evolução ambiental, é bem simples. (Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014).

Assim, a partir desta breve caracterização sobre a estrutura da festa de Iemanjá no passado e suas atividades rituais, verifica-se que a realização de acampamentos ocorria concomitantemente ao período de veraneio, proporcionando ao mesmo tempo lazer e cumprimento das funções religiosas. Apesar da constatação da importância histórica dos acampamentos para a cerimônia religiosa, há alguns anos essa prática vem sendo alvo de discussão entre as entidades representativas religiosas afro-brasileiras, poder público local, órgãos ambientais e poder jurídico.

Deste modo, no subcapítulo seguinte apresento a minha participação na Festa de Iemanjá de 2014, na qual exponho as modificações da sua estrutura ritual e algumas características que a mesma ainda mantém, como a relação com o poder legislativo local para viabilizar a sua realização de acordo com os moldes tradicionais.

4.2 Etnografando a Festa de Iemanjá

Este subcapítulo, tem por objetivo descrever a minha experiência etnográfica da Festa de Iemanjá de 2014. Na sistematização dos dados, ao confrontar meus diários de campo com a narrativa abaixo, me surpreendeu determinadas recorrências, as quais deixo ao leitor o desvelamento do significado.

> Dinorá Feijó Leal, conheci sim. Eu tenho um caso do Dinorá pra contar pra vocês. Olha só, verídico. Chovia e nós arrumamos a Gruta, tudo decorado, lindinho. Por volta das 13;30, 14 horas, enfeou o tempo e o aguaçal veio, desmanchou tudo. Esse homem dava pulos, furioso, pulava que te digo, eu lembro até hoje, aqueles cabelos grisalhos, os óculos grandão, "Aí estragou tudo, não adianta, essa mulher está me tirando pra trouxa". E eu: "mas tio que mulher?". "Essa que tá ai dentro da gruta". Eu lembro até hoje: "tio, não fala assim da minha mãezinha". "Ah, eu to brincando". "Mas com isso aí não se brinca". Lembro até hoje, eu tinha 7, 8 anos. "Eu vou fazer o seguinte, eu vou ali conversar com ela, eu vou fazer uma promessa pra ela, mas eu não tenho nada pra dar pra ela e aí o que o senhor vai dar pra ela?". "O que tu quiser, o que tu pedir, eu dou". Aí eu fui lá, subi as escadas, eles abriram a porta pra mim e se mandaram, sumiram. O meu velho dava pulo, o Dinorá também, o seu Edyr, o Irineu, Dinorá, sempre juntos, o trio parada dura. Subi, mandinho, lembro até hoje: "Mãezinha, ele vai te dar 7 velas dessas bem grandona de 2 metros e meio, velas essas de sete dias, tudo azul, pacotes e pacotes de vela, ele vai lhe dar, se eles não lhe derem, a senhora derruba tudo".
> Rosane: O senhor também colocou ele no compromisso...
> Carlos Alberto: Vocês não vão acreditar, não levou uns 45 minutos e veio um solaço, abriu, e ele chegou pra mim, ele dava pulos de felicidade, chorava e disse: "guri, o que é que tu fez?". "Olha, o senhor disse que ia fazer, se o senhor não fazer...". Era de tarde e a festa ia começar umas 8:30 da noite.. "Eu disse que o senhor ia dar 7 velas de 2 metros e meio". "Mas tu é louco, vou ter que ir lá na cidade". "Te vira, eu disse que o senhor ia dar pra ela". "E se eu não der?". "Se o senhor não der, eu disse pra ela que venha com tudo e derrube tudo". "Então, deixa assim". Pegou o carro e veio: "filho, tá aqui, tudo contigo". Peguei as velas e botei tudo dentro da gruta: "mãezinha, tá tudo certinho". Então, é uma coisa que eu me lembro, são coisas boas. E pra muitos pode parecer bobagem, mas pra mim foi uma coisa que marcou na minha vida. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2014).

No primeiro ano, em fevereiro de 2014, acompanhei a festividade religiosa de forma integral, partindo da noite do dia 1º, correspondente aos momentos inicias das atividades, até o seu encerramento no final do dia 2 de fevereiro. Assim como, participei da cerimônia religiosa em 2015, no entanto, contou apenas com um breve acompanhamento da abertura das atividades na noite do dia 1º de fevereiro. Contudo, gostaria de justificar que a minha parcial presença na festa neste ano, deveu-se ao andamento da etnografia em 2014. A intenção inicial relativa a pesquisa de campo, era a minha participação apenas na primeira festa de Iemanjá (2014), visto que o prazo final de entrega da dissertação seria o início do primeiro semestre de 2015, pressupondo-se que o estudo etnográfico, bem como o trabalho como um todo, já deveria estar finalizado neste período. No entanto, com o andamento da etnografia, percebi a necessidade de acompanhar a festividade de 2015 para expor os diferentes discursos, que permeiam a realização da festa religiosa, demarcando uma estreita relação com a arena política pelotense.

Neste ponto, inicialmente apresento a sistematização dos dados enográficos, relacionados a Festa de Iemanjá de 2014, a partir da programação da festividade, a qual foi perpassada pelo presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros por meio das redes sociais, para mostrar ao leitor o percurso da procissão tracejado desde a saída da imagem da sede da Federação, até sua chegada na praia do Barro Duro, bem como chamar a atenção para o andamento da cerimônia religiosa:

> Programação das homenagens a mãe Iemanjá dia 01/02/2014
> 20 horas e 30 minutos • Saída da mãe Iemanjá da sede da federação • em carreata da Rua Xavier Ferreira nº. 1000. Rota: 1. Rua Juscelino K. De Oliveira 2. Rua Comend. Rafael Dias Massa 3. Avenida Adolfo Fetter 4. Avenida Rio Grande do Sul 5. Avenida Augusto Assumpção até o chafariz 6. Via fluvial até o Balneário dos Prazeres 22 horas • Recepção da imagem da Mãe Iemanjá. • Execução do hino nacional. • Execução do hino da umbanda. • Abertura oficial. • Pronunciamentos: • Sr. Joabe Luis Bohns Presidente do Conselho executivo. • Autoridades convidadas • Vereador Ricardo Santos • Vereador Marcola • Vereador Rafael Amaral • Ademar Ornel Presidente da câmara de vereador • Dr.Eduardo Leite, Prefeito Municipal. De Pelotas • Prece de abertura • Homenagens: • Do Conselho Executivo à mãe Iemanjá. • Do Conselho Afro Brasileiro à mãe Iemanjá. • Dos Centros presentes à mãe iemanjá. • Dos terreiros e casa de nação. Dia 02/02/2014 Visitação pelos adeptos a mãe Iemanjá. 16 horas • Encontro da mãe Iemanjá com Nossa Senhora dos Navegantes. 18 horas • Entrega das oferendas feitas à mãe • Iemanjá na Lagoa dos Patos. • Encerramento da 57ª Festa de Iemanjá, Pelo Sr. Joabe Luis Bohns (Programação retirada da página de Joabe Bonhs no Facebook).

Na programação mencionada acima, é possível perceber que a cerimônia de abertura conta com o pronunciamento de representantes da arena política local, o que aponta para o fenômeno religioso contemporâneo em que há a participação e articulação entre atores religiosos e atores laicos de diferentes formas, como é assinalado por Burity (2008). Deste modo, é notório que a Festa de Iemanjá é um espaço utilizado não apenas por atores religiosos, mas também por atores políticos (e laicos), acarretando em uma estreita relação entre política e religião.

Nesse sentido, apresentarei a minha participação na cerimônia religiosa à Iemanjá, de acordo com os acontecimentos ocorridos em ordem cronológica em relação à festividade, conforme cada passo que consta na programação, trazendo as minhas anotações de diário de campo, observações etnográficas e problematizações teóricas acerca da amplitude social e política que contempla esta cerimônia religiosa. No dia 1º de fevereiro de 2014, por volta das 19 horas, fui encontrar o presidente Joabe Bohns na frente da sede da Federação. Combinamos durante os nossos

encontros, que Joabe conseguiria algum meio de transporte para me levar à festa, visto que os adeptos e membros da Federação também precisavam de algum meio de locomoção para ir até o local da cerimônia religiosa. Joabe cumpriu com o acordo, pois na frente da sede estavam estacionadas três Kombis brancas do SANEP, as quais foram disponibilizadas pelo vereador Ademar Ornel para levar as pessoas da Federação até o Balneário dos Prazeres. Além das Kombis, na frente da sede estava estacionado um caminhão e alguns carros, bem como havia uma grande circulação de pessoas pela sede da Federação. No portão principal da sede, onde estava localizada a imagem de Iemanjá, encontrei alguns conhecidos que também presenciaram as reuniões como Mauricio Feijó, Giovane Araújo, do Conselho de Orientação Espiritual da Federação, Oscar Fiss, vice-presidente da Federação e o próprio Joabe. Notei, na entrada, o grande envolvimento do Maurício em relação à organização da festa, porque estavam presentes quase todos os seus filhos de santo, os quais se envolveram e trabalharam bastante durante a festa.

> Havia muita movimentação naquele dia. As pessoas não paravam muito para conversar comigo, como o de costume, apenas me cumprimentavam e iam fazer suas tarefas. Muitas pessoas entravam e saíam da sede e muitas carregavam suas oferendas para Iemanjá. Nesse dia havia em torno de 100 pessoas ali na frente. As oferendas no barco de Iemanjá variavam desde flores, espelhos, perfumes até merenguinhos. (Diário de campo realizado no dia 1º de fevereiro de 2014).

Saliento que uma amiga minha e também aluna do curso de Antropologia na UFPel, a Ariane, quando soube que eu acompanharia toda a celebração à Iemanjá, se interessou em acompanhar a festa também. Deste modo, solicitei ao Joabe a reserva de mais um lugar para a minha amiga na Kombi.

Por volta das 20 horas, a imagem de Iemanjá, a qual estava dentro de um barquinho de madeira na cor azul repleto de oferendas, foi colocada dentro do caminhão, impossibilitando que fossem depositadas mais oferendas no barquinho. O caminhão tinha uma longa carreta, na qual acomodou-se o barquinho com a imagem de Iemanjá, os tamboreiros e seus instrumentos e mais integrantes da Federação que ficaram cuidando a imagem.

O trajeto estipulado pela Federação, partiu da Rua Xavier Ferreira, passando pelas ruas Juscelino K. De Oliveira, Comend. Rafael Dias Massa, Avenida Adolfo Fetter até o Laranjal, passando pela Avenida Rio Grande do Sul e finalizando a rota na Avenida Augusto Assumpção, foi guiado pelo caminhão onde estava a Iemanjá e

pelas Kombis. Carros e outros meios de transporte foram seguindo no trajeto, formando uma grande procissão terrestre. Durante o caminho, na Kombi em que estávamos eu, Ariane, as filhas de Giovane Araújo (membro da diretoria da Federação) e dois membros da Federação (Luciano e Nathália), foram surgindo diversos assuntos relacionados ao controle exercido pelo poder público local em relação as manifestações afro-culturais no espaço público. Entre eles, as filhas de Giovane expuseram que para a festa do ano de 2013, a Prefeitura havia disponibilizado três Kombis e mais dois ônibus, o que facilitou para mais pessoas irem a festividade e compararam com o posicionamento da Prefeitura atual, a qual não disponibilizou mais meios de transporte. Além disso, também foi comentado pelas adeptas e pelos membros da Federação sobre o carnaval, apontando que era um absurdo não ter um espaço para realizar o carnaval e que a possibilidade de ocorrer no bairro Porto não era bem visto pelos presentes em razão da distância, da falta de estrutura e pelo alto índice de violência marcante no bairro.

Enquanto percorríamos o trajeto, iniciou uma chuva fraca que foi aumentando durante o caminho. Fui observando no percurso, que muitas pessoas que estavam na rua paravam para olhar e muitos corriam para pedir uma flor do caminhão, onde estava a Iemanjá. Durante todo o trajeto, o pessoal da Federação, que estava na carreta, entregava flores e alguns perfumes para as pessoas que estavam na rua. Muitos carros também paravam para observar e outros buzinavam quando viam a procissão. As pessoas escutavam o som dos tambores e saíam de suas casas para ver, pois desde a saída da Iemanjá da Federação até o Laranjal, o pessoal da Federação e os tamboreiros cantaram muito alto, chamando a atenção de todos. E mesmo com chuva, as pessoas corriam atrás do caminhão para alcançar uma flor de Iemanjá. Observei que algumas pessoas recebiam as oferendas e ficavam com uma expressão alegre no rosto, enquanto outras se emocionavam.

Chegamos ao Balneário Santo Antônio, situado no bairro Laranjal, por volta das 23 horas. Todas as Kombis estacionaram em frente ao chafariz, localizado na Av. Augusto Assumpção, passando a rótula em frente ao shopping. Nesse momento, todos desceram das Kombis. Este era o momento em que o barco com a imagem de Iemanjá seguia o percurso pela Lagoa dos Patos, até a praia do Barro Duro. Em uma pequena parte da praia, próximo ao chafariz, havia muitas pessoas já esperando pela saída da Iemanjá, formando duas filas, parecendo um “corredor de gente”. Chovia muito nesse momento e por isso a maioria das pessoas estavam com guarda-chuvas

ou com alguma proteção. A Iemanjá passou pelo “corredor” carregada por seis homens, os quais a levaram até a beira da lagoa, onde havia um barco esperando para transportá-la ao Barro Duro.

Após a saída do barco com a Iemanjá, retornamos às Kombis para seguirmos caminho até o Barro Duro. Durante esse trajeto entre os balneários, não visualizei nenhum policiamento. Chegamos ao Barro Duro e as Kombis estacionaram no centro e não na praia, porque estava proibida a entrada de automóveis no local da Festa. Assim, descemos das Kombis e fomos a pé até a beira da praia, indo em direção a Gruta e quanto mais se aproximava a hora da chegada da Iemanjá, lentamente a intensidade da chuva diminuía. Por volta da meia noite, a praia estava lotada e todos à espera de Iemanjá. Os fogos de artifícios anunciavam a sua chegada, a qual veio em direção à beira da lagoa, sendo iluminada pelo luar e pelos fogos. Foi um dos momentos mais lindos da Festa. Quando a imagem chegou a terra, a chuva praticamente parou, parecia que até a natureza estava respeitando a chegada da orixá.

Antes de fazer maiores apontamentos sobre a abertura da cerimônia religiosa, gostaria de trazer uma breve descrição do espaço onde ocorreu a festividade. Deste modo, acredito que tenha ficado claro, que a espera pela chegada da Iemanjá e a maior concentração de pessoas foi na frente da Gruta, local que passo a descrever. A Gruta de Iemanjá está localizada de frente para a beira da Lagoa dos Patos, havendo um pequeno calçamento que a distância da beira da praia, como mostram as imagens abaixo.

Figura 7: Gruta de Iemanjá. Fonte: Isabel Campos.

Figura 8: Espaço de calçamento em frente a Gruta. Fonte: Google Earth

Ao lado da Gruta está localizada a casa da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, que protege e busca preservar a Gruta, como já foi demonstrado em capítulo anterior.

Em frente a Gruta e a casa, há uma extensão de calçamento e foi neste calçamento que foi montado uma pequena estrutura para a realização da Festa de Iemanjá, sendo que em frente à Gruta foi armada uma grande tenda, servindo para proteger a imagem de Iemanjá que depois de sair da água ficou exposta em um pequeno altar armado na rua durante toda a homenagem. O espaço da tenda ficou destinado para os organizadores da Festa, ou seja, presidente Joabe Bonhs e os outros membros da diretoria da Federação, assim como para os membros das

terreiras participantes da cerimônia religiosa e para autoridades presentes. No entanto, havia muita aglomeração de adeptos e participantes que faziam questão de ficar no espaço da tenda para ver e tocar a imagem de Iemanjá. De acordo com os membros organizadores da Federação, a insuficiência de corda de isolamento acarretou na “invasão”, por parte dos participantes e adeptos, no espaço interno da tenda foi devido a falta de apoio do poder público, o qual liberou pouca verba para a realização da Festa, gerando uma precariedade na sua infraestrutura. Já no espaço exterior ao calçamento, havia corda isolando o local, o que, de certa forma, impedia a entrada e a circulação de todos os participantes por esse espaço.

As fotos a seguir expõem a presença do público no local da Festa.

Figura 9: Chegada da divindade na Festa de Iemanjá de 2014. Fonte: Jornal Diário da Manhã[179].

Esta primeira imagem, disponibilizada no site da TV Câmara, apresenta a chegada da Iemanjá, no seu barco azul recheado de oferendas. Após a sua chegada, a imagem foi colocada em um pequeno palanque, uma espécie de “altar” onde ficou até o fim da cerimônia religiosa, no dia 2 de fevereiro. A imagem mostra a presença do público.

[179] Disponível em: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/umbanda-iemanja-foi-maior-que-chuvae-transtornos-para-impedir-festa/> Acesso em: maio de 2015.

Figura 10: Imagem do público presente na tenda montada para a estrutura da Festa. Balneário dos Prazeres, em 01 de fevereiro de 2014. Fonte: Isabel Campos.

Esta segunda foto mostra uma parte da tenda armada em frente à Gruta, a qual fica mais visível na fotografia anterior. Também é visível nesta foto, no canto esquerdo da mesma, um pedaço das caixas de som e o agrupamento de adeptos e participantes no espaço interno da tenda. Apesar da fotografia não ser de boa qualidade, gostaria de destacar que nesse espaço não havia nenhuma corda isolando a imagem de Iemanjá ou criando uma barreira para ter um espaço maior para os membros das terreiras fazerem homenagem à divindade. Deste modo, percebo que, apesar do espaço da tenda ser de interesse dos representantes da Federação em delimitar seu acesso somente às autoridades, aos representantes religiosos e aos organizadores, a preocupação maior do público presente não é com a presença das autoridades naquele espaço e, sim, em poder homenagear, oferendar e agradecer à mãe Iemanjá.

Na terceira foto, que segue abaixo, podemos identificar ao fundo uma corda que impedia a entrada e circulação de pessoas no espaço referente a casa da Federação e Gruta. E ainda na mesma foto, mais uma vez, podemos ver a presença marcante do público.

Figura 11: Público presente da Festa de Iemanjá de 2014. Balneário dos Prazeres, em 01 de fevereiro de 2014. Fonte: Isabel Campos.

No espaço da tenda estavam as autoridades: presidente da Câmara dos Vereadores, Ademar Ornel (DEM); vereador Ricardo Santos (PDT); vereador Rafael Amaral (PP); vereador Carlos Alberto dos Santos Passos, conhecido como Beto da Z3 (PT); vereador Marcos Ferreira (PT); Deputado Estadual Catarina Paladini (PSB) e Deputado Federal Fernando Marroni (PT). Cabe destacar que nenhum representante do poder executivo municipal se fez presente na festividade do corrente ano. Além dos representantes políticos citados, também estava presente o advogado da Câmara de Vereadores, Joaquim Folha e o ex-chefe de gabinete de presidência, Paulo Coitinho. Entidades representativas da religião afro-brasileira presentes: a Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afrobrasileiros, a Federação dos Cultos Afro-Brasileiros Umbanda e Quimbanda – FECAB, União Rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros (URUCAB), e LIGA. Assim como, estavam no espaço da tenda todos os membros das terreiras, participantes para se apresentarem e homenagearem à Iemanjá e também três tamboreiros que embalavam os batuques durante as homenagens.

A primeira pessoa que se pronunciou para abrir a cerimônia religiosa, foi o presidente Joabe Bohns, o qual agradeceu pela presença de todos e antes de iniciar seu discurso seguiu o andamento da cerimônia como estava prevista na programação, executando-se assim o Hino Nacional e em seguida o Hino da Umbanda.

Após, o presidente da Federação retomou a palavra e discursou em relação à falta de respeito do Prefeito Eduardo Leite com a Festa e com os umbandistas, bem como salientou a ausência do Prefeito na abertura da festividade, estando programada um pronunciamento dele. Ainda relembrou que na Festa do ano anterior, quando estava recém eleito, o mesmo apareceu e afirmou que a Festa de 2014 seria melhor em razão do início de seu mandato. Joabe, na ocasião, acusou que o posicionamento do poder público municipal em relação à Festa configura uma prática de intolerância, devendo os umbandistas e os africanistas mostrar a união para acabar com a situação atual vivenciada pela comunidade afro-religiosa de Pelotas.

Em seguida os outros representantes das federações e associações religiosas, se pronunciaram rapidamente, relacionando a posição da Prefeitura em relação a festividade religiosa, no mesmo sentido como de intolerância religiosa, apontado por Joabe. Após os discursos dos representantes federativos, Joabe chamou os representantes políticos para se pronunciarem. Nesse momento, ficou explícito que a homenagem à Iemanjá se constitui em um local de cruzamento de forças não apenas cosmológicas, mas também políticas, seja referente ao conjunto de organizações religiosas, seja em relação aos políticos com cargos eletivos. E no contexto da Festa de 2014, em razão da ausência de representantes do poder executivo municipal, a cerimônia de abertura, tornou-se a arena privilegiada de confronto entre alguns representantes do poder legislativo local e o atual poder executivo de Pelotas.

O primeiro representante a se pronunciar foi o vereador Ricardo Santos. Quando o vereador pegou o microfone, o público aplaudiu e gritou exaustivamente, após se acalmarem, o vereador começou seu discurso agradecendo a presença de todos, mas principalmente dos barqueiros e mandou chamá-los, pois eles que faziam voluntariamente esse grande trabalho de transportar a imagem de Iemanjá do Balneário Santo Antônio até o Balneário dos Prazeres e sempre ficavam na invisibilidade. Depois, o vereador falou sobre o Projeto de Lei Ordinária 578/2013 que ele propôs como medida para salvaguardar a Festa e garantir que seja contemplada no calendário oficial da cidade. Também destacou, que estava **disponibilizado R$25.000,00 pela Prefeitura para a realização da cerimônia religiosa, mas esta só havia liberado R$5.000,00** (grifo meu). Chamo a atenção para a última frase do vereador, pois nota-se a necessidade do mesmo em utilizar a Festa como meio de visibilizar a falta de apoio da Prefeitura com a festividade, o que mostra a existência

de um forte embate entre alguns representantes do poder legislativo e executivo na ocasião desta edição da festa.

Em seguida, o pronunciamento foi do vereador Beto da Z3 (PT), que se posicionou como católico, mas se sentia orgulhoso com o encontro das santas na lagoa, dando destaque ao sincretismo religioso. Depois foi o vereador Marcos Ferreira, conhecido como Marcola, que discursou sobre a perseguição aos umbandistas e solicitou uma salva de palmas contra a intolerância religiosa. Nesse momento, o vereador foi muito aplaudido. Após a sua fala, foi a vez do vereador Rafael Amaral (PP), o qual iniciou seu pronunciamento se posicionando como umbandista e inclusive dizendo que era filho de Ogum, buscando se legitimar, desta forma, perante o público presente. O vereador também se posicionou perante os impedimentos impostos para a realização da Festa, classificando-os como preconceito religioso. Destaco este trecho, porque mais uma vez é notório que o poder legislativo utilizou o espaço festivo para reafirmar posição contrária ao poder executivo municipal em relação à realização da Festa de Iemanjá.

Na sequência, o vereador passou o microfone para o Joabe, o qual chamou o presidente da Câmara de Vereadores, o vereador Ademar Ornel, apontando que o mesmo foi o primeiro político a falar publicamente sobre sua opção religiosa como umbandista. Todos aplaudiram muito, o que demonstrou que havia reconhecimento dos participantes da festa, inclusive dos umbandistas e “africanistas”, em relação ao vereador Ornel ser um representante das religiões afro-brasileiras no legislativo da cidade. Chamou a atenção também, que Joabe fez questão de mostrar publicamente sua posição favorável ao representante político diante do público, posição que destoa das inúmeras experiências etnográficas que já havia tido em que percebia-se uma disputa e desconfiança mútua entre ambos. O presidente da Câmara, por sua vez, tomando a palavra pronunciou que a festa deste ano seria mais forte do que ano passado, pois todos os terreiros tiveram que se unir, uma vez que os impasses colocados pela prefeitura para realizar a festa nunca foram tão incisivos à religião de matriz africana, “a religião nunca foi tão perseguida como esse ano”, configurando também para ele uma situação de intolerância religiosa. E mais uma vez, Ademar Ornel apontou que a situação da praia não era culpa da festa, nem dos umbandistas e, sim, da Prefeitura, a qual deveria fazer um projeto para recuperar a mata nativa e a orla como um todo.

Logo após a fala do presidente da Câmara de Vereadores, foi a vez do pronunciamento do deputado Catarina Paladini (PSB), que discursou sobre o posicionamento da atual Prefeitura no que diz respeito ao controle imposto sobre as atividades e manifestações culturais populares, apontando para o caso dos trailers de lanches, o carnaval e a própria Festa. O deputado ainda apontou que o Estado é laico e, portanto, o Prefeito não poderia se posicionar contra, pois qualquer religião tem o direito ao livre exercício. Outra observação do deputado em relação à festa, foi de que negá-la seria negar a história da cidade, marcada pela escravidão de negros. Ressalto que o deputado Catarina Paladini foi o único político a falar da importância histórica da festa para a cidade, como uma manifestação negra que deve ser reconhecida perante os poderes públicos, bem como enfatizando a participação dos africanos e afrodescendentes na história de Pelotas.

Depois, houve o pronunciamento do Deputado Federal Marroni (PT) e quando passaram a fala para ele, muitas pessoas bateram palmas, mas também houve muitas vaias. Marroni fez um pronunciamento rápido, seguiu mais ou menos os apontamentos expostos pelos outros representantes políticos em relação ao posicionamento do atual governo municipal, mas destaco que seu discurso também foi interessante porque não apenas abordou a intolerância religiosa, mas se remeteu a este tema trazendo o contexto histórico desse processo. O deputado apontou, então, que na história muitos negros foram perseguidos, massacrados e mortos por não velar a religião do Império (católica), mas que hoje cada um pode ter sua opção religiosa, opção sexual em razão dos direitos à liberdade religiosa e à igualdade. Com a fala do deputado, terminaram os pronunciamentos dos representantes religiosos e políticos.

Depois dos pronunciamentos, iniciou a homenagem das terreiras à Iemanjá. A cada terreira que era chamada pelo microfone, os três tamboreiros tocavam e a respectiva terreira ia homenagear a Iemanjá cantando um ponto dela, marcando unidade, mas ao mesmo tempo, singularidade. Foi neste momento que Joabe me chamou e cobrou minha presença ao lado das autoridades. Eu estava observando afastada, na companhia de colegas e representantes religiosos. Atendi ao chamado e me posicionei a seu lado, Joabe e eu trocamos poucas palavras nesse momento, mas o que mais me chamou a atenção foi a sua perguntou sobre a minha ausência na cerimônia formal de abertura da Festa, momento em que os representantes religiosos e políticos discursaram, visto que segundo ele, eu deveria estar presente na mesma roda das autoridades para também dar meu pronunciamento. Respondi que

considerava desnecessário e que havia muitas pessoas ao redor, dificultando o acesso à tenda.

Após a apresentação e homenagem dos terreiros participantes, os adeptos e simpatizantes presentes na Festa, ou seja, o público em geral, passou homenagear a Iemanjá. E para manter uma ordem, visto que as pessoas estavam se deslocando ao mesmo tempo para homenagear a orixá, Joabe exigiu, pelo microfone, que se fizesse uma fila e todos da Federação se dispuseram a ajudar na organização, demarcando um espaço com cordas. A fila se manteve enorme por muito tempo e as pessoas que nela aguardavam para homenagear à Iemanjá eram desde crianças acompanhadas de adultos, jovens e idosos(as). Também avistei algumas pessoas, que apresentavam algum tipo de doença ou problemas físicos. Em seguida que a homenagem à Iemanjá (entrega de oferendas) foi aberta ao público, acompanhada de colegas e representantes religiosos, me desloquei para a casa da Federação.

4.2.1 A estrutura dos acampamentos

Deste local, ficamos observando o movimento da Festa pela sacada e quando os atabaques começaram a ser tocados, nos acampamentos, decidimos descer para acompanhar de perto o funcionamento das terreiras. É interessante destacar que nos dois lados da casa da Federação, esquerda e direita, tinham algumas barracas e lonas que configuravam o acampamento de cada terreira participante da Festa. Passando a tenda, armada em frente à Gruta, para o lado esquerdo da casa da Federação, havia alguns acampamentos. Esse espaço estava muito escuro e eu só consegui enxergar três terreiras acampadas, mas no outro dia pela manhã, me disseram que havia mais duas terreiras. Vale destacar que a Prefeitura assegurou que colocaria mais iluminação para os acampamentos, no entanto, não foi cumprido e por isso algumas terreiras utilizaram o único poste disponível perto dos acampamentos, para esquematizar uma forma de “puxar” a iluminação. Para o lado direito, utilizando a casa da Federação como ponto de referência, havia mais quatro terreiras acampadas, contudo a iluminação desse lado era bem melhor. Havia mais postes próximos e, talvez por isso, havia mais iluminação dentro dos acampamentos.

Como esse lado tinha mais luz, comparado ao outro, pude observar que o acampamento de cada terreira tinha uma estrutura considerável. Por exemplo, a

terreira da Dona Maria Ochoa – Centro de Umbanda Joana D'Arc – tinha, no mínimo, seis barracas dispostas uma ao lado da outra e que delimitavam um grande espaço. Ao lado das barracas estava o espaço destinado às atividades rituais, o qual era grande e no fundo havia o congá com as imagens da umbanda. Todo o acampamento de Maria Ochoa estava delimitado por uma cerca de arame e madeira. Chamou-me atenção que esse foi o único acampamento que contava com banheiro exclusivo, dentro do espaço destinado à terreira. Ao lado deste acampamento, estava a terreira do Babalorixá Willian – Reino de Oxum Olobá. Esse espaço, comparado ao espaço do acampamento anterior, era menor, mas também estava delimitado por uma cerca de arame e madeira. Nesse acampamento, as barracas estavam dispostas atrás do espaço destinado ao trabalho da terreira. Ao lado estava o congá e também um banner com uma foto grande do perfil de Willian e escrito: Babalorixá Willian D'Oxum.

Na frente desses acampamentos, haviam mais dois. Um destes era pequeno, com poucos membros e com um pequeno congá montado e, segundo informações, de manhã cedo já tinha ido embora. Infelizmente, não pude ver nem a placa com o nome dessa terreira, mas soube que o acampamento era de uma terreira do próprio Barro Duro. O outro acampamento era referente ao Centro de Umbanda e Quimbanda Cacique Tupiniquim da cidade de Encruzilhada do Sul (RS), o qual tinha uma estrutura similar ao acampamento da terreira da Maria Ochoa, inclusive, eles estacionaram o ônibus, que os trouxe para a Festa, ao lado do acampamento, que também era usado como estrutura para a terreira. Neste acampamento, haviam cerca de cinco ou sete barracas ao lado do ônibus e, do outro lado, havia um espaço destinado ao trabalho da terreira.

Eu e minha colega Ariane decidimos, primeiramente, visitar os acampamentos correspondentes ao lado direito, porque queríamos ir à terreira da Maria Ochoa, a qual já era conhecida pela minha amiga. Passamos pela terreira de Willian e chegamos no Centro de Umbanda Joana D'Arc, onde ficamos observando do lado de fora da cerca, junto com outras pessoas. Havia muitas pessoas dentro do acampamento, muitas delas sentadas em cadeiras de praia, observando o trabalho da noite, o qual identifiquei como sendo a linha de ciganos [180] em razão das vestimentas características e bastante coloridas. O som dos pontos cantados era muito alto, pois

[180] Linha do Oriente cultuada na maioria dos centros de umbanda, constituída por entidades conhecidas como ciganos(as).

a família de santo de Maria Ochoa pareceu ser bem extensa. Eu observei uma média de 15 a 20 pessoas na roda. Ficamos ali vendo o ritual de incorporação, até que abriram a roda para o público se consultar. As pessoas fizeram uma fila pelo lado, próximo as barracas e o que as separava era uma corda. Ariane resolveu entrar na fila para consultar e como eu estava lá, aproveitei a oportunidade para pedir energias positivas para o meu campo. Passamos um tempo esperando na fila, mas fomos chamadas, cada qual para uma entidade distinta. A minha chamava-se cigana Madalena, estava vestida toda de amarelo, era muito sorridente e passava uma tranquilidade no olhar. Depois da consulta, fomos ver os outros acampamentos ainda no mesmo lado, os quais estavam trabalhando ou com a linha de pretos-velhos ou com a linha do povo da rua (tanto exus, como ciganos).

No outro lado, passando a casa da Federação e a Gruta, encontravam-se mais acampamentos. O primeiro acampamento que paramos para observar era do Centro Espírita de Umbanda Ogum Beira Mar. Quando chegamos nessa terreira, a família de santo estava trabalhando com a linha do “povo da rua” e tinha muitas pessoas observando, delimitada por um cercadinho de arame e de madeira e ao lado havia um pequeno caminhão com uma lona. Nesta terreira não havia barracas. Na terreira da frente deste, notei que estavam trabalhando com a linha de ciganos, em razão das roupas das pessoas, mas não fiquei observando porque estava muito escuro, o que também impossibilitou de ver o tamanho e a estrutura do acampamento.

Finalizado o circuito pelo acampamento, retornamos à casa e decidimos ficar na sacada escutando os batuques, observando o movimento de pessoas que circulavam pela festividade, conversando informalmente com representantes da Federação que também pernoitaram na casa. Na sacada, pude observar que com o tempo a fila para homenagear Iemanjá diminuía, assim como aumentava a circulação do público jovem pelo espaço da Festa. E, mesmo sendo proibida a entrada de automóveis para a orla do balneário, quanto mais tempo de festa se passava, mais carros surgiam, o que acarretava na produção de outros sons que se confundiam com os batuques e, consequentemente, prejudicavam a festa religiosa. Isso mostrou também a falta de fiscalização da polícia, em relação a permissão da entrada de automóveis na praia, assim como pude observar que não havia muitos guardas fazendo a ronda pela orla da praia. Vi apenas duas motos, três policiais com cavalaria e mais uns três policiais caminhando pela orla.

Além do espaço passar a ser usado como ponto de encontro pelos jovens, presenciei também a intensa venda de bebidas alcoólicas nas “carrocinhas” espalhadas pela orla da praia, bem como no centro do Barro Duro. Até o bar da esquina, próximo a casa da Federação, contribui com a venda de bebida alcoólica.

Em razão desse mercado criado no meio da cerimônia religiosa, muitas pessoas, especialmente jovens, a partir de certo horário começam a participar e circular mais no espaço da Festa, mas não com a intenção exclusiva de prestigiar o trabalho religioso das terreiras ou homenagear a Mãe Iemanjá e, sim, participam da festividade da mesma forma como se estivessem em uma festa comum. Isto é, além do grande número de jovens frequentadores da Festa, a venda de bebidas alcoólicas e o pouco policiamento, são fatores que poderiam colaborar para, talvez, desqualificar a cerimônia religiosa. Uma questão que acredito estar relacionada com a autorização de venda de bebidas alcoólicas, bem como o alto uso destas durante o evento pelo público jovem, refere-se ao frequente uso de bebidas nos rituais religiosos correspondentes a umbanda cruzada ou linha cruzada. Cabe sublinhar que, foi observado na homenagem à Iemanjá de 2014, a presença predominante de “trabalhos” religiosos referentes à linha cruzada, cultuando-se nos seus rituais a linha de exu e de cigano. Segundo Oro e dos Anjos (2009), há uma hibridização na festividade religiosa entre o culto aos orixás (batuque) e a linha cruzada, onde um lado, referente à homenagem ao orixá Iemanjá, não aceita o uso de bebida alcoólica, já o outro lado, “em seu culto a exu e a pomba-gira, o álcool pode se inserir na cadeia que produz outros regimes de existência” (ORO; dos ANJOS, 2009, p. 94). Apesar da divergência em relação à venda de bebida alcoólica num espaço religioso, a Festa foi muito tranquila. Até onde deu-se meu acompanhamento das atividades, pude verificar que o som alto das terreiras permaneceu até aproximadamente às 7 horas da manhã.

4.2.2 Transitar, ouvir...

No outro dia as atividades de homenagens, oferendas e pagamentos de promessa prosseguiram desde o turno da manhã. Ao visitarmos a Gruta, observamos uma significativa quantidade de oferendas de todos os tipos: bebidas, velas, espelhos, perfumes.

Figura 12: Espaço da Gruta destinado a velas e outras oferendas. Balneário dos Prazeres, em 02 de fevereiro de 2014. Fonte: Isabel Campos.

Prossegui, neste segundo dia, com minha aproximação junto às terreiras acampadas que ainda permaneciam instaladas. Todas as terreiras que serão apresentadas a seguir, foram as mesmas que trabalharam durante a noite do dia 1º para o dia 2, com exceção de uma que não encontrei no dia seguinte.

O primeiro acampamento do qual me aproximei e estabeleci diálogo, foi o do Centro de Umbanda e Quimbanda Cacique Tupiniquim. Tive a oportunidade de conversar com o cacique, o senhor Oni Rodrigues Araújo.

Segundo ele, o ano de 2014 tinha sido atípico, “sem nenhuma organização da Federação” e também apontou para os problemas da Festa junto a SQA que prejudicaram os acampamentos. A desorganização da Federação com relação à estrutura realmente havia lhe incomodado, pois, argumentava, toda a sua “casa”, a qual é do município de Encruzilhada do Sul, vem há mais de sete anos acampar no Barro Duro e, este ano, ela havia atingido níveis considerados por ele alarmantes. Seu Oni também reclamou sobre um furto que ocorreu no seu acampamento, enquanto a sua terreira trabalhava a noite. Por este motivo, ele achou que não teve muito policiamento esse ano, o que acarretou em pouca segurança durante a Festa.

Caminhando em direção ao acampamento ao lado, avistei apenas dois toldos pequenos amarrados em árvores, mas não havia mais nada do acampamento. Perguntei para algumas pessoas que estavam próximas do local e disseram-me que essa terreira era do Barro Duro, porém não souberam me informar o nome e, que esta, trabalhava a noite e logo cedo da manhã levantavam o acampamento.

No acampamento do Centro de Umbanda Joana D’Arc, inicialmente, não pude conversar com a Cacique porque estava dormindo, descansando dos intensos

trabalhos realizados na noite anterior. Situação similar vivenciei junto à terreira Reino de Oxum Olobá, do babalorixá Willian de Souza Barros.

A minha aproximação junto ao acampamento do Centro Espírita de Umbanda Ogum Beira Mar, da mãe Joice Duarte, ocorreu quando este já estava sendo desmontado. Já conhecia Joice, das reuniões da Federação e das Audiências Públicas na Câmara de Vereadores, o que facilitou a aproximação. Joice contou-me que já estava arrumando as coisas para ir embora, porque entendia que o direito deles de ficarem ali "acampados"[181] era só durante a noite de Festa. E, também, eles estavam muito cansados, pois diferente dos outros acampamentos, eles não tinham um lugar para descansar, apenas o chão. Joice também manifestou indignação com a falta de organização por parte da Federação, visto que não havia um lugar demarcado para cada terreira fazer o acampamento, tal como em anos anteriores. Assim como não havia energia elétrica, o que acabou criando a necessidade de fazer um "gato", ou seja, puxar a luz de uma casa, sendo esta mesma fonte de luz utilizada por todos os outros terreiros durante a Festa à noite. Ela afirmou que essa falta de luz a preocupava em razão da segurança, pois outros acampamentos foram roubados por estarem no escuro e por falta de policiamento. Visto que, segundo ela, esse ano "a Prefeitura abandonou o povo de terreiro".

Joice contou um caso de uma moça que estava desmaiada próxima a beira da lagoa e que o pessoal dela foi resgatar, pois a polícia não estava cuidando da segurança das pessoas que participavam e circulavam durante a Festa.

Argumentou que se aquela mulher morresse afogada ou qualquer outra tragédia, a culpa ia ser da Festa de Iemanjá e não do policiamento. Então, os integrantes da sua terreira buscaram a mulher, esperaram ela se recuperar e deixaram-na ir embora. Joice relacionou este acontecimento, a venda de bebidas alcoólicas pelos bares e carrocinhas, estranhando a ausência de restrição em relação a isso. Ela disse que, como algumas entidades na umbanda bebem álcool, mas em uma situação ritual, as outras pessoas que estão assistindo se veem no direito de beber também, pois ninguém entende que isso faz parte da prática religiosa e que as entidades bebem moderadamente, sendo que em alguns casos, nem bebem. Ela

[181] Uso aspas aqui, pois o acampamento de Joice não se apresentava como os outros, como uma moradia. Era apenas um caminhão pequeno, similar a uma caminhonete, o qual estava com uma lona estendia dele até uma árvore. Usaram apenas essa lona como proteção do vento e possivelmente da chuva.

sugeriu que houvesse um cuidado maior em relação a isso, principalmente da polícia e Prefeitura, porque se acontecesse alguma coisa durante a festividade a culpa seria da umbanda, salientando que nem salva-vidas havia durante a Festa.

Outro assunto abordado por Joice foi o lixo. Ela trabalha como gari da SERSUL e, colocou que, o lixo nas ruas é um grande problema em toda a cidade de Pelotas, evidenciando que no Barro Duro não existem lixeiras, nem containers para colocar o lixo[182]. Joice contou que ela mesma estava recolhendo garrafas de vidro, restos de oferendas que estavam na beira da praia, para não prejudicar ninguém que fosse se banhar na lagoa. Após esse comentário, ela falou sobre as oferendas recicláveis que ajudam a diminuir o lixo, logo as oferendas não precisam ser em garrafas de vidro, pode-se apenas despejar o liquido que é o que importa para Iemanjá. Joice finalizou a conversa, apontando para a ausência do presidente da Federação durante a Festa[183], de forma a acompanhar os problemas transcorridos.

Despedi-me de Joice e fui em direção ao acampamento que estava na frente, referente ao terreiro Reino Ogum Megê Povo Encantado de Candomblé. Conversando com Ledinei Santana, cacique da terreira, ele ressaltou a especificidade da Festa daquele ano, em razão dos problemas com a Prefeitura/SQA. Também apresentou queixas em relação à organização dos acampamentos por parte da Federação, afirmando que estava repensando, inclusive, sobre a continuidade de sua filiação à Federação. Reclamou da orientação da atual diretoria da Federação, que estaria mais preocupada com suas relações com a classe política que com a assistência às terreiras. Também comentou sobre o problema das oferendas serem consideradas produtoras de lixo, e por isso as pessoas deveriam se conscientizar e/ou começar a fazer oferendas recicláveis, fazendo uso de outros materiais que fossem biodegradáveis. Assim como seus colegas de religião, Ledinei também fez apontamentos sobre a falta de infraestrutura para a Festa como, falta de segurança e

[182] Durante a festa isso foi uma das minhas anotações no diário: lixo. Quando a festa iniciou a noite foram jogados pelo ar pequenos papeis picotados, como uma chuva de papeis coloridos para celebrar a chegada da Iemanjá. No outro dia pela manhã, já não havia quase papéis pelo chão e os lixos acumulados dos acampamentos estavam todos num canto, esperando pelo recolhimento do caminhão de lixo. Todos os acampamentos estavam recolhendo o lixo do chão, outros da lagoa, para não causar tanto impacto ambiental. No entanto, não havia lixeiras, nem containers para despejar o lixo e por isso ficaram num canto à espera do caminhão de lixo.

[183] Joabe foi embora em seguida das homenagens a Iemanjá só voltou no outro dia pela tarde, por volta das 14 horas.

de iluminação. Finalizamos a conversa falando de preconceito racial e religioso que era isso, segundo ele, que estava acontecendo com a Festa de Iemanjá.

A continuidade deste diálogo com as terreiras e centros acampados ocorreu no turno da tarde. Primeiro fui à terreira da Dona Maria Ochoa, porque já a conhecia das reuniões na Federação. No seu acampamento, encontrei o babalorixá Willian. Chamou-me a atenção que, diferentemente dos outros, babalorixá Willian não falou nada sobre a Festa quando me apresentei e falei da pesquisa, sendo que os outros interlocutores aproveitavam o momento para desabafar sobre os problemas relacionados à Festa.

Conversei com Maria, junto com um casal que pertence à sua terreira. Maria narrou que alguns dias antes da festa, uns fiscais da SQA e algumas viaturas da Brigada Militar, chegaram próximos dos acampamentos que já estavam lá e começaram a tirar fotos. A nora da Maria, que estava participando da conversa, disse que viu a movimentação dos fiscais e os abordou para saber o que queriam com os acampamentos. Primeiramente, os fiscais se identificaram como representantes da Secretaria de Qualidade Ambiental e que o trabalho deles era verificar se estava sendo respeitada a solicitação da Prefeitura, de não haver acampamentos antes da festa[184]. A nora respondeu-lhes que eles não poderiam tirar fotos e notificar as terreiras acampadas, porque não apresentaram nenhuma identificação da SQA ou da Prefeitura e, sequer os carros estavam com alguma identificação, visto que eram carros comuns[185]. Segundo a nora, somente os policiais estavam identificados em razão do fardamento.

Após a intervenção da nora, os fiscais disseram que tomariam alguma providencia em relação a isso e, que todos os terreiros acampados antes do dia 2 de fevereiro, seriam notificados e quem permanecesse até o dia 1º acampado naquele espaço seria multado, com uma multa de 5 mil reais por dia ao acampado. Os fiscais deram um prazo de 24 horas para as terreiras desmontarem os acampamentos. Logo após esse episódio, Dona Maria ficou preocupada e ligou para Joabe, que não atendeu suas ligações. Se sentindo desamparada pelo presidente da Federação, Maria ligou para o vereador Ricardo Santos, o qual atendeu sua ligação e procurou

[184] O terreiro da D. Maria iniciou o acampamento dia 26 de janeiro de 2014 e outros terreiros também como o do babalorixá Willian. Os filhos de D. Maria mencionaram que haviam mais duas terreiras acampadas, mas que depois da fiscalização foram embora com medo da força policial.
[185] Há fotos desse dia no facebook da Maria.

ajudá-la. Maria relatou que, após contar o ocorrido para o vereador, em seguida ele apareceu para apoiar as poucas terreiras que estavam acampadas. O vereador procurou um documento que legitimasse o acampamento das terreiras filiadas pela Federação, que deveria ser assinado pelo Joabe, certificando a liberação dessas terreiras acamparem no espaço negociado pela Prefeitura. Dona Maria disse que o vereador voltou sem o documento, pois não acharam o Joabe para a tal assinatura. Então, o vereador disse que daria todo o apoio jurídico para aqueles que permanecessem acampados, assegurando a permanência dos acampamentos. Maria contou-me que após a notificação da Brigada Militar e SQA, todas as terreiras combinaram de permanecer. Contudo, pela manhã do outro dia, Maria disse que as outras duas terreiras que estavam acampados já não estavam mais, ficando apenas a terreira dela e do babalorixá Willian.

Dona Maria e a nora, enquanto contavam-me a história, mostravam indignação em relação a direção da Federação, por causa da falta de organização da Festa, bem como o desamparo perante a situação ocorrida com os acampamentos religiosos no período anterior à Festa. Segundo Maria, Joabe havia garantido que a sua terreira poderia iniciar os acampamentos no dia 15 de janeiro até o dia 2 de fevereiro, visto que a sua terreira era uma das mais antigas, filiada à Federação, que acampava na Festa de Iemanjá. Apesar desse acordo proposto por Joabe, Maria e sua família de santo só foram acampar dia 26 de janeiro, pois era festa de encerramento da terreira e aproveitaram para ficar até o dia 2 de fevereiro.

Maria, explicou que não iria fazer dois acampamentos em pouco tempo, pois é muito trabalhoso desmontar, carregar o congá, depois montá-lo novamente. Sem contar com o montar e desmontar das barracas.

Enquanto conversávamos sobre estas situações, envolvendo a Festa de Iemanjá e a presidência da Federação, começamos a ouvir alguns foguetes e movimentação próxima a beira da praia. Eu e Maria fomos ver e eram os barcos da Z3 se aproximando, fomos caminhando em direção à beira, na frente da gruta da Iemanjá. A imagem de Iemanjá, instalada no barco, já estava dentro da lagoa, sendo este carregado por representantes da Federação e muitas pessoas já estavam aglomeradas no local e outras tantas, estavam na água à espera da santa católica. Os barcos da Z3, que estavam carregando a Nossa Senhora dos Navegantes, se posicionou em frente a Gruta, próximos ao barco com a Iemanjá. E, nesse momento, todos os barcos giravam em torno da Iemanjá, enquanto os fiéis faziam uma chuva

com a água da lagoa. Em seguida, cada barco vinha por vez apontar a proa em direção à Iemanjá, o que simbolizava o encontro entre a orixá e a santa católica. Haviam vários barcos, todos muito bem enfeitados e coloridos. Enquanto ocorria a homenagem, foram jogados alguns fogos de artifício. Foi uma festa muito bonita e fazia um dia lindo de sol.

Exponho umas imagens desse encontro que, infelizmente, não registrei, porque a única câmera fotográfica disponível era do meu celular e neste não havia mais bateria.

Figura 13: Imagem da Nossa Senhora dos Navegantes em uma das embarcações da Z3. Fonte: Site ClicRBS[186].

[186] Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/pelotas/tag/religiosidade/page/2/> Acesso em: maio de 2015.

Figura 14: Imagem de Iemanjá no encontro nas águas. Balneário dos Prazeres, em Festa de Iemanjá de 2015. Fonte: Jornal Diário da Manhã[187].

Por volta das 4 horas da tarde, a Iemanjá voltou para a gruta e os barcos da Z3 seguiram seu trajeto até o bairro Porto, carregando Nossa Senhora dos Navegantes. A Iemanjá foi muita aplaudida e algumas pessoas continuaram entregando oferendas a orixá. Na sequência, Joabe pronunciou no microfone o seu agradecimento a presença de todos e pela linda festa, logo, chamou os vereadores Ricardo Santos e Marcos Ferreira para falarem sobre a festa, ambos foram muito aplaudidos.

Enquanto as pessoas cultuavam e celebravam a Iemanjá, ocorreu um episódio em que um homem se afogou, gerando uma aglomeração de pessoas em sua volta. Joabe solicitou pelo microfone a polícia e os salva-vidas para socorrê-lo. Somente depois de alguns minutos, uma viatura apareceu e foi ajudá-lo, mas não era nada grave e logo foi acalmada a situação. Apesar do incidente não ter se transformado em uma tragédia, Joabe expressou, no microfone, a indignação do público presente em relação a demora da polícia. Conforme ele, tal atitude mostrava o preconceito em relação às religiões de matriz afro-brasileiras, pois nenhum salva-vidas estava presente na praia e quando solicitou o socorro policial, o mesmo demorou um tempo significativo para chegar no local do acidente.

Após o episódio, os fiéis continuaram a cultuar e oferendar a Iemanjá. Enquanto isso, as pessoas vinculadas à Federação começaram a limpar ao redor da gruta, retirando garrafas de vidro e os presentes ofertados, como: pentes, perfumes, sabonetes, os quais poderiam prejudicar a natureza. Apenas as flores e algumas velas

[187]Disponível em: <http://diariodamanhapelotas.com.br/site/balneario-dos-prazeres-vereadoresquerem-transformar-orla-em-patrimonio-dos-cultos-religiosos/> Acesso em: maio de 2015.

continuaram na volta da gruta. O pessoal arrumou tudo rapidamente, e os fiéis começaram a se dispersar pela praia. Quando começamos a arrumar as coisas para irmos embora, o tempo começou a fechar, a imagem de Iemanjá retornou para a Gruta e o lindo dia de sol tornou-se um temporal, servindo como um ponto final do ritual religioso à Iemanjá.

No capítulo subsequente, será exposto toda a problemática ambiental acerca da realização da Festa de Iemanjá na orla do Balneário dos Prazeres, sendo inicialmente apresentado uma breve caracterização teórica sobre a ambientalização dos conflitos sociais para compreendermos o problema em foco. Em seguida, apresento o posicionamento dos órgãos ambientais, do poder público local e do poder judiciário, a partir de documentos do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Por fim, exponho, por meio de sistematização de dados das Audiências Públicas e entrevistas, os diversos posicionamentos da comunidade religiosa e de representantes do poder legislativo em relação aos impedimentos impostos à realização do evento.

Capítulo 5 – Despejo de Iemanjá?: O Balneário dos Prazeres e os conflitos socioambientais

Estava navegando em alto mar
Mas de repente eu parei de navegar
Porque encontrei a mãe sereia
Com a falange do seu Beira-Mar
Vem cá Beira-Mar, me dá proteção Chegou foi
Beira-Mar, com sua espada na mão.
(Ponto da umbanda; domínio público)

Beira-Mar é uma entidade da umbanda que preside uma falange alinhada com o Reino de Ogum, mas que atua entre o mar e a areia. Ou seja, é uma entidade que faz a intermediação entre as falanges guerreiras e o Reino de Iemanjá, a Rainha das Águas.

Será apresentado neste capítulo, por meio de análise de dois documentos judiciais – um Inquérito Civil e um documento do Ministério Público do Rio Grande do Sul –, dados relativos a problemática socioambiental envolvendo o Balneário dos Prazeres que está relacionada aos impasses, por parte do poder público local, para a realização da Festa de Iemanjá na orla da laguna. Para abarcarmos a discussão sobre os processos de ambientalização dos conflitos sociais, será apresentado, de forma breve, como o discurso ambiental foi sendo utilizado no decorrer do tempo, o que acarretou na transformação da questão ambiental em um campo de disputas, especialmente no que diz respeito à introdução da concepção de meio ambiente nas diversas formas de regularização e utilização do espaço público.

5.1 Ambientalismo e regulação dos usos dos espaços públicos

Uma breve apresentação do processo histórico de introdução do conceito “meio ambiente” nas esferas política, econômica e social é essencial para compreendermos o uso do discurso ambientalista, articulado enquanto uma ordem moral, orientando formas educacionais e também religiosas.

Conforme Carvalho (2010, p. 31), a noção de ambientalização pode ser compreendida como uma dimensão educativa que orienta a formação de sujeitos e instituições “para um horizonte ambiental moral, ético e estético”. É nesse sentido,

que compreendi a discussão sobre a construção dos conflitos ambientais expostos à esfera pública, uma vez que, na passagem do século XX para o século XXI, a educação ambiental surge como discurso moral plausível para este período. Isto quer dizer que, as relações sociais também vão ser direcionadas por entendimentos do que é “meio ambiente”, “sustentabilidade” – temática ambiental como um todo – tanto por diferentes grupos sociais, como pelas instituições do Estado, constituindo a ideia de orientação ecológica como modo de vida.

O meio ambiente enquanto problema político, surge a partir da conferência promovida pela ONU em Estocolmo em 1972, repercutindo internacionalmente e no Brasil, fazendo emergir a demanda por preservação ambiental. A construção do ambiente enquanto questão pública acarretou no processo de ambientalização dos conflitos sociais. Conforme Leite Lopes (2006), o termo “ambientalização” é para designar a construção de novos fenômenos característicos de um processo histórico, assim como a “industrialização” que foi um novo fenômeno do século XIX. Deste modo, suponha-se que esta questão iniciou nos países desenvolvidos industriais, preocupados com a produção de poluentes causados pelas fábricas e indústrias, relacionando-os aos riscos sobre a natureza.

Segundo o sociólogo Acselrad (2010, p.103), a noção de “ambientalização”, está presente nos discursos ambientais tanto por parte de diferentes grupos sociais, como sendo utilizado para legitimar práticas institucionais, políticas, científicas, etc.

Sob essa concepção, conforme Acselrad (2010, p.103) “[...] novos fenômenos vão sendo construídos e expostos à esfera pública, assim como velhos fenômenos são renomeados como ‘ambientais’”, sendo que há um esforço de unificação para englobá-los sob a rubrica de “proteção do meio ambiente”. No Brasil, esta questão da “proteção ambiental” está diretamente vinculada ao movimento ambientalista, o qual utiliza-se de discursos referentes ao ambientalismo, na configuração de novos grupos e entidades, como as organizações não governamentais. Assim, torna-se evidente as diversas formas de apropriação do discurso ambiental, segundo expõe Acselrad (2010, p.104):

> [...] empresas suspeitas de práticas predatórias ambientalizam seu discurso, recusando, ao mesmo tempo, controles externos e proclamando sua capacidade de autocontrole ambiental; autoridades governamentais flexibilizam a legislação ambiental, alegando ganhos de rapidez e rigor nos licenciamentos; promotores de grandes projetos hidrelétricos que desestruturam a vida de comunidades indígenas afirmam que desenvolverão

> programas de “sustentabilidade” destinados “a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” dos grupos indígenas.

No ano de 1985 é “criada a lei de ação civil pública, que “disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos, paisagísticos’” (LOPES, 2006, p.39-40). Essa lei possibilita associações privadas, ONGs e Ministério Público, entrem com ações na justiça contra fontes que causem danos ambientais e a partir daí começam a surgir preceitos jurídicos sobre os novos

“direitos difusos” relacionados ao meio ambiente (LOPES, 2006).

Paralelamente a este período, de novas regularizações relacionadas a questão ambiental, surge nos Estados Unidos da América, nos anos 80, o Movimento de Justiça Ambiental, que dá os primeiros passos para discutir a articulação entre degradação ambiental e injustiça social, a qual não era nem questionada, nem percebida pelos movimentos ambientalistas tradicionais. O Movimento de Justiça Ambiental, constitui-se a partir de discussões sobre a desigualdade de riscos e danos ambientais, uma vez que comunidades de baixa renda e grupos étnicos encontram-se próximos à localização de lixos tóxicos, contaminação química e saneamento inadequado, enquanto os benefícios ambientais do desenvolvimento estão próximos da classe alta. Desse modo, surgem estratégias inovadoras para questionar, discutir e solucionar essa disparidade de classe e, também, de raça na questão da desigualdade no acesso aos recursos ambientais[188].

Desta maneira, podemos compreender que a questão ambiental sofreu um processo de ressignificação pelo movimento de justiça ambiental. Segundo Acselrad (2010, p. 108), a questão ambiental ora tinha um sentido contracultural, ora utilitário. “Para a razão utilitária hegemônica, o meio ambiente é uno e composto estritamente de recursos materiais, sem conteúdos socioculturais específicos e diferenciados”, no qual se pressupõe um risco ambiental também único, isto é, todos compartilham dos recursos naturais, todos devem preservá-lo, pois os riscos de escassez de matéria, de poluição ambiental também são compartilhados por todos. “Dado esse ambiente

[188] Assim, em 1987 foi realizado uma pesquisa pela própria Comissão de Justiça Racial da United Churchof Christ, a qual evidenciou que “a proporção de residentes que pertencem a minorias étnicas em comunidades que abrigam depósitos de resíduos perigosos é igual ao dobro da proporção de minorias nas comunidades desprovidas de tais instalações” (ACSELRAD, 2002, p. 7), demonstrando como o fator raça está mais vinculado a desigual distribuição de dejetos do que o fator baixa renda.

único, objeto instrumental da acumulação de riquezas, a poluição é apresentada como ‘democrática’, não propensa a fazer distinções de classe” (ACSELRAD, 2010, p.108). Já a razão cultural, considera o meio ambiente múltiplo nas questões socioculturais: “[...] não há ambiente sem sujeito – ou seja, ele tem distintas significações e lógicas de uso conforme os padrões das distintas sociedades e culturas” (ACSELRAD, 2010, p.108-109).

Outro ponto considerado relevante nessa óptica cultural, é que os riscos ambientais são vistos como diferenciados e desigualmente distribuídos porque avalia-se “[...] a diferente capacidade de os grupos sociais escaparem aos efeitos das fontes de riscos” (ACSELRAD, 2010, p.109). A partir dessa percepção, surge a denúncia de que as concepções sobre ambiente de sujeitos de classe mais alta, prevalece sobre os de baixa renda, fazendo aparecer o que conhecemos como “conflitos ambientais”. Portanto, podemos perceber que a razão utilitária apresenta estratégias de mercado, do progresso técnico, vendo o “meio ambiente” como uma oportunidade de “negócios”; enquanto a razão cultural denuncia a desigualdade ambiental, mas associando a injustiça social, demonstrando que não há uma poluição “democrática”.

> Justiça ambiental é, portanto, uma noção emergente que integra o processo histórico de construção subjetiva da cultura dos direitos. Na experiência recente, essa noção de justiça surgiu da criatividade estratégica dos movimentos sociais que alteraram a configuração de forças sociais envolvidas nas lutas ambientais e, em determinadas circunstancias, produziram mudanças no aparelho estatal e regulatório responsável pela proteção ambiental. (ACSELRAD, 2010, p.111)

Assim, a partir de 1987, organizações começaram a discutir mais intensamente sobre a articulação entre raça, pobreza e poluição, elaborando-se mais pesquisas sobre o assunto e considerando o conhecimento sobre o ambiente dos próprios grupos afetados e discriminados como parte do estudo para a “elaboração não discriminatória das políticas ambientais” (ACSELRAD, 2002, p.8). Conforme o sociólogo, podemos compreender que o movimento de justiça ambiental consolidou-se como uma rede “multicultural” e “multirracial”, não só nacional, bem como internacional, uma vez que o movimento possibilita a articulação com entidades de direitos civis, grupos comunitários, étnicos, pesquisadores, intelectuais.

No Brasil, além do desemprego e de trabalhos precários, a população brasileira encontra-se, atualmente, exposta a “fortes riscos ambientais” tanto no trabalho como na moradia, “decorrentes das substâncias perigosas, da falta de saneamento básico”,

“da proximidade de depósitos de lixo tóxico” (HERCULANO, 2008, p. 10), entre outras razões apontadas pela autora. Desta forma, são os grupos de baixa renda que mais sofrem com estas situações, em função do processo de exclusão social e territorial, causada pelas diferenciações do poder econômico. Esta “enorme concentração de poder na apropriação de recursos naturais” (HERCULANO, 2008, p. 11) é o principal fator responsável pela ‘injustiça social’, a qual vem sendo apontada pelos movimentos sociais.

> Entendemos por **injustiça ambiental** o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (HERCULANO, 2008, p.11; grifo meu)

Sendo assim, podemos inferir que a injustiça ambiental não recai apenas nos grupos economicamente fragilizados, mas também está direcionada às “etnias vulnerabilizadas”. O racismo ambiental, não está relacionado apenas a ações com intenção racista, mas sim, “diz respeito a um tipo de desigualdade e de injustiça ambiental muito específico: recai sobre suas etnias, bem como sobre todo grupo de populações ditas tradicionais”, que ao se defrontarem com a chegada de empreendimentos desenvolvimentistas, estes grupos tradicionais são expulsos de seus territórios “seja empurrando-os para as favelas das periferias urbanas, seja forçando-os a conviver com o cotidiano de envenenamento e degradação de seus ambientes de vida” (HERCULANO, 2008, p.16).

Por este motivo, os processos desenvolvimentistas, movidos pelo racismo ambiental, naturalizam a inferiorização de grupos étnicos, em razão destes utilizarem o território de forma estreitamente relacional e dependente com o ecossistema onde estão inseridos. “Trata-se da construção e permanência de relações de poder que inferiorizam aqueles que estão mais próximos da natureza” (HERCULANO, 2008, p. 17). Assim, o racismo coloca o outro como inerentemente inferior, culpando-o, biologicamente, pela situação que se encontra.

Por conta do quadro social brasileiro, ocorreu em setembro de 2001 na cidade de Niterói, uma das primeiras iniciativas relacionadas ao movimento por justiça ambiental, que foi a organização do Seminário Internacional Justiça Ambiental e Cidadania. Este evento, reuniu representantes de diferentes movimentos sociais,

ONG's, intelectuais, pesquisadores e representantes do Movimento de Justiça Ambiental dos Estados Unidos. Surgiu, neste seminário, a Rede Brasileira de Justiça Ambiental, também em setembro de 2001, sendo "elaborado uma declaração, expandindo a abrangência das denúncias para além da questão do racismo ambiental", deste modo, ampliando a definição da categoria de luta por "justiça ambiental" e "designando o conjunto de princípios e práticas que":

> a – asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
> b – asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c – asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito; d – favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso. (*Apud*. ACSELRAD, 2010, p. 112).

Conforme Acselrad (2010, p. 114), as lutas por justiça ambiental no Brasil são caracterizadas por: "defesa dos direitos a ambientes culturalmente específicos – comunidades tradicionais situadas na fronteira da expansão das atividades capitalistas e de mercado"; "defesa dos direitos a uma proteção ambiental equânime contra a segregação sócioterritorial e a desigualdade ambiental promovidas pelo mercado"; "defesa dos direitos de acesso equânime aos recursos ambientais, contra a concentração de terras férteis, das águas e do solo seguro, nas mãos dos interesses econômicos fortes no mercado".

Estas questões, que caracterizam a concepção de "injustiça ambiental", apresentada por Acselrad (2010; 2007; 2002) e outros estudiosos, estão presentes na discussão acerca dos problemas ambientais no Barro Duro e sua utilização espacial (tanto pela sociedade envolvida como pela comunidade religiosa afro-brasileira). Na etnografia, as questões relacionadas ao descaso do poder público municipal em relação a infraestrutura do Barro Duro, foram discutidas em reuniões, em Audiências Públicas, bem como foram expostas nas entrevistas e, igualmente, pelos representantes do legislativo ao se posicionarem sobre a Festa à Iemanjá, como veremos a seguir. Para aprofundar a compreensão sobre a situação em que se

encontra o Balneário dos Prazeres, relacionando a problemática ambientalista, os distintos usos deste espaço por meio da sociedade e, a introdução da concepção de meio ambiente, como uma forma de regularizar o espaço público, foi preciso analisar os documentos constados no Inquérito Civil que datam a partir do ano de 2010 até a atualidade. Os outros documentos do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que datam entre os anos de 2012 e 2014, os quais não se encontram no inquérito. Foi de extrema importância, ainda, sistematizar os dados encontrados no material etnográfico – transcrições de reuniões, diários de campo e entrevistas –, incluindo as duas Audiências Públicas que participei no início do ano de 2014, sendo uma realizada na data de 17 de janeiro referente a Festa de Iemanjá e as condições de realização de acampamentos religiosos na orla do Barro Duro e, a outra, ocorrida no dia 14 de fevereiro, que teve como tema de discussão a situação ambiental do Balneário dos Prazeres e os usos de acampamentos (seja religioso ou não) neste espaço.

5.2 A judicialização da ocupação do Balneário dos Prazeres

No início do ano de 2014, como já dito no capítulo metodológico, participei de reuniões e Audiências Públicas que trataram exclusivamente do tema: Festa de Iemanjá. O assunto principal tratado nesses eventos, a respeito dos preparativos da cerimônia religiosa, foram os acampamentos religiosos, os quais fazem parte da prática afro-religiosa e estrutural da cerimônia. No entanto, há alguns anos, vem sendo imposto pela Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) determinadas regras para a realização da Festa no Balneário dos Prazeres, visto que nesta área, a partir do ano de 1998, decretou-se por meio da Lei nº 4336 “valor paisagístico e ecológico a Mata do Totó, localizada no Balneário do Laranjal e no Barro Duro”[189]. Mas, é na data de 05 de julho de 1999 que o Prefeito de Pelotas deste período, Otelmo Demari Alves, sancionou e promulgou a Lei nº 4.392, a qual “declara como área de interesse ecoturístico a ‘Orla da Laguna dos Patos’ no município de Pelotas, nos termos do artigo 258 da L.O.M.”[190]. No artigo 6º, da referida lei, consta o entendimento do poder público municipal sobre Área de Preservação Permanente:

[189] Disponível em: http://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/490812/lei-433698
[190] Disponível em: http://camara-municipal-de-pelotas.jusbrasil.com.br/legislacao/490812/lei-433698

> Art. 6º - São de Preservação Permanente as áreas de domínio público ou privado, situadas numa faixa marginal à Lagoa dos Patos, na largura mínima de 100m (cem metros), a contar da linha do nível médio das águas, onde são permitidas atividades humanas, nos termos estabelecidos pelo COMPAM, através de resolução específica[191].

Nos artigos 2º e 3º da lei nº 4.392/99, constam as restrições em relação ao uso dessa área, sendo que no art. 3º há um parágrafo único que se destina a assegurar a realização de atividades culturais na APP, o que demonstra o interesse do poder público em permanecer com manifestações culturais já consideradas tradicionais nos balneários do Laranjal:

> Art. 2º - A construção na praia e nas águas da Lagoa dos Patos não será permitida, salvo nos casos expressos em lei, após vencer prévio do Conselho Municipal de Proteção Ambiental - COMPAM - e do Conselho do Plano Diretor - CONPLAD - desde que não interfiram na paisagem natural, não alterem sua perspectiva, nem causem poluição visual ou de qualquer outra forma.
> Art. 3º - Não são permitidas a instalação, ainda que temporária, de todo e qualquer obstáculo visual, que impeça a visualização da passagem natural, em qualquer direção e sentido.
> Parágrafo Único - Serão permitidas, mediante prévia autorização do órgão municipal competente, a instalação de estrutura temporária com vistas a realização de atividades culturais de caráter popular e gratuíta, sem fins lucrativos.

Essa discussão sobre a situação ambiental da orla do Balneário dos Prazeres, só foi ganhar visibilidade no âmbito jurídico a partir da data de 28 de janeiro de 2010, por meio de uma denúncia perpetrada por um grupo de moradores do Barro Duro ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas). Esta e outras informações acerca das discussões jurídicas referentes a orla do Barro Duro, constam no Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, o qual foi cedido pelo Ministério Público e autorizado seu uso restritamente a pesquisa[192].

Logo, a 1ª Promotoria de Justiça Especializada, por conta da denúncia ocorrida em 2010, iniciou uma investigação no município de Pelotas na data de 25 de outubro de 2011 para esclarecer a "[...] ocorrência de danos ao meio ambiente, decorrente da ocupação e/ou utilização desordenada e sem qualquer controle e fiscalização por

[191] Lei nº 4.392 sancionada em 1999 pelo Prefeito Otelmo Demari Alves.
[192] Documento referente a AT 00824.00046/2010, ficha de atendimento que consta no inquérito civil 00824.00081/2011, folhas 02 (face) e 03 (verso), datado em 28 de janeiro de 2010.

parte do Município de Pelotas, da Área de Preservação Permanente conhecida como ‘Mata do Totó’”[193].

O atendimento registrado no MPRS, parte da denúncia de um morador do Barro Duro, que apresenta no “relato dos fatos”, que já haviam entrado diversas vezes em contato com o poder público local, mas nenhuma providência havia sido tomada até aquele momento, em relação a situação ambiental da Mata do Totó. Além disso, foi anexado um abaixo-assinado contendo a assinatura de mais 11 moradores do bairro[194] e, uma pasta com todos os documentos expedidos a Prefeitura e órgãos ambientais competentes. Essa ficha se faz referência a Festa de Iemanjá, como sendo uma atividade causadora de danos ambientais a APP, conforme segue:

> Que todos os anos, nos dias 01 e 02 de fevereiro, há a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes e Iemanjá, sendo que tal área é utilizada pelos cidadãos de forma indiscriminada, havendo construções irregulares das barracas, comércios, ou seja, o desmatamento total da área, a qual é protegida por Lei Federal. [...]
> Comparece nesta Especializada, em nome dos moradores da Vila Residencial Balneário dos Prazeres, bairro Barro Duro, a fim de que sejam tomadas providências por parte da Municipalidade, no sentido de preservar a área próxima a suas residências, que localiza-se na Orla da Laguna dos Patos, tendo em vista a destruição de tal área de preservação permanente por parte de muitos cidadãos, acentuada em épocas de festas populares[195].

No documento do abaixo-assinado, consta o seguinte em relação à Festa de Iemanjá: “Nosso bairro não tem estrutura para tanta gente que vem acampar em lugar impróprio, para a festa de Iemanjá nos dias 01 e 02 de fevereiro”[196].

Assim, na mesma data de 28 de janeiro de 2010, foi enviado ofício por parte da 1ª Promotoria de Justiça Especializada ao Sr. Capitão Márcio André Facin – comandante da 3ª CIA. Ambiental – solicitando-lhe que fosse verificado no feriado do dia 02 de fevereiro do mesmo ano, “a existência de construções e/ou acampamentos na área de preservação permanente localizada abaixo da Av. Mato Grosso, no Balneário dos Prazeres, bairro Barro Duro, em frente à Orla da Laguna dos Patos”[197].

---

[193] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, folha 01 (face), datado em 25 de outubro de 2011.
[194] Por uma questão ética, não serão expostos os nomes que constam no inquérito, não obstante a autorização do Ministério Público Federal para uso dos documentos para fins desta pesquisa.
[195] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, folhas 02 (face) e 03 (verso), datado em 28 de janeiro de 2010
[196] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, AT.0024.00046/2010, folha 04 (face), datado em 26 de janeiro de 2010.
[197] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, Ofício nº95/2010 – 1º PJE, folha 05 (face), datado em 28 de janeiro de 2010.

Solicita ainda que, caso isso fosse constatado, se realizasse levantamento fotográfico. É possível perceber tanto neste ofício, quanto na denúncia dos moradores do Barro Duro que a estrutura da celebração à Iemanjá, referente, especificamente, ao uso de acampamentos é compreendido por estes distintos âmbitos (jurídico e social) como uma prática danificadora do meio ambiente.

Em julho de 2010, o mesmo morador remeteria nova denúncia ao Ministério Público informando que "[...] as pessoas estão construindo casas na orla da lagoa e nas descidas de acesso a praia, no Bairro Barro Duro. Informa, ainda, que estas pessoas estão desmatando as áreas de preservação permanente nas descidas de acesso à praia"[198].

No dia 25 janeiro de 2011, ocorreu mais uma denúncia, por parte do mesmo morador, acompanhado por outro. Ambos relataram sobre práticas de degradação do balneário, denunciando um bar chamado "Bar da Preta", que efetuava aluguel de lotes para acampamento em área de preservação permanente (na mata nativa). Segundo os moradores, em razão da falta de infraestrutura, os campistas destes lotes "fazem suas necessidades em via pública" e a "luz utilizada é oriunda de furto".

Além disso, eles apontaram que há o "consumo de drogas lícitas e ilícitas; e prostituição, que preocupa os moradores, pois acaba havendo tráfico, muitas pessoas vão no lugar apenas para consumir entorpecentes". Chama a atenção que no Termo de Informação consta uma "observação": "Os reclamantes pedem sigilo, pois eles temem pela segurança"[199]. Neste documento, foi anexado, juntamente com o abaixo-assinado, sete fotos relativas a área referida na denúncia, as quais mostram diferentes ocupações irregulares, algumas são pequenas casas de madeira e outras são várias barracas que demarcam um acampamento. No documento que os dois moradores assinam, fazem referência à venda irregular de alimentos em barracas na orla e, voltam a argumentar que o bairro não possui infraestrutura para sediar a Festa de Iemanjá[200].

Destaco esse último trecho do relato acima, pois é possível perceber que o grupo de moradores do Barro Duro, não utiliza apenas o argumento ambientalista para

---

[198] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, AT.00824.00046/2010, folha 18 (face), datado em 14 de julho de 2010.

[199] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, Termo de Informação, folha 19 (face), datado em 25 de janeiro de 2011.

[200] Documento referente ao Inquérito Civil nº 00824.00081/2011, folha 21 (face), datado em 25 de janeiro de 2011.

depreciar a prática dos acampamentos, mas associa-o a outros fatores que englobam essa prática a atividades ilegais, como “furto”, consumo de “drogas lícitas e ilícitas” e “prostituição”.

A partir das denúncias feitas pelos referidos moradores, iniciam-se os procedimentos investigatórios, com abertura do Inquérito Civil Público em 14 de outubro de 2011. Vale evidenciar que, consta no Inquérito Civil, distintas formas de subsídios para o processo investigatório, entre eles, há várias matérias retiradas de sites da internet e reportagens de jornais locais. As matérias virtuais são referentes ao conceito de Mata Atlântica, no entendimento das áreas da biologia e geografia, bem como há uma matéria sobre a aprovação da Lei Mata Atlântica, em 22 de dezembro de 2006, pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT). Já as reportagens de jornais da cidade de Pelotas abordam sobre os danos ambientais na mata do Totó e o descaso do poder público local, em relação a área de preservação ambiental. Aliás, há várias fotografias que subsidiam a investigação, as quais serão abordadas mais adiante. Contudo, ressalto um documento que aparece no início do Inquérito Civil, que também é utilizado para auxiliar na compreensão jurídica, sobre os fatos em relação a situação ambiental da Mata do Totó, mostrando-se de extrema importância para compreendermos o contexto em que se inserem as restrições aos acampamentos. Este refere-se, a um Decreto assinado pelo então Prefeito Fernando Marroni (PT), datado em 07 de agosto de 2002, que “regulamenta o acampamento de veranistas na Mata do Balneário dos Prazeres”. Constam no decreto as seguintes interdições aos acampamentos:

> Art. 1º - Fica proibido o acampamento na Mata do Totó, Balneário dos Prazeres, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Pelotas. Art. 2º - A Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental, anualmente, através de edital específico, estabelecerá os requisitos necessários para que possa ser fornecida a autorização que permita acampar na Mata do Totó.
> § 1º - O edital deverá estabelecer, também, o número máximo de barracas e o período de permanência em acampamento permitido[201].

Veremos que no andamento do processo investigatório, essa questão relativa a preservação ambiental da área de mata nativa, incidirá cada vez mais nas restrições aos acampamentos, o que acarreta em impasses na realização de práticas religiosas

[201] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Decreto nº 4.408, folhas 34 (face) e 35 (verso), datado em 07 de agosto de 2002.

na Festa de Iemanjá. Prosseguindo com a análise do Inquérito Civil, é possível encontrar o primeiro contato da Promotoria com o poder público municipal, iniciando uma construção, sobre diferentes formas de regularização do espaço público relativo ao Balneário dos Prazeres.

Na Ata relativa a VII reunião do Grupo Ambiental, ocorrida na Promotoria de Justiça de Pelotas, no dia 03 de novembro de 2011, cujo evento contou com a presença dos 1º e 2º promotores de justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Paulo Roberto Gentil Charqueiro e Jaime Nudilemon Chatkin, bem como dos representantes de órgãos ambientais públicos municipais e estaduais (SQA, SMGU, DEFAP, FEPAM, COMPAM, 3ª CIA. Ambiental), encontraremos a primeira deliberação em relação a orla do Barro Duro. A promotoria determinou que a Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA) encaminhasse um laudo de vistoria do local, no prazo de 10 dias, "detectando os problemas verificados" para que fossem "recomendadas medidas de preservação e recuperação"[202].

Constam no Inquérito Civil, dois ofícios relativos a data 17 de novembro de 2011, remetidos ao então Prefeito Adolfo Antônio Fetter Jr. (PP), por parte da 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, sendo que um ofício recomendou ao município de Pelotas que solicitasse, no prazo de 15 dias, "a notificação dos proprietários da área de preservação permanente conhecida como 'Mata do Totó', no Balneário dos Prazeres", com a finalidade de apresentar um "Projeto de Recuperação da Área Degradada sob a responsabilidade de cada um deles"[203]. E o outro ofício, referente aos danos ambientais no Balneário dos Prazeres, recomendou ao município que este adotasse medidas urgentes, sugerindo, inclusive, o "cercamento total ou parcial da área degradada, permitindo assim a regeneração natural". Tais medidas deveriam ser informadas a Promotoria no prazo de 15 dias[204].

No prazo estipulado pela Promotoria, consta no Inquérito Civil, um Parecer Técnico de vistoria realizada no Barro Duro por representantes da SQA, relativo a data

[202] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ata da VII Reunião do Grupo Ambiental, folha 40-1 (face). Ressalto que esta Ata contempla duas folhas, mas em razão da numeração destas páginas do IC estarem a lápis, o que prejudica na cópia (xerox) perfeita, a numeração da segunda folha não fica visível. No entanto, há no rodapé da segunda folha o número 2, o que indica que esta página pode ser numerada como "40-2" para seguir uma ordem lógica de numeração do IC.
[203] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 433/11 – 2ª PJE, folha 42 (face), datado em 17 de novembro de 2011.
[204] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 432/11 – 2ª PJE, folha 43 (face), datado em 17 de novembro de 2011.

de 28 de novembro de 2011, no qual é exposto a realização de um "georeferenciamento da área arbórea do Balneário Barro Duro, juntamente com um levantamento fotográfico", constatando-se que houve "toda a violação e degradação do local". A partir desta vistoria, "mapeou-se os pontos de acesso dos veículos e os principais pontos de acampamentos" para poder deliberar medidas de prevenção na área afetada[205]. Conforme consta no inquérito civil, referente a um documento enviado pelo então secretário da SQA, Luiz Henrique Viana, no dia 06 de dezembro, a primeira medida tomada pela SQA foi agendada para o dia 13 de dezembro de 2011 para fiscalizar, implantar barreiras e possivelmente retirar agentes da área[206].

No entanto, até aonde consta no Inquérito Civil, foi apenas na data de 25 de abril de 2012 que a Secretaria de Qualidade Ambiental enviou um ofício a Promotoria com o levantamento fotográfico referente a "Mata do Totó"[207]. Por conta da data de emissão deste ofício, ter sido posterior a data relativa ao Parecer Técnico, referindo-se esse à realização de um levantamento fotográfico da APP, não há como ter conhecimento sobre a data de efetivação das fotografias, isto é, se as imagens correspondem a um período antes ou depois da Festa de Iemanjá realizada naquele ano. Saliento este ponto, porque neste levantamento constam oito imagens, que priorizam os resíduos encontrados no meio da área de mata, entre as árvores. E dentre as fotografias, o que me chamou a atenção foi a possível associação de alguns resíduos com as práticas afro-religiosas como, por exemplo, em duas imagens em que aparece várias quartinhas de barro na cor vermelha[208]; em outra a imagem focaliza um esqueleto da cabeça de um animal (provavelmente de médio a grande porte) encontrado entre as árvores da mata nativa, possivelmente um animal utilizado em ritual de sacralização[209].

---

[205] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Parecer Técnico da Secretaria de Qualidade Ambiental – Departamento de Política Ambiental, folha 50 (face), datado em 28 de novembro de 2011.

[206] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab. 172/2011, folha 46 (face), datado em 06 de dezembro de 2011.

[207] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab. 057/2012, levantamento fotográfico na chamada "Mata do Totó" realizado pela Secretaria de Qualidade Ambiental, folhas 53 (face)-57 (face).

[208] Quartinha é um pequeno recipiente feito de barro utilizado nas religiões de matriz africana para assentar o Orixá.

[209] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab. 057/2012, levantamento fotográfico na chamada "Mata do Totó" realizado pela Secretaria de Qualidade Ambiental, folhas 55 (face) e 56 (face), datado em 25 de abril de 2012.

Logo, através destas três fotografias, é notório a utilização da mata pelas religiões de matriz africana nas suas práticas rituais, não somente no período de celebração à Iemanjá. Outra questão que destaco é em relação ao foco das imagens dado pela SQA nos objetos e/ou "resíduos" relativos as práticas religiosas afro-brasileiras, de forma a responsabilizar estas religiões pela degradação da área, assegurando a proibição dos acampamentos religiosos e outras práticas rituais na APP.

Antes de prosseguirmos com os documentos encontrados no Inquérito Civil, referentes ao ano de 2012, ressalto que há mais um documento relativo a data de 10 de dezembro de 2011, que diz respeito a um relatório de vistoria na região da Mata do Totó feito pelo Departamento de Controle Ambiental - Serviço de Fiscalização. No relatório, consta o tamanho da área de mata nativa correspondente a oitenta hectares e os pontos limítrofes, os quais são a "Margem da Lagoa dos Patos, no espaço compreendido a cerca de um km após a ponte após o Camping Particular (Nº 3451 pela Av. Rubens Machado Souto – Estrada para a Z3) e a Entrada da Colônia Z3". Há, ainda, um dado muito interessante nesse documento, que aponta para esta área de mata nativa ser de "propriedade particular do Condomínio Xavier e outros". Como não há mais informações no Inquérito Civil, sobre este dado e, como não houve tempo para procurar saber se a APP é ainda área particular, não tenho como aprofundar o assunto, mas paira a dúvida sobre a liberação para a construção deste condomínio no local e, porque o mesmo não foi objeto de interpelação pela SQA e Promotoria, tal como as celebrações em homenagem à Iemanjá.

A partir dessas informações, por meio de relatórios e Pareceres Técnicos feitos pela SQA, a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, em 13 de setembro de 2012, expediu um ofício à Secretaria de Qualidade Ambiental para que esta informasse "as providências que foram adotadas para a revitalização das áreas arbóreas degradadas no Balneário dos Prazeres e na Mata do Totó, em razão da ocupação e/ou utilização desordenada, bem como para evitar a continuidade de novas ações depredatórias"[210]. A resposta da SQA foi emitida no dia 25 de setembro do mesmo ano, informando que após a autuação, não mencionada neste ofício, "foi encaminhado a Procuradoria do Município o processo com o intuito de obter um

[210] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Nº 409/12 – 1ª PJE, folha 60 (face), datado em 13 de setembro de 2012.

parecer jurídico para com a desocupação da área invadida", bem como "foi executado o bloqueio das vias que dão acesso a praia, tentando com isso impedir o acesso dos carros à mata". Sendo, também, anexado ao documento, uma cópia do "requerimento para procedimento jurídico e [outro] levantamento fotográfico do local"[211]. Em relação a autuação, supomos que esta seja referente ao relatório de vistoria realizado em 10 de dezembro de 2011 pela SQA, no qual consta a autuação ao Sr. Luís Alberto Santos de Sá, proprietário de um camping e pousada localizado na estrada de acesso a Z3[212].

Ainda em relação ao ofício citado acima, é interessante destacar que não há referência no Inquérito Civil sobre a data em que se realizou o levantamento fotográfico mencionado, mas consta no mesmo, a partir da folha 79 até a folha 120, um levantamento fotográfico feito por agentes da SQA datado em 04 de outubro de 2010, cujo conteúdo, apesar de ser referente há alguns anos anteriores, pode ter sido o anexo citado no ofício acima. Neste documento, na maioria das fotografias, o que se mostrou notório foi a exposição de diversas residências na área de APP, o que de certa forma nos indica que a preocupação da SQA, nesse momento, era com as residências e/ou qualquer outra forma de ocupação (como um banheiro feito de madeira, barracas, etc.) dentro da Área de Preservação Permanente. Entre as outras imagens, se destacam árvores danificadas, sendo algumas ocasionadas, possivelmente, por queima, visto que ao lado de algumas árvores há resquícios de churrasqueira feita com tijolos, assim como há algumas fotos que apontam para diversos resíduos encontrados na mata nativa. Porém, o que me chamou a atenção foram duas fotografias das páginas finais deste levantamento fotográfico, as quais destacam uma placa no chão, encostada no tronco de uma figueira, com a seguinte descrição: "Centro Africano Pai Oxalá"[213].Em 03 de janeiro de 2013, a fim de instruir o procedimento administrativo do Inquérito Civil, a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas encaminhou um oficio a Procuradoria-Geral Adjunta do Município, requisitando que, no prazo de 15 dias, fossem repassadas informações "sobre as providências adotadas pela Municipalidade e em torno dos fatos

[211] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab. 120/2012, folha 69 (face), datado em 25 de setembro de 2012.
[212] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Relatório de Vistoria realizado pelo Departamento de Controle Ambiental – Serviço de Fiscalização, folha 63 (face), datado em 10 de dezembro de 2011.
[213] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Levantamento Fotográfico, folhas (face) 79-120, datado em 04 de outubro de 2010.

denunciados, através do ‘Memorando GAB 86/2012’ pela SQA (ocupação irregular de Área de Preservação Permanente – “Mata do Totó”)”[214]. Às vésperas da realização da Festa de Iemanjá, em 21 de janeiro do ano corrente, a Promotoria recebeu a resposta da Procuradoria-Geral Adjunta do Município, informando que para instruir a ação judicial “foram solicitadas informações à Secretaria de Qualidade Ambiental”, mas que até então não haviam recebido um retorno. Somente a partir de julho de 2013 é que encontramos no Inquérito Civil, deliberações relativas às ocupações irregulares na Área de Preservação Permanente, localizada no Balneário dos Prazeres.

Em junho de 2013, a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, encaminhou mais um ofício a Procuradoria-Geral do Município para instruir o procedimento administrativo do Inquérito Civil[215]. De tal modo que no dia 03 de julho do mesmo ano, foi aberto um processo de procedência da Procuradoria-Geral do

Município, sendo o interessado o Departamento de Gestão e Procedimentos Especiais (PGM), com a mesma finalidade de instruir o Inquérito Civil em questão. Neste ofício consta, que foi deliberado desde julho até o mês de agosto de 2013 e, em razão da área ser considerada uma APP, a Secretaria de Qualidade Ambiental seria o órgão responsável por este espaço público[216]. Sendo assim, em setembro de 2013, a Procuradoria-Geral do Município, considerando o ofício 283/13 – 1ª PJE, citado acima, encaminhou um ofício a Promotoria, informando a intenção em “corroborar as diligências realizadas pela SQA” para “adoção de medidas cabíveis” em relação a APP[217].

Em razão do Inquérito Civil não constar mais nenhum documento relativo ao ano de 2013, após a data mencionada acima, prossigo para o ano de 2014, dando uma ordem lógica para o texto. Convém lembrar, no entanto, que entre o ano de 2013 e 2014 houveram várias Audiências Públicas, assim como outros encaminhamentos envolvendo a comunidade religiosa, o poder público executivo e legislativo municipais e a Promotoria do Estado, relacionadas especificamente à Festa de Iemanjá. Sobre estas fontes, me deterei na sequência deste capítulo.

---

[214] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 006/13 – 1ª PJE, folha (face) 123, datado em 03 de janeiro de 2013.
[215] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 238/13 – 1ª PJE, folha 139 (face), datado em 21 de junho de 2013.
[216] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício 003057/2013, folhas 138 (face) e 139 (verso), datado em 03 de julho de 2013.
[217] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício 003700/2013 PGM, folha 137 (face), datado em 03 de setembro de 2013.

O documento que consta referente ao ano de 2014, é um ofício, datado em 05 de maio, encaminhado da 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas para a Procuradoria-Geral do Município, solicitando que esta instância informasse

"sobre a desocupação de Área de Preservação Permanente localizada no Balneário dos Prazeres – Mata do Totó"[218], no prazo de 15 dias. Conforme consta no Inquérito Civil, esta mesma solicitação, por parte da Promotoria a Procuradoria-Geral do Município, ocorreu no dia 10 de junho do ano corrente, o que indica que não houve resposta da Procuradoria até o primeiro semestre de 2014[219]. Em agosto de 2014, ainda não havendo uma resposta da Procuradoria, a Promotoria agendou uma reunião com esta instância, sendo marcada a audiência pelo próprio procurador do município para o dia 19 de agosto do mesmo ano[220]. Trata-se aqui do desalojamento, do interior da APP, de moradores com residência fixa.

No dia 19 de agosto, como consta no Termo de Audiência, a Procuradoria do Município de Pelotas, apesar de agendar a audiência para tal data, não compareceu e, por conta da sua ausência, a presente Promotoria de Justiça Especializada determinou que: fosse expedido ofício para a SQA; fosse requisitado vistoria no Barro Duro pela Companhia Ambiental; o Prefeito Municipal fosse oficiado para informar sobre as "providências adotadas para a eventual existência de ocupação irregular na área de preservação permanente", salientando também que a PGM já havia sido instada para se manifestar e nada havia informado[221].

No Inquérito Civil consta que, respondendo a solicitação citada acima, no dia 22 de setembro de 2014, foi encaminhado um ofício da Secretaria de Qualidade Ambiental para a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, informando que "a mata do Balneário dos Prazeres já **está fechada e proibido o acesso, inclusive o acampamento de cultos religiosos**. A Mata do Totó já está com o material comprado e até o final de outubro será fechada"[222] (grifo nosso). Em relação a

[218] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 196/14 – 1ª PJE, folha 147 (face), datado em 05 de maio de 2014.
[219] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício nº 297/14 – 1ª PJE, folha 150 (face), datado em 10 de junho de 2014.
[220] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, R.H., folha 152 (face), datado em 05 de agosto de 2014.
[221] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Termo de Audiência, folha 153 (face), datado em 19 de agosto de 2014.
[222] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab/144/2014, folha 157 (face), datado em 22 de setembro de 2014.

resposta da Companhia Ambiental relativa a solicitação da Promotoria, podemos observar que o acampamento religioso não é sequer exposto no seu relatório. Assim, a 3ª Companhia Ambiental de Pelotas, em agosto de 2014, encaminhou um relatório a 1ª Promotoria de Justiça Especializada, informando que ao fiscalizar a Mata do Totó um morador do Balneário dos Prazeres foi autuado, cujo nome prefiro não citar[223]. Segundo o relatório, a moradia estava localizada na APP, sendo que o morador, o qual desenvolvia atividade de pesca e residia desde 1999 neste local, não possuía "nenhum tipo de autorização e/ou licença do órgão ambiental competente para construir e fazer do local sua moradia"[224], o que caracterizava crime ambiental.

Para ter mais informações para instruir o Inquérito Civil, a Promotoria solicitou outra vistoria na APP, mas desta vez à Unidade de Assessoramento Ambiental do Ministério Público, sendo encaminhada para a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, no dia 19 de novembro de 2014[225]. Nesta vistoria, realizada no dia 17 de novembro de 2014, juntamente com a Secretaria de Qualidade Ambiental de Pelotas, consta um histórico da situação ambiental do Balneário dos Prazeres, onde é apontado como princípio da investigação, a denúncia do grupo de moradores do Barro Duro, datada de 28 de janeiro de 2010. Há uma segunda denúncia do referido grupo, em 25 de janeiro de 2011, em relação a existência de um local que alugava lotes para acampamentos na APP. O relatório histórico, assinala para os vários procedimentos que foram tomados ao longo da investigação, até chegar na situação exposta assim pela 3ª Companhia Ambiental de Pelotas, sobre a constatação de ocupação irregular na APP. Além disso, há caracterização da degradação ambiental do local, por meio de descrição técnica de profissional da área da biologia e um pequeno relatório fotográfico com sete imagens que expõem a vegetação. Desta forma, a vistoria constatou que "a Mata do Totó é uma formação florestal típica de restinga, com grande riqueza (em especial jerivás, figueiras e aroeiras) e beleza cênica", a qual possui alguns pontos de maior impacto (danificação) em razão da "ocupação em si pelas construções, o impedimento da regeneração do sub-bosque e o descarte irregular de

[223] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Termo Circunstanciado Ambiental nº 1/3/1/689, folhas 158 (face), 159 (face), 160 (face), 161 (face), 162 (face), datado em 28 de agosto de 2014.
[224] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Termo Circunstanciado Ambiental nº 1/3/1/689, Relatório, folha 160 (face).
[225] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Parecer Técnico; Documento DAT – MA Nº. 1722/2014; Unidade de Assessoramento Ambiental, folhas (face) 175-180, datado em 19 de novembro de 2014.

resíduos", conforme já apontado pela SQA. Portanto, concluiu-se que "aparentemente a SQA tem conduzido corretamente ações relativas ao problema, com a melhoria ambiental do entorno e frequente fiscalização"[226].

Ressalto ainda que em 21 de novembro de 2014, a administração da Promotoria informou a Divisão de Assessoramento Técnico (DAT) que o prazo para a conclusão do Inquérito Civil havia encerrado no dia 23 de outubro de 2014, período em que este documento estava na DAT para a devida vistoria. No entanto, novamente, na data de 26 de novembro do ano corrente, foram encaminhados pela Promotoria dois ofícios, um para a Procuradoria-Geral do Município e outro para a Secretaria de Qualidade Ambiental, constando (em ambos) cópia da vistoria realizada pela Unidade de Assessoramento Ambiental do Ministério Público e Ata de reunião do Grupo Ambiental, para que estas instâncias se manifestassem e informassem sobre "as providências administrativas a serem adotadas a partir da apreciação de que se faz necessária a recuperação da área mediante projeto de recuperação, bem como da obrigatoriedade de anterior remoção de ocupantes irregulares e isolamento da área"[227].

Em relação ao processo investigatório em 2015, até o momento em que foi acessado o material, as informações encontradas no Inquérito Civil são relativas a resposta da SQA, ocorrida em 15 de janeiro deste ano, informando a 1ª Promotoria de Justiça Especializada através de um ofício, o qual assinalou as providências tomadas pela SQA em relação a Área de Preservação Permanente – Mata do Totó.

Deste modo, as medidas apresentadas foram: "o fechamento da área com toras de madeira e posterior a isso recuperação da área degradada com plantio de mudas nativas", também foram colocadas placas informando sobre a proibição de acampar no local. Assim como, ocorreu a "desocupação de um camping que usava parte da mata", chamado "Camping do Tarzan"[228]. No dia 19 de janeiro de 2015, conforme consta no Inquérito Civil, foi encaminhado um ofício da Procuradoria-Geral do Município a Promotoria de Justiça Especializada, solicitando que esta remetesse

[226] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Parecer Técnico; Documento DAT – MA Nº. 1722/2014; Unidade de Assessoramento Ambiental, folhas 177 (face) e 178 (face), datado em 19 de novembro de 2014.
[227] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011; Ofício nº 741/14 – 1ª PJE, relativo à PGM, folha 184 (face); Ofício nº 740/14 – 1ª PJE, relativo à SQA, folha 185 (face); ambos datados em 26 de novembro de 2014.
[228] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício Gab/006/2015, folha 186 (face); datado em 15 de janeiro de 2015.

cópia das informações prestadas acima pela SQA em relação as medidas adotadas na Mata do Totó[229].

Da exposição dos dados acima, o Inquérito inicia com certa ênfase nos acampamentos realizados por ocasião da Festa de Iemanjá e, aos poucos, o olhar da Promotoria se fixa mais na ocupação permanente da orla da lagoa. Isso não quer dizer que a Festa deixou de ser objeto de atenções. Por causa da mobilização da comunidade religiosa, houve uma relativa separação, em termos administrativos, das duas questões. Embora permaneçam, inegavelmente vinculadas. Com isso, exponho na sequência documentos relacionados especificamente à Festa, fornecidos também pela Promotoria, os quais, não sei por que razão, não fazem parte do Inquérito Civil Público.

5.3 A reação dos filhos de umbanda ao despejo de Iemanjá

Retomando os embates sobre a ocupação da orla do Barro Duro, referentes ao ano de 2012, encontrei termos de reuniões, pareceres técnicos e ofícios, sobre o tema mencionado, em outro documento cedido pela Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, relativo a uma solicitação da Secretaria de Qualidade Ambiental por "orientação ministerial sobre realização de evento Festa de Iemanjá e acampamento Área de Preservação Permanente", datado de 16 de janeiro de 2014, os quais são pertinentes para a compreensão sobre as restrições em relação a realização da celebração à Iemanjá nos últimos anos[230].

Neste documento, deparei com um Termo de Reunião, relativo a data de 16 de janeiro de 2012, a qual contou com a presença do vereador Ademar Ornel, do presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros Joabe Bohns, do advogado desta entidade Cristiano Baioco e do superintendente da SQA, Paulo Ricardo Moralles. No termo consta, as deliberações em relação a "utilização da área de preservação permanente" e a "realização de rituais religiosos",

[229] Documento referente ao Inquérito Civil 00824.00081/2011, Ofício/000093/2015 PGM, folha 188 (face); datado em 19 de janeiro de 2015.

[230]Observação: O referido documento do MPRS não possui numeração das páginas, deste modo, não apresento a numeração das folhas. 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Termo de Reunião, datado em 16 de janeiro de 2012

sendo que dentre elas destaco quatro, pois estas foram expostas e discutidas em reuniões e Audiências Públicas que presenciei:

> a) As festas religiosas serão realizadas no período de 17 de janeiro a 04 de fevereiro de 2012;
> b) A Federação será autorizada pela SQA para ocupar a área, mediante restrições e condições a serem estabelecidas pelos técnicos da referida secretaria;
> [...]
> g) Será autorizado a utilização de estacionamento de veículos, apenas para os integrantes de centros de umbanda, e até a barreira de pedras que impede o acesso de veículos à mata;
> h) Fica mantida a proibição de acampamento na área de preservação, **cuja finalidade não seja a do ritual religioso** nos termos dos itens anteriores[231]**.** (Grifo nosso)

Um dia após esta reunião, dia 17 de janeiro do ano corrente, encaminhou-se a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas um Parecer Técnico e uma Autorização para a realização da atividade religiosa, por parte da Secretaria de Qualidade Ambiental. O Parecer Técnico de nº 014/2012 e Autorização para Evento de nº 005/12, referem-se ao estabelecimento de "condições e restrições", as quais são as mesmas em ambos, para a realização da Festa de Iemanjá, visto que esta foi considerada no parecer como "nociva" e, deste modo, recomendou-se que a mesma não fosse "renovada pelos próximos anos, devendo-se proceder o cercamento da área após a realização dos eventos religiosos deste ano (2012)". Entre as restrições encontradas nos dois documentos, destaco:

> 3. Será autorizado a utilização e estacionamento de veículos apenas para os integrantes de centro de umbanda **até a barreira de pedras** que impede o acesso de veículos à mata, sendo proibido o estacionamento e ou permanência de veículos dentro dessa;
> 4. As barracas deverão estar a uma distância mínima de 4 (quatro) metros dos exemplares arbóreos presentes na mata nativa;
> 6. As oferendas, despachos, acendimento de velas e ponto de pólvora só poderão ocorrer na área pavimentada próxima a imagem de Iemanjá;
> [...]
> 9. **Toda a autorização só poderá ser homologada pela Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros, onde essa deverá estar comprometida com a SQA através de Termo de Compromisso Ambiental (TCA) se responsabilizando pelo plantio no local de espécies sucessoras da mata do Balneário dos Prazeres**;
> 10. **Deverão ser plantadas 30 (trinta) mudas de espécies nativas por centro (conjunto de barracas) instalado. As mudas de espécies**

[231] 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Termo de Reunião, datado em 16 de janeiro de 2012.

> **arbóreas deverão ser plantadas no período de maio a agosto de 2012 com no mínimo 1 (um) metro de altura e condições fitossanitárias que possibilitem seu desenvolvimento no local;**
> [...]
> 13. Obedecer ao novo Código de Posturas Municipal – Lei 5.832/2011;
> [...]
> 16. Não está autorizado amarração, ou qualquer tipo de objeto que seja colocado, apoiado ou afixado às espécies arbóreas presentes no local; 17. Não são permitidas escavações, buracos, aterramento e uso de fogo no local;
> **18. Não será admitido nenhum tipo de manejo arbóreo no local;**
> **19.** Fica proibida a fixação de resíduos sólidos no solo, nas árvores e na água;
> [...]
> 22. **A autorização 005/12 tem validade para o período de 17 de janeiro de 2012 a 04 de fevereiro de 2012**;
> 23. **Fica mantida a proibição de acampamento na área de preservação, cuja finalidade não seja a do ritual religioso e nos termos dos itens anteriores**[232] (Grifos do documento).

É possível perceber, nesses pontos, que a preocupação da SQA era de delimitar o uso da área de mata nativa apenas para os acampamentos religiosos, os quais deveriam se adequar e obedecer as normas ambientais locais e, inclusive, em decorrência da liberação deste espaço exclusivo para atividades religiosas, a Federação (organizadora do evento) deveria cumprir diversas regras e fiscalizar o andamento dos acampamentos, para os religiosos não amarrarem ou fixarem qualquer objeto na área ou nas árvores, não estacionar veículos na mata e não utilizarem velas nas oferendas dentro da mata. A Federação, ainda deveria cumprir as condições estabelecidas pela SQA, de plantar 30 mudas de espécies nativas por cada conjunto de barracas instaladas, após a realização da festividade religiosa. Com isso, é notório que, por um lado, há uma tentativa do poder executivo local, juntamente com o poder judiciário, de adequar a estrutura do ritual de celebração à Iemanjá aos conceitos que estes pactuam por preservação ambiental. Por outro lado, há um ensaio, especialmente por meio da Promotoria (como veremos adiante), em buscar contemplar a relação existente entre a natureza e as práticas religiosas, o que demonstra certa preocupação em compreender a cosmologia religiosa e, ao mesmo tempo, adaptá-la ao plano de preservação ambiental.

Também foi encaminhado a Promotoria, dois pareceres técnicos da SQA com relatórios fotográficos, sendo um relativo ao mês de janeiro, durante a realização da Festa de Iemanjá e outro referente ao mês de fevereiro, após a realização da mesma. No primeiro relatório, referente a uma vistoria realizada em 27 de janeiro de 2012, foi

[232] Documentos da Secretaria de Qualidade Ambiental enviados a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Parecer Técnico nº 014/2012 e Autorização para Evento nº 005/12.

exposto que houve a “violação das condições e restrições nº 2, 4 e 16” estabelecidas na Autorização nº 005 (mencionada acima), violação esta que foi demonstrada por meio de fotografias. Constam nas imagens do relatório “várias placas fixadas nas árvores” e “amarrações de cordas, barracas e objetos”, que demonstram a infração da condição nº 16, bem como foi exposto “o agrupamento de barracas dentro da mata, onde estas não respeitaram a distância mínima de 4 (quatro) metros dos arbóreos presentes na mata” (relativo a condição nº 4) e “colocaram cercas e similares restringindo o acesso público” (relativo a condição nº 2)[233]. O segundo parecer técnico, refere-se a outra vistoria realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, após a festividade religiosa, que teve como finalidade expor, através de fotografias, a permanência de “várias placas de identificação [dos centros] fixadas nas árvores presentes na orla da lagoa”, o que desrespeita o item 16 da Autorização nº 005/2012[234].

De acordo com o presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Joabe Bohns, os problemas relacionados a tradicional festividade religiosa iniciaram, entre os anos de 2011/2012, com o ex-secretário da SQA, Luiz Henrique Viana. Segundo o presidente, “a destruição da festa começou com o laudo dele, com a Secretaria de Qualidade Ambiental, com a administração do vereador Viana”[235]. Joabe não soube me explicar sobre as primeiras restrições ocorridas em relação a Festa, mas no seu entendimento, estas já eram direcionadas aos acampamentos na mata. Segundo o presidente, para ocorrer a Festa de 2012 houve um acordo entre Federação e SQA, no qual a Federação, para cada acampamento autorizado, deveria plantar mudas nativas na orla do Barro Duro, mas em lugares especificados pela Secretaria, como por exemplo, na Praça Aratiba.

No entanto, em 2013, Joabe explicou que foi acusado pelo ex-secretário, Neiff Satte Alam, de não ter plantado as mudas conforme o acordo anterior. Deste modo, o presidente apresentou duas explicações sobre o descumprimento do acordo, o que para ele foi contraditório. Primeiro porque não houve autorização por parte da Federação para ocorrer acampamentos na mata, “então, como é que eles querem que eu plante uma árvore se não teve acampamento?”[236]. O segundo motivo, foi que a

[233] Documento da Secretaria de Qualidade Ambiental enviado a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Parecer Técnico nº 025/2012.
[234] Documento da Secretaria de Qualidade Ambiental enviado a Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, Parecer Técnico nº 036/2012.
[235] Entrevista realizada com Joabe Bonhs, em 18 de setembro de 2014.
[236] Entrevista realizada com Joabe Bonhs, em 18 de setembro de 2014.

Secretaria de Qualidade Ambiental não cumpriu com a doação das mudas, acarretando na não realização do plantio por parte da Federação. Assim, em 2014, como foi visto nos pareceres técnicos da SQA, foi proibido qualquer tipo de ocupação na APP.

Em 2013, podemos encontrar neste documento cedido pela Promotoria uma nova denúncia feita por outro depoente, ocorrida no dia 31 de janeiro deste ano, referente a realização da Festa de Iemanjá. O endereço residencial do depoente é o bairro Fragata de Pelotas, diferente da denúncia anterior relativa a um morador do bairro Balneário dos Prazeres. Na denúncia, o informante apontou que a Área de Preservação Permanente, localizada no Balneário dos Prazeres, sediaria a celebração à Iemanjá de 2013, no período de 30 janeiro a 04 de fevereiro e que, no entanto, havia o Parecer Técnico nº 3913 elaborado pela SQA que era contrário à realização do evento. Porém, mesmo com este parecer, o depoente informou-se que a própria Secretaria de Qualidade Ambiental havia conferido a autorização para a realização da cerimônia religiosa no local, o que o levou a procurar a Promotoria e questionar sobre a existência de pareceres técnicos, visto que os mesmos podem ser contrariados[237].

Assim, o Parecer Técnico nº 3913, citado acima, foi encaminhado pelo Gabinete do Prefeito em 03 de janeiro de 2013 à Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, responsável pela Festa de Iemanjá, a qual solicitou apoio da Prefeitura para a realização da festividade. Neste documento consta um extenso relatório de vistoria e uma série de condições e restrições para a realização do evento no Balneário dos Prazeres. Em relação a efetivação de acampamentos religiosos, a Secretaria apontou que os pareceres técnicos relativos ao ano de 2012 (expostos acima), determinaram que, por se tratar de uma Área de Preservação Permanente, a realização de acampamentos no local não deveria ser renovada nos próximos anos. Ainda foi apontado, no relatório, que houve o descumprimento de alguns itens restritivos constatados nos pareceres técnicos anteriores, o que enfatizou a não autorização desta Secretaria em relação aos acampamentos religiosos. Além disso, no relatório consta a exposição de códigos

[237] Termo emitido a 2ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, AT.00824.00052/2013, datado em 31 de janeiro de 2013.

legislativos municipais, referentes a Lei nº 4.336/98 e a Lei nº 4.392/99 (já citadas neste trabalho) e federal, Lei nº 12.651/12, para elucidar o caso.

Quanto à solicitação de “limpeza no Balneário dos Prazeres”, a Secretaria informou que a mesma já havia ocorrido em 18 de janeiro de 2013 para a Festa de Iemanjá. E quanto as outras solicitações, como “arquibancada em volta do calçadão”, “micro-ônibus ou similares”, “instalação de 2 pirâmides 10x10m”, “sonorização, telão e filmagem”, “fogos de artifícios”, “iluminação no calçadão”, “tomadas de luz nos postes”, “dez banheiros químicos”, “limpeza e pintura da Gruta”, “ajuda na restauração da sede”, “colocação de tela em volta da Gruta”, “fiscalização na praça de alimentação e ambulantes”, “proibição de vendas de bebida alcoólicas nos bares, ambulantes e outros” e “proibição de som em carros, bares e casas noturnas”, a Secretaria informou que não era da sua competência. Somente o item sobre a “iluminação dentro do mato” que esta não deu autorização, visto que fora proibido os acampamentos religiosos na Área de Preservação Permanente.

Em relação ao item “condições e restrições”, presente neste parecer, há uma série de itens, entre eles consta um ponto sobre “condições e restrições relacionados ao acampamento das terreiras”, o qual destaco:

> I. As condições e restrições abaixo estabelecidas foram determinadas pelo Secretário Municipal de Qualidade Ambiental;
> II. O evento está autorizado somente para o período compreendido entre os dias 30 de janeiro e 04 de fevereiro de 2013;
> III. Não será permitido o estacionamento e/ou permanência de veículos na área da mata;
> IV. As barracas devem ser retiradas, impreterivelmente, até o dia 04/02/2013;
> V. A permanência na área da mata está autorizada somente para pessoas cadastradas junto à Brigada Militar;
> VI. **Está proibido o consumo de bebidas alcoólicas, somente está autorizado o uso de espumante para as oferendas**[238].

Chamo a atenção para duas questões apresentadas neste parecer, uma relativa ao tempo dos acampamentos religiosos, o qual diminuiu em relação ao ano anterior (2012) e para a adequação que incide, inclusive, na estrutura dos rituais religiosos, como no item VI em negrito.

Em 06 de fevereiro de 2013, a Promotoria constatou, a partir da referida denúncia, que no Parecer Técnico nº 3913 não há nenhum posicionamento contrário

[238] Documento referente ao Parecer Técnico nº 3913, datado em 25 de janeiro de 2013.

a realização da Festa de Iemanjá em APP, há apenas o condicionamento para “a realização de tal ato ao cumprimento de diversas obrigações e para a preservação do espaço ambiental protegido”. No entanto, em razão da ampla discussão acerca da situação ambiental da “Mata do Totó”, já exposto no Inquérito Civil, a Promotoria considerou relevante a verificação de todos os pareceres técnicos de 2012 da SQA relacionados a este tema, bem como a autorização ambiental concedida a Federação[239].

Conforme consta nos documentos, houve um acordo para a realização da cerimônia religiosa daquele ano que foi resultado de uma reunião, ocorrida em 29 de janeiro de 2013, juntamente com Joabe Bohns (presidente da Fucarb), Tenente Goes e Gasquet e Capitão Anderson (4º BPM), Neiff Satte Alam (SQA), vereador Ricardo Santos (Câmara Municipal), Comandante Neto (Guarda Municipal) e Rafael Bolte (Agentes de Trânsito). Nesta reunião foram tomadas as seguintes deliberações:

> a) As festas religiosas serão realizadas até o dia 3 de fevereiro de 2013;
> b) A Federação será autorizada pela SQA para ocupar a área, mediante restrições e condições a serem estabelecidas pelos técnicos da referida secretaria;
> e) Após a data acima mencionada, a Secretaria de Qualidade Ambiental se compromete a:
> e.1 – atuar para eliminação dos acampamentos clandestinos;
> e.2 – notificar/interditar bares irregulares situados na área;
> e.3 – elaborar um projeto de reposição arbórea para o local, para o qual contará com a colaboração de Federação acima mencionada, no que for cabível.
> f) A partir do próximo ano o acampamento não mais será autorizado na área de preservação permanente;
> i) Fica mantida a proibição de acampamento na área de preservação, cuja finalidade não seja a do ritual religioso e nos termos dos itens anteriores[240].

Em outubro de 2013, podemos encontrar nesse documento do MPRS, ofícios e autorização de serviços relativos a discussão acerca da autorização ambiental para a realização da Festa de Iemanjá. Então, no dia 07 de outubro de 2013, foi encaminhado um ofício da Promotoria ao então Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, Neiff Satte Alam, a fim de o mesmo prestar esclarecimentos sobre a situação ambiental da orla da lagoa, bem como solicitar cópia dos pareceres técnicos de 2012 e a autorização ambiental para a realização da festividade religiosa[241]. Em 16

[239] Documento referente a AT. 00824.00052/2013, datado em 06 de fevereiro de 2013.
[240] Documento referente a Termo de Reunião, datado em 29 de janeiro de 2013.
[241] Documento relativo ao Ofício nº 537/2013 – 2ª PJE, datado em 07 de outubro de 2013.

de outubro do mesmo ano, o secretário respondeu ao Promotor, encaminhando o parecer de 2013 (citado acima), o qual constava os pareceres do ano anterior, assim como anexou a autorização para “acampamento das casas de umbanda na Mata no Barro Duro, durante 12 dias (26/01 à 06/02/13)”, “após acordo junto ao MP, Associação Sul-Riograndense de Umbanda, SQA, SOSU e Batalhão Ambiental da Brigada Militar”[242].

Como o parecer já foi exposto, chamo a atenção apenas para a Autorização de Serviços concedida pela Secretaria de Qualidade Ambiental. Neste documento consta, assim como no parecer, diversos itens sobre restrições e condições para a realização da Festa de Iemanjá no Balneário dos Prazeres, mas ressalto o último item desta autorização referente as “observações”. No último ponto das observações, destaco:

> **V. Após a reunião solicitada pelo Ministério Público Estadual, através do Promotor Sr. Jaime Chatkin, juntamente com representantes dos seguintes órgãos: Secretaria Municipal de Qualidade Ambiental (SQA), Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros (Fucarb), Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal de Segurança, Transporte e Trânsito e Brigada Militar, ficou decidido que será autorizada pelo Secretário Municipal de Qualidade Ambiental a realização do acampamento somente no ano de 2013, desde que obedeça as condições e restrições estabelecidas nesse documento[243]. (**Grifo do documento).

A partir destes dados, podemos perceber que houve intenso debate e negociações no início do ano de 2013 entre Federação, poder público municipal e Promotoria para se realizar a festividade daquele ano, que acarretou em pequenas mudanças no tempo de cerimônia religiosa e de acampamento. Assim, no Parecer Técnico de 2013, fica claro a não autorização para a realização dos acampamentos religiosos na APP, bem como o tempo de festa proposto neste relatório foi de 30 de janeiro à 4 de fevereiro. Já na reunião, com data próxima a Festa de Iemanjá, as distintas instâncias governativas do município concederam a autorização para a Federação realizar a festa a partir do dia 26 de janeiro até 06 de fevereiro de 2013, e a realização de acampamento da orla da APP somente para aquele ano.

---

[242] Documento referente ao Ofício Gab. 174/2013, datado em 16 de outubro de 2013.
[243] Documento referente ao Ofício nº 000001/2013, Autorização de Serviços, datado em 31 de janeiro de 2013.

Conforme a entrevista com Neiff Satte Alam, foi a partir de uma denúncia ocorrida em 2013, feita pelo presidente do clube Oásis Praia Clube[244] à Secretaria, quando o mesmo assumiu o cargo de secretário da SQA, que iniciou o processo de desocupação irregular na Área de Preservação Permanente, incluindo-se a proibição de instalação de acampamentos na área. De acordo com o ex-secretário, a posse do seu cargo foi em um período muito próximo à realização da Festa de Iemanjá e por isso os acampamentos religiosos já estavam instalados, o que o impossibilitou de proibir a atividade, mas não permitiu que naquele ano os acampamentos ultrapassassem a data de 05 de fevereiro e que os mesmos ocorressem no ano posterior, conforme acordo com o Ministério Público Estadual.

Exponho um trecho do pronunciamento do ex-secretário na Audiência que remete e elucida o acordo, sendo que este já foi apresentado nos documentos do Inquérito Civil.

> Naquele momento se fez, sim, e se pensou assim como eu vou dizer agora: que já existiam acampamentos registrados com placas de várias terreiras lá. E em uma reunião com o Ministério Público, convocada pelo Ministério Público, com a minha presença, a presença do Joabe, a presença da Câmara de Vereadores com o vereador Ricardo, a Brigada Militar, outras secretarias, nesta reunião se decidiu o seguinte e por proposta minha, não foi do Joabe, não foi do Promotor, foi minha. Naquele momento eu entendia que não era lógico tirar os acampamentos dali, vejam bem, fui eu que disse isto, a proposta foi minha, embora o Parecer Técnico fosse que não poderiam estar ali, como tinha no Parecer dos anos anteriores todos. Naquele momento, ficou bem claro que este governo não estava indo contra a Festa de Iemanjá e a Festa aconteceu. Mas ficou acordado por escrito, e eu tenho isto e todos que estavam lá, que eu já sei, também tem, que a partir do dia 5 de fevereiro não se permitiria mais acampamentos, nem circulação de veículos. (Ex-secretário Neiff Satte Alam, Audiência Pública de 14 de fevereiro de 2014).

Tendo o conhecimento da existência de ocupações na APP, tanto de acampamentos quanto de residências, Neiff também descobriu que o próprio denunciante era dono de um camping, que estava localizado em uma área particular dentro da mata nativa, chamado “Cabana do Pai Thomas”, o que também ocasionou o seu fechamento. Com isso, é perceptível que houve uma busca intensiva por parte da Secretaria de Qualidade Ambiental, juntamente com outras instâncias de poder, como o Ministério Público Estadual, para regularizar e controlar toda a orla do Balneário dos Prazeres.

[244] O clube está localizado na Avenida Santa Catarina, nº 110, no Balneário dos Prazeres, bairro Laranjal.

Em relação ao acordo mencionado acima, referente a TAC de 2013, Neiff esclareceu que a reunião com a Promotoria, representantes do legislativo local e presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, ocorreu por causa do debate provocado pela Câmara de Vereadores e Federação, sobre a medida determinada pelo ex-secretário de proibir os acampamentos na mata nativa. Nesta reunião, foi deliberado pela Promotoria que esta prática não seria mais permitida na Área de Preservação Permanente, mesmo que para fins religiosos, a partir de 2014. No entanto, foi sugerido, inclusive pelo ex-secretário, que os acampamentos poderiam ser realizados na praça Aratiba.

Em relação a Festa de Iemanjá de 2014, pude encontrar nos documentos do MPRS, dois pareceres técnicos elaborados pela SQA, relativos a data 08 de janeiro de 2014. O primeiro parecer, refere-se a uma "solicitação de análise quanto à viabilidade de realização de eventos nas áreas de preservação permanente, na orla das praias do Laranjal em especial a atividade de acampamentos". Sendo que neste documento consta somente a instrução jurídica sobre Área de Preservação Permanente, tomando o conhecimento da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que no seu Código Florestal Brasileiro, define:

> Área de Preservação Permanente – APP como área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas[245].

No que diz respeito ao conhecimento jurídico no âmbito municipal, foi levado em consideração neste parecer a Lei nº 4.392 de 5 de julho de 1999 e a Lei nº 4.336 de 18 de dezembro de 1998, as quais já foram citadas no início deste capítulo. Portanto, como conclusão foi definido que:

> Em relação à atividade de acampamento nas referidas áreas de preservação permanente caracterizadas pela legislação estadual pelo código de ramo e tipologia 6.111,00 – Área de lazer (camping, balneário, parque temático) **a atividade é classificada como sendo de potencial poluidor "médio", ou seja, incompatível com o que determina regime de proteção das Áreas de Preservação Permanente**[246].

[245] Parecer Técnico nº 003/2014, datado em 08 de janeiro de 2014.
[246] Parecer Técnico nº 003/2014, datado em 08 de janeiro de 2014.

No segundo Parecer Técnico, relativo a mesma data mencionada acima, consta uma solicitação que, diferentemente do parecer anterior, refere-se a "viabilidade da realização de acampamentos na orla do Balneário dos Prazeres em decorrência das festividades de Iemanjá". Conforme este parecer, em razão dos problemas ocorridos "em relação ao uso daquela mata (no quadrilátero formado pela Praça Aratiba, Av. Minas Gerais, Av. Santa Catarina e Orla da Lagoa dos Patos), nos dois últimos anos", referindo-se aos anos de 2012 e 2013 e retomando todos os processos deste período nos quais técnicos da SQA orientaram para que não ocorresse mais acampamentos religiosos na Mata do Totó, deliberou-se:

> Assim, ante o exposto, novamente **orientamos para que não seja autorizado o acampamento na Área de Preservação Permanente**, em especial no local denominado Mata do Totó. Para que tal restrição não inviabilize a realização desta importante festa tradicional da cidade e região, **sugerimos como alternativa de área para os referidos acampamentos as Praças Aratiba, Catuipe e Esmeralda**, também localizadas no Balneário dos Prazeres e próximas ao local habitualmente utilizado[247].

Neste parecer também consta um relatório fotográfico que, apesar de não ter referência da data de realização, expõe 23 imagens que destacam distintos cenários: a presença de cercas restringindo o acesso; veículos no interior da mata; barracas amarradas nas árvores; aglomerações de lixos no interior da mata; placas afixadas no espécime arbóreo; cordas amarradas nos espécimes arbóreos; troncos queimados; galhos cortados e espécime arbóreo quebrado. Assim como há neste relatório imagens (de satélite), mostrando a área utilizada anteriormente e as áreas sugeridas pela SQA[248].

Dois dias após estes pareceres, deparamo-nos com mais um Parecer Técnico da SQA, que tratou de uma "solicitação quanto à viabilidade da instalação de estrutura temporária do tipo tenda e gazebo na orla do Balneário dos Prazeres em decorrência das festividades de Iemanjá". De acordo com o parecer, apesar de se tratar uma APP, consta-se na Lei Municipal nº 4.392/99 a autorização para a instalação dessas estruturas, mas esta acomodação não poderia ultrapassar o período de 48hs.

Em 15 de janeiro de 2014, a Secretaria de Qualidade Ambiental solicitou a 2ª Promotoria de Justiça Especializada um parecer desta Promotoria "ratificando as

[247] Parecer Técnico nº 004/2014, datado em 08 de janeiro de 2014.
[248] Parecer Técnico nº 004/2014, datado em 08 de janeiro de 2014.

decisões do termo da reunião realizada para tratar do regramento da Festa de Iemanjá de 2013, bem como os eventos futuros"[249]. Referente a esta mesma data consta, nestes documentos do MPRS, uma reportagem do jornal Diário da Manhã sobre a possível ameaça da Festa de Iemanjá de 2014 não acontecer. Na reportagem, a secretária interina de Qualidade Ambiental, Bruna Ângelo Alves, foi apontada como sendo a responsável pela proibição dos acampamentos religiosos na orla da lagoa. Na matéria jornalística, expuseram que houve uma reunião com os vereadores (Ademar Ornel, Ricardo Santos, Marcos Ferreira e Rafael Amaral), com o superintendente da Secretaria de Cultura e com a secretária interina da SQA, para tratar sobre este assunto, o que levou a proposta dos vereadores de realizar uma Audiência Pública no dia 17 de janeiro do mesmo ano[250].

Na mesma data marcada para a Audiência Pública citada acima, 17 de janeiro, foi encaminhado da Promotoria para a SQA uma resposta ao questionamento da mesma (Of. Gab. 009/2014), informando que as questões sobre a ocupação da Área de Preservação Permanente do Barro Duro e realização da Festa de Iemanjá, já encontravam-se solucionadas "através do acordado em reunião ocorrida em data de 29/01/2013", na qual foi estipulado que: "A partir do próximo ano (2014) o acampamento não mais será autorizado na área de preservação permanente"; 'fica mantida a proibição de acampamento na área de preservação cuja finalidade não seja a do ritual religioso'"[251]. Destaco um extenso trecho deste documento, que conclui esta questão sobre a realização da festividade religiosa e meio ambiente:

> Por fim, embora diversas recomendações e/ou restrições impostas pela SQA, tenham sido descumpridas por aqueles que foram autorizados, em caráter emergencial e para não impedir o exercício da liberdade de culto nos anos de 2012 e 2013, a "acampar" na APP, como corretamente indicaram os técnicos dessa Secretaria (Parecer nº 007/2014), e como forma de garantir-se o direito fundamental de liberdade de culto, compatibilizando-o com o dever constitucional do Poder Público, assim como de toda a coletividade, de preservar o meio ambiente, a SQA poderá autorizar (mediante condições e restrições) a instalação de estruturas temporárias (tendas, gazebos e/ou similares) e onde as entidades, participantes da Festa de Iemanjá poderão realizar seus rituais religiosos (e, apenas estes). **Vale dizer: terão um local para a realização dos rituais e cultos religiosos, mas não poderão, como ocorreu em anos anteriores, "acampar" no local (APP), conforme**

[249] Ofício Gab. 009/2014, datado em 15 de janeiro de 2014.
[250] Jornal Diário da Manhã, matéria: "Festa de Iemanjá ameaçada de não acontecer", datado em 15 de janeiro de 2014. Disponível em: http://diariodamanhapelotas.com.br/site/festa-de-iemanjaameacada-de-nao-acontecer/.
[251] Documento referente a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, R.H. 00824.00049/2014, datado em 17 de janeiro de 2014.

> **acordado em audiência realizada nesta Promotoria de Justiça.** [...] Parece ser a melhor forma de compatibilizar-se a defesa do meio ambiente com o exercício da liberdade de culto[252].

Apesar de se ter determinado, na reunião da Prefeitura que antecedeu a festa deste ano, que os acampamentos seriam permitidos no espaço da orla próximo à Gruta, a SQA levou à risca a normativa de proibição dos acampamentos em 2014, insistindo de que estes deveriam ser realizados na Praça Aratiba, local em que os centros de umbanda e terreiras se negaram a se instalar:

> Bom, daí eles se aquietaram, mas não usaram a área que nós determinamos, colocaram as barracas na frente da Iemanjá, onde tem uma parte cimentada ali, colocaram ali, descampado ali, colocaram ali. Quando passaram o sinal, eu fui lá, notifiquei, mandei sair, não deixei ficar.
> Isabel: Isso foi antes da Festa, não é?
> Neiff: Isso foi antes da Festa, daí sim a fiscalização foi super intensa ali. Ano passado a gente fiscalizou diariamente, não foi só durante a Festa, foi durante todo o período de veraneio, digamos assim, oficial.
> (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 5 de dezembro de 2014).

Esta "fiscalização intensa" ocasionou uma abordagem truculenta ao acampamento de Maria Ochoa, que há décadas acampa no local.

> Isabel: A Secretaria de Qualidade Ambiental?
> Maria: É, me ameaçou com dois brigadianos. Me ameaçou que eu tinha 24 horas para sair.
> Isabel: Quando eles chegaram lá, a senhora lembra que dia?
> Maria: Foi dia 24 de janeiro, eu acho, ou 25.
> Isabel: Fazia bem pouquinho tempo que a senhora estava acampada? Maria: Sim, porque se eu vou fazer encerramento dia 25, eu acampo dia 20, que daí eu fico uma semana para limpar, para me acomodar. E como eu já estou com a terreira arrumada, eu fico até a Festa de Iemanjá, até terminar a Festa e depois vou embora. Ai eu perguntei pra ele o que eles iam fazer, se eles iam desmanchar o meu acampamento e ele disse: "ah, não, porque seria uma agressão". E eu disse, eu também acho porque em primeiro lugar que isso aqui é um acampamento religioso, não é um acampamento comum. Aí eu fui multada por cinco mil reais por dia, se eu ficasse, se eu não saísse. Aí, cinco mil reais, vai dar uns trinta mil reais quando eu sair daqui, pensei eu. Mas bom, tem um detalhe, eu sou uma idosa, eu tenho o estatuto do idoso, eu tenho muitas crianças dentro do acampamento, tem o estatuto do menor, não vou sair, não vou sair mesmo. Então, "a senhora vai responder a um processo e vai ser multada em cinco mil por dia". Claro, que depois o Ricardo Santos, o Marcola e outros vereadores entraram e anularam esse processo. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 4 de novembro de 2014).

[252] Documento referente a 1ª Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, R.H. 00824.00049/2014, datado em 17 de janeiro de 2014.

Maria afirmou na entrevista, que a equipe que abordou seu acampamento, desceu de um veículo não identificado portando caixas que, desconfia ela, seriam utilizadas para “confiscar tambor, imagens e tal”, em um procedimento que, caso verídico, nada deixa a desejar da prática policial de décadas atrás, de arrecadar materiais de uso ritual dos terreiros abordados para constarem no corpo de delito (NEGRÃO, 1996): “Acho que queriam levar a prova de que a gente trabalha espiritualmente na praia”[253]. Houve recuo do grupo de técnicos perante a iniciativa dos integrantes do terreiro, de baterem fotos e filmarem a intervenção: “[...] a gente não reagiu e só tirou foto da camionete, foto deles, foto das caixas, fomos tirando. [...] quando a gente começou a bater muita foto, eles subiram todos e foram embora. A viatura teve cinco minutos parada ali embaixo e subiu”[254].

Foi justamente esta proibição aos acampamentos, que gerou as Audiências Públicas e toda a mobilização da qual participei no ano de 2014. Apesar do tema ter sido objeto de negociações nos anos anteriores, há a impressão de que a comunidade umbandista não estava informada sobre todos os desdobramentos deste processo, não discernindo o papel de cada uma das instâncias que haviam gerado os impedimentos.

Alguns representantes religiosos, relacionam os impasses e a decadência da Festa exclusivamente à falta de apoio do poder público municipal. Para a umbandista Maria, embora tenha surgido algumas dificuldades para o evento no período do Prefeito Fetter Jr., foi com a posse do atual Prefeito de Pelotas, Eduardo Leite que os problemas se agravaram:

> Começou na proibição de acampamento, já no último ano de gestão do Fetter, os outros prefeitos sempre deram toda estrutura, que eu saiba porque isso aí é a Federação que pode te dizer, exatamente, se fazia. Porque até então a Festa tinha fogos e fogos de artifícios, tinha telão, tinha tudo, era uma maravilha, tinha corda para proteger as terreiras do pessoal de fora pra ti poder fazer a tua homenagem na gruta, até o ano do Fetter teve. Aí quando esse menino se elegeu, ele disse que este ano agora, seria a maior Festa. A gente viu, foi uma Festa imensa. (Risos) Já houve algumas proibições no tempo do Fetter, não foram muitas, foi nos dois últimos anos. Policiamento ele deu, segurança ele deu, a verba ele deu. Já esse ano o Eduardo Leite cortou tudo. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 04 de novembro de 2014).

[253] Entrevista realizada com Maria Ochoa em 4 de novembro de 2014.
[254] Entrevista realizada com Maria Ochoa em 4 de novembro de 2014.

O vereador Ricardo Santos, suspeita que agentes da própria Prefeitura alimentam as denúncias no MPRS, para não precisarem assumir diretamente a responsabilidade por ações que pretendem realizar, mas sobre as quais, não querem assumir o ônus por serem impopulares:

> Isabel: Pois é, isso que eu ia perguntar, partiu do Ministério Público ou foi uma solicitação da Secretaria de Qualidade Ambiental?
> Ricardo: Olha, na realidade a gestão pública ela sempre joga pra cima do Ministério Público ou poder judiciário, algumas responsabilidades. Então o que ela não tem condições na parte política, ela acha que vai ter no enfrentamento problemas, ela faz a denúncia e daí o MP se manifesta. O MP qualquer pessoa pode procurar e denunciar e o MP vai investigar, entendeu? Então, muitas vezes a gestão joga para cima do MP as responsabilidades. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 17 de outubro de 2014).

Já outros, parecem discordar da ideia de relacionar estes problemas com um governo específico, sendo depositada a responsabilidade na própria organização por parte da Federação.

Ao que parece, houve uma crescente perda de autonomia no gerenciamento da Festa e do próprio espaço da orla, por parte da comunidade umbandista. Isto foi deslegitimando, paulatinamente, os mecanismos de controle e regramento criados por esta mesma comunidade, com a chancela de autoridades diversas, para que a ocupação daquele espaço para finalidades lúdicas e religiosas, atendesse a códigos ético-morais consensualmente estabelecidos.

Alguns interlocutores apontam, que quando havia uma relativa autonomia no gerenciamento do espaço, havia um controle maior sobre as práticas que lá ocorriam, se deteriorando com o passar do tempo:

> Rosane: E no seu entendimento, comparando então essa festa que o senhor nos descreve de antigamente pra agora, o que é que mudou?
> Carlos Alberto: Muita coisa, queres que seja bem sincero? Eu sou direto, não sou meio termo, virou sacanagem, virou beberagem, vou usar bem o português, virou putaria e coisas que não existia na época. É a pessoa se drogando ali, fazendo sexo na beira da água, naquela época não existia isso ai, naquela época a Brigada Militar dava permissão: “olha aqui, se vocês virem, é só chamar”, não tinha isso, imperava o respeito ali. (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Outro fator que emerge nos diálogos estabelecidos durante a etnografia da Festa, diz respeito a reivindicação por segurança pública. Com a urbanização daquela região, obviamente este problema foi se intensificando no decorrer dos anos. Destaco,

nesse sentido, a referência durante as entrevistas a mortes que ocorreram durante a Festa, que tiveram um impacto negativo sobre a imagem do evento, embora não necessariamente estivessem associadas diretamente com ele. Carlos Alberto nos traz o seguinte relato:

> Rosane: Tá, mas assim, teve algum acontecimento em especial que levou a essa decadência?
> Carlos Alberto: Sim, teve uma morte lá, que colocaram, os meios de comunicação, morte, estamparam no Diário Popular: "morte na Festa de Iemanjá no Barro Duro". Já começa a discriminação, Barro Duro, não é Barro Duro, eu sempre digo: Balneário Nossa Senhora dos Prazeres. O apelido é Barro Duro. É Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, sempre, daí o pessoal diz: "Barro Duro". "Barro Duro pra ti, pra mim não, isso é discriminação". (Entrevista realizada com Carlos Alberto Pereira, em 14 de abril de 2015).

Conforme Joabe, referindo-se também a um incidente, que possivelmente possa ter sido o mesmo citado acima, aproximadamente três pessoas morreram e a causa teria sido a liberação de bebida alcoólica, a qual não era proibida nas Festas realizadas pelas administrações antigas da Federação. Com sua entrada na presidência, isso teria mudado: "eu só sei dizer que quando eu assumi como presidente eu peço a coibição de bebida alcoólica até mesmo nos bares". Após o incidente, a Brigada Militar teria iniciado uma operação de fiscalização "rigorosa na beira da estrada, retirando tudo que era tipo de bebida"[255], revistando todos os automóveis que se direcionavam a Festa. No entanto, de acordo com informações encontradas no Livro de Atas e na entrevista com o umbandista Carlos Alberto, há contradições em relação a exposição acima. Segundo, Ata nº 99, datada em 06 de janeiro de 1972, relativa a uma reunião de diretoria da Federação que tinha como pauta os preparativos para a Festa de Iemanjá, nos indica que já havia nesse período o controle ao uso de bebidas alcoólicas durante a festividade. Outro indicativo de que houve restrições em relação a bebida alcoólica na cerimônia religiosa, antes da presidência da Federação estar sob o comando de Joabe, foi apontado por Carlos Alberto. Este afirmou, que por causa de incidentes ocorridos entre os anos de 1985 e 1988, durante a festividade no Barro Duro foi deliberado pela diretoria da Federação daquele período junto ao comando da Brigada Militar que, nos anos seguintes, houvesse uma vistoria em todos os automóveis, bem como nas pessoas, com a intenção de proibir a entrada de bebida alcoólica na festa.

[255] Entrevista realizada com Joabe Bonhs, em 18 de setembro de 2014.

Entretanto, há dois anos, segundo Joabe, a fiscalização da Brigada Militar não ocorre com tanto rigor, comparado aos anos anteriores. Segundo ele, a ausência de uma fiscalização mais incisiva em relação a entrada de bebidas alcoólicas durante a festividade, por parte da segurança local, demonstra certa despreocupação do poder público municipal, em garantir que a celebração à Iemanjá aconteça sem situações constrangedoras à festividade em si e à toda comunidade religiosa.

Assim, após a apresentação dos posicionamentos da comunidade religiosa e de alguns representantes do poder legislativo, favoráveis à festividade religiosa e adeptos das religiões de matriz africana, exponho os argumentos dos ambientalistas sobre a realização da Festa de Iemanjá, bem como a sua estrutura ritual tradicional ocorrida na orla do Barro Duro e a situação ambiental do balneário.

5.4 Identificando a problemática ambiental: os argumentos dos ambientalistas

A caracterização da problemática ambiental na orla da Laguna dos Patos, no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, será reconstituída privilegiando dois interlocutores, representantes do movimento ambiental de Pelotas: o biólogo Ivan Vaz e o biólogo e ex-secretário da SQA, Neiff Satte Alam. A perspectiva de outros interlocutores, como os representantes do legislativo, também será considerada. Na sequência, apresenta-se as distintas propostas de solução para estes problemas ambientais, assim como os contra-argumentos da comunidade religiosa. Uma das causas da intensa danificação sofrida na área da orla do Barro Duro, segundo Ivan Vaz, é relativa a “erosão constante da laguna, das ressacas”, sendo provocada, possivelmente, pelo aumento do calado da foz. Apesar de não haver uma comprovação científica, conforme Ivan e Neiff, este aumento do calado, que é a profundidade de um canal, foi ocasionado por ação antrópica, visto que, em razão do super porto da cidade de Rio Grande (RS), houve uma ampliação dos molhes na orla de Rio Grande para que os grandes navios conseguissem passar e entrar no porto. Com o aumento da profundidade do canal houve uma significativa mudança no percurso natural da laguna:

> [...]nós fizemos com que a água do oceano barre um pouco a situação da água que desce do Rio Grande do Sul, pelo rio Jacuí, pelo Guaíba e outros rios que deságuam no Guaíba e automaticamente vai aumentar o nível em

> grande quantidade de chuva no Rio Grande do Sul, aumentando no nível da Laguna. Essa água precisa sair para algum lugar, mas ela vai encontrar lá uma profundidade maior da foz e um aumento dos molhes, fazendo com que aconteça uma barreira. O que é que vai acontecer? Ela vai em períodos de ressacas, ela vai vazar nas orlas. Isso não tem nada cientificamente comprovado, isso é uma dedução do Ivan e de outros colegas da área, de geólogos e alguns outros colegas biólogos. (Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014).

Segundo Neiff Satte Alam, existem no total três tipos de erosão que modificam e danificam a orla do Balneário dos Prazeres. Uma delas foi descrita anteriormente e a outra forma erosiva é, de acordo com ele e com o biólogo Ivan, ocasionada a partir do processo de urbanização do Barro Duro, o que "criou a situação de esgotos em valetas e essas valetas são direcionadas para dentro da mata"[256], acarretando na formação de voçorocas. De acordo com a explicação apresentada por Neiff: "a voçoroca é uma erosão por baixo, então a água se infiltra, encontra caminhos por baixo e vai subtraindo material abaixo do solo, então o que é que acontece? O solo desaba. Então forma a voçoroca"[257].

Outro fator apontado pelos ambientalistas, que está diretamente relacionado ao terceiro processo de erosão sofrido na área, diz respeito à retirada da vegetação protetora que constitui toda a orla da laguna do Barro Duro, formada primeiramente por uma "estratificação vegetal de juncos", depois um acamamento de "gramíneas" e, por último, o "clímax" que são os "grandes vegetais"[258]. De acordo com ex-secretário Municipal de Qualidade Ambiental, foi a partir da retirada da primeira camada protetora formada pelos juncos, com a finalidade de produzir o aspecto de balneabilidade, que causou um dos maiores problemas para a situação atual da orla do balneário:

> [...]eles foram tirando [os juncos], tirando, porque o pessoal achava mais interessante a laguna para tomar banho sem juncos, mas não se deram conta de que tirando os juncos, eles iam terminar, a médio e longo prazo. E nós já estamos nesse longo prazo, retirando areia também e avançando junto as árvores dos bosques daquela região ali. (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014).

Segundo os representantes do movimento ambiental, em razão da intensa apropriação do uso da área de mata nativa por meio de acampamentos (tanto de veraneio/férias quanto religiosos), houve a danificação das outras camadas protetoras

[256] Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014.
[257] Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014.
[258] Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014.

da orla, ocasionada pela retirada das gramíneas e derrubada de arbustos e árvores para se obter uma área “limpa” para a instalação de barracas e outros objetos.

> Tem uma coisa chamada sub-bosque que é aquela vegetação menor, arbustiva, até rasteira, mais de uma entende? A periferia do bosque, no caso, junto a praia, a tendência é arvores menores, arbustos e vegetação rasteira que fazem uma proteção em relação as intempéries até das árvores maiores. O pessoal para acampar ali o que é que fez? Retirou o sub-bosque, deixou só as árvores grandes, retirar o sub-bosque quer dizer que retiramos as mudas que estão renovando o bosque. Então, as figueiras que estão ali, elas não estão deixando descendentes, elas estão mantendo a sua estrutura enquanto elas existirem, mas não tem outras para substituir quando elas caírem, quando elas envelhecerem, caírem até por motivos naturais. (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014).

Além disso, caso chova, os campistas criam tipos de valetas ao redor de suas barracas para garantir que a água da chuva não as invada, fazendo com que esta água adentre o mato e o solo. “Então, tu está aumentando a possibilidade de erosões naturais, de erosões antrópicas, no caso. Cai água da chuva e ela vai comendo aquele solo pobre ali”[259]. Para Ivan Vaz, são apenas estes diferentes processos de erosão que estão ocasionando a conformação atual do Balneário dos Prazeres.

Já o ex-secretário apontou, para além destes, outros fatores que colaboram na danificação da orla da praia do Barro Duro. De acordo com ele, existe também a questão da flora que está relacionada a cadeia alimentar de todas as espécies de animais, desde insetos até mamíferos, presentes na área de preservação, os quais sofrem com o plantio de mudas de árvores inadequadas àquele ecossistema, acarretando em sua transformação. Neiff chamou a atenção para o cuidado necessário no plantio, pois isto acarreta no equilíbrio natural das cadeias alimentares, mantendo-se a fauna, a flora e os animais originários do local. Outra questão que Neiff ressaltou, consistiu no aumento do volume das chuvas, o qual vem interferindo na orla do Balneário dos Prazeres, segundo ele:

> Ou o índice de chuvas, nós sempre estamos tendo chuvas maior que a média nos últimos dois anos, sempre maior que a média. Nós estamos em uma área de várzea, Pelotas é cercada de... Aqui nós temos cinco mini bacias, três delas, praticamente dentro de Pelotas, dentro do município. Então, tu observa a gravidade da situação, escoamento, etc, etc. Isso se nós colocar nessa água pesticidas, resíduos, tudo isso altera o sistema, altera não só o sistema físico geográfico, mas altera também a cadeia alimentar. A biodiversidade nossa fica sensivelmente sobre isso. (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014).

[259] Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014.

Em relação a restrição ao uso da mata nativa, como por exemplo, a proibição de acampamentos, seja para veraneio, seja para fins religiosos, Neiff e Ivan apontaram nas entrevistas concedidas, que esta foi uma das soluções para dar continuidade aos projetos de preservação ambiental na orla. Segundo Ivan Vaz, os acampamentos religiosos que fazem parte da Festa de Iemanjá, realizada há mais de cinquenta anos na praia do Barro Duro, não podem continuar ocorrendo da mesma forma como eram realizados em períodos pretéritos, uma vez que este espaço, por ser um ambiente natural, que também já está extremamente modificado com o tempo e com a ação antrópica, não pode ser considerado apenas de uso da comunidade religiosa.

> Então, o que tu fazia há cinquenta anos trás, tu não pode fazer hoje, existem leis mundiais ambientais e que elas foram sendo criadas a cada passo que nós damos no planeta de ajudar a degradar. Então, a Federação não pode querer fazer o que fazia há cinquenta anos nos dias de hoje. Porque aonde tens o teu direito, tu tens o teu dever e esse teu direito, o teu dever tem a ver com o meu direito. Então, como pode uma APP sendo utilizada para um acampamento, suposto, a pessoa vai acampar para cumprir com a sua religião no local que é meu, que eu tenho direito também de usufruir, de ir pra lá com a minha família. Então, tu não pode tomar conta de um espaço que não é teu. Não sei se tu me entendeu? Então, eu penso que a SQA acerta e o Ministério Público acerta diretamente e acertadamente em relação a isso. Porque não posso ocupar um espaço que também é teu. (Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014).

Nesse sentido, Ivan ampara-se no discurso ambiental de que o “ambiente é uno” e, por conta da mata nativa e toda orla do Barro Duro serem recursos naturais, estes devem ser utilizadas por todos de forma igualitária e devem ser preservados, não existindo nenhuma outra intenção ou jogo de interesses na utilização daquela área. Embora o discurso não esteja incorreto, o mesmo também é apropriado em prol de um grupo, como nos aponta o sociólogo Acselrad (2007, p. 04):

> O discurso ambiental serve também para isto; não exclusivamente, mas é também apropriado por este viés – o de que o “ambiente” é uno, diz respeito a todos, é supra-classista e justifica devermos darmo-nos as mãos, fazer uma só e inelutável política para protegê-lo. No entanto, mesmo que em nome do interesse de todos, é a política de algum grupo que será feita.

A partir desta caracterização da problemática ambiental da orla do Balneário dos Prazeres, aponto na sequência para as diferentes soluções que foram

manifestadas nas entrevistas tanto pelos ambientalistas, como pelos representantes políticos e religiosos.

5.4.1 Diferentes equacionamentos para os problemas ambientais da orla

Nos diversos fóruns de discussão que presenciei, os ambientalistas e os representantes do legislativo, apontaram soluções para a situação ambiental do Balneário Nossa Senhora dos Prazeres. Uma delas, diz respeito ao processo de engordamento da orla e criação de uma barreira para a corrente marítima. Este engordamento, segundo Ivan, é realizado através da dragagem da areia que há no meio da laguna. De acordo com Neiff, esse projeto de engordamento é de autoria de uma equipe de pesquisadores da FURG. No seu entendimento, somente a reposição de areia na área da orla não resolveria o problema, mas sim, a construção de diques:

> Mas só colocar areia não resolve tem que fazer uns diques, diques são uns molhes, na verdade, para impedir que o processo continuasse. Põe a areia ali, 50 metros de areia, muito bem, dois, três anos não vai mais ter areia. Então, tem que ter um sistema de contenção, então aí para fazer o engordamento tem que ter molhes, se somar tudo isso dá um recurso que nós não temos. Bom, mas aí o governo federal abriu uma possibilidade via Ministério do Turismo. (Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014).

Veremos adiante a problemática apresentada na citada Audiência Pública, que gerou a proposta de criar um projeto de engordamento da orla do Balneário dos Prazeres, por meio do Ministério do Turismo. Outra solução apontada nas entrevistas, foi a medida compensatória aplicada ao empreendimento imobiliário Alphaville, que diz respeito a construção de um caminho feito de cimento, por dentro da mata nativa, cuja construção já havia sido feita pelas pessoas no decorrer do tempo. “E, em todo ele, na volta do caminho, plantio de árvores, não sei se isso já aconteceu porque isso seria depois, para a recuperação da mata. Impedindo que as pessoas usassem o interior da mata o mínimo possível para trânsito”[260], como uma maneira de diminuir o impacto ambiental sofrido na APP. Neste mesmo projeto, também se inclui a colocação de pedras ao redor da orla da laguna, formando um enrocamento de proteção a área que impede a invasão da laguna.

[260] Entrevista realizada com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014.

Figura 15: Caminho na mata nativa antes do plano de Paisagismo do Alphaville. Fonte: Blog Balneário dos Prazeres[261].

Figura 16: Plano de Paisagismo do Alphaville. Fonte: Isabel Campos

[261] Disponível em: http://www.balneariodosprazereslaranjal.blogspot.com.br/. Acesso em: novembro de 2014.

Figura 17: Plano de Paisagismo do Alphaville. Fonte: Isabel Campos.

Figura 18: Plano de Paisagismo do Alphaville. Fonte: Isabel Campos.

Segundo Ivan Vaz, esta contrapartida ambiental partiu da Secretaria de Qualidade Ambiental, porque o empreendimento imobiliário "está sendo construído em uma área onde ele teve que mexer em determinados vegetais ali"[262] e que, mesmo não sendo uma APP, o mesmo teve que realizar uma medida compensatório em outro local. Tal processo funciona assim:

> As árvores que estavam no local do Alphaville que eram árvores protegidas por lei ou eram nativas, elas permaneceram dentro do projeto. Como tu vai impactar um determinado local através da construção civil, vai aumentar o nível de esgoto, enfim. Tu vai ter que cumprir uma medida compensatória ou

[262] Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014.

> tu retira algumas árvores e vai plantar em cada espécime, tu vai dar 20, 20 por 1 ou a Secretaria entra em acordo com a construtora e eles determinam uma determinada área para a recuperação. (Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014).

De acordo com Neiff, a área de construção do Alphaville, a qual teve licença ambiental através da SQA para sua efetivação, está situada dentro do Bioma Pampa, que não é considerada uma Área de Preservação Permanente pelo Código Florestal Brasileiro. No entanto, mesmo não sendo considerada uma APP, segundo Neiff, a área já está saturada e por isso, no seu entendimento, não deveria ser permitido essa ou qualquer outra construção no referido espaço. Sendo esclarecido durante a entrevista, que tal autorização ambiental não foi concedida no período em que atuava como secretário. Neiff, explicou que para formar o "Plano de Paisagismo" na orla do Balneário dos Prazeres, a Secretaria utilizou um orçamento da Prefeitura relativo ao ano de 2013, a medida compensatória exigida ao Alphaville, mais uma contrapartida ambiental que deveria ser feita por outra empresa e vinculou todos estes recursos ao projeto do arquiteto da SQA, Fernando Sparenberg.

> Mas aí o nosso arquiteto fez o esboço, se juntou com os arquitetos do Alphaville, inclusive, ele foi a São Paulo, se reuniu com eles, fizeram o projeto. Como os recursos do Alphaville para fazer o projeto eram inferiores ao que se queria, então nós usamos outros TCA's. Não eram TAC's, eram TCA's, Termo de Compromisso Ambiental. Então, nós juntamos esse do Alphaville, mais os recursos do Silveira que também era pra lá e recursos próprios da Prefeitura para fazer. [...]Aquele é um projeto que já estava no ano anterior. No ano anterior a gente fez o projeto, eles têm aquele Plano Plurianual que se chama PPA, da Prefeitura. Quando nós fizemos o PPA em 2013, nós conseguimos, nós colocamos lá recursos para o Barro Duro, Laranjal, Valverde, Z3. Então tinha recursos para isso também, não para fazer tudo, mas se nós pegássemos o TCA do Alphaville, TCA do Silveira, mais os recursos que tínhamos dava pra fazer praticamente tudo. (Entrevista com Neiff Satte Alam, em 05 de dezembro de 2014).

Na entrevista, Neiff esclareceu que o Plano de Paisagismo para o Barro Duro iniciou concomitantemente ao seu afastamento da Prefeitura, mas orientou durante o seu trabalho que o projeto deveria iniciar com a construção do enrocamento de pedras para depois construir o caminho na mata. Embora tenha feito essa orientação, o caminho foi construído antes da colocação das pedras, o que, segundo Neiff, acarretou na derrubada de árvores que já estavam prejudicadas com o avanço da laguna em razão destas estarem próximas à orla. Apesar de Neiff expor os problemas ocasionados pela inadequação da realização do projeto, Ivan Vaz considerou que por meio da medida compensatória do Alphaville, pôde se dar maior visibilidade ao Barro

Duro, o que gerou maior restrição ao uso da mata nativa, como a proibição dos acampamentos.

Chamo a atenção para mais um projeto que diz respeito, especialmente, a introdução da Festa de Iemanjá e da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes no calendário oficial de eventos do município, o qual é relativo a um Projeto de Lei nº 6019, proposto pelo vereador Ricardo Santos, que foi exposto na Audiência Pública realizada em 17 de janeiro, relacionada aos preparativos para as homenagens à Iemanjá. Deste modo, exponho os três primeiros artigos da respectiva lei, conforme referidos pelo vereador:

> Artigo 1º: A Festa de Iemanjá realizada nos dias 1º e 2 de fevereiro de cada ano no Balneário dos Prazeres e a Festa da Nossa Senhora dos Navegantes realizada dia 2 de fevereiro de cada ano a partir da colônia da Z3, de pescadores da Z3, atravessando a Lagoa dos Patos em direção ao porto de Pelotas para constar no calendário oficial do Município de Pelotas. Artigo 2º: fica estabelecida a data 25 de janeiro a 5 de fevereiro de cada ano para início, montagem e permanência e desmontagem para acampamento na orla da Lagoa dos Patos no Balneário dos Prazeres com a autorização da Federação Sul-Riograndese de Umbanda e Cultos Afro-Brasileiros e da Secretaria de Qualidade Ambiental, visando a presença de público na Festa de Iemanjá, numa área total da que iniciará no número 465 da Avenida Mato Grosso até o final da referida Avenida e encerrando no local conhecido como voçoroca, margeando a lagoa. Artigo 3º: para infraestrutura da Festa, a Prefeitura disponibilizará: limpeza da orla da praia do Balneário dos Prazeres, montagem, arquibancadas e tendas, iluminação, tomadas de luz e de postes, pirâmide para os trabalhos espirituais dos centros de umbanda, fogos de artifícios, banheiros químicos, limpeza e pintura da Gruta de Iemanjá, restauração da gruta sempre que se fizer necessário, colocação de tela em torno da Gruta para preservação, fiscalização na praça de alimentação e de ambulantes, fiscalização de som e veículos, bares e casas noturnas, fiscalização de crianças e adolescentes, presença de ambulância. [...]. (Vereador Ricardo Santos, Audiência Pública de17 de janeiro de 2014)

Esta proposta de Projeto de Lei nº 6019, segundo o vereador, foi vetada pelo Prefeito em razão dos vícios de origem, isto é, o projeto articulou as despesas das festas religiosas à Administração Pública – ao poder executivo. Contudo, o veto foi derrubado pelos parlamentares e publicou-se a lei, porém, o Prefeito recorreu ao poder judiciário por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN). Conforme o vereador, o projeto "foi derrubado o veto aqui e ai o Tribunal de Justiça, o desembargador deu ganho de causa para o legislador, agora derrubaram. Derrubaram. A lei foi caçada"[263]:

[263] Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 17-24 de outubro de 2014.

Além destas alternativas, foram apresentados dois projetos na Audiência Pública sobre os problemas ambientais do Barro Duro, sendo que ambos têm a finalidade de relacionar a preservação ambiental com a tradição cultural da Festa de Iemanjá. Saliento, primeiramente, para o esboço do Projeto de Lei exposto pelo Deputado Catarina Paladini (PSB), o qual tem como objetivo reconhecer a importância da relação cultural e ambiental no Barro Duro. Segundo ele, este seria apresentado na Assembleia Legislativa. Deste modo, exponho um trecho do projeto que elucida a problemática:

> Artigo primeiro: declaro relevante **interesse cultural, ambiental, o Balneário dos Prazeres**, popularmente conhecido como praia do Barro Duro, e a colônia Z3 em Pelotas. Parágrafo único: o Município de Pelotas aonde se localizam essas áreas, poderá requerer acesso a programas de incentivo cultural e preservação de meio ambiente junto a **esfera estadual e federal que busquem a preservação da orla**, a reabilitação ambiental, a fauna e a flora: para proteção da biodiversidade; a melhoria das condições de trabalho e de vida da colônia de pescadores da Z3; **recuperação, revitalização das áreas afetadas por erosão; engordamento do Balneário do Prazeres**, popularmente conhecido como praia do Barro Duro; **e a criação de um local especifico para a criação dos orixás, buscando uma maior liberdade para as práticas religiosas**; e a implementação de melhorias aos veranistas; e a criação de trilhas ecológicas visando ampliar e incentivas o ecoturismo na região. (Deputado Catarina Paladini, Audiência Pública de 14 de fevereiro de 2014; grifos nosso).

O outro projeto é de iniciativa popular, proposto pelo biólogo Ivan Vaz, sendo ele o coordenador, juntamente com uma mestra em Educação Ambiental, Claire Feijó da Fonseca, um engenheiro agrônomo, Leonel Cruz da Rosa e um construtor civil, Iani da Silva Moreira. O projeto que foi feito em 1996 e atualizado em 2014, tem como objetivo a criação de um parque ecológico na Mata Atlântica do Barro Duro, Totó e na Colônia de Pescadores da Z3, construção de uma unidade de preservação ambiental, bem como a criação do Recanto dos Orixás, com a intenção de chamar a atenção das "autoridades e da comunidade em geral para a importância da recuperação dessa área, sua preservação e a criação de espaços específicos"[264]. Ivan Vaz especifica na entrevista em que consistiria este Recanto:

> É, seria **um local não só pra Festa**. Seria para **regrar**. Por exemplo tu tem um **recanto dos orixás com nichos em cada orixá**, as pessoas oferendariam nesse local porque esse local seria preparado pelas próprias

[264] Trecho retirado do Projeto de Iniciativa Popular de Criação Parque Ecológico da Mata Atlântica do Balneário Barro-Duro, Totó e Colônia de Pescadores Z3 e Unidade de Preservação Ambiental e criação do Recanto dos Orixás.

> pessoas da religião africana. Então, as pessoas parariam de fazer suas oferendas dentro da mata e fariam somente ali e a responsabilidade ficaria a cargo da Federação. Essa é a minha ideia de projeto. [...] Eu preciso te salientar quando nós fizemos ali a situação do projeto para a criação do parque ecológico, ele é um projeto de iniciativa popular. Então, ele não é um projeto, [...]ele é um projetinho, é uma faísca para acender a atenção dos deputados e que a partir de então fazer o grande projeto unindo FURG, as ideias que eu tenho escritas, enfim, e fazer interdisciplinarmente um projeto que beneficie a todos. **Questão religiosa, questão cultural, a questão ambiental e a questão de balneabilidade**, das pessoas poderem utilizar o local nos seus veraneios. (Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014; grifos nosso)

Embora as duas propostas dos projetos, apresentem a preocupação em assegurar um espaço para as práticas religiosas afro-brasileiras, o primeiro projeto busca essa medida por meio da esfera estadual e federal, o que indica que o espaço religioso não seria, necessariamente, do controle da Federação Sul-riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, enquanto o segundo, transmite toda a responsabilidade do cuidado em preservar o espaço religioso e, ao mesmo tempo, o meio ambiente para a Federação e para a própria comunidade religiosa. Portanto, podemos perceber que, se por um lado, há a intenção de criar um espaço específico para os cultos afro-religiosos, por outro, existe uma necessidade em controlar e adequar as práticas religiosas, tanto em relação ao âmbito estadual, quanto municipal, no que se refere ao projeto do Ivan Vaz relativo a atuação de “fiscal” por parte da Federação.

Tanto nas Audiências Públicas, como em algumas entrevistas, pude observar que muitas propostas de revitalização da orla, buscam conciliar objetivos demasiadamente contraditórios, como a preservação ambiental, a garantia de liberdade religiosa e a transformação do Balneário dos Prazeres em uma grande praia turística:

> Isabel: E na tua opinião qual seria a melhor solução para acabar com esses impasses em relação a Festa?
> Ricardo Santos: Minha opinião é o executivo se movimentar, entendeu? Fazer o engordamento daquela orla, preparar o Balneário dos Prazeres para uma **grande praia turística**, com um calçadão de repente que vá daqui do balneário, do Laranjal, até o Balneário dos Prazeres. Já fazendo a contenção, já aproveitando, usando pedras e tal para a contenção, sei lá dentro do projeto, achar uma maneira dentro do projeto que possa fazer isso. Com uma ciclovia que tu possa fazer em toda a orla entendeu? Mas a situação é, para que acabe esse impasse, o poder público assumir o papel dele e revitalizar a orla, revitalizar o Balneário dos Prazeres, o Barro Duro, transformando em uma praia turística e parara e dentro da proposta do Ivan Vaz montar o parque dos orixás. Está resolvida a situação. Sabe-se que uma vez por ano aquela comunidade se torna os olhos da cidade, da região sul, do estado, até do país

> vizinho, o Uruguai, se volta para o Balneário dos Prazeres porque ali acontece um grande evento em homenagem a esse orixá, que é Iemanjá. Então o Prefeito de uma cidade, ele tem que pensar no turismo, pensar emprego e renda, quanto emprego e renda o Balneário dos Prazeres dispõe nessa época? Olha, banquinha, bares lotados. É tu fazer, mais ou menos isso. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014).

Na Audiência Pública sobre os problemas ambientais do Barro Duro, realizada dia 14 de fevereiro de 2014, foi exposto que o vereador Tenente Bruno (PT) não estaria presente, em razão da sua viagem à Brasília para tratar de diversos assuntos do interesse da cidade de Pelotas e, entre eles, buscar recursos no Ministério do Turismo para projetos direcionados a orla do Balneário dos Prazeres. Durante a Audiência, o vereador Ricardo Santos comunicou aos presentes que havia recebido uma ligação do chefe de gabinete do vereador Tenente Bruno, informando sobre a possibilidade de se acessar uma verba 700 mil reais do Ministério do Turismo para o engordamento da orla, para o qual foi enviado projeto. Segundo a entrevista, concedida pelo vereador Ricardo Santos, os representantes do legislativo foram à Brasília para protocolá-la e conseguir a aprovação do recurso, o qual "[...] foi aprovado, o projeto já passou por todos os tramites dentro do Ministério. Acaba a eleição agora nesse domingo, máximo 10, 15 dias, nós estamos indo a Brasília para liberar esse recurso"[265].

> Eu e o Ivan montamos uma força tarefa, Ivan, Tenente Bruno, o ex-secretário viraram a noite, a madrugada tal, conseguiram protocolar. Posterior, eu, o Tenente Bruno, Ademar Ornel, fomos a Brasília. O projeto está protocolado, a capacitação de recurso de 700 mil que é no Ministério do Turismo. O que é que acontece? Existe, esse recurso está lá, só que como se aproximava a eleição, não pode fazer liberação de recurso. Então acaba a eleição agora e nós temos esse valor na pasta para fazer a revitalização do Balneário dos Prazeres, que é o engordamento. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014).

Ressalto que na mesma Audiência Pública, deliberou-se a formação de uma comissão feita por representantes políticos, ambientais, religiosos e sociedade civil com a finalidade de colaborar no projeto de revitalizaçãoda orla do Balneário dos Prazeres[266]. Ao perguntar para os representantes políticos e ambientalistas sobre a

[265] Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014.

[266] Os membros que se manifestaram na Audiência para compor a comissão, inicialmente, foram: representando o PT, Marcos Ferreira e Tenente Bruno; bancada do PDT, Ricardo Santos e Marcos Cunha; bancada do DEM, Ademar Ornel; bancada do PV, Paulo Cesar; bancada do PSDB, Vicente Amaral; bancada do PEN, Wilson Farias; bancada do PRP, Moacir Vasconcelos; representando a SQA,

existência e o andamento desta comissão, a resposta não foi positiva. Segundo Ricardo Santos, embora a mesma exista, a comissão não está atualmente em atividade. De acordo com o vereador, a última reunião ocorreu no plenarinho da Câmara de Vereadores, contando com a presença de um professor da FURG, o qual ficou com a incumbência de intermediar a relação entre a Reitora da instituição e os membros da comissão, para apresentar o projeto de engordamento da orla e vincular alunos e técnicos da instituição a comissão. No entanto, até o momento da entrevista, segundo ele, o contato com a Reitora não havia sido realizado e nem havia se dado procedimento ao possível vínculo com a FURG. De acordo com Ivan Vaz, a comissão está parada desde que Neiff Satte Alam "saiu, paramos com tudo. Não tivemos mais reunião. Eu fui eleito ali presidente, mas de boca. Então, nós paramos"[267].

Após as explicações dos representantes ambientais em relação as soluções para os distintos problemas presentes na Área de Preservação Permanente localizada no Barro Duro, apresento os contra-argumentos apontados pelos representantes religiosos e por representantes do legislativo local.

5.4.2 Os contra-argumentos dos representantes religiosos

Diferentes argumentos são acionados pelos praticantes e representantes políticos da umbanda e batuque, para se contrapor ao discurso corrente de que, os usos rituais da orla, degradam o meio ambiente. O principal deles, insiste na incompatibilidade entre as concepções cosmológicas e práticas rituais afro-brasileiras e a degradação ambiental:

> Porque eu desconsidero quando, vamos dizer, o administrador público diz que os umbandistas destroem ou danificam o meio ambiente, mas nós necessitamos do meio ambiente para trabalhar. O orixá é o ar, o orixá é a água, o orixá é o fogo, o orixá é a terra. Os orixás são todos os elementos da terra. Então a gente não pode, se a gente danificar o meio ambiente, como a

Neiff Satte Alam; e atuando em nome da Câmara Federal, o doutor Rogério Salazar, representante do Deputado Stédile. Após a nomeação dos representantes políticos, abriu-se um espaço para membros de associações, federações religiosas e da comunidade em geral se manifestarem: representantes da Federação Sul-Riograndense de Cultos Afro-brasileiros, senhor Joabe Bohns e Juliano Silva; da URUCAB, Josué Martins e Santos Laureci Martins; da FECAB, Marcos Abreu; representando a Comissão do Povo de Terreiros de Pelotas, Paulo de Xangô e Rennè Prospele; da União Trabalhista Sindical, Paulo Caetano; moradora da Cascata, Senhora Miriam Madeira; e representando a ABIOSUL,Ivan Vaz.

[267] Entrevista realizada com Ivan Vaz, em 28 de novembro de 2014.

> gente vai trabalhar se a gente precisa da energia? (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 07 de outubro de 2014).

O não reconhecimento do caráter religioso dos acampamentos, por parte do MPRS e SQA é diretamente identificado como intolerância religiosa:

> Isabel: E o envolvimento do Ministério Público foi por que assim? Ademar Ornel: O Ministério Público, eu acho que está equivocado na sua forma de agir e de pensar. O que nós entendemos? Entendemos que o umbandista, as nossas terreiras, elas não prejudicam o meio ambiente, pelo contrário, o umbandista cultua natureza, cultua as forças da natureza e não ia atentar contra a existência dessas forças, pelo contrário. E começa uma defesa do ambiente de querer proibir a Festa ou impor dificuldades, ele tá praticando, ele tá servindo mais do interesse daqueles que estão querendo dificultar a realização da Festa.
> Isabel: Tá, então, o Ministério Público foi acionado pela Secretaria de Qualidade Ambiental?
> Ademar Ornel: E por outras pessoas, evidentemente, que não toleram, que não aceitam a religião afro e a religião umbandista e impõe resistência dentro do espaço legal que permite isso, que permite essa intolerância.
> Isabel: É que eu queria entender como chegou até o Ministério.
> Ademar Ornel: E nós respeitamos a posição do Ministério Público, mas não concordamos com a posição do Ministério Público, aceitamos o direito deles agirem, do jeito deles atuarem, é natural, mas não quer dizer que a gente tenha concordância com a ação do Ministério Público, nesse sentido. Porque está se pensando muito mais naqueles que não querem a Festa, de que não gostam da religião, que tem intolerância religiosa, que praticam, do que na verdade, é o fundo principal, de preservar o ambiente. (Entrevista realizada com o vereador Ademar Ornel, em 27 de novembro).

Para o presidente Joabe, também existe intolerância religiosa na forma como vem ocorrendo os impedimentos em relação a Festa, no sentido de que há uma falta de interesse por parte dos agentes do poder público, em reconhecer a práticas religiosas afro-brasileiras como constituidoras da formação cultural pelotense. Contudo, sublinho o discurso deste e do presidente da União, Josué Martins, os quais apontaram que a intolerância religiosa, em relação as religiões de matriz africana, não está relacionada a questão racial porque, no entendimento deles, estas religiões são compostas por todas as etnias, sem distinção.

> Isabel: E o senhor acha que Pelotas não reconhece essas manifestações afro-culturais como fazendo parte da cultura pelotense?
> Joabe: Com certeza, com certeza. Isso aí não resta menor duvida e daí vão inventar que é o lado negro, o lado isso, lado aquilo, isso não existe. Não existe isso aí. Dentro da nossa religão existe uma mista, o que é a mista? É branco, é preto amarelo, é tudo junto ali.
> Isabel: Então o senhor acha que essa, que isso não demarca um racismo? Por exemplo essa intolerância religiosa não está associado a um racismo?
> [...]

> Joabe: Não, não porque hoje se tu chegar dentro do Brasil, dentro das terreiras tu vai vê que 90%, eu já vou exagerar, estou exagerando 80% dos que estão dentro dos terreiros são brancos. Então, não é o racismo, é um preconceito contra a religião associado com o racismo.
> [...]
> Joabe: Esta é a razão, 90% é branco. E o racismo ele vem junto por quê? Porque existe a palavra africana, vem junto com o que? Com os negros que são africanos, a nossa religião ela é oriunda dos negros, ela é oriunda, mas hoje quem pratica a religião no Brasil 90% é o branco ou o mestiço. (Entrevista realizada com Joabe Bohns, em 18 de setembro de 2014).

Para Juliano Silva, representante religioso e biólogo, há a intolerância religiosa na cidade, uma vez que ele foi um dos organizadores da "1ª Marcha A Favor da Liberdade Religiosa e Contra a Discriminação Racial em Pelotas, 'Festa de Iemanjá, temos o direito de realizar!'". No entanto, na entrevista Juliano deixou claro, que no seu entendimento, juntamente com o preconceito religioso e a intolerância, há também o preconceito dos umbandistas e africanistas, porque a própria comunidade tem receio de se manifestar e se expressar publicamente como um pertencente à religião, o que, para ele, acarreta na discriminação com a própria religião.

> Há sim uma intolerância religiosa, há sim. Mas a gente tem o pré, o povo umbandista, africanista tem o pré-conceito. Tem o preconceito e o pré-conceito. Nós temos o pré-conceito de botar o axó, que é a roupa que a gente usa, a roupa branca na umbanda, botar as guias. Por que não sair de guias, caminhando? Nós estamos em um estado laico que nos permite expressar a nossa religião e quando a gente não sai e não aproveita nosso espaço, a gente acaba tendo o nosso pré-conceito com a nossa religião mesmo. (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 07 de outubro de 2014).

Esta intolerância, seria tão mais contundente ao se constatar, de acordo com alguns representantes políticos, que a situação de negligência ecológica por parte do poder público municipal com a orla do Balneário dos Prazeres, ocorre o ano inteiro, mas só é visibilizada quando se aproxima o período de realização da Festa de Iemanjá:

> O ano inteiro nós passamos caminhando no Barro Duro que está abandonado. O Barro Duro passa 365 dias do ano abandonado e quando chega a Festa de Iemanjá se lembram que ele existe e que vai ir alguém lá pra sujar, estragar, depredar. Eu não consigo entender, vereador Beto da Z3, vossa excelência que é um lutador daquela zona. Só se lembram do Balneário dos Prazeres na Festa de Iemanjá. Então, na verdade nós sabemos que o nosso Balneário dos Prazeres precisa ser cuidado o ano todo. É só caminhar pelas ruas pra ver o abandono da orla, inclusive. (Vereador Tenente Bruno, Audiência Pública de 17 de janeiro de 2014).

Uma das provas de que existem pesos diferenciados para situações similares, seria a proibição dos acampamentos religiosos que são temporários e a manutenção, na mesma orla e também dentro da APP, do camping municipal:

> Então, a orla do Balneário dos Prazeres até a Z3, até o Laranjal, é muito mais do que o período de dois dias de Festa de Iemanjá. A nossa preocupação é muito maior do que esses dois dias. Para isso eu acho que a Prefeitura tem que se preocupar com os acampamentos que tem lá no verão inteiro com dois campings, com um até atrás da Gruta e o outro é o camping municipal que também está em área de APP (presidente do PV, Paulo César Gonçalves, Audiência Público do dia 14 de fevereiro de 2014). Nós temos lá pessoas que tão há muito, muito, tempo acampados na mata do Totó e tem lá, nós podemos ir lá e nós vamos verificar ali no Totó próximo a ponte. Nós temos o camping municipal que está em pleno funcionamento dentro da mesma mata que é salientada aqui pela Prefeitura e pelo MP. Então, o que é? Pra uns pode e pra outros não? (Vereador Carlos Alberto, Audiência Pública do dia 17 de janeiro de 2014).

Outra questão referida pelo presidente, foi sobre as ocupações irregulares que ainda permanecem dentro da mata nativa e que o poder executivo local não toma nenhuma atitude, visto que na realização da Festa de Iemanjá de 2014, segundo ele, as residências continuavam instaladas no mesmo local, enquanto que para a realização do evento religioso houve toda uma polêmica em relação aos acampamentos religiosos.

> Bom, é lastimável que a gente leve culpa, é lastimável que o umbandista leve culpa, o africanista leve culpa por coisa que simplesmente não fizemos. As mesmas casas que lá estavam o ano passado que foi tratado o assunto de desapropriar continuam lá e em maiores tamanhos. Quer dizer que os acampamentos esse ano foram proibidos, mas as casas foram aumentadas no decorrer do ano, cadê a fiscalização da Prefeitura? Aquelas casas que estão lá, estão tirando o espaço dos acampamentos. (Joabe Bohns, presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Audiência Pública de 14 de fevereiro de 2014).

Estaríamos, então, diante de uma situação, em que responsabilidades ambientais são assumidas de forma diferenciada por grupos desigualmente dotados de poder, lembrando que as situações que configuram injustiça ambiental (ACSELRAD, 2010) não recaem apenas sobre os grupos economicamente fragilizados, mas também sobre “etnias vulnerabilizadas” (HERCULANO, 2008). De acordo com o presidente do Conselho para Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, Fábio Gonçalves, o qual esteve presente na Audiência Pública sobre a festividade religiosa (17 de janeiro), a responsabilidade em relação ao problema ambiental da orla não diz respeito somente à comunidade afro-religiosa.

Quando a culpabilidade recai em uma manifestação cultural de origem africana, também associa-se a todo o segmento negro, o qual passou por um processo histórico de discriminação racial pela sociedade pelotense. Deste modo, a situação imposta a Festa de Iemanjá reflete a distribuição desigual de responsabilidades pelo meio ambiente, inclusive, à grupos raciais discriminados.

> Ivan, com todo respeito que eu tenho a ti, eu não posso ouvir que esta conta aqui tem que ser dividida entre todos nós, não. A responsabilidade é dos gestores, vereador, o senhor já foi secretário responsável dessa parte também e sabe muito melhor que eu a respeito disso. **Não podemos deixar que a cobrança de tudo isso recaia nos ombros das pessoas que estão aqui pra realizar ou pra manifestar sua religiosidade.** [...] Qualquer um pode ser responsabilizado, menos o povo que pratica as vertentes culturais e religiosas africanas na cidade de Pelotas e região. Afinal, nós construímos essa nação e especialmente essa cidade. (Fábio Gonçalves, Audiência pública de 17 de janeiro de 2014; grifo meu).

As incoerências apontadas entre os impedimentos à realização dos acampamentos religiosos e outras práticas predatórias atingem, inclusive, o que é apontado por representantes da SQA e alguns ambientalistas como solução: o Plano de Paisagismo do Alphaville, que resultou na construção do calçamento de concreto no interior da mata.

> Infelizmente não dá para fazer lá embaixo? Infelizmente não dá. Eu só não creio naquela coisa que eles dizem: “os umbandistas degradam ali aquela área”. Degradam em três dias, quatro dias por estarem acampados ali? E agora a pouco estão fazendo um calçadão lá de concreto lá, será que não está degradando? Porque mexe tudo com o meio ambiente uma obra que se faz ali, estão fazendo um calçadão naquela área ali de baixo. (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 07 de outubro de 2014).
>
> Que hoje, eu faço uma discussão com o prefeito municipal por que? Porque uma APP, respeito, concordo sem problema nenhum, está bem. Os umbandistas não poderiam acampar, ai uma contrapartida de um empreendimento que houve naquela redondeza e que fez meia dúzia de concreto, calçado ali, uma coisa absurda se aquilo ali é a contrapartida. Pô, pelo amor de deus. Aí coloca na APP o concreto aonde nós não podíamos acampar, isso é inadmissível. Prova mais uma vez a incompetência desse gestor público que está aí e a fiscalização da SQA. A SQA tem que ser denunciada ao Ministério Público por ter liberado aquela área para fazer, que é uma APP, para botar concreto ali em cima. Nós não podíamos acampar, agora vão lá e colocam concreto aonde nós íamos, porque a gente ia depredar. (Entrevista realizada com vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014).

O presidente da URUCAB, Josué Martins, questionou sobre a autorização ambiental que concedeu a construção do caminho, visto que no seu entendimento a mesma parece contraditória, pois, se por um lado, os campistas (seja religioso ou não)

eram impedidos de frequentar a área por ser uma APP, por outro, com a criação de uma trilha, isso não provocaria a permissão da entrada na mata de mais pessoas? Então, para quem, para quais grupos esse caminho foi construído?

> Josué: Cara, nós já estamos com pouca natureza, não é só nós que fizemos, é o ano inteiro, o cara faz churrasco ano todo ali dentro. Brigaram, brigaram com nós, tu já foi ali nas últimas semanas na praia? Fizeram um calçadão. Nós não podíamos entrar e largar, não vou dizer vela, madeira...[daí] os caras construíram um calçadão em cima. Isabel: É lá no meio do mato o calçadão, não é?
> Josué: Não, ele vem lá de dentro do meio do mato, onde nós não podíamos entrar para esquerda que era de não sei o que permanente.
> Isabel: Área de Preservação Permanente.
> Josué: Área de Preservação Permanente. Não podia nem entrar, era isolado, o terreiro que passasse ali estava ralado e tem um calçadão construído lá dentro. Mas porque é que foi construído esse calçadão lá dentro, tu sabe me dizer? (Entrevista realizada com Josué Martins, em 10 de outubro de 2014)

O presidente da FECAB, ainda apontou a contradição desse projeto, se referindo também ao passado quando houve a dificuldade, por parte da Federação, em construir o calçamento em frente a Gruta de Iemanjá, em razão desta estar localizada na orla da laguna, sendo que atualmente a construção de um calçamento na orla, por dentro da mata nativa, não parece acarretar grandes problemas.

> Isabel: Pois é, também não sei. O que eu sei é que essa parte ali do mato é uma contrapartida ambiental do Alphaville. E daí eu queria entender qual é a legislação que assegura essa contrapartida ali?
> Marcos: Sim, a gente não está entendendo o que o governo está fazendo. Porque quando nós pedimos que a área na volta da Iemanjá fosse calçada, pelo menos assim um redondo para que os centros pudesse fazer foi uma briga medonha para se conseguir uma autorização e para fazer aquilo ali. Bem na frente da Iemanjá. Mas nós tínhamos uma margem de terra muito grande ali pra frente, da qual não temos mais. A água avançou, avançou, esses próprios esgotos que eles botam ali dentro da água, aquilo é uma vergonha, e foi uma briga. Mas agora já estão fazendo o calçadão inteiro, eu agora realmente não sei o que vão fazer disso aí. Para os caminhantes, aqueles que gostam de caminhar, está bom. Mas não sei na preservação o que vai ser feito ou não. (Entrevista realizada com Marcos Abreu, em 15 de novembro de 2014).

Nesse sentido, o vereador Ricardo Santos apontou na entrevista, uma possível relação existente entre a especulação imobiliária, com a instalação de condomínios de luxo no Laranjal, próximos ao Barro Duro e os impasses impostos para a realização da Festa de Iemanjá, por parte do poder público local.

> Porque aquela zona ali está se formando uma zona, tu pode observar assim, lá no Barro Duro, que é o Balneário de Prazeres, tu comprava uma casa, um

> imóvel, por cinco ou dez mil reais, vinte mil reais. Hoje tu [não] compra uma casa por menos de 100 mil reais, 50 mil reais. Terrenos que valiam cinco pila, hoje tu não compra[por] menos de 50 ou 70 mil. Ali a especulação imobiliária ficou. O que é que acontece? Essa Festa atrai o povo de terreiro, o povo da periferia, as crenças populares, então aquilo ali, a elite que está em torno. Porque hoje não, é o Barro Duro não está em torno da elite, é a elite que está em torno do Barro Duro. Tu pode ver, que quando acontece a Festa de Iemanjá, todos os ônibus que se deslocam para lá são parados quase em frente ao Alphaville ali para ver o negócio de bebida, droga, arma. A Brigada Militar já faz essa intervenção de prevenção. Então isso para aquela comunidade que está surgindo ali, em torno do Barro Duro, é um problema porque atrai gente de todos os bairros, de toda a cidade. (Entrevista realizada com o vereador Ricardo Santos, em 24 de outubro de 2014).

Na Audiência Pública, realizada dia 14 de fevereiro, sobre a situação ambiental da orla do Balneário dos Prazeres, alguns vereadores manifestaram-se contrários a realização do Plano de Paisagismo do Alphaville. Chamo a atenção para um trecho do pronunciamento do vereador Ricardo Santos, que complementa a sua fala anterior, ao apontar que a solução para a orla da laguna poderia ser resolvida por meio de uma contrapartida ambiental do Alphaville, mas que esta fosse direcionada para o projeto de engordamento da orla, visto que esse empreendimento imobiliário por ser caracterizado de “luxo” teria recursos financeiros para realizar o projeto.

> Secretário, volto a lhe dizer, Alphaville, um condomínio de luxo, Alphaville a contrapartida deste condomínio é fazer um caminho por dentro da mata. Por que não cobraram deste condomínio de luxo, que vende um terreno por quase meio milhão de reais, e fazer o engordamento da orla? Seis terrenos que vendessem, estava resolvido o problema do Balneário dos Prazeres. [Muitos aplausos] Mas não, eu volto a dizer ao senhor, secretário Neiff, não é nada pessoal, mas o senhor provocou essa situação, o senhor me perdoa. Por que não pediram para o Alphaville fazer o engordamento? Mas não, é um condomínio da elite, um condomínio do governo que está ai. Agora eu quero ver eles olharem para os miseráveis, para o sem teto, para o negro, para o umbandista, para o gay, olhar para as minorias a quem eu represento nesta casa com muito orgulho. (Vereador Ricardo Santos, Audiência Pública de 14 de fevereiro de 2014).

A possibilidade de haver uma estreita relação entre os impasses colocados à realização da Festa de Iemanjá e a especulação imobiliária, a qual está crescendo ao redor do Laranjal, bem como nas proximidades do Barro Duro, é recorrentemente apontada pelos membros da comunidade religiosa. A umbandista Maria Ochoa, levantou a hipótese de que se a área for direcionada a elite, visto que o Alphaville é um condomínio de luxo, a própria Gruta poderia ser retirada do local atual, pelo poder público, para não ocorrer este tipo de festividade religiosa frequentada pelas classes populares.

> Pode ter sim porque se não tiver a Festa e eles mudarem a santa de lugar, aí eles fazem um engordamento da praia que não é nada barato e o Alphaville tem bastante dinheiro para fazer um engordamento da praia e faz uma cidade turística. Entendeu? E o rendimento para a prefeitura é o dobro, o triplo. Então, seria mais interessante acabar com os terreiros e construir uma cidade praiana como é o Balneário, o Laranjal mesmo lá. Porque eles vão ter apartamento, tudo mais. Ai fica a elite ali também, isso quer dizer, que eles vão botar os terreiros aonde? E vão botar a santa aonde? E se não puderem tirar, eles vão fazer uma gradizinha na volta e deu. E o resto constrói na volta. Então, pra mim o que está acabando, realmente com a Festa de Iemanjá e com a estrutura da mata, é a especulação imobiliária. (Entrevista realizada com Maria Ochoa, em 04 de novembro de 2014).

Finalmente, destaca-se a ausência de diálogo entre as instâncias estatais e a comunidade religiosa, exemplificada pela ausência de representantes do poder executivo nas Audiências Públicas e, no próprio evento religioso de 2014, como um impeditivo para a construção de alternativas aos impasses colocados entre liberdade de culto e preservação ambiental.

> Marcos: Tudo bem, tem o lado da Prefeitura que precisava organizar, **mas as exigências deles, em primeiro lugar, com a falta de um maior contato, começou a determinar assim que a Festa não sairia lá embaixo**. Que, simplesmente, se quisesse fazer essa Festa que fizesse na praça Aratiba, inclusive, havia comentários que iam tirar a imagem da Iemanjá dali para fazer áreas de preservação ali. Só que áreas de preservação, onde existem inúmeras casas, sabendo aquilo ali que é área de marinha, não poderia ter aquelas residências ali, e essa fiscalização a Prefeitura nunca fez. [...]
> E segundo lugar, digamos assim, **faltou reuniões, faltou contato para que pudesse explicar exatamente aquilo que deveria, digamos assim, de certa forma acontecer com essa preservação**. Como não houve, começou o embate nesse sentido, até que fosse procurar judicialmente os nossos direitos até depois disso isso foi para a Câmara de Vereadores e lá começou, justamente, esse debate com os vereadores. [...]Mas dá para se reconhecer os dois lados, nesse sentido, não poderiam nos proibir, porque a lei nos faculta esse direito, ao mesmo tempo, pela lei ambiental, no caso, eles podiam dizer: “olha, vocês só vão poder fazer daqui pra lá ou vamos dividir um pouquinho. Não pode botar fogo, não pode isso, aquela coisa toda”. Então, não houve, simplesmente houve a proibição. E aí houve esse enfrentamento todo aí, do qual gerou toda essa polêmica[...].
> Isabel: Sim, e o senhor acha que há uma intolerância religiosa na cidade?
> Marcos: Por parte da Prefeitura, sim, houve. O que a fez com que, digamos assim, principalmente, por parte das outras religiões que se chegasse junto ao Prefeito e também que se aumentasse cada vez mais porque queriam de certa forma, proibir o próprio culto. Então, gerou essa confusão toda aí. Intolerância houve, **tanto que nas próprias reuniões e assembleias a Prefeitura nunca teve um representante** direto e quando houve, não teve argumentos para dizer aquilo que iam fazer ou não. (Entrevista realizada com Marcos Abreu, em 15 de novembro de 2014).

Para concluir, exponho um trecho da entrevista com o umbandista Juliano Silva, que apresentou uma solução aos impasses impostos para a realização da Festa de

Iemanjá, conciliando preservação ambiental e fundamento religioso afro-brasileiro. Para ele e para outros representantes religiosos, essa relação entre natureza e religião tem que ficar clara, não só para o poder público, mas para os próprios umbandistas e africanistas, no sentido de que estes devem se conscientizar que certas práticas religiosas (como oferendas), precisam se adequar para o meio ambiente, que é força sagrada, continuar existindo.

> Quando chega próximo a Festa de Iemanjá, acontece novamente a Audiência Pública ou os umbandistas estão afetando. Só que não tem uma fiscalização todo o ano, quando estava mesmo, acho que não está ainda na SQA, o secretário Neiff Satte Alam, mas um diálogo com o secretário Neiff depois de uma sessão que teve uma Audiência Pública, eu estava conversando com ele: "temos que nos unir, pra ver, nós como somos professores, somos biólogos, também somos adeptos à religião, temos que ver uma melhor forma de fazer a Festa de Iemanjá, de cultuar nosso orixá, que é na beira da orla, de alguma forma que não agrida o meio ambiente. E conscientizar os adeptos e fiscalizar". (Entrevista realizada com Juliano Silva, em 07 de outubro de 2014).

Portanto, neste capítulo vimos os diferentes posicionamentos dos distintos âmbitos (jurídico, ambiental, religioso, político, e inclusive, social) que se envolveram com as polêmicas em relação à realização da Festa de Iemanjá na orla do Balneário dos Prazeres. Foi possível perceber que houve diferentes entendimentos sobre os danos ou não que a festividade religiosa poderia causar e a sua importância, tanto religiosamente quanto culturalmente para a cidade de Pelotas. Também observamos, a partir dos dados dos documentos do Ministério Público Estadual, que houve intenso debate e negociações (realização de reuniões e diversas Audiências Públicas) para a realização das festas a partir do ano de 2012 entre Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, órgãos do poder público municipal e Promotoria, o que acarretou em modificações na estrutura ritual tradicional das homenagens à Iemanjá – a duração do evento e os acampamentos religiosos. Deste modo, os impedimentos colocados aos acampamentos durante a festa geraram uma forte polêmica entre a comunidade religiosa, o que provocou toda a mobilização da qual participei no ano de 2014.

Assim, neste capítulo tive a intenção de apresentar toda a problemática ambiental que envolveu os impedimentos que foram impostos à Festa de Iemanjá para ter uma compreensão mais abrangente sobre o tema, o que possibilitou perceber que a festividade religiosa está passando por um intenso processo de modificação, a partir

do estreito envolvimento que o poder público local acabou adquirindo com os anos. Com isso, é notório que há uma crescente perda de autonomia no gerenciamento da Festa e do próprio espaço da orla, por parte da comunidade umbandista.

Capítulo 6 – A Festa de Iemanjá em 2015

A realização da Festa de Iemanjá de 2015, assim como a festividade de 2014, contou com alguns encontros para discutir a sua organização. No entanto, participei somente de dois encontros referentes aos preparativos as homenagens à Iemanjá em 2015, os quais tive conhecimento por outras fontes que não partiram dos organizadores oficiais do evento, como ocorreu no ano passado. Acredito que, meu afastamento da Federação após a Festa de Iemanjá de 2014, para atender outros compromissos acadêmicos, bem como a minha aproximação com interlocutores que possuem uma relação de rivalidade com a Federação, tenha provocado o desinteresse de Joabe em me informar sobre as reuniões realizadas na Federação para tratar o assunto. Destaco, porém, que estas reuniões preparatórias, não ocorreram de forma tão significativa como no ano de 2014. Isso reflete uma outra configuração nas relações estabelecidas, entre representantes do campo religioso e representantes do campo político, após a campanha eleitoral de 2014, a qual provocou distanciamentos especialmente entre a diretoria da Federação e autodeclarados representantes da umbanda no legislativo local.

Assim, a primeira reunião que participei, ocorreu na mesma data em que estava marcada uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores sobre a Festa de Iemanjá de 2015, dia 15 de janeiro do ano em curso. Esta reunião foi realizada na Secretaria de Qualidade Ambiental (SQA), com a presença do secretário Luiz van der Laan, com a finalidade de definir um espaço para os acampamentos, bem como os elementos da logística do evento que eram de jurisdição desta secretaria. Tomei conhecimento desta reunião por meio da ligação telefônica de Juliano Silva, o qual visualizou na página de Facebook de uma representante religiosa, Mãe Gisa de Oxalá, a informação deste encontro na SQA sobre a festa.

Encontrei Juliano, por volta das 14 horas, no prédio da Secretaria, bem como encontrei o presidente Joabe Bohns e Giovane Araújo, também membro da diretoria da Federação. Esperava também, encontrar mais representantes da comunidade afro-religiosa e, inclusive, a Mãe Gisa ou algum representante da RENAFRO, visto que a informação sobre a reunião partiu da sua rede social. No entanto, nenhum outro representante religioso se fez presente na reunião, assim, a mesma contou com a presença apenas do secretário Luiz van der Laan, do superintendente da SQA João Vergara (conhecido como “Preto”), do presidente da Federação Sul-rio-grandense de

Umbanda Joabe Bohns, de Giovane Araújo da mesma entidade e Juliano Silva do programa televisivo “Sexto Sentido”.

A reunião iniciou com o secretário afirmando o posicionamento favorável da Secretaria, bem como da Prefeitura, em relação a realização da festividade e que não havia nenhuma manifestação de intolerância religiosa por parte da SQA. Nesta reunião, foram debatidos vários pontos a partir das exigências propostas pela Federação para a realização do evento. Primeiro, discutiram sobre o espaço do evento, se o local do ano passado, proposto pela Federação, era suficiente para a Festa de Iemanjá de 2015. Joabe apontou que ano passado só havia o espaço que iniciava no Restaurante Dois Fornos, se estendendo até a orla nas proximidades da Gruta, excetuando a mata nativa, sendo que a outra área proposta pela Prefeitura referente a Praça Aratiba não foi utilizada e não era de interesse de uso também no ano de 2015. O secretário concordou com o espaço referido por Joabe e disse que a área da Praça já estava descartada, deste modo, todos os acampamentos poderiam ficar no mesmo espaço que foi do ano passado. Ainda salientou que na mata ninguém poderia entrar ou acampar. Joabe concordou que na mata era proibido fazer acampamento, inclusive, por parte da Federação e se tivesse alguém lá, não era com a autorização da entidade ou dele.

Em relação a circulação de pessoas dentro da Área de Preservação Permanente, o secretário colocou que este cuidado ficaria a cargo da SQA, a qual se dispôs a fiscalizar toda aquela área durante a Festa. Desta forma, ficou deliberado que o local adequado para o evento seria o mesmo do ano anterior, apesar do presidente Joabe e de Giovane ressaltarem que o espaço era pequeno para tantos acampamentos, o que acarretava no revezamento de terreiras para utilizar o espaço, tal como ocorrido em 2014. Joabe explicou ao secretário que algumas terreiras e centros de umbanda, encerram as atividades religiosas na praia do Barro Duro próximo ao dia 25 de janeiro, retornando somente para a Festa no dia 1º de fevereiro. Enquanto outras aproveitam o período de encerramento dos seus centros religiosos, que coincide com a data de comemoração à Iemanjá, para permanecer na orla da lagoa e participar do evento. Deste modo, o pouco espaço, segundo Joabe, dificulta a acessibilidade de um número maior de terreiras para fazer o encerramento e participar da festa. Embora os representantes religiosos tenham argumentado sobre a exiguidade do espaço, foi determinado a mesma área do ano anterior para a festividade.

Deste modo, o secretário passou para o próximo ponto, referente ao **tempo de acampamento antes da Festa**. Segundo o pedido da Federação, o tempo necessário para os terreiros se instalarem, para dar espaço para todos, sem muito revezamento, seria do dia 25 de janeiro até o dia 2 de fevereiro. Contudo, o secretário disse que poderia ceder apenas do dia 29 de janeiro (quinta-feira) até o dia 2 de fevereiro, pois eles não tinham como preparar todo o espaço com segurança e toda estrutura uma semana antes da Festa. Explicou também que dia 25, no domingo, era impossível de organizar e de restringir a área somente para as terreiras, proibindo a passagem das pessoas para a beira da praia, porque era final de semana e teria muitos banhistas. Então, ele sugeriu que na quinta-feira fosse liberado o espaço exclusivo para as terreiras se instalarem, bem como a instauração da fiscalização naquela área para não permitir a entrada de banhistas até o dia da Festa.

No entanto, Joabe assinalou que havia prometido para os centros filiados à Federação, que os acampamentos teriam a permissão para se instalar na praia a partir do dia 25, sendo decidida como a melhor data para todos. Visto que alguns, encerrariam as atividades de seus centros religiosos lá e permaneceriam até a festividade, enquanto outros poderiam finalizar suas atividades, ir embora e deixar um lugar vago para outra terreira acampar e fazer os trabalhos espirituais. Com esse tempo, de uma semana, conseguiria acomodar todas as terreiras para fazerem seus trabalhos no espaço cedido pela Prefeitura, o qual foi reiterado pelo presidente como pequeno.

Mesmo com os argumentos expostos pelo presidente da Federação, o secretário não se convenceu, persistindo, então, na proposta de iniciar os acampamentos na quinta-feira, porém, solicitou para que Giovani e Juliano apresentassem razões mais convincentes. Contudo, eles utilizaram o mesmo argumento do presidente porque se não houvesse esse tempo, muitas terreiras nem iriam participar da Festa, como ocorreu no ano passado. Em seguida, o superintendente, João Vergara, reiterou o argumento dos representantes religiosos, apontando que o ideal para os acampamentos religiosos era uma semana, mas como o período coincidiria com o final de semana, ele propôs mais um dia no período sugerido pelo secretário porque, segundo ele, muitas terreiras iam encerrar os trabalhos espirituais na praia e permaneciam até a Festa de Iemanjá. Depois da posição do superintendente e de muita conversa, o secretário decidiu que os acampamentos iniciariam a partir do dia 28 de janeiro (quarta-feira), com

possibilidades de ser na terça-feira. Uma vez que, conforme o secretário, essa deliberação deveria passar pela aprovação das outras Secretaria envolvidas com a organização do evento, como a Secretaria de Cultura e Secretaria de Segurança Pública.

No entanto, Joabe deixou claro que não concordava com a proposta do secretário, apesar de o mesmo ser atencioso e proporcionar o diálogo entre a Secretaria e a Federação, mas, para o presidente e todos os centros de umbanda filiados a entidade, o tempo ideal era uma semana. O presidente ainda apontou para o impacto sofrido pela comunidade religiosa em razão do regramento do espaço público, visto que, de acordo com o próprio discurso do presidente na reunião, nos anos anteriores as terreiras ficavam acampadas mais de um mês e agora o poder público já estava diminuindo para uma semana. Entretanto, o secretário afirmou que a questão de tempo do acampamento estava resolvida e que, infelizmente, era isso que a Secretaria poderia oferecer para a Federação. O secretário ainda advertiu que estas eram as condições para que houvesse o apoio da Prefeitura, o qual poderia ser recusado pelo presidente e, caso o fosse, a SQA não poderia auxiliar em nada na realização da Festa, sendo o evento de total responsabilidade da Federação. Rapidamente, Joabe pronunciou que a Federação queria o total apoio da Prefeitura e não o contrário, aceitando as condições impostas.

O secretário, então, passou para o próximo ponto, tratando sobre a permissão da entrada de automóveis até a orla da lagoa (mesmo local dos acampamentos). O secretário, primeiramente, apontou desconhecimento dos motivos da necessidade de permanência de carros ou motos no local dos acampamentos. Conforme os argumentos dele, primeiro os automóveis ocupariam o lugar de uma barraca, segundo, poderiam machucar alguma pessoa, caso circulassem pela praia e, terceiro, a circulação de carros poderia danificar as plantas que a SQA recém havia plantado. Ressalto que, o secretário apontou que entendia o estacionamento de um ônibus ou van no local, porque poderia ser útil como uma acomodação, porém para carros não havia razão.

Joabe, então, explicou a solicitação feita acerca da permanência dos carros na orla. De acordo com o presidente, ônibus ou carro, serviam de proteção em situações de chuva ou se a pessoa não tem uma barraca, poderia utilizar o veículo para se proteger ou se acomodar. O carro também poderia servir como apoio para armar a barraca. Outro ponto levantado por Joabe foi o perigo de abandonar os carros na

Praça Aratiba, distante da orla, visto que, o Barro Duro é um lugar bem violento e perigoso, o que possivelmente acarretaria em problemas maiores. Em seguida, o superintendente também argumentou acerca da violência presente no bairro, o que impossibilitaria o estacionamento de veículos na Praça Aratiba em razão da sua distância do local dos acampamentos religiosos. A partir da exposição do superintendente, o secretário se mostrou mais convencido, mas reiterava que o problema central dos carros era a sua circulação durante o evento, o que poderia provocar acidentes com os participantes e, inclusive, danos ao meio ambiente.

O superintendente, mais uma vez, utilizou a palavra para argumentar que não há a circulação de automóveis pela Festa e sugeriu ao secretário que houvesse uma fiscalização maior da segurança, impedindo a circulação de veículos pela praia do Barro Duro, a partir de horário determinado. E ainda propôs, a permissão da entrada e saída de automóveis antes da Festa, na data estipulada, para as terreiras conseguirem instalar seus acampamentos e realizar seus rituais. Deste modo, o secretário concedeu o estacionamento de carros durante a festividade no espaço dos acampamentos religiosos e para organizar a circulação dos automóveis, o mesmo recomendou a identificação de todas as pessoas que fossem acampar, sendo determinado o encaminhamento para a SQA dos dados pessoais e, caso houvesse carro, uma cópia do documento e número da placa do veículo.

Contudo, Joabe sugeriu que somente o representante de cada centro religioso passasse os seus dados, como sendo ele o responsável pelo respectivo acampamento e caso houvesse veículos, o responsável pelo centro, levaria para a SQA os documentos referentes a todos os carros dos seus integrantes que permanecessem no local da Festa. Assim, a Secretaria passaria a controlar apenas os automóveis e não todas as pessoas de cada centro acampado.

Deste modo, decidiram que para terem a autorização de acampamento, todos os centros religiosos e terreiras, filiadas ou não à Federação, levariam os dados pessoais e dos respectivos automóveis, para a Federação Sul-rio-grandense de Umbanda, a qual os repassaria a SQA, para esta também ter o controle dos acampamentos. Joabe disse que, exigiria dos centros que pedissem autorização à Federação, que também passassem na Brigada Militar para pedir autorização. O secretário concordou com o presidente, mas ressaltou que na autorização deveria constar algumas informações, as quais seriam de responsabilidade da Federação e

das terreiras, como: a limpeza do local acampado; a proibição de circulação de carros durante o evento; o espaço de cada acampamento delimitado; etc.

Com as deliberações acertadas, Juliano perguntou, no final da reunião, se era necessária a realização da Audiência Pública, a qual ocorreria no mesmo dia. O secretário disse que iria, mas que ele e o Joabe teriam que expor os mesmos argumentos explanados na reunião. Joabe concordou, mas deixou claro que seria honesto na Audiência Pública em falar que, apesar do amplo diálogo entre Secretaria e Federação, a determinação em relação ao tempo de acampamento não foi a mesma proposta por ele e pela comunidade religiosa. O secretário ficou aparentemente irresoluto, mas não se opôs ao pronunciamento do presidente. Assim, por volta das 15 horas e 30 minutos terminou a reunião. Todos se despediram.

Por volta das 19 horas, na mesma data, fui para a Audiência Pública na Câmara Municipal de Vereadores. Em frente ao prédio da Câmara, encontrei o vereador Marcos Ferreira e dois assessores do vereador Ricardo Santos. No caminho para o plenário encontrei com o chefe de gabinete da Presidência da Câmara, Matheus Silva, o qual me expôs que a Audiência atrasaria, pois os outros dois vereadores proponentes da sessão, vereador Ricardo Santos e vereador Ademar Ornel, estavam retornando de Porto Alegre. Fiquei surpresa com a notícia, visto que nas sessões anteriores que participei, os vereadores encontravam-se na Câmara desde cedo para organizar as audiências. Entrei no plenário e avistei os membros da diretoria da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros – Joabe Bohns, Giovane Araújo e Mauricio Feijó. Cabe ressaltar que, outros representantes da comunidade afro-religiosa não presenciaram a Audiência, assim como o público presente, em geral, era bem menor comparado as sessões dos anos anteriores.

Apesar da ausência dos vereadores e da presença do público significativamente pequena, a sessão no plenário iniciou sem muito atraso. O vereador Marcos Ferreira, um dos proponentes da Audiência, convidou para compor a mesa: o Secretário Municipal de Qualidade Ambiental, Luís van deer Lan; Professora Clotilde Vitória, representando nesse ato a Secretaria Municipal de Cultura; Joabe Bohns da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Giovane Araújo, representante do Conselho da mesma entidade. Em seguida, o vereador expôs a justificativa em relação a ausência do vereador Ricardo Santos e do vereador Ademar Ornel. O vereador continuou seu pronunciamento de abertura, solicitando que Joabe e os representantes

das secretarias explicassem sobre a situação da organização da Festa de Iemanjá de 2015.

O primeiro a se manifestar foi o presidente Joabe Bohns. Segundo ele, em relação ao ano de 2015, não houve nenhuma forma de impasse para a realização da festividade religiosa. Ele apontou que foi convidado pelo Prefeito Eduardo Leite para acertar a organização do evento, definindo-se na reunião, que o presidente apresentaria uma série de condições necessárias para a realização da cerimônia religiosa. Assim, o presidente apontou que se reuniu com a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Qualidade Ambiental para analisar e deliberar sobre as condições para realizar a Festa, as quais foram expostas na Audiência pelos próprios representantes das secretarias.

O secretário Municipal de Qualidade Ambiental assinalou que o intuito da Prefeitura, era contemplar as solicitações feitas pelo presidente Joabe a todos os segmentos, tanto os religiosos, quanto turismo e preservação do meio ambiente. Deste modo, o secretário apontou que a intenção da Prefeitura era realizar, juntamente com a Federação, uma “Festa realmente digna” e que os “conflitos que, porventura, existiram no passado não se repetirão”. Já a representante da Secretaria de Cultura, Professora Clotilde, fez um longo discurso, primeiramente, apontando para o trabalho da Secretaria de promover e valorizar a diversidade de manifestações culturais, especialmente, as manifestações religiosas afrobrasileiras. Segundo ela, as homenagens à Iemanjá vêm conquistando um lugar de destaque na Secretaria, que foi demonstrado através das comemorações do Dia do Patrimônio de 2014. A professora mencionou que o evento ocorreu nos dias 16 e 17 de agosto de 2014 e teve como tema a herança cultural africana, sendo que a imagem de Iemanjá foi capa da revista do Dia do Patrimônio. Além disso, a mesma apontou que, no mesmo ano foram editados cartões postais, também com uma imagem de Iemanjá e ainda citou que foi editado, no início de 2015, pela Secretaria de Turismo, um guia de atividades de verão que contempla na programação a Festa de Iemanjá e a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes. Desta forma, a partir do seu discurso, a representante demonstrou a preocupação da Prefeitura, bem como da Secretaria de Cultura, em promover as manifestações culturais afro-brasileiras.

Em relação a organização da Festa, a professora Clotilde colocou que a lista de demandas entregues por Joabe, foram distribuídas para as diferentes secretarias para efetuarem a festividade, as quais já estavam tomando as devidas providências.

A representante ainda apontou que técnicos e representantes da Secretaria de Cultura, iriam ao Balneário dos Prazeres para verificar as condições da Gruta e a casa da Federação ao lado para fazer as reformas necessárias. Para encerrar seu pronunciamento, a professora fez uma reflexão sobre a cultura religiosa de matriz africana na cidade, a qual exponho conforme suas palavras durante a Audiência:

> É sabido que a origem dos cultos afro-brasileiros deve-se a vinda dos africanos para a nossa terra, eles foram obrigados a vir, eles foram acorrentados, escravizados e vieram pra cá. Esses nativos da África, por natureza, eles são extremamente religiosos e sem dúvida nenhuma, muitos deles, só conseguiram resistir ao massacre dos colonizadores por causa de suas crenças, por causa da sua religiosidade, por causa da sua espiritualidade. O culto à Iemanjá, e todos os senhores sabem disso, tomou uma dimensão tal que é impossível delimitar a sua popularidade no Brasil. Iemanjá promove um fenômeno religioso social que comove a todos, independentemente de religião, ela está presente nos terreiros de umbanda, está presente no candomblé, nas festas públicas de praia ou ainda no falar do povo brasileiro. Iemanjá é conhecida de todos, é cantada e muito cantada, cantada e festejada. Até mesmo os seguidores de outras religiões falam de seus poderes. Iemanjá é brasileira, sendo africana e merece todo nosso empenho e dedicação. E eu digo que é tempo de nós unirmos forças e este é o espaço próprio para isso. É tempo de nos mantermos juntos, mantermos juntos em torno da Federação Sul-Riograndense de Umbanda de uma grande e digna homenagem à Iemanjá. Obrigada. (Representante da Secretaria de Cultura, Clotilde Vitória, Audiência Pública de 15 de janeiro de 2015).

Em relação ao posicionamento dos representantes da Federação, Joabe e Giovane Araújo, apontaram que a Prefeitura e suas secretarias se empenharam em colaborar e organizar a Festa de Iemanjá deste ano (2015), juntamente com a Câmara de Vereadores que, segundo eles, participa e apoia a organização estrutural da festividade há anos. Com isso, podemos identificar o envolvimento mais intensivo da Prefeitura para a realização da Festa deste ano, o que nos anos anteriores não ocorreu de forma tão harmônica como vimos através das Audiências Públicas e das discussões entre SQA e Promotoria. Prosseguindo com a Audiência, o vereador Marcos Ferreira fez questão de perguntar ao secretário sobre os acampamentos e o período de instalação desta atividade. Mais uma vez, é notório a preocupação da Prefeitura em realizar a festividade sem apresentar problemas para a estrutura dos rituais, visto que a resposta do secretário foi de que os acampamentos ocorreriam no mesmo local do ano passado, em razão da necessidade desta atividade para o evento. Quanto ao tempo deliberado para os acampamentos, o secretário apontou o período de acomodação estava em discussão, como o ocorrido na reunião anterior.

> É, mas nós estamos discutindo a data e creio que não haverá necessidade de tantos espaços, tantos dias, talvez a partir de quinta-feira, quarta-feira porque nós estamos definindo a estrutura logística também porque nós estamos querendo fazer uma Festa que ela seja bem feita e que a Prefeitura dê todo o suporte, todo o apoio tanto em segurança quanto o apoio logístico que envolve uma série de acampamentos, de saídas, de segurança e todos os fatores envolvidos. (Secretário de Qualidade Ambiental, Luiz van der Laan, Audiência Pública do dia 15 de janeiro de 2015).

Joabe, então, manifestou-se mais uma vez para dizer que o único impasse, por parte da Prefeitura, era conceder um período de acampamento de mais alguns dias, mas, de acordo com ele, isso seria resolvido. Em seguida, ele discorreu sobre uma concessão por parte da Secretaria de Cultura, em relação a participação da banda da Brigada Militar na Festa de Iemanjá de 2015. Segundo o presidente, a banda não tocava há alguns anos na festividade, apesar de reiterados convites para tocar os hinos nacional e da umbanda.

> Bom, eu quero agradecer assim, professora Clotilde, a senhora esqueceu que a senhora me deu uma bela de uma surpresa e uma surpresa pra todo umbandista, aquele umbandista antigo que sempre curtiu bem a banda da Brigada Militar. Hoje, nós estávamos numa reunião e o comandante, tenente, que ligou pra lá e colocou a banda à disposição pra que fizesse a regência do hino e do hino da umbanda. Então, eu acho que isso pra mim, que venho há cinco anos pedindo pra Brigada Militar, pra mim foi um êxito, já é cumprimento da festa através da Brigada Militar e eu fico, desde já, muito agradecido por isso. (Joabe Bonhs, Audiência Pública do dia 15 de janeiro de 2015).

No subcapítulo sequente apresento as minhas ponderações, de forma bem pontual, sobre a Festa de Iemanjá de 2015, da qual participei de maneira limitada.

6.1 A Festa de Iemanjá reconfigurada

Para aprofundar as minhas observações feitas na Festa de Iemanjá de 2014, a qual, de acordo com a descrição acima, demonstra a minha participação na cerimônia religiosa de forma integral, decidi retornar a festividade deste ano de 2015. No decorrer do ano de 2014, fui percebendo que as relações existentes envolvidas com a Festa estavam cada vez mais envolvidas com religião e política. Nesse sentido, apesar de não participar de toda a festividade, apenas na noite do dia 1º de fevereiro, esclareço que o retorno a cerimônia religiosa foi de extrema importância para se obter uma compreensão maior do campo, bem como perceber as relações de negociações

e de disputas por legitimidade apresentadas no campo. Deste modo, a proposta deste ponto é uma discussão sobre os apontamentos que fiz durante a minha breve participação.

A Festa de Iemanjá de 2015, contou com a mesma programação que a festividade relativa ao ano anterior, porém, não acompanhei todo o trajeto feito desde a saída da Iemanjá da sede da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Assim, fui para o Balneário dos Prazeres por volta das 22 horas, horário em que o pessoal da Federação começa a chegar para a Festa. Cabe destacar que durante o percurso da minha casa até o bairro Laranjal, a partir da entrada no bairro, observei muito policiamento na beira da estrada, inclusive, uma montagem de blitz. Chegando na praia, avistei muitos carros, estacionei o carro em um lugar qualquer, porque vi que não teria como procurar por um bom lugar, mas fiquei próxima a avenida principal que dá acesso a praia. Fui em direção a praia e encontrei muitas pessoas, muitas barraquinhas, muito movimento. O mesmo do ano passado. Nesse caminho, também avistei muito policiamento, assim como agentes de trânsitos que estavam organizando a entrada e saída de carros a partir da descida/subida da avenida em direção à orla do balneário.

Quando cheguei na beira da praia, aproximando-me do local da Gruta de Iemanjá, vi muitas barracas, algumas estavam ali como comércio e outras não tinham nenhuma placa de identificação. Segui o caminho, o qual não estava muito iluminado e fui em busca das terreiras acampadas. A primeira terreira que avistei, foi o Centro Espírita União Reino de Iemanjá, do bairro Getúlio Vargas, depois encontrei o acampamento do Centro de Umbanda e Quimbanda Cacique Tupiniquim do município de Encruzilhada do Sul, que estava instalado no mesmo local que o acampamento da Maria Ochoa estava no ano passado. Cabe ressaltar, que esse ano o Centro Joana D'Arc, da Dona Maria Ochoa não presenciou o evento. Segundo, Joabe e Juliano Silva, Maria não acampou na Festa deste ano em razão de problemas familiares. Ao lado da terreira de Encruzilhada do Sul, estava o acampamento da terreira Reino de Oxum Ollobá do Babalorixá Willian. Essas foram as terreiras que vi antes de chegar na casa da Federação e Gruta de Iemanjá. Depois passei para o outro lado da Gruta e encontrei mais uma terreira acampada, mas não enxerguei, pois havia pouca iluminação no local. Desse lado também vi muitos acampamentos, os quais não pareciam ser de terreiras. Acredito que eram campistas que aproveitaram para veranear na orla e desfrutar da cerimônia religiosa.

Logo que cheguei, a imagem de Iemanjá estava chegando também. Perdi a queima de fogos de artifícios, mas escutei o som dos fogos enquanto fazia o trajeto até a orla da praia. Em seguida à saudação da Iemanjá, como no ano anterior, Joabe abriu a cerimônia, agradeceu a presença de todos, executaram-se os hinos (hino do Brasil e o da umbanda) e passou-se para o pronunciamento das autoridades. As autoridades presentes eram vereador Ademar Ornel, vereador Ricardo Santos, vereador Marcos Ferreira, vereador Carlos Alberto dos Santos Passos (conhecido como Beto da Z3) e a vice-prefeita Paula Mascarenhas, a qual foi a única representante do poder executivo presente na Festa, visto que no ano anterior nenhum representante do poder executivo municipal presenciou a cerimônia religiosa.

Nesse momento de exposição das autoridades, um dos discursos que me chamou mais atenção foi o da Paula Mascarenhas e por isso destaco alguns pontos do seu discurso. Entre eles, a vice-prefeita discorreu sobre a importância da Festa na cidade de Pelotas e como a Prefeitura tem incentivado eventos culturais na cidade, remetendo a comemoração da semana de patrimônios históricos que o tema foi a cultura africana em Pelotas, na qual a Festa de Iemanjá estava incluída, sendo esta a capa da revista sobre patrimônio histórico. Ainda falou que esse ano, a semana do patrimônio será sobre as águas que rodeiam Pelotas, na qual também será incluída mais uma vez a Festa de Iemanjá. A vice-prefeita também falou que o governo é a favor da liberdade religiosa, mas que também há o direito ambiental e que os dois precisam dialogar, visto que todos precisam preservar a natureza, bem como o Barro Duro. E no final do seu pronunciamento, Paula ressaltou que a Prefeitura incentiva eventos culturais, inclusive colaborou com a Festa de Iemanjá que, de acordo com ela, “é uma festa **cara”**. Não compreendi seu posicionamento conclusivo, se a mesma quis dizer que a Festa é cara em questão financeira ou se é cara a sua realização em razão dos problemas com o MP e SQA.

Outra questão que gostaria de salientar é que, esse ano os pronunciamentos dos vereadores foram rápidos e não trouxeram na apresentação, o debate entre os poderes legislativo e executivo de Pelotas, nem mesmo tocou-se na questão de intolerância religiosa, tema que foi amplamente discutido na festividade relativa ao ano anterior. Deste modo, tudo indica que a presença da vice-prefeita na Festa de Iemanjá deste ano, ganhou centralidade na apresentação da arena política pelotense, enfraquecendo o posicionamento do poder legislativo em relação aos impedimentos por parte de órgãos públicos da Prefeitura, envolvendo a realização da festividade

religiosa. Embora o poder legislativo não tenha sido o foco das apresentações das autoridades presentes na Festa, o presidente da Federação aproveitou o momento do seu discurso para homenagear a Câmara de Vereadores, pela colaboração em organizar e realizar a comemoração à Iemanjá, entregando uma placa de agradecimento ao vereador Marcos Ferreira.

Após os pronunciamentos dos representantes políticos, Joabe agradeceu a presença de todos, falou um pouco sobre a Festa e passou para as homenagens à Iemanjá feita pelos centros de umbanda e casas de nação. Observei por mais um tempo a festa e fui embora, no trajeto até o carro, encontrei o pessoal de assessoria de Ademar Ornel e o próprio vereador. Parei alguns instantes para cumprimenta-los, conversei um pouco com Matheus Silva, chefe de gabinete da presidência e com o vereador, o qual perguntou sobre a minha pesquisa. Respondi que logo estaria pronta e para a defesa convidaria a todos para assistir. Ele falou que iria aguardar o convite, pois estava ansioso para ver.

Gostaria de destacar que o público da Festa, ao meu ver, foi maior esse ano do que no ano passado. Porém, acredito que teve menos participação de terreiras acampadas, mas o público em geral que vai para participar e assistir a Festa foi grande.

6.2 Desdobramentos da Festa de Iemanjá de 2015

Após a festividade religiosa do corrente ano, houve um sinistro acontecimento que foi muito marcante para história da celebração à Iemanjá, assim como para toda a comunidade religiosa afro-brasileira de Pelotas e sociedade envolvida. O episódio implicou a provocação de um incêndio na Gruta de Iemanjá, no Balneário dos Prazeres, o qual ocorreu na madrugada do dia 08 de abril de 2015. O incidente danificou parcialmente a parte interna da gruta, mas imagem de Iemanjá ficou inteiramente queimada, como mostram as imagens a seguir, de minha autoria.

Figura 19: Entrada da Gruta, após o incidente. Balneário dos Prazeres, em 08 de abril de 2015. Fonte: Isabel Campos

Figura 20: Imagem de Iemanjá queimada. Fonte: Isabel Campos

Soube da notícia através de Juliano Silva, que me ligou na tarde do dia 08 de abril para contar a tragédia e me convidar para uma reunião na Câmara de Vereadores, no dia seguinte, que trataria desta situação, como também do Projeto de Lei (PL 21/2015). Somente no dia posterior, é que a imprensa local divulgou matérias sobre o incidente, sendo que a polêmica em torno do acontecimento manifestou-se rapidamente nas redes soais. Como elucidação em relação ao empenho da imprensa local, em divulgar o incidente com a Gruta de Iemanjá, exponho a divulgação de uma pequena nota no jornal Diário Popular, no dia posterior (09 de abril de 2015):

Vandalismo

Gruta de Iemanjá é incendiada

Pelotas. A gruta e a imagem de Iemanjá, localizadas no Balneário dos Prazeres, em Pelotas, foram incendiadas na noite de terça-feira. A informação foi divulgada pela Federação Sul-rio-grandense de Umbanda durante o dia de ontem. O caso foi atendido pela Brigada Militar (BM) e hoje deve chegar ao conhecimento do delegado Rafael Lopes, da 2ª Delegacia de Polícia.

Em sua página pessoal no facebook o presidente da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda, Joab Bohns, lamentou o ato e convidou fiéis a irem até a gruta conferir de perto os estragos. "Olá meus irmãos (as) umbandistas e africanistas, peço a vocês que se dirijam até a gruta da mãe Iemanjá para certificarem o ato de vandalismo e preconceito com a nossa religião", escreveu. A Federação ainda não manifestou qual providência será tomada depois do incêndio. (Karina Vaz)

Imagem da orixá ficou danificada

www.nativafmpiratini.com
NATIVA FM 93.9
Comercial: (53) 3257.1744 - Ouvinte: (53) 8401.0506

Confesso que fiquei em estado de choque com o recebimento desta notícia, por meio de Juliano e não acreditei que este seria o desfecho da etnografia. Entrei em crise etnográfica, algo comum entre antropólogos e etnólogos, pois quem nunca pensou em desistir? Foi o momento mais complexo que o meu campo apresentou, porque foi extremamente difícil me distanciar do acontecimento sem sentir um aperto no coração. Não pude resistir ao envolvimento de toda a representatividade que Iemanjá carrega, não só entre os seus fiéis, mas qualquer um que se aproxima pode sentir e reconhecer a energia desse orixá. No entanto, mesmo me sentindo afetada pelo campo, não pude fechar os olhos ao sinistro episódio. Então, decidi ir até o Barro

Duro para ver o estado em que se encontrava a gruta e a imagem de Iemanjá, aproveitando para ter o meu registro fotográfico deste incidente.

Assim, no dia seguinte, fui à reunião na Câmara Municipal de Vereadores, a qual estava marcada para o fim da manhã. Entrei no prédio da Câmara, fui em direção ao gabinete da Presidência da Câmara e lá encontrei Juliano Silva, conversando com mais duas senhoras, sendo uma delas de nacionalidade uruguaia. Esta senhora, Joice D'Xangô, falava um "portunhol" e se remetia muito ao caso do Projeto de Lei sobre a proibição de sacrifícios de animais em rituais religiosos. É importante ressaltar que, paralelamente ao incidente ocorrido com a Gruta de Iemanjá, estava sendo amplamente discutido este Projeto de Lei entre representantes da comunidade religiosa afro-brasileira e representantes de sociedades protetoras dos animais, na capital do estado do Rio Grande do Sul. Esta PL 21/2015 foi uma proposta que partiu da Deputada Regina Becker Fortunati (PDT), que tinha como objetivo alterar o Código Estadual de Proteção aos Animais, reinstaurando a proibição de sacrifícios de animais em rituais afro-religiosos.

Chamo a atenção que essa discussão não é atual, desde 2003, no Rio Grande do Sul, por pressão de políticos evangélicos e com o apoio das sociedades protetoras dos animais, o Código Estadual de Proteção aos Animais foi acionado, na tentativa de restringir os sacrifícios praticados nos rituais de batuque e/ou umbanda. Segundo Silva, "Um parágrafo especifico do Código, que não foi aprovado por pressão dos religiosos afro-brasileiros, vedava a realização de cerimônia religiosa que envolvesse a morte de animais" (SILVA, 2007, p.17). Interessante notar que mesmo se passado 12 anos, essa discussão que envolve os rituais religiosos de matriz africana, ainda ressurge em instâncias públicas e, novamente, os umbandistas e batuqueiros saíram vencedores desse embate.

Aos poucos foram chegando mais representantes religiosos para a reunião na Câmara, lotando o gabinete do presidente da Câmara, o vereador Ademar Ornel.

Entre os presentes na reunião, destaco: Juliano Silva (Yaô Juliano D'Oxum), babalorixá Paulinho D'Xangô, consulesa da Afroconesul Yalorixá Patrícia D'Oxum, Joice D'Xangô, Carlos Alberto Pereira, Joabe Bohns e membros da diretoria da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros. Os representantes políticos presentes eram os vereadores Ademar Ornel, Ricardo Santos, Marcos Ferreira e Rafael Amaral. Duas pautas foram tratadas na reunião: uma referente ao Encontro Regional Sobre Condição Animal, que ocorreu no dia seguinte

(10/04), no plenário da Câmara, que foi promovido pelo vereador Ivan Duarte (PT) e que tinha na programação uma palestra da Deputada Regina Becker; a outra pauta era sobre o incêndio ocorrido na Gruta de Iemanjá e seus possíveis desdobramentos.

Em relação ao primeiro tema tratado na reunião, foi decidido que haveria uma manifestação pública em frente ao prédio da Câmara de Vereadores de repúdio ao Projeto de Lei 21/2015, visto que o encontro proposto pelo vereador Ivan Duarte contava com a presença da Deputada e de representantes de sociedades protetoras dos animais, os quais estavam se posicionando contrários aos rituais religiosos que contemplassem o sacrifício de animais, configurando um processo de intolerância religiosa.

Já a outra pauta foi amplamente debatida. O primeiro a se pronunciar foi o vereador Ademar Ornel, que abordou sobre a restauração da gruta e da imagem de Iemanjá, a qual, segundo ele, deveria ser realizada pelas mãos dos próprios integrantes da comunidade umbandista e africanista pelotense, visto que no seu entendimento “não poderia chegar qualquer um e tocar na santa”, somente aqueles que entendem o fundamento religioso. Deste modo, sugeriu um restaurador que deu a entender que era seu amigo, chamado por ele como Seara, o qual também estava presente na reunião. O vereador também apontou que a UFPel, deveria ajudar na restauração, mas junto com a comunidade religiosa e vereadores de Pelotas. Ornel salientou que a restauração não poderia ficar apenas nas mãos de instituições (remetendo a UFPel e SECULT) porque “não somos objeto de estudo, nós que vamos construir”. Neste momento, senti que o “recado” também servia para mim.

Todos concordaram com a proposta do vereador, manifestando-se a favor da sua colocação de que deveria ter todo um cuidado religioso no trabalho de restauração da imagem. O Vereador Ademar Ornel ainda acrescentou, no seu pronunciamento, que o incidente poderia causar uma oportunidade para um

“pequeno grupo” tentar retirar a gruta do Barro Duro, alertando a comunidade religiosa presente. Os outros vereadores se posicionaram rapidamente, sem apresentar propostas, dando espaço para os representantes religiosos falarem e apresentarem soluções relacionadas ao episódio da imagem.

Em relação à restauração da imagem de Iemanjá, Giovane Araújo, membro da diretoria da Federação Sul-rio-grandense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, contou aos presentes que foi procurado no dia anterior por um representante da Secretaria Municipal de Cultura e por uma professora do curso de Conservação e

Restauro da UFPel, para conversarem sobre o processo de restauração da imagem, os quais propuseram que os reparos poderiam ficar aos cuidados da Prefeitura e da universidade. No entanto, segundo Joabe, ao perguntar para o representante da SECULT sobre o prazo de entrega da imagem, o mesmo não soube responder. Joabe ainda colocou que precisaria da imagem pronta, no máximo, para o mês de janeiro, mas o representante apontou que este prazo seria impossível de ser cumprido. Deste modo, o vereador Ademar Ornel, expôs que não havia motivo para a criação de dependência com a Prefeitura, porque outros espaços já ficaram sob os cuidados de órgãos públicos municipais e não obtiveram êxito.

Outra questão que foi discutida na reunião, foi sobre o ato criminoso ocorrido com a Iemanjá. O restaurador, Seara, que estava presente, disse que a imagem foi queimada sim. Ele explicou que já fez restauração de muitos santos e imagens de congá que pegam fogo por causa de velas acesas e que, quando isso ocorre, as imagens ficam amareladas. Já, quando as imagens são queimadas por algum líquido inflamável, como por exemplo querosene, elas ficam escurecidas, como o estado em que ficou a imagem de Iemanjá. A partir da fala do restaurador, o babalorixá Paulinho D'Xangô pronunciou que deveria haver uma perícia, na intenção de comprovar que o incêndio não foi causado por velas acesas em volta da gruta e, sim, por alguém que colocou algum produto inflamável provocador do incêndio. Com isso, o vereador Ricardo Santos, apontou que a perícia já deveria ter ocorrido no local, mas que ainda teria tempo para a mesma ser acionada para averiguar o caso.

O vereador continuou seu pronunciamento apontando, mais uma vez, para o posicionamento contrário do governo municipal atual em relação à celebração a Iemanjá, ao relembrar que Prefeitura tentou colocar impedimentos para que a festividade referente ao ano de 2014 não ocorresse e vendo que houve uma grande mobilização do povo de terreiro, a Prefeitura recuou e, inclusive, participou da festa de Iemanjá de 2015. Então, novamente, podemos perceber que quando os representantes do poder legislativo se posicionam, é para trazer o embate entre a manifestação religiosa e a posição tomada pela Prefeitura no ano anterior, de forma a reafirmar a negatividade do poder público municipal em relação as manifestações das religiões afro-brasileiras na cidade.

Após o pronunciamento do vereador, o presidente da Câmara ordenou para que fossem feitos os encaminhamentos da reunião para finalizar o encontro. Primeiro encaminhamento foi a criação de um projeto de lei, via Câmara, para tombar a gruta

de Iemanjá e todo o seu espaço como patrimônio cultural. Segundo, procurar a Delegacia de Polícia para iniciar o processo de perícia. Terceiro, dar um andamento no processo de restauração para ser feito pela própria comunidade. Quarto e último, fazer um toque no Mercado Público, bem como no calçadão, com a imagem de Iemanjá no estado atual dela para provocar a sociedade envolvente.

Essa última proposta partiu do Giovane, mais para o fim da reunião. Porém, em razão da perícia e do estado precário em que a imagem se encontra muitos se posicionaram contra, mas alguns, como o vereador Marcos Ferreira, apoiaram firmemente essa passeata. Deste modo, ao final, ficou acertado que todos se encontrariam novamente na Câmara de Vereadores, no dia posterior (10/04) às 10 horas da manhã para se organizarem para a manifestação pública contra o projeto de lei 21/2015. Assim como, alguns integrantes da comunidade religiosa reiteraram que a imagem deveria ser restaurada por eles, porque, caso houvesse interferência na sua restauração por parte de representantes "laicos", como por técnicos da Secult ou, mesmo, por alunos do curso de Conservação e Restauro da UFPel, instituição que também se propôs a fazer o procedimento na imagem, isto poderia descaracterizar a sacralização presente na Iemanjá, o que acarretaria na desestrutura religiosa da celebração à divindade.

Assim, na manhã do dia 10 de abril fui para a Câmara de Vereadores e em frente ao prédio desta encontrei algumas pessoas vestidas de branco e outras com indumentárias da religião de matriz africana, demarcando o movimento da comunidade afro-religiosa, porém, não encontrei Juliano neste grupo de religiosos. Resolvi, então, entrar no prédio da Câmara, onde encontrei Juliano e outros representantes religiosos, como Patrícia D'Oxum, conversando com os vereadores Ademar Ornel e Ricardo Santos. Conversei rapidamente com Juliano e retornei para a frente do prédio, onde vários religiosos estavam organizando o movimento, os quais colocaram uma mesa na entrada do prédio com uma imagem de São Jorge, o qual representa Ogum para as religiões de matriz africana. Em seguida, os religiosos organizaram uma roda e todos começaram a cantar pontos da umbanda e do batuque.

Figura 21: Bandeira que representa a paz, mesa com a imagem de São Jorge e no chão algumas espadas de São Jorge, em frente ao prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015. Fonte: Isabel Campos.

Figura 22: Banner propaganda da rádio "Umbanda é Luz", também exposto em frente ao prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015. Fonte: Isabel Campos.

Após os toques de alguns pontos, os representantes religiosos e políticos foram para a rua e realizaram um pequeno pronunciamento sobre o movimento. O primeiro a discursar foi o umbandista Juliano Silva, o qual apontou que o movimento era para mostrar a força da religião de matriz africana em Pelotas e manifestar repúdio ao projeto de lei da Deputada Regina Becker. Logo, os vereadores Marcos Ferreira, Ricardo Santos e Ademar Ornel (em ordem de discursos) pronunciaram, rapidamente,

declarando apoio ao movimento e manifestaram aversão a marcante presença de intolerância religiosa e discriminação racial na cidade de Pelotas.

Cabe ressaltar, que encontrei outros representantes religiosos, mas que não se pronunciaram abertamente ao público, o presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Joabe Bonhs e membros da diretoria desta entidade, assim como encontrei o presidente da URUCAB, Josué Martins, o qual estava acompanhado de seu pai Laureci Santos. Destaco também a presença do Paulo Brum, conhecido como Paulo de Xangô, presidente do CEAAB – Casa Espírita Assistencial Afro-brasileira Caboclo Rompe Mato Reino de Xangô e Oxalá – e esposo de Mãe Gisa de Oxalá, os quais representam na cidade a RENAFRO – Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

Mais para o fim da manhã, Joabe e outros membros da Federação trouxeram da sede da entidade a imagem carbonizada de Iemanjá, sendo que alguns religiosos eram contrários a exposição da imagem danificada na rua, ver na foto abaixo.

Figura 23: Imagem de São Jorge e imagem carbonizada de Iemanjá expostas na frente do prédio da Câmara Municipal de Vereadores de Pelotas, em 10 de abril de 2015. Fonte: Isabel Campos.

No momento de exposição da imagem danificada de Iemanjá, muitas pessoas que passavam em frente ao prédio da Câmara de Vereadores paravam para olhar a

imagem, muitas pareciam surpresas ao ver o aspecto da imagem e outras se emocionavam. A imagem da orixá permaneceu exposta até o início da tarde e depois retornou para a sede da Federação. As palestras agendadas para o Encontro Regional Sobre Condição Animal, promovido pelo vereador Ivan Duarte (PT), também iniciaram no primeiro período da tarde, mas houve um atraso para dar início a programação porque eles (os protetores dos animais e os representantes religiosos) estavam esperando pela deputada Regina Becker (PDT), na qual estava prevista uma palestra dela para falar sobre as condições de vida dos animais domésticos. No entanto, a deputada não apareceu. Ressalto, que no início da tarde muitas pessoas nem paravam para ver a manifestação e seguiam direto para dentro do prédio da Câmara, na direção do plenário, onde ocorreu a palestra. Então, mais para a metade do turno da tarde, ainda com a manifestação dos representantes religiosos em andamento, decidi entrar no plenário para ver o que estava sendo discutido no encontro.

Logo que entrei, uma senhora afrodescendente vestida toda de branco, inclusive, com um turbante branco na cabeça, também entrou. Sentamos na mesma fileira de assentos, dispondo-nos próximas. Em seguida, entro no plenário mais uma senhora afrodescendente vestida com indumentárias da religião, esta era a Yalorixá Sandrali de Oxum, integrante e representante da RENAFRO em Pelotas. Cabe destacar que elas foram as únicas representantes das religiões afro-brasileiras presentes na palestra, os outros religiosos permaneceram na manifestação, cantando pontos, batucando os tambores e discutindo entre eles sobre as futuras medidas a serem tomadas a respeito da imagem de Iemanjá. Notei também que na lista de chamada de presença do encontro a maior parte do público ou era de estudantes de cursos variados da UFPel (veterinária, direito, etc) ou representantes de ONG's protetoras de animais. Permaneci por um período na palestra para observar as discussões que seriam problematizadas, bem como averiguar se a PL 21/2015 seria referenciada, mas no momento em que presenciei a mesma foi apenas citada e não debatida.

Próximo ao fim da tarde, o encontro terminou, assim como a manifestação dos religiosos. Conversei com Juliano Silva sobre as futuras providências acerca da Iemanjá e ele me informou que fora combinado uma manifestação em frente ao chafariz central do calçadão de Pelotas, na rua Andrade Neves, para sábado (dia 11 de abril) às 10 horas da manhã, onde falariam sobre a PL 21/2015 e sobre o incidente

com a imagem da orixá, a qual também seria exposta no calçadão, dando maior visibilidade ao marcante episódio.

Na manifestação pública do dia 11 de abril, denominada “Movimento a Favor da Liberdade Religiosa e Contra a Discriminação Racial em Pelotas”, contou com a presença de muitos representantes da comunidade afro-religiosa de Pelotas, os quais destaco: presidente Joabe Bohns e membros da diretoria (Giovane Araújo e Oscar Fiss) da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, Yaô Juliano D’Oxum (Juliano Silva), Yalorixá Patrícia D’Oxum e Babalorixá Paulinho D’Xangô. Os representantes políticos presentes: vereador Ademar Ornel e sua assessoria, e vereador Marcos Ferreira. Também encontrei interlocutores que cederam entrevistas para a pesquisa, como a umbandista Joice Duarte e o biólogo Ivan Vaz, os quais estavam apenas assistindo a manifestação. Durante o movimento muitas pessoas curiosas ou adeptas da religião afro-brasileira paravam para ver a manifestação, mas especialmente para ver e, inclusive, tocar na imagem carbonizada de Iemanjá, alguns deixando flores em seus braços, que compravam de uma floricultura localizada no calçadão. Na manifestação foi organizada, assim como no movimento anterior, uma grande roda pelos representantes religiosos, todos vestidos ou de roupas brancas, ou com camisetas brancas com a estampa da imagem de Iemanjá, ou com indumentárias da religião, os quais cantaram o hino da umbanda e diversos pontos de Iemanjá.

Cabe ressaltar que também houve uma rápida manifestação dos representantes religiosos organizadores do movimento, membros da Federação, Juliano e Patrícia, e dos representantes políticos presentes, os quais discorreram, especialmente, sobre o incidente com a imagem de Iemanjá, relacionando este fato à existência de atitudes de intolerância religiosa na cidade de Pelotas. Além disso, nesse movimento os representantes religiosos expuseram uma caixinha para recebimento de qualquer ajuda monetária para a restauração da Gruta e da Iemanjá. Assim, em razão do comércio da cidade fechar no turno da tarde aos sábados, o movimento dos religiosos perdurou apenas até o início da tarde, o que talvez possa ter prejudica na arrecadação financeira para restaurar o monumento e a imagem religiosa.

Em razão da grande repercussão na imprensa local e nas redes sociais causada pelo incidente com a imagem da orixá, cidades de todo o estado do Rio Grande do Sul também tiveram conhecimento sobre trágico episódio. Contudo, para

a minha surpresa e, talvez, para muitos da comunidade afro-religiosa, rapidamente, a Federação Sul-Riograndense de Cultos Afro-brasileiros e a comunidade, como um todo, recebeu, por parte da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul, com sede no município de Canoas (RS), de presente uma nova imagem de Iemanjá. Esta foi inaugurada no dia 1º de maio de 2015, a qual foi colocada na Gruta do Balneário dos Prazeres até a imagem original ser restaurada.

Deste modo, já conformada com o triste desfecho da pesquisa com o trágico incidente da imagem, como um milagre de Iemanjá, o desfecho transformou-se na cerimônia de inauguração da Gruta com a nova imagem, a qual não pude deixar de acompanhar e registrar, tornando-se em final feliz para a pesquisa e, especialmente, para a comunidade religiosa.

A cerimônia estava marcada para às 15:00hs. Por volta das 15hs e 30min cheguei no Balneário dos Prazeres e encontrei vários adeptos, representantes religiosos e, inclusive, alguns representantes políticos próximos à beira da lagoa, em frente a Gruta de Iemanjá, onde a imagem foi banhada, recebeu perfumes, flores e com pontos cantados foi levada até a Gruta. Vale ressaltar que os representantes religiosos presentes, foram: Joabe Bohns, presidente da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, membros dessa entidade (vice-presidente Oscar Fiss, diretor espiritual Giovane Araújo e Maurício Feijó), presidente da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul, Yaô Juliano D'Oxum (Juliano Silva) e Yalorixá Patrícia D'Oxum (Consulesa da Afroconesul). Os representantes do poder legislativo presentes: vereador e presidente da Câmara Municipal Ademar Ornel (e seus assessores), vereador Ricardo Santos e vereador Marcos Ferreira.

As fotos abaixo ilustram o ritual de recepção da nova imagem de Iemanjá e a presença do público.

Figura 24: Momento de banho à imagem nas águas do Balneário dos Prazeres, em 1º de maio de 2015. Fonte: Isabel Campos.

Figura 25: Lavagem de água de cheiro nas escadarias da Gruta, em 1º de maio de 2015. Fonte: Isabel Campos.

Figura 26: Imagem sendo levada para a Gruta pelos representantes religiosos, em 1º de maio de 2015. Yaô Juliano Silva e Yalorixá Patrícia carregando a nova imagem para a Gruta. Fonte: Isabel Campos.

Figura 27: A imagem de Iemanjá sendo reverenciada pelos respectivos presidentes, o da Federação Afro-Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul e o da Federação Sul-Riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, em 1º de maio de 2015. Fonte: Isabel Campos.

Conclusão

Nesta pesquisa, através do estudo das manifestações das religiões afro-brasileiras no espaço público em Pelotas, tomando a Festa de Iemanjá como o foco central, foi possível perceber que esta manifestação religiosa tradicionalmente ocorrida no Balneário Nossa Senhora dos Prazeres, no dia 2 de fevereiro, perpassou por polêmicas que dizem respeito a um contexto mais amplo de discussões presente na sociedade pelotense.

Nesse sentido, percebemos que, ao ocorrer nos últimos anos os impasses com a realização da Festa de Iemanjá, em razão do controle e das restrições impostas ao uso da orla do Barro Duro, por parte do poder público local e do poder judiciário, houve uma série de negociações e embates entre distintas concepções de mundo, envolvendo atores sociais situados em distintas arenas: campo religioso, campo político, ambientalistas, juristas, etc. Deste modo, vimos que esse controle incidido na orla, apresentou duas perspectivas: por um lado, temos a atuação do discurso ambiental para pensar e fundamentar as formas de regramento do espaço, utilizando para isso, inclusive, de dispositivos jurídicos específicos; por outro, temos a liberdade religiosa assegurada pela Constituição Federal de 1988, a qual garante a patrimonialização de manifestações culturais de origem africana, legislação esta que sequer é mencionada nas discussões propostas pelo poder público local no processo de normatização da orla.

A partir da marcante intolerância religiosa, fenômeno que está associado a nova reconfiguração na relação entre política e religião, conforme foi elucidado por Burity (2008), analisamos, por meio do material etnográfico, como a Festa de Iemanjá tornou-se um elo das distintas implicações, discussões, entre os atores religiosos, atores políticos e seus “adversários não-religiosos”.

Desta forma, na Constituição de 1988 encontraremos no o Art. 5°, VI, dos direitos e garantias fundamentais, a liberdade de crença, a liberdade de culto e de organizações religiosas, bem como no seu Art. 19, I, a proibição do Estado em estabelecer alianças ou relações de dependência com qualquer culto e que embarace o seu funcionamento. Nesse mesmo período, em razão da intensa mobilização que estava se reorganizando por parte do movimento negro, veremos que nos artigos 215 e 216 presentes na Constituição Federal de 1988, já expostos neste trabalho, foram uma das formas de reconhecimento das manifestações afro-brasileiras pelo Estado,

os quais apontam para a garantia dos exercícios dos direitos culturais, assim como para o reconhecimento de patrimônio cultural referente a segmentos populares (indígenas e afro-brasileiros).

Uma elucidação desta luta por reconhecimento do Estado, é o Estatuto da Igualdade Racial aprovado no Congresso Federal em julho de 2010. Este Estatuto tem como objetivo dar fim aos indicadores e pensamentos discriminatórios e conquistar os espaços que foram negados, defendendo aqueles que sofrem preconceito ou discriminação em função de sua etnia, raça e/ou cor. O Estatuto é um conjunto de ações afirmativas, reparatórias e compensatórias que garantem os direitos fundamentais à população afro-brasileira. Assim, entre tantos direitos formulados neste Estatuto, encontra-se um capítulo que se refere especificamente a liberdade às práticas das religiões afro-brasileiras, o III Do Direito à Liberdade de Consciência e de Crença ao Livre Exercício dos Cultos Religiosos.

Apesar da existência destes aparatos legais que asseguram o livre exercício das práticas religiosas, bem como legitima o processo de patrimonialização em relação a manifestações culturais do segmento negro e da religião de matriz africana, vimos no presente estudo que, na atualidade, preconceitos e perseguições ainda persistem, inclusive, com o advento de concepções sobre o meio ambiente, direcionando a ordem moral e de controle do espaço público. Deste modo, vimos que ao acionar o discurso ambiental, para estabelecer impedimentos para a realização da Festa de Iemanjá, o poder público municipal desestruturou a forma como vinha sendo utilizada a orla do Balneário dos Prazeres por parte da comunidade religiosa afro-brasileira na realização e sacralização de suas práticas. Concomitantemente, observamos que o bairro Laranjal, que engloba o Barro Duro, está passando por uma transformação na sua ocupação em razão da expansão do setor imobiliário, o que acarretou uma maior visibilidade ao espaço. Assim, o Barro Duro, tradicionalmente ocupado por afrodescendentes e classes populares, parece também estar mudando o perfil dos moradores, tornando-se o local um espaço direcionado para os novos segmentos que o procuram para residência e lazer.

Contudo, não foi apenas na contemporaneidade que as religiões afro-brasileiras passaram por processos de repressão e adequação de suas práticas religiosas. Através da revisão bibliográfica e do Livro de Atas da Federação Sul-riograndense de Umbanda e Cultos Afro-brasileiros, foi possível notar que, apesar do vínculo com personalidades políticas por parte desta entidade, as práticas religiosas

foram perpassadas por um controle minucioso, por parte das autoridades locais, tal como especificava os códigos da época. Assim, em um dos casos apontados neste Livro de Atas, é notório que a fiscalização, referente a década de 70, ocorria também no âmbito interno dos centros, visando adequar o comportamento dos umbandistas aos códigos morais vigentes, assim como aos dispositivos legais que diziam respeito a manutenção da ordem pública, podendo ocorrer, inclusive, situações de colaboração entre a diretoria da Federação e as autoridades policiais. Sendo que, diante desse contexto a Festa de Iemanjá, em razão da sua popularidade e da sua relação com representantes políticos, era utilizada como uma estratégia privilegiada de buscar legitimidade diante da sociedade envolvente e das autoridades.

Atualmente, podemos observar que estas práticas religiosas não estão passando apenas por um processo de adequação e restrição a partir do discurso da preservação ambiental da orla da praia por parte do poder público local, como também por processos que atingiram a presença simbólica e física da imagem de Iemanjá. Este ato de vandalismo está inscrito em um contexto maior de tentativas de desestruturação do local enquanto ponto de referência dessas religiões no Balneário dos Prazeres.

Deste modo, considerando que historicamente a Festa de Iemanjá, bem como a constituição do campo das religiões afro-brasileiras em Pelotas, perpassaram por processos de constrangimentos em relação as suas manifestações no espaço público pelotense, podemos perceber como a sociedade pelotense se relaciona, no transcorrer do tempo, com estas formas religiosas. É possível, nesse sentido, correlacionar o conjunto de acontecimentos abarcados por esta etnografia com a existência da intolerância religiosa contra estas religiões e suas práticas, reiterando-se estigmas negativos as manifestações culturais de origem africana, bem como assinalam para formas discriminatórias em relação a presença negra na sociedade pelotense.

Referências

ACSELRAD, Henri. Vigiar e Unir. A agenda da sustentabilidade urbana? **Revista VeraCidade**, Salvador, Ano 2, n. 2, p. 1-11, jul. 2007.

_____. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento de justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, p. 103-120, 2010.

_____. Justiça Ambiental e a Construção Social do Risco. In: XIII ENCONTRO NAXIONAL da ABEP, 2002, Outro Preto. **Anais do XIII Encontro Nacional da ABEP**. Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, 2002.

AL-ALAM, Caiuá. **A negra forca da princesa: Política, Pena de morte e Correção em Pelotas (1830 – 1875)**. 2007. 249f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

AL-ALAM, Caiuá; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Já que a desgraça assim queria um feiticeiro foi sacrificado: Curandeirismo, etnicidade e hierarquias sociais (Pelotas/RS 1879). **Afro-Ásia**, v.47, p. 119-159, 2013.

AMARAL, Rita. **Xirê! O modo de crer e de viver no candomblé**. Rio de Janeiro: Editora Pallas/EDUC, 2005. p.119.

ÁVILA, Carla Silva de. **A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS**. 2011. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

ÁVILA, Cintia Aguiar de. Congregação em defesa das religiões afro-brasileiras: resgate da etnicidade e reafricanização nos cultos afro-gaúchos. **Debates do NER**, Porto Alegre, Ano 9, n. 13, jan./jun. 2008.

BASTIDE, Roger. Os deuses no exílio. In: **As Américas negras**: as civilizações africanas no Novo Mundo. São Paulo: Difusão Européia do Livro; EDUSP, 1974.

_____. **As religiões africanas no Brasil**: contribuição a uma Sociologia das interpretações de civilizações. São Paulo: Pioneira,1989.

BLANCARTE, Roberto. O porquê de um estado laico. In: LOREA, Roberto A.; ORO, Ari P. ... [et al.] (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. p. 19-32.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Tempo social, revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 2, p. 83-113, nov. 2008.

BARROSO, Maria Macedo. Moedas de troca, sinceridade metodológica e produção etnográfica no trabalho com elites. In: CASTILHO, Sergio R. R.; LIMA, Antonio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 151-168.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 21, p. 133-157, jul. 1988.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 17-36.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo Ferreira. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 1, p. 28-39, set. 2010.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIES, J.; GROULEX, L.; MAYER, R.; PIRES, A. (Org). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos / tradução de Ana Cristina Nesser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295-316.

COSTA, Sérgio. O racismo científico e sua recepção no Brasil. In: **Dois Atlânticos**: teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

CORRÊA, Norton Figueiredo. O Batuque do Rio Grande do Sul: antropologia de uma religião afro-riograndense. 2. ed. São Luís: Editora Cultura & Arte, 2006. 290p.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Sua alma em sua palma: identificando a “raça” e inventando a nação. In: PANDOLFI, Dulci (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

ENNE, Ana Lucia. “Nós”, os “outros” e os “outros dos outros”: dilemas e conflitos no mapeamento de sujeitos, redes e instituições. In: CASTILHO, Sergio R. R., LIMA, Antônio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 85-90.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323p.

_____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUMBELLI, Emerson. A Presença do Religioso no Espaço Público: Modalidade no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80 – 101, 2008.

_____. *O* “Baixo Espiritismo” e a História dos Cultos Mediúnicos. **Horizontes Antropológicos**, Porto-Alegre, ano 9, n. 19, p. 247 – 281, 2003.

GOLDMAN, Marcio. Cavalo dos deuses: Roger Bastide e as transformações das religiões de matriz africana no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, n. 1, 2011.

_____. A construção ritual da pessoa: a possessão no Candomblé. In: Moura, C.E.M (Org.). **Candomblé**: Desvendando Identidades (Novos escritos sobre a religião dos orixás). São Paulo, EMW Editores, 1987. p. 87-119.

GOLDMAN, Marcio. Segmentariedades e movimentos negros nas eleições de Ilhéus. **Mana**, v. 7, p. 57-93, 2001.

GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2001. 250 p.

HALBWACHS, Maurice. Memória coletiva e memória histórica. In: **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HERCULANO, Selene. O Clamor por Justiça Ambiental e Contra o Racismo Ambiental. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**, v. 3, n. 1, Artigo 2, p. 1-20, jan./abril 2008.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LIMA, Roberto Kant de. Por uma antropologia do Direito no Brasil. In: LIMA, Roberto K.; MISSE, Michel (Org.). **Ensaios de Antropologia e de Direito**. Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Juris, 2009. p. 1-38.

LOPES, Leite. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Antropologia e Meio Ambiente, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

MAESTRI, Mário. O Escravo Gaúcho. **Resistência e Trabalho**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

MAGGIE, Yvonne. **Medo do Feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992. 297p.

MARCUS, George E. O que Vem (Logo) Depois do "Pós". **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 37, p. 7-33, 1994.

MARIANO, R. Pentecostais em Ação: A Demonização dos Cultos Afro-brasileiros. In: ORO, Ari P.; SILVA, Vagner G. (Org.). **Intolerância Religiosa**: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 119-148.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, maio/ago. 2011.

MEIRELLES, Mauro. As coisas fora do lugar: o deslocamento de sentido da ação e a práxis estruturada das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, Ano 9, n. 13, jan./jun. 2008.

MELLO, Marco Antonio Lírio de. **REVIRAS, BATUQUES e CARNAVAIS**: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas. Pelotas: Editora Universidade UFPel, 1994.163p.

MONTERO, Paula. Religião, Pluralismo e Espaço Público no Brasil. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, n.74, p. 47- 65, 2006.

_____. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica** (Lisboa), v. 13, p. 7-16, 2009.

NEGRÃO, Lísias. **Entre a Cruz e a Encruzilhada**: Formação do Campo Umbandista em são Paulo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 377.

O BARRO Duro. Direção: Caio Mazzilli. Direção de Fotografia: Lucas Mendonça, Caio Mazzilli. Direção de Arte: Tiago Kickhoffell, Tiago Araújo. Produções: Sassá Souza, Gabriel Ferrari. Roteiro: Daniel Reigada, Sassá Souza, Tiago Kickhoffell. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2013, vimeo.com (15 min.). Acesso em: https://vimeo.com/69910373

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas. In: FLEISCHER, S.; SCHUCH, P. (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres; Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 25-38.

ORO, Ari Pedro. Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e Presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 24, nº 2, p. 345-384, 2002.

_____. A laicidade na América Latina: uma apreciação antropológica. In: LOREA, Roberto A.; ORO, Ari P. ... [et al.] (Org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008. p. 81-96.

ORO, Ari Pedro; ANJOS, José Carlos dos. **Festa de Nossa Senhora dos Navegantes em Porto Alegre**: sincretismo entre Maria e Iemanjá. Porto Alegre: SMC, 2009. 139p.

RODRIGUES, Nina. Ilusões da catequese no Brasil. In: **O animismo fetichista dos negros baianos**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Editora UFRJ, 2006.

RODOLPHO, Adriane Luisa. Representações sobre o exu, noção de pessoa e identidades: contribuições para uma discussão do ponto de vista antropológico. **Identidade**, boletim do grupo negr@s daEST/IECLB, v. 10, p. 16-30, ago./dez. 2006.

RUAS, Keli Siqueira. **A ORLA LAGUNAR DE PELOTAS-RS:** Conflitos Socioambientais, Atores e Processos. 2012. 214f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SCHWARTZ, Lilia K. Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. Quando a Desigualdade é diferença: Reflexões sobre Antropologia Criminal e Mestiçagem na Obra de Nina Rodrigues. In: **VIII Simpósio da ABHR**. Colóquio Centenário da morte de Nina Rodrigues, p. 47-53, 2006.

SILVA Jr, Hédio. Notas sobre Sistema Jurídico e Intolerância Religiosa no Brasil. In: ORO, Ari P.; SILVA, Vagner G. (Org.). **Intolerância Religiosa**: Impactos do Neopentecostalismo no Campo Religioso Afro-Brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007. p. 303-323.

SILVA, Jacira Reis; PERES, Lucia Maria Vaz. O imaginário das mulheres negras silenciadas: um universo de símbolos e sentidos. **Educação UNISINOS**, v. 12, n. 1, p. 28-34, jan./abril 2008.

SILVA, Vagner Gonçalves, da. **Candomblé e umbanda**: caminhos da devoção brasileira. 2. ed. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SIMÃO, Ana Regina Falkembach. **Resistência e acomodação**: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850). Passo Fundo: UPF, 2002. 155p.

TEIXEIRA, Carla Costa. Pesquisando instâncias estatais: reflexões sobre o segredo e a mentira. In: CASTILHO, Sergio R. R., LIMA, Antonio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 3342.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 36-46.

VELHO, Gilberto. Patrimônio, Negociação e Conflito. **Mana**, v. 12, n. 1, Rio de Janeiro, 2006.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio R. R., LIMA, Antonio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (Org.). **Antropologia das práticas de poder:** reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014. p. 4370.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do Arcaico ao Moderno**: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.